



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

**PROCESSO Nº 3/2020
(249/2019)**

PREGÃO

EDITAL Nº 1/2020

FORMA: PRESENCIAL

**AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO
CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPIN-
ZINHO-PR.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

08.03.082430019.2.059.4.4.90.52 (1956/F985)
08.03.082430019.2.059.4.4.90.52 (1955/F000)

LC - ok
TCE - ok
WGR - ok



Memorando 3.918/2019

Assunto: **Aquisição de veículo para o Conselho Tutelar**

Via 1/2

Chopinzinho/PR, 28 de Novembro de 2019 às 11:19

De:

Para:

**SMAS-CLIFA - Compras, Licitação,
Infraestrutura, Frequência e Almoxarifado
da Assistência Social**

GAB - Gabinete do Prefeito

M^a Karoline Borges Dalfovo - Auxiliar Administrativo

Esta documentação faz parte do Memorando 3.918/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital



Memorando 3.918/2019

Assunto: **Aquisição de veículo para o Conselho Tutelar**

Via 2/2

Chopinzinho/PR, 28 de Novembro de 2019 às 11:19

De:

Para:

**SMAS-CLIFA - Compras, Licitação,
Infraestrutura, Frequência e Almoxarifado
da Assistência Social**

GAB - Gabinete do Prefeito

M^a Karoline Borges Dalfovo - Auxiliar Administrativo

Esta documentação faz parte do Memorando 3.918/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital

TERMO DE ENTREGA

Nome legível: _____

Recebido em:

Assinatura: _____

____/____/____ às ____:____

RG/CPF: _____



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

SOLICITAÇÃO

Senhor Prefeito:

A Secretaria Municipal de Assistência Social vem através deste solicitar a contratação de empresa para fornecimento de 01 (um) veículo zero quilometro para o conselho tutelar.

A responsabilidade técnica pelo acompanhamento e fiscalização fica a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Nestes termos pede deferimento.

Chopinzinho, 28 de novembro de 2019.

Decreto nº 483/2019 de 14/11/2019
Secretaria Mun. de Assistência Social
Rosani Checelski

ROSANI CHECELSKI

Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto 483/2019 de 19/11/2019



TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE APOIO E FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES DO ESTADO DO PARANÁ

Termo de Adesão que firma o **Município de Chopinzinho-PR** com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao incentivo *Programa de Apoio e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná*, com recursos do Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência – FIA/PR.

O **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.416.940/0001-28, por intermédio da **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS**, inscrita no CNPJ nº 09.088.839/0001-06, com recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR, inscrito no CNPJ nº 10.632.896/0001-85, com sede à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Palácio das Araucárias, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato representada pela Secretária de Estado, Senhora **Nádia Oliveira de Mouta**, portadora da CI nº 1.276.090-6 - SSP/PR, inscrita no CPF/MF nº 362.144.939-68, residente e domiciliada em Curitiba/PR e o **Município de Chopinzinho-PR**, inscrito no CNPJ nº 76.995.414/0001-60, com sede à Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, neste ato representado por seu Gestor Municipal, Senhor(a) **Álvaro Denis Ceni Scolaro**, portador(a) da CI nº 8124995-4, inscrito(a) no CPF/MF nº 009.378.889-40, residente e domiciliado(a) em Chopinzinho/PR resolvem, em conformidade com a Deliberação nº 107/2017 – CEDCA/PR do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, subscrever o presente Termo de Adesão para o *Programa de Apoio e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná*, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Adesão tem como objeto o repasse de incentivo financeiro para o **Programa de Apoio e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná**, ao **MUNICÍPIO** acima qualificado.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os critérios para a partilha do recurso se ancoram na lógica da complementariedade das ações do Estado e do Município, considerando as seguintes linhas de cofinanciamento:

- I – **Aquisição de 01 (um) automóvel zero quilômetro** no valor de R\$ _____, haja vista que o Conselho Tutelar não dispõe de veículo ou possui veículo com ano de fabricação anterior ao ano de 2014;
- II – **Aquisição de Equipamentos de informática, mobiliário e eletrodomésticos** no valor de

Recebido
25/12/18



R\$ _____);

III - Aquisição de equipamentos para a Sede do Conselho Tutelar no valor de R\$ _____).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) possuir Conselho Tutelar em regular funcionamento;
- b) prestar informações sobre o Conselho Tutelar sistematicamente e sempre que solicitado à SEDS e ao CEDCA/PR;
- c) alimentar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência para Conselhos Tutelares - SIPIA CT WEB;
- d) manter em regular funcionamento o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- e) participar das capacitações promovidas pela SEDS, bem como as apoiadas pelo CEDCA/PR;
- f) prestar informações a SEDS e ao CEDCA/PR, sistematicamente ou sempre que solicitado em relação as ações previstas neste Termo, bem como as relacionadas a execução da política da criança e do adolescente em âmbito municipal;
- g) incluir no patrimônio adquirido ou na ação local realizada a denominação SEDS/CEDCA/PR, assim como em relatórios institucionais e em publicidades locais, observando sempre que possível a Resolução Conjunta SEDS/CEDCA/PR nº 369/2008 e Resolução Conjunta SECJ/CEDCA nº 226/2010;
- h) iniciar a execução do recurso em até 60 (sessenta) dias após o seu recebimento;
- i) prestar contas dos recursos repassados, através de Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, a ser encaminhado à SEDS a cada 06 (seis) meses, a contar do início da execução do projeto, em conformidade ao disposto no Decreto Estadual nº 10.455/2014;
- j) executar os recursos recebidos em sua integralidade e dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;
- k) efetuar a devolução de saldos de recursos não executados ao final do prazo máximo de vigência do Termo de Adesão à SEDS (Conta do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA/PR), sendo este de 30 (trinta) meses;
- l) caso haja aquisição de veículo, destinar o mesmo para uso exclusivo e intransferível do Conselho Tutelar, se comprometendo a não destiná-lo para outra finalidade, sem prévia deliberação do CEDCA/PR;
- m) caso haja aquisição de veículo, arcar com as despesas relacionadas a seguro, abastecimento, manutenção e quaisquer outros gastos relacionados ao automóvel;



n) dar preferência à aquisição de computadores para uso individual de cada conselheiro tutelar, se comprometendo a destinar recurso para a aquisição de outros materiais apenas, quando todos os conselheiros tiverem computadores em condições de alimentar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência para o Conselho Tutelar – SIPIA CT WEB;

o) caso haja a aquisição de equipamentos para a Sede do Conselho Tutelar, observar as especificações definidas no processo de construção constante do Projeto Arquitetônico de Sedes do Conselho Tutelar Padrão Governo do Estado do Paraná.

II – São obrigações da SEDS:

- a) formalizar o repasse automático do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- b) realizar o assessoramento técnico necessário à execução da ação;
- c) disponibilizar, oportunamente, instrumentos e sistemas de informação necessários para o acompanhamento, avaliação, controle e prestação de contas dos recursos;
- d) promover e apoiar a capacitação dos trabalhadores municipais e estaduais, para melhor execução dos serviços e do incentivo financeiro;
- e) fomentar e fortalecer o desenvolvimento de ações intra e intersetoriais entre as políticas públicas;
- f) apresentar ao CEDCA/PR sistematicamente e sempre que solicitado, informações sobre o andamento da execução das ações deste Termo, a fim de subsidiar as ações de monitoramento e avaliação pelo referido Conselho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Adesão será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua publicação; podendo ser excepcionalmente prorrogado, desde que solicitado com 30 (trinta) dias de antecedência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A SEDS poderá prorrogar de ofício a vigência do presente Termo de Adesão, quando houver dado causa ao atraso na liberação do recurso financeiro, limitada ao exato período do atraso verificado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O MUNICÍPIO poderá solicitar prorrogação do presente Termo de Adesão pelo prazo de até 06 (seis) meses, mediante encaminhamento de justificativa a SEDS, devidamente aprovada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

O repasse do recurso será realizado em parcela única por meio de depósito em conta específica do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência.



07
m
09
m

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em conformidade com o disposto no Decreto Estadual nº 10.455/2014, a prestação de contas dos recursos repassados será realizada através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução deverá ser encaminhado à **SEDS** a cada seis 06 (seis) meses, a partir do início da execução dos recursos financeiros e após sua aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A omissão na apresentação do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução impedirá o repasse de futuros recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – **FIA/PR** para o **MUNICÍPIO**, que somente será restabelecido após a apresentação do mesmo, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Se o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA** aprovar parcialmente ou com ressalvas o Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, o documento a ser encaminhado à **SEDS** deverá estar acompanhado de justificativa do respectivo Conselho para sua aprovação parcial e de um Plano de Providências – Prestação de Contas/FIA do **MUNICÍPIO**, devidamente aprovado pelo Conselho, para que as ressalvas sejam resolvidas até a data de entrega do próximo Relatório.

PARÁGRAFO QUARTO. Caso as ressalvas não sejam sanadas, será instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial.

PARÁGRAFO QUINTO. Nos casos em que houver saldo superior a 30% (trinta por cento) a executar, o Relatório deverá estar acompanhado de justificativa do **MUNICÍPIO**, bem como de aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**.

PARÁGRAFO SEXTO. Se houver a necessidade de instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial, o **MUNICÍPIO** não receberá o repasse de novos recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – **FIA/PR** e ainda, caso as ressalvas não sejam sanadas e sejam detectadas irregularidades, o **MUNICÍPIO** deverá devolver o recurso recebido, devidamente corrigido.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Fica o **CEDCA/PR** e a **SEDS** autorizados a substituir, a qualquer tempo, o Termo de Adesão desta Deliberação e o Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, por Sistema de informações específicas para monitoramento, avaliação, acompanhamento e controle dos recursos repassados ao **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS

A titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Adesão e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela **SEDS** passarão a incorporar o patrimônio do

[Handwritten signature]



MUNICÍPIO, após a aprovação das contas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

É obrigatória a restituição pelo **MUNICÍPIO** de eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas de aplicações financeiras realizadas e ativos financeiros à **SEDS** (Conta Recursos Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR), na ocasião de conclusão, denúncia, expiração do prazo de vigência, rescisão ou extinção do presente Termo de Adesão, devidamente atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de procedimento de Tomadas de Contas Especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **MUNICÍPIO** deverá ainda, restituir à **SEDS** (Conta Recursos Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR), o valor transferido atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:

- a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida;
- b) quando não for executado o objeto do ato da transferência do Termo de Adesão;
- c) quando ocorrer qualquer fato do qual resulte prejuízo ao Erário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **MUNICÍPIO** ficará obrigado a recolher à conta da **SEDS** (Conta Recursos Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR) o valor corrigido dos recursos alocados quando não comprovar sua aplicação na consecução do objeto do presente Termo de Adesão.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deverá elaborar Relatório semestral sobre o andamento da execução das ações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O relatório produzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA será analisado pelo Escritório Regional da **SEDS** e posteriormente pelo CEDCA/PR.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os relatórios produzidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sem prejuízo de outros elementos, deverão conter:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base no Formulário para solicitação de incentivo financeiro para o Programa de Apoio e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná;
- c) valores efetivamente transferidos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do



Adolescente;

- d) análise dos documentos comprobatórios das despesas realizadas;
- e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA NONA – DOS DOCUMENTOS

Os documentos comprobatórios das despesas realizadas deverão ser arquivados pelo **MUNICÍPIO** em ordem cronológica, pelo período de 10 (dez) anos, conforme as disposições do art. 20 e seu parágrafo único, da Instrução Normativa n.º 061/11 – TC, em sua sede, onde ficarão à disposição da **SEDS** e do **CEDCA/PR**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS VEDAÇÕES

São vedadas despesas à conta dos recursos do presente Termo de Adesão porventura realizadas com finalidade diversa do estabelecido neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência, com posterior cobertura, e especialmente para:

- a) pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica;
- b) aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente Termo, ainda que em caráter de emergência;
- c) realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- d) pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente de tomador dos recursos ou pelo descumprimento de determinações legais ou conveniais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Termo de Adesão poderá ser rescindido a qualquer tempo, no caso de inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, especialmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) má execução ou inexecução do presente Termo;
- b) verificação das circunstâncias que ensejam a instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique em rescisão do presente Termo de Adesão ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes no prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-lhes, igualmente, os



benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A parte interessada deverá comunicar sua intenção de rescisão do presente Termo de Fomento ao outro partícipe com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Adesão poderá ser alterado, bem como o seu prazo de vigência prorrogado, observado o limite previsto na Cláusula Terceira do presente Termo de Adesão, e, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, vedada porém a mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

O descumprimento de quaisquer uma das Cláusulas do presente Termo de Adesão por parte do **MUNICÍPIO**, implicará na suspensão dos repasses financeiros do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR, podendo inclusive ser obrigado a proceder a devolução parcial ou integral dos recursos recebidos.

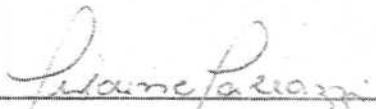
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, serão apreciadas e julgadas pela **SEDS** e pelo CEDCA/PR.

Curitiba, de de 201

Nádia Oliveira de Moura
Secretária de Estado da Família
e Desenvolvimento Social

Álvaro Denis Ceni Scolaro
Prefeito(a) Municipal


Gislaine Tania Galeazzi
Secretário(a) Municipal Responsável pela execução
da Política da Criança e do Adolescente

Gislaine Tania Galeazzi
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto 340/2017 de 21/09/2017

Pregão Eletrônico

987503.702019 .2441 .4981 .36000000



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Ata de Realização do Pregão Eletrônico

Nº 00070/2019

Às 10:06 horas do dia 27 de setembro de 2019, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 581/2018 de 28/12/2018, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, referente ao Processo nº 29/2019, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00070/2019. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Veículo a ser Destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho - PR.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1

Descrição: VEÍCULO ESPECIAL

Descrição Complementar: Veículo automotor zero quilômetro; - tipo Sedan; - Procedência nacional; - Motor com Potência mínima 101cv; - Bicomcombustível (Gasolina e Álcool); - Protetor de Carter; - Capacidade do tanque combustível no mínimo 41 litros; - Ano e modelo mínimo de Fabricação 2018; - Cor Branca; - Capacidade mínima 05 lugares; - Ar condicionado; - Direção hidráulica, elétrica ou elétrica/hidráulica - 4 portas; - Console central; - Vidros Elétricos nas 04 portas; - Travamento elétrico; - Alarme; - Air Bag; - Freios ABS; - Cambio de 05 Marchas à Frente e 01 à Ré; - Cinto de segurança dianteiro retrateis de 03 pontas; - Espelho retrovisor externos (direito e esquerdo) com controle manual ou elétrico interno; - Tampa do tanque de combustível com chave; - Jogo de tapete; - Aparelho de som e alto-falantes; - Antena no teto; - Porta malas de no mínimo 450 litros; - Indicador gradual de temperatura da água; - Indicador gradual do nível de combustível; - Pneu de no mínimo 175/70 R14; - Acessórios Obrigatórios: extintor 1 Kg, macaco, sinalizador, chave de rodas e estepe com pneu e roda de ferro - Garantia de fábrica e revisões obrigatórias, no mínimo de 12 (doze) meses ou 10.000 km. Em conformidade com o CONTRAN

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 1

Valor estimado: R\$ 59.900,0000

Unidade de fornecimento: Unidade

Situação: Cancelado na aceitação

Histórico

Item: 1 - VEÍCULO ESPECIAL

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas pelo pregoeiro)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
10.577.266/0001-55	ROMAO COMERCIO E EQUIPAMENTOS EIRELI	Sim	Sim	1	R\$ 100.000,0000	R\$ 100.000,0000	26/09/2019 19:17:15
Marca: RENAULT Fabricante: RENAULT BRASIL Modelo / Versão: LOGAN 1.6 Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Veículo automotor zero quilômetro; - tipo Sedan; - Procedência nacional; - Motor com Potência mínima 101cv; - Bicomcombustível (Gasolina e Álcool); - Protetor de Carter; - Capacidade do tanque combustível no mínimo 41 litros; - Ano e modelo mínimo de Fabricação 2018; - Cor Branca; - Capacidade mínima 05 lugares; - Ar condicionado; - Direção hidráulica, elétrica ou elétrica/hidráulica - 4 portas; - Console central; - Vidros Elétricos nas 04 portas; - Travamento elétrico; - Alarme; - Air Bag; - Freios ABS; - Cambio de 05 Marchas à Frente e 01 à Ré; - Cinto de segurança dianteiro retrateis de 03 pontas; - Espelho retrovisor externos (direito e esquerdo) com controle manual ou elétrico interno; - Tampa do tanque de combustível com chave; - Jogo de tapete; - Aparelho de som e alto-falantes; - Antena no teto; - Porta malas de no mínimo 450 litros; - Indicador gradual de temperatura da água; - Indicador gradual do nível de combustível; - Pneu de no mínimo 175/70 R14; - Acessórios Obrigatórios: extintor 1 Kg, macaco, sinalizador, chave de rodas e estepe com pneu e roda de ferro - Garantia de fábrica e revisões obrigatórias, no mínimo de 12 (doze) meses ou 10.000 km. Em conformidade com o CONTRAN							
28.739.782/0001-02	TRIUNFO COMERCIAL E SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	1	R\$ 100.000,0000	R\$ 100.000,0000	27/09/2019 09:33:48
Marca: renault Fabricante: renault Modelo / Versão: renault Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Veículo automotor zero quilômetro; - tipo Sedan; - Procedência nacional; - Motor com Potência mínima 101cv; - Bicomcombustível (Gasolina e Álcool); - Protetor de Carter; - Capacidade do tanque combustível no mínimo 41 litros; - Ano e modelo mínimo de Fabricação 2018; - Cor Branca; - Capacidade mínima 05 lugares; - Ar condicionado; - Direção hidráulica, elétrica ou elétrica/hidráulica - 4 portas; - Console central; - Vidros Elétricos nas 04 portas; - Travamento elétrico; - Alarme; - Air Bag; - Freios ABS; - Cambio							

de 05 Marchas à Frente e 01 à Ré; - Cinto de segurança dianteiro retrateis de 03 pontas;- Espelho retrovisor externos (direito e esquerdo) com controle manual ou elétrico interno; - Tampa do tanque de combustível com chave; - Jogo de tapete; - Aparelho de som e alto-falantes; - Antena no teto; - Porta malas de no mínimo.450 litros; - Indicador gradual de temperatura da água; - Indicador gradual do nível de combustível; - Pneu de no mínimo 175/70 R14; - Acessórios Obrigatórios: extintor 1 Kg, maca-co, sinalizador, chave de rodas e estepe com pneu e roda de ferro - Garantia de fábrica e revisões obrigatórias, no mínimo de 12 (doze) meses ou 10.000 km. Em conformidade com o CONTRAN

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 100.000,0000	10.577.266/0001-55	27/09/2019 10:06:54:700
R\$ 100.000,0000	28.739.782/0001-02	27/09/2019 10:06:54:700

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aberto	27/09/2019 10:07:26	Item aberto.
Iminência de Encerramento	27/09/2019 10:24:36	Batida iminente. Data/hora iminência: 27/09/2019 10:26:36.
Encerrado	27/09/2019 10:31:46	Item encerrado
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	27/09/2019 10:37:00	Convocado para envio de anexo o fornecedor ROMAO COMERCIO E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ/CPF: 10.577.266/0001-55.
Recusa	27/09/2019 15:00:09	Recusa da proposta. Fornecedor: ROMAO COMERCIO E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ/CPF: 10.577.266/0001-55, pelo melhor lance de R\$ 100.000,0000. Motivo: O fornecedor não enviou a proposta ajustada e a documentação de habilitação.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	27/09/2019 15:00:09	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor ROMAO COMERCIO E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ/CPF: 10.577.266/0001-55.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	27/09/2019 15:00:15	Convocado para envio de anexo o fornecedor TRIUNFO COMERCIAL E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 28.739.782/0001-02.
Recusa	30/09/2019 10:21:00	Recusa da proposta. Fornecedor: TRIUNFO COMERCIAL E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 28.739.782/0001-02, pelo melhor lance de R\$ 100.000,0000. Motivo: O fornecedor não enviou a proposta ajustada e a documentação de habilitação.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	30/09/2019 10:21:00	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor TRIUNFO COMERCIAL E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 28.739.782/0001-02.
Cancelado na aceitação	30/09/2019 10:21:14	Item cancelado na aceitação. Motivo: Item fracassado.

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	27/09/2019 10:07:26	Srs Fornecedores, as propostas assinaladas em amarelo encontram-se empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	27/09/2019 10:07:35	Senhores participantes, bom dia.
Pregoeiro	27/09/2019 10:10:00	Estamos iniciando a fase de lances do Pregão 70/2019.
Pregoeiro	27/09/2019 10:18:55	Senhores participantes, a proposta inicial está acima do valor estipulado em Edital.
Pregoeiro	27/09/2019 10:19:41	Verifiquem a possibilidade de fornecimento dentro dos limites estipulados em no Termo de Referência.
Sistema	27/09/2019 10:24:36	O(s) Item(ns) 1 está(ão) em iminência até 10:26 de 27/09/2019, após isso entrará(ão) no encerramento aleatório.
Sistema	27/09/2019 10:32:08	Srs. Fornecedores, todos os itens estão encerrados. Será iniciada a fase de aceitação das propostas. Favor acompanhar através da consulta "Acompanha aceitação/habilitação/admissibilidade"
Sistema	27/09/2019 10:37:00	Senhor fornecedor ROMAO COMERCIO E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ/CPF: 10.577.266/0001-55, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	27/09/2019 15:00:09	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação do Fornecedor
Sistema	27/09/2019 15:00:15	Senhor fornecedor TRIUNFO COMERCIAL E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 28.739.782/0001-02, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	30/09/2019	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação do Fornecedor

30/09/2019

COMPRASNET - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

10:21:00
Sistema 30/09/2019 10:21:14 Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado na aceitação'.
Pregoeiro 30/09/2019 10:23:32 Senhores participantes, o sistema mostra dois fornecedores online.
Pregoeiro 30/09/2019 10:23:49 Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 30/09/2019 às 12:00:00.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Abertura de Prazo	30/09/2019 10:21:14	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado		
Fechamento de Prazo	30/09/2019 10:23:49	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 30/09/2019 às 12:00:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 26, do Decreto 5450/2005. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 12:53 horas do dia 30 de setembro de 2019, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

ONERIO CAMBRUZZI FILHO
Pregoeiro Oficial

CLEVIS TRINDADE DA SILVA
Equipe de Apoio



Imprimir o
Relatório

Voltar





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

Processo Administrativo nº 29/2019

Pregão Eletrônico: nº 70/2019

Objeto: Aquisição de Veículo a Ser Destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho – PR.

O Prefeito de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, declara que, quanto ao Pregão Eletrônico acima referenciado e, em razão do não cumprimento das exigências do Edital, por parte das participantes, resta à licitação **FRACASSADA**.

Solicito às Secretarias envolvidas a elaboração de uma nova Solicitação para abertura de Processo Licitatório e encaminhe os autos com urgência à Divisão de Licitação e Contratos para que seja deflagrado novo Edital.

Chopinzinho, 30 de setembro de 2019.

Alvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito

Memorando 3.049/2019

De: Leomar S. - SMA-LC

Para: SMAS-CLIFA - Compras, Licitação, Infra...

Data: 01/10/2019 às 13:55:15

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR - LICITAÇÃO FRACASSADA

Boa tarde,

Mediante resultado do pregão eletrônico 70/2019 processo 29/2019 com objeto: Aquisição de veículo a ser destinado ao conselho tutelar do Município de Chopinzinho-PR, encaminho para Secretaria de Assistência Social a declaração de licitação fracassada para conhecimento e providências.

Anexos:

PE 70-2019 - DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA.pdf

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura
Leomar Pereira Dos Santos	01/10/2019 13:56:12	1Doc LEOMAR PEREIRA DOS SANTOS CPF 101.961.019-05

Para verificar as assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **B056-59F9-078B-46F7**



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.883, DE 8 DE JUNHO DE 1994

Conversão da MPV nº 472, de 1994

Mensagem de veto

Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos abaixo indicados da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 1º

II - (Vetado).

§ 4º (Vetado).

"Art. 5º

§ 2º A correção de que trata o parágrafo anterior, cujo pagamento será feito junto com o principal, correrá à conta das mesmas dotações orçamentárias que atenderam aos créditos a que se referem."

"Art. 6º

VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes;

c) (Vetado).

XIII - imprensa oficial - veículo oficial de divulgação da Administração Pública sendo para a União o Diário Oficial da União, e, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o que for definido nas respectivas leis.

"Art. 8º

Parágrafo único. É proibido o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade a que se refere o art. 26 desta Lei."

"Art. 9º

§ 3º (Vetado).



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-1122 e 3242-1331

Rua Santos Dumont, 3883

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

LEI COMPLEMENTAR Nº 065/2011

Institui o Diário Oficial Eletrônico do Município de Chopinzinho e dá outras providências.

AUTOR: Poder Executivo Municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

L E I:

Art. 1º - Fica eleito como Diário Oficial Eletrônico do Município de Chopinzinho, o Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná, servindo como órgão oficial para publicação e divulgação dos atos normativos e administrativos da municipalidade, no que tange a sua administração direta e indireta.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná, como ferramenta de gestão é instituído e administrado pela Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP, por meio da Resolução nº 001/2011.

Art. 2º - A publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná e de que trata esta Lei atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, instituída nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

§ 1º - O conteúdo das publicações do Diário Oficial Eletrônico de que trata esta Lei será assinado, digitalmente, com base em certificado emitido por autoridade certificadora credenciada.

§ 2º - Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Oficial Eletrônico de que trata esta Lei.

§ 3º - Competirá ao Prefeito Municipal designar as pessoas responsáveis pelas assinaturas dos atos do Poder Executivo e aos representantes das Autarquias e Fundações, as assinaturas dos seus atos a serem publicados no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná.

Art. 3º - A edição eletrônica do Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná será disponibilizada na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico <http://amsop.dioems.com.br>, podendo ser consultado sem custos e independente de cadastramento.

Art. 4º - As publicações no Diário Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná complementarão outras formas de publicação utilizada pelo Município, exceto quando a legislação federal ou estadual exigir outro meio de publicidade e divulgação dos atos administrativos.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefax (46) 3242-1122 e 3242-1331 - Rua Santos Dumont, 3883

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

Art. 5º - Os direitos autorais dos atos municipais publicados no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná são reservados ao município de Chopinzinho.

§ 1º - O Município poderá disponibilizar cópia da versão impressa no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná, mediante solicitação e o pagamento do valor correspondente à sua reprodução.

§ 2º - O Município manterá no quadro de avisos na Prefeitura, cópia da versão impressa da última edição que constar publicação de atos municipais.

Art. 6º - Fica estabelecida a responsabilidade pelo conteúdo da publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná, ao órgão que o produziu.

Art. 7º - Compete à AMSOP o gerenciamento do funcionamento e a manutenção do sistema gerenciador do Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná, bem como a responsabilidade pelas cópias de segurança dos atos nele publicados.

Art. 8º - As edições do Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná atenderão ao calendário designado pela AMSOP, sendo que os atos cadastrados e assinados pela autoridade competente até o horário definido na Resolução AMSOP nº 001/2011, serão publicadas na edição do dia útil subsequente, disponibilizadas para o acesso a partir de 00h00 (zero hora).

Art. 9º - Os atos, após serem publicados no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná, não poderão sofrer modificações ou supressões.

PARÁGRAFO ÚNICO: Eventuais retificações de atos deverão constar de nova publicação.

Art. 10 - O Município fica autorizado a contribuir para a AMSOP, de acordo com o valor fixado pela assembléia geral.

Art. 11 - As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 12 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 13 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, 30 DE NOVEMBRO DE 2011.


Vanderlei José Crestani
Prefeito


Delfo Martinelli
Secretário de Administração

Publicado no Jornal
Tribuna do Povo

Nº 461 de 03/12/2011 pg nº 03 - C



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 896, DE 6 DE SETEMBRO DE 2019

Exposição de motivos

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para dispor sobre a forma de publicação dos atos da administração pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a forma de publicação dos atos da administração pública.

Art. 2º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.

21.

.....
.....
.....
III - em sítio eletrônico oficial do respectivo ente federativo, facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, alternativamente, a utilização de sítio eletrônico oficial da União, conforme regulamento do Poder Executivo federal.

.....
(NR)

"Art.

34.

.....
§ 1º O registro cadastral deverá ser amplamente divulgado e deverá estar permanentemente aberto aos interessados, obrigando-se a unidade por ele responsável a proceder, com periodicidade mínima anual, por meio da imprensa oficial e de sítio eletrônico oficial, a chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados.

.....
(NR)

Art. 3º A Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.

4º

.....
I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso na imprensa oficial e em sítio eletrônico oficial do respectivo ente federativo, facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, alternativamente, a utilização de sítio eletrônico oficial da União, conforme regulamento do Poder Executivo federal;

.....
(NR)

Art. 4º A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.

10.

.....

.....

VI - submissão da minuta de edital e de contrato à consulta pública, por meio de publicação na imprensa oficial e em sítio eletrônico oficial, que deverá informar a justificativa para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato e o seu valor estimado, com a indicação do prazo mínimo de trinta dias para recebimento de sugestões, cujo termo final ocorrerá com, no mínimo, sete dias de antecedência em relação à data prevista para a publicação do edital; e

....."

(NR)

Art. 5º A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.

15.

§

1º

.....

I - publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, na hipótese de consórcio público, do ente de maior nível entre eles; e

....."

(NR)

Art. 6º A exigência legal de publicação pela administração pública federal de seus atos em jornais impressos considera-se atendida com a publicação dos referidos atos em sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da União.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Paulo Guedes

Jorge Antonio de Oliveira Francisco

Este texto não substitui o publicado no DOU de 9.9.2019

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

21
254

Quarta-Feira, 02 de Outubro de 2019

Ano VIII – Edição Nº 1954

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA-Processo Administrativo nº 29/2019 Pregão Eletrônico: nº 70/2019

Objeto: Aquisição de Veículo a Ser Destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho – PR.

O Prefeito de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, declara que, quanto ao Pregão Eletrônico acima referenciado e, em razão do não cumprimento das exigências do Edital, por parte das participantes, resta à licitação FRACASSADA.

Solicito às Secretarias envolvidas a elaboração de uma nova Solicitação para abertura de Processo Licitatório e encaminhe os autos com urgência à Divisão de Licitação e Contratos para que seja deflagrado novo Edital.

Chopinzinho, 30 de setembro de 2019.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro-Prefeito

Cad0310983

As alterações aqui relacionadas passarão a integrar o Edital inicial, com efeitos a partir de sua publicação, as demais informações do Edital ora referenciado permanecem inalteradas.

Esclarecimentos adicionais serão prestados pelo Setor de Licitações e Contratos do CONIMS, fone (0**46) 3313-3550.

Pato Branco, 01 de outubro de 2019.

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Presidente

Publicado por:

Ivete Maria Lorenzi

Código Identificador:3E55ACBE

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS
ALTERAÇÃO XX NA TABELA DO EDITAL DE
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2017 -
CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE
SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE ÓRTESE/PRÓTESE E
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E
SERV**

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Resolução n.º 034/2019 do CONIMS, através da Resolução n.º 103/2017 de aprovação da Tabela de Valores e Procedimentos Médicos Ambulatoriais e Hospitalares, Serviços de Apoio à Diagnóstico e Terapia (SADT) e Fornecimento de Órtese/Prótese do CONIMS, considerando ainda a **Resolução n.º 154/2019 de 30 de setembro de 2019**, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, suas alterações, Lei n.º 8.080/90, Lei Estadual n.º 15.608/07, Portaria n.º 1.286/93 e Portaria n.º 1.034/10 do Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis, torna público aos interessados a inclusão de procedimentos e ajustes de valores na tabela de Credenciamento, conforme segue:

INCLUSÃO DE PROCEDIMENTOS:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
PROCEDIMENTOS E DIAGNOSE		
0409060038	EXCISÃO TIPO 3 DO COLO UTERINO	138,46
0415040035	DEBRIDAMENTO DE ULCERA DE TECIDOS DESVITALIZADOS	215,91

AJUSTE DE VALORES CONFORME TABELA SUS:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR AJUSTADO
PROCEDIMENTOS E DIAGNOSE		
0405030169	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOROCARBONO E ENDOLASER	2.921,17
0405030177	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOROCARBONO/ÓLEO DE SILICONE/ENDOLASER	3.283,41

As alterações aqui relacionadas passarão a integrar o Edital inicial, com efeitos a partir de sua publicação, as demais informações do Edital ora referenciado permanecem inalteradas.

Esclarecimentos adicionais serão prestados pelo Setor de Licitações e Contratos do CONIMS, fone (0**46) 3313-3550.

Pato Branco, 01 de outubro de 2019.

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Presidente

Publicado por:

Ivete Maria Lorenzi

Código Identificador:17207F22

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PREGÃO
70-2019**

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

Processo Administrativo nº 29/2019

Pregão Eletrônico: nº 70/2019

Objeto: Aquisição de Veículo a Ser Destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho - PR.

O Prefeito de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, declara que, quanto ao Pregão Eletrônico acima referenciado e, em razão do não cumprimento das exigências do Edital, por parte das participantes, resta à licitação **FRACASSADA**.

Solicito às Secretarias envolvidas a elaboração de uma nova Solicitação para abertura de Processo Licitatório e encaminhe os autos com urgência à Divisão de Licitação e Contratos para que seja deflagrado novo Edital.

Chopinzinho, 30 de setembro de 2019.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO

Prefeito

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk

Código Identificador:B8FCA000

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 392-2019 - TP 08-2019**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 392/2019

TOMADA DE PREÇOS - EDITAL Nº 8/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, com sede à Rua Miguel Procópio Kurpel, 3.811, inscrito no CNPJ/MF nº 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.124.995-4/PR e do CPF/MF nº 009.378.889-40, e CONTRATADO(A): CONSTRUTORA BRAGATO EIRELI - EPP, com sede na Rua Coronel Santiago Dantas, nº 4642, Centro, Chopinzinho - PR, CEP 85.560-000, CNPJ nº 02.394.264/0001-00, telefone (46) 3242-1538, e-mail: inove.projetos1@gmail.com, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Senhora Laís Bragato, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.765.380-3 SSP/PR e do CPF/MF sob nº 054.345.559-96, tendo em vista a homologação do resultado do Processo Licitatório nº 125/2019, Modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 8/2019, têm entre si justa e acordada a celebração do presente Contrato:OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO MÓDULO ESPORTIVO MUNICIPAL, CONTRATO DE REPASSE Nº 863629/2017/ME/CAIXA.VALOR: R\$ 677.256,85 (seiscentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos). As despesas com a execução da(s) obra(s) correrão a conta dos recursos do Município, na seguinte Dotação Orçamentária: Secretaria de Educação, Cultura e Esporte: 06.05.27.812.0015.1.010.000-4.4.90.51 (Fonte 990), 06.05.27.812.0015.1.010.000-4.4.90.51 (Fonte 000). APLICAÇÃO DE MULTA: Compete à Divisão de Tesouraria do CONTRATANTE a aplicação de multas.PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme cronograma será de 10 (dez) meses contatos a partir da emissão da ordem de serviço. PRAZO DE VIGÊNCIA: 16 (dezesesseis) meses a partir da data de assinatura.FORO: Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Chopinzinho-PR, 01 de outubro de 2019.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO.

Prefeito

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk

Código Identificador:F0E9D59B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO 2 - TP 08-2019**

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS nº 8/2019



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 28 / 11 / 19.

ORIGEM: Gabinete do Prefeito

DESTINO: Divisão de Licitações / Comissão Permanente de Licitações

REFERÊNCIA: Autorização para solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Recebido a solicitação de contratação de empresa para fornecimento de um veículo zero quilometro para conselho tutelar, protocolada pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Sob nº 3.918 /2019, autorizo a abertura de Procedimento Licitatório.



Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente processo tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de um veículo automotor, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Item	Qtde.	Unid.	Descrição do produto	Unit. R\$	Total R\$
01	01	Unid.	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan modelo do ano da contratação ou do ano posterior; capacidade mínima para 05 lugares; potência mínima de 101G/104E CV; Transmissão manual de ate cinco velocidades; 5 portas; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; vidros elétricos dianteiros e traseiros; travas elétricas nas portas dianteiras e traseiras; jogo de tapetes em PVC; protetor de motor; cor branca original de fábrica; combustível flex; ar condicionado; película protetora para vidros com 50% de proteção; todos itens obrigatórios de serie e originais de fábrica; garantia mínima de 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro	62.597,60	62.597,60
TOTAL R\$				62.597,60	



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Consubstancia-se o pedido que norteia a abertura deste procedimento licitatório é a aquisição de um veículo 0 km (zero quilômetro), o qual será destinado a atender as necessidades do Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho - PR, haja vista que o conselho tutelar não dispõe de veículo próprio no momento.

Buscando melhorar a qualidade de atendimento do público usuário do conselho tutelar, justificamos a importância da aquisição de um veículo zero quilômetro para oferecermos a nossa população um atendimento com qualidade e cada vez mais abrangente, e assim suprir todas as necessidades do nosso município.

Os Conselheiros Tutelares também são responsáveis pelo cumprimento das ordens Judiciais e requisições do Ministério Público, tais como fiscalização de eventos, atendimento de ocorrências, apoio às policiais civil, militar e corpo de bombeiros nas emergências, transportes de crianças e adolescentes inclusive para outras cidades, entre outras diversas atribuições constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, e a aquisição de um veículo novo e com espaço interno mais apropriado para as atividades do Conselho representará condições de atuação e trará segurança para crianças, adolescentes e familiares envolvidos.

O veículo a ser adquirido será custeado com parte do incentivo financeiro do programa de apoio e fortalecimento da atuação dos conselhos tutelares do estado do Paraná, e o valor faltante será disponibilizado em contra partida pelo município.

Portanto com intento de garantir maior segurança do público usuário e de garantir a preservação do patrimônio da administração pública solicitamos a procedência do pedido.

3. DA MODALIDADE

3.1. Faz-se necessária a contratação de empresa para fornecimento de um veículo automotor, observando o menor preço global, sugere-se a modalidade pregão presencial, considerando que o processo 29/2019, pregão eletrônico edital 70/2019, restou deserto em data de 30 de setembro de 2019.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

- 4.1 O prazo de execução será de 60 (sessenta) dias e a vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias.

5. DO VALOR

- 5.1. Informa-se que a consulta de preços referente ao objeto do presente termo foi realizada pela servidora Marcia Rejane Niendicker, inscrita no CPF nº 813.289.159-72.

6. DA ENTREGA

- 6.1 Os produtos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chopinzinho/PR, na rua Santos Dumont, 4645, Centro, na cidade de Chopinzinho - PR, sem custo adicional de frete, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão da NE.

7. DO PAGAMENTO

- 7.1. O Pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após emissão de nota fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante depósito bancário em nome do proponente.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1 O recurso a ser utilizado para custear a revisão do veículo será a deliberação nº 107/2017 CEDCA/PR, fonte 985 e fonte 000.

9. DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. Conforme dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e **fiscalizada** por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

- 9.2. Destarte, terá como gestora a Sra. Rosani Checelski, CPF 020.039.019-81 Chefe do Departamento de Assistência Social;
- 9.3. Atuará como fiscal do contrato a Sra. Marcia Rejane Niendicker, CPF 813.289.159-72, Auxiliar Administrativo;
- 9.4. Como substituto da fiscal o Sr. Jorcelio Farias, CPF 828.740.269-72.

Chopinzinho, 28 de novembro de 2019.

Rosani Checelski
Secretária Mun. de Assistência Social
Decreto N° 483/2019 de 14/11/2019

ROSANI CHECELSKI
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto 483/2019 de 19/11/2019

PROPOSTA DE VENDA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Seu Fiat Cronos é o 1.3 com câmbio manual na cor Branco Banchisa. 2019/2020



- Alarme antifurto
- Alertas de limite de velocidade e manutenção programada
- Apoia-pé para o motorista
- Ar condicionado
- Banco do motorista com regulagem de altura
- Brake light
- Chave canivete com telecomando para abertura das portas, vidros e porta-malas
- Check quadro de instrumentos (Welcome Moving)
- Cintos de segurança traseiros (laterais e central) retráteis de 3 pontos
- Computador de Bordo (distância, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia, velocidade média e tempo de percurso)
- Desembaçador do vidro traseiro temporizado
- Direção elétrica progressiva
- Drive by Wire (Controle eletrônico da aceleração)
- ESS (Sinalização de frenagem de emergência)
- Encosto de cabeça traseiro central
- Espelho no para-sol lados motorista e passageiro

Concessionárias:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Cascavel PR (45) 3218 1010 | <input type="checkbox"/> Assis Chateaubriand PR (44) 3528 3376 |
| <input type="checkbox"/> Toledo PR (45) 3277 4700 | <input type="checkbox"/> Pato Branco PR (46) 3101 7700 |
| <input type="checkbox"/> Paranavai PR (44) 3423 9090 | <input type="checkbox"/> Mal. C. Rondon PR (45) 3254 2000 |
| <input type="checkbox"/> Palotina PR (44) 3649 7400 | <input type="checkbox"/> Umuarama PR (44) 3621 1800 |
| <input type="checkbox"/> Guaira PR (44) 3642 1744 | <input type="checkbox"/> São Lourenço SC (49) 3344 7500 |

- Follow me home
- Gancho universal para fixação cadeira criança (Isofix)
- HCSS (Sistema de partida a frio sem tanque auxiliar de gasolina)
- HSD (High Safety Drive) - Airbag duplo (motorista e passageiro) e ABS com EBD
- Iluminação do porta-malas
- Insufilme
- Lane Change (Função auxiliar para acionamento das setas indicando trocas de faixa)
- Limpador e lavador do vidro dianteiro com intermitência
- Novo motor 1.3 Firefly 8V Flex
- Predisposição para rádio (2 alto-falantes dianteiros, 2 alto-falantes traseiros, 2 tweeters e antena)
- Quadro de instrumentos 3,5" multifuncional com relógio digital, calendário e informações do veículo em TFT personalizável
- Rodas de aço estampado 6.0 x 15" com calotas integrais + Pneus "verde" com baixa resistência a rolagem 185/60 R15
- Rádio Connect AUX/USB/MP3/AM/FM, Audio Streaming, Viva-voz Bluetooth® - inclui volante com comandos do rádio e telefone
- Sistema de monitoramento de pressão dos pneus
- Tomada 12V
- Tapetes
- Travas elétricas (Travamento automático a 20 km/h, indicador de portas abertas, luz interna com temporizador e tampa do combustível)
- Vidros elétricos dianteiros com one touch e antiesmagamento
- Volante com regulagem de altura

- Protetor de carter.

• DADOS TÉCNICOS

- Cilindrada total (cc): 1332
- Potência máxima (cv): 101,0 (G) a 6000 rpm / 109,0 (E) 6250
- rpm
- Torque máximo (kgf.m): 13,7 (G) / 14,2 (E) a 3500 rpm
- Capacidade do porta-malas (litros): 525
- Tanque de combustível (litros): 48
- Comprimento do veículo (mm): 4364

Concessionárias:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Cascavel PR (45) 3218 1010 | <input type="checkbox"/> Assis Chateaubriand PR (44) 3528 3376 |
| <input type="checkbox"/> Toledo PR (45) 3277 4700 | <input type="checkbox"/> Pato Branco PR (46) 3101 7700 |
| <input type="checkbox"/> Paranavai PR (44) 3423 9090 | <input type="checkbox"/> Mal. C. Rondon PR (45) 3254 2000 |
| <input type="checkbox"/> Palotina PR (44) 3649 7400 | <input type="checkbox"/> Umuarama PR (44) 3621 1800 |
| <input type="checkbox"/> Guaíra PR (44) 3642 1744 | <input type="checkbox"/> São Lourenço SC (49) 3344 7500 |



REDE DE CONCESSIONÁRIAS FIAT

GRUPO
I. RIEDI

- Largura do veículo (mm): 1962
- Altura do veículo (mm) : 1508
- Entre-Eixos (mm): 2521
- Altura do solo (mm): 158

R\$

62,597.60

* PROPOSTA VÁLIDA DE 60 DIAS

ATT.FIPAL REDE DE CONCESSIONÁRIAS
FIAT

LUIZ CARLOS MARCHESI

DPTO VENDAS

46 2101 7700

46 99120 3705 WHATTS

PATO BRANCO – 25 DE NOVEMBRO DE
2019

77.396.810/0008-00

FIPAL - DISTRIBUIDORA DE
VEÍCULOS LTDA.

Avenida Tupi, 3686

85506-000 PATO BRANCO - PR

Concessionárias:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Cascavel PR (45) 3218 1010 | <input type="checkbox"/> Assis Chateaubriand PR (44) 3528 3376 |
| <input type="checkbox"/> Toledo PR (45) 3277 4700 | <input type="checkbox"/> Pato Branco PR (46) 3101 7700 |
| <input type="checkbox"/> Paranavai PR (44) 3423 9090 | <input type="checkbox"/> Mal. C. Rondon PR (45) 3254 2000 |
| <input type="checkbox"/> Palotina PR (44) 3649 7400 | <input type="checkbox"/> Umuarama PR (44) 3621 1800 |
| <input type="checkbox"/> Guaira PR (44) 3642 1744 | <input type="checkbox"/> São Lourenço SC (49) 3344 7500 |

www.fipal.com.br

ORÇAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

HB20S 1.6 VISION – MANUAL – 2019/2020

R\$: 63.590,00 (SESSENTA E TRÊS MIL QUINHENTOS E NOVENTA REAIS)

Motor/Performance

Motor Gamma 1.6 Manual

ESTILO EXTERIOR

Faróis com máscara negra

Lanternas Clear Vision

Maçanetas externas na cor da carroceria

Retrovisores externos na cor da carroceria com repetidores laterais

Calotas de 15", modelo Bold, pneus 185/60 R15

ESTILO INTERIOR

Painel de instrumentos Supervision Cluster

Bancos em tecido Knit cinza

Maçanetas internas cromadas

SEGURANÇA

Airbag frontal duplo

Freios ABS com EBD

Alarme perimétrico

Controle de estabilidade (ESP)

Controle de tração (TCS)

Sinalização de frenagem de emergência (ESS)

Assistente de partida em rampa (HAC)

CONFORTO E CONVENIÊNCIA

Ar-condicionado

Direção elétrica progressiva

Vidros elétricos dianteiros e traseiros e do motorista com função one touch (subida e descida) e antiesmagamento

Travas elétricas nas portas e porta-malas com comandos na chave

Computador de bordo com 7 funções

Chave principal tipo canivete com telecomando de travamento das portas e porta-malas

Retrovisores externos com ajuste elétrico

Banco do motorista com regulagem de altura

USB para carregamento rápido de celular

SISTEMA DE ÁUDIO

Central multimídia blueMedia® Central multimídia flutuante com tela touchscreen de 8 polegadas

João Lucas
14.896.055/0001-77
**SANTA FÉ COMÉRCIO
DE VEÍCULOS S/A**
Rua Antonina, 475
Centro - CEP 85601-580
Francisco Beltrão Paraná

PIRÂMIDE VEÍCULOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO -PR

Voyage 1.6 – 104cv/101cv 2019/2020

Principais Itens Serie:

- . "ABS" - freios com sistema antitravamento
- . Transmissão Manual
- . "EBD" - freios com distribuição eletrônica de frenagem
- . "ESS" - alerta de frenagem de emergência
- . 2 airbags (passageiro e motorista)
- . 2 Luzes de leitura traseiras
- . 2 apoios de cabeça no banco traseiro com ajuste de altura
- . Alerta sonoro de faróis acesos
- . Alerta sonoro e visual de não utilização do cinto de segurança do motorista
- . Antena no teto
- . Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen
- . Banco do motorista com ajuste de altura
- . Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionador
- . Cintos de segurança laterais traseiros retráteis
- . Compartimento carga 480 litros
- . Desembaçador do vidro traseiro
- . Direção hidráulica
- . Encosto do banco traseiro rebatível
- . Faróis simples com máscara escurecida
- . Grade dianteira em preto
- . Iluminação no porta-malas
- . Painel de instrumentos c/ conta-giros, velocímetro e marcador do nível de combustível
- . Para-choques na cor do veículo
- . Para-sol com espelho para motorista e passageiro
- . Porta-revistas no encosto do banco do passageiro dianteiro
- . Preparação para sistema de som com fiação
- . Retrorrefletores no para-choque traseiro
- . Rodas de aço aro 14" com pneus 185/65 R14 e calotas "Xisto"
- . Reservatório de Combustível 55 litros
- . Suporte para celular com entrada USB
- . Temporizador do limpador do para-brisa
- . Tomada 12V no console central
- . Travamento elétrico das portas
- . Vidros dianteiros e traseiros elétricos
- . Cor Branca

*Potência: 100% Etanol / 100% Gasolina

R\$ 64.970,00

PIRÂMIDE VEÍCULOS LTDA
R. vendedor Autorizado Volkswagen
Av. Tupi, 3428 Fone / Fax (46) 2101-3900
CNPJ: 79.852.406/0001-52

Orçamento Válido conforme disponibilidade fabrica.

Pato Branco, 27 de Novembro de 2019.

PIRÂMIDE VEÍCULOS LTDA.

Av. Tupi, 3428
Pato Branco - Pr.

Fone (46) 2101-3900
CEP. 85.505-000

C.N.P.J. 79.852.406/0001-52
Insc. Estadual 31.600035-52



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811

85.560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

DATA: 27/11/2019

ORIGEM: SECRETARIA DE FINANÇAS

DESTINO: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL / COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA O CONSELHO TUTELAR.

VALOR: R\$ 62.597,60

Em atenção à solicitação formulada por Vossa Excelência, informamos as dotações orçamentárias constantes nas seguintes leis orçamentárias Lei nº 3.748/2018 – LOA, Lei nº 3.676/2017 – PPA (2018-2021).

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.03.082430019.2.059.4.4.90.52 (1956) F: 985 (802)

08.03.082430019.2.059.4.4.90.52 (1955) F: 000 (801)

Atenciosamente,


RODRIGO JAZYNSKI
Contabilidade


LUCIANI MONTEIRO CENCI
Finanças

RECEBIMENTO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi os presentes autos na
Divisão de Licitações e Contratos.

Chopinzinho/PR, 28 de novembro de 2019.


Giliane Teles Forlin
Agente Administrativo
Divisão de Licitações e Contratos



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA - PARECER

DATA: 02/12/2019

ORIGEM: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DESTINO: DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REFERÊNCIA: PARECER ACERCA DA SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO.

Em atenção ao despacho do Senhor Prefeito referente à autorização para início de Procedimento Licitatório para aquisição de veículo automotor destinado ao Conselho Tutelar, constante no Termo de Referência, temos a informar:

De posse da documentação apresentada pela Secretaria de Assistência Social, a Comissão Permanente de Licitações entende ser perfeitamente viável a referida contratação e somos de parecer favorável que mesma seja realizada via Modalidade PREGÃO.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.729/79 (conhecida como Lei Ferrari), alterada pela Lei Federal nº 8.132/90, que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores terrestre, tornando obrigatório a comercialização de veículos por Concessionária Autorizada.

CONSIDERANDO que todas as Concessionárias de veículos encontram-se enquadradas na condição de Empresa Normal, fora da abrangência da Lei Complementar nº 123/2006.

CONSIDERANDO que o referido veículo já foi objeto do Pregão eletrônico nº 70/2019, tendo sido declarado fracassado, conforme documentado nos autos.

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Assistência Social para que o Certame seja na forma presencial.

A Comissão Permanente de Licitações entende que a forma Presencial de Ampla Concorrência melhor atenderá os objetivos da Administração.

Atenciosamente,

Josiane Moschen
Presidente da Comissão Permanente de Licitações



Município de Chopinzinho ³⁶

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

DECRETO Nº 001/2019, DE 03 DE JANEIRO DE 2019

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados a Sra. Josiane Moschen, CPF nº 010.576.599-67, RG nº 9.873.409-0-SSP/PR, como Presidente, o Sr Roberto Alencar Przendziuk, CPF nº 546.462.519-49 e RG nº 5.253.580-8 – SSP/PR e o Sr. João de Souza Bueno, CPF nº 553.918.509-91, RG nº 3.538.053-1 – SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2019.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4º do art. 51, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2019, ficando revogado o Decreto nº 001/2018, de 04 de janeiro de 2018 e o Decreto nº 471/2018, de 25 de outubro de 2018 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 03 DE JANEIRO DE 2019.


Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios do Sudoeste do Paraná
DIOEMS
EDIÇÃO Nº 1766 de 07/01 /2019



Município de Chopinzinho

37

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

DECRETO Nº 581/2018, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018

Nomeia Pregoeiros do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. Roberto Alencar Przendziuk, CPF nº 546.462.519-49 e RG nº 5.253.580-8 – SSP/PR, Sr. Onério Cambruzzi Filho, CPF nº 062.575.819-66 e RG nº 9.429.975-6, Sra. Giliane Teles Forlin, CPF nº 085.098.669-96 e RG nº 10.282.377-0 SSP/PR, Sr. Paulo Egídio Dalsasso, CPF nº 037.281.239-27 e RG nº 6.815.803-6/PR e o Sr. Leomar Pereira dos Santos, CPF nº 101.961.019-05 e RG nº 13.011.938-7/PR para exercerem a função de Pregoeiro do Município de Chopinzinho para o exercício de 2019.

Art. 2º - Ficam igualmente nomeados Sr. Clevis Trindade da Silva, CPF nº 026.046.899-10 e RG nº 7.049.866-3 SSP/PR, Sra. Clecia Steilmann Weber, CPF nº 021.532.509-51, RG nº 6.539.685-8/PR, Sra. Neide Marinez Caldato, CPF nº 023.594.429-70 e RG nº 7.722.329-0 SSP/PR, Sra. Micheli Leticia Dietrich, CPF nº 081.079.229-05 e RG nº 10.612.160-5 SSP/PR e a Sra. Luciana Coelho de Souza, CPF nº 033.537.899-44 e RG nº 3.136.912-6/PR como equipe de apoio.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2019, ficando revogado o Decreto nº 004/2018, de 08 de janeiro de 2018, e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 28 DE DEZEMBRO DE 2018.


Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do
Sudoeste do Paraná

DIOEMS
EDIÇÃO Nº 1763 de 02/01/19



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

AUTORIZAÇÃO

Face ao constante dos autos, protocolado nesta Prefeitura sob o nº **3.918/2019** e considerando a formação de preços estipulada pela Secretaria de Assistência Social, **autorizo o Processo Licitatório**, na modalidade de Pregão do tipo menor preço, nos termos das Leis Federais nº. 8.666/93 e alterações posteriores e nº 10.520/02, bem como a LC 123/06 e LC147/14 e Legislação Municipal.

Por outro lado, o impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subsequentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos arts. 16 e 17, da Lei Complementar nº 101/2000.

Solicito a Divisão de Licitações e Contratos, preparação da minuta do instrumento convocatório de Licitação, encaminhando os autos à Procuradoria Municipal para emissão de parecer nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei n. 8.666/93.

Chopinzinho, 02 de dezembro de 2019.


Alvaro Denis Ceni Scolaro
Prefeito



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 249/2019

PREGÃO

EDITAL Nº ____/2019 (MINUTA)

FORMA: PRESENCIAL

**AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO
CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHO-
PINZINHO-PR.**



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL N.º /2019

LICITAÇÃO MODO AMPLA CONCORRÊNCIA.

1 – PREÂMBULO - O Município de Chopinzinho – PR., por intermédio da Secretaria de Administração, mediante a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto n.º 01/2019, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicado, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito neste Edital e seus Anexos:

Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO**

DATA DA LICITAÇÃO: DIA ____ DE _____ DE 2019.

HORÁRIO DA LICITAÇÃO: ____:____ (_____) HORAS.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: LOGO APÓS O CREDENCIAMENTO DE TODOS.

Local: Sala de Licitações da Prefeitura, Rua Miguel Procópio Kurpel, n.º 3811, CEP 85.560-000 – Chopinzinho – Paraná.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 61/2005, que regulamenta a modalidade do Pregão e no que couber a Lei 8.666/93 com suas alterações, Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e Lei Complementar Municipal nº 083/2016, Decreto Municipal nº 227/2016 e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e ao objeto licitado.

1.1 - Na hipótese de ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

1 - DO OBJETO

1.1 O presente Pregão tem por objeto:

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR.

Conforme descrição, características e preços máximos a serem praticados, constante no Anexo 1 deste Edital.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Os interessados em participar do Processo licitatório deverão atender previamente as seguintes condições:

- a) Ser Pessoa Jurídica e atender a todas as condições exigidas na habilitação.
- b) Possuir ramo de atividade compatível e pertinente ao objeto do presente edital.
- c) Atender o disposto na Lei Federal nº 6.729/1979 (Lei Ferrari), alterada pela Lei Federal nº 8.132/1990.

2.2 - Não poderão participar de qualquer fase da Licitação:

- 2.2.1** – Empresa que tenha dirigente, sócio, responsável técnico ou legal, que:
 - a) Seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município, e principalmente membros da comissão de licitação, pregoeiros ou qualquer outra autoridade ligada à contratação;
 - b) Seja ocupante de cargo comissionado e servidor efetivo com função gratificada ou co-



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telephone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

missionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados na Administração Pública do Município de Chopinzinho, e incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos, por afinidade ou por adoção, em linha reta, colateral até o 3º grau;

c) Seja Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual (art. 54, II da Constituição de 1988) ou Vereador;

d) Seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do artigo 9º, da Lei 8.666/93).

2.3 – Não poderão participar ainda:

2.3.1 - Os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.3.2 - Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

2.3.3 - Aqueles incursos nas sanções previstas no inciso III, Artigo 87 da Lei 8.666/93, mesmo quando aplicadas por outros órgãos ou entidades públicas.

2.3.4 - Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a administração pública, ou que possuam restrições quanto à capacidade **técnica ou operativa**, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

2.3.5 - Estão impedidas de participar desta licitação as empresas que apresentarem mais de uma proposta para cada item específico.

2.4 - A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro do art. 41 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.2 - **Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação**, conforme inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02 – (Modelo em anexo).

3.3 - As empresas que não apresentarem os documentos previstos nos subitens 3.2, não poderão entregar os envelopes, recebendo-os de volta lacrados, se for o caso.

3.4 - As empresas que apresentarem a documentação, mas não apresentarem documentação hábil para credenciar os seus representantes legais, poderão entregar os envelopes e participar com seu preço original ofertado, mas estarão impedidos de participar da etapa de lances.

3.5 – Para o Credenciamento de Representante da Empresa no Certame será exigido:

3.5.1 - **Tratando-se de representante legal**, o Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Chopinzinho – CRC ou o estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.5.2 - **Tratando-se de procurador**, o instrumento de procuração público ou particular, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO da assinatura do representante legal, que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do CRC, ou o estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

3.5.3 - **Tratando-se de credenciado**, a carta de credenciamento onde constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do CRC, ou o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga. (Modelo em Anexo).

3.5.4 - O representante legal, procurador ou credenciado, deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.5.5 - A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista neste edital.

3.6 - A carta de credenciamento ou procuração, juntamente com os documentos comprobatórios, a



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, deverão ser entregues ao Pregoeiro no início da sessão, separados dos envelopes de "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".

3.7 - Caso a proponente não envie representante na sessão de abertura, a **Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, acompanhada de documento que comprove os poderes do representante legal e demais comprovantes, deverão vir em envelope separado dos envelopes nº 01 - Proposta de Preços e envelope nº 02 - Documentos de Habilitação.**

3.8 - Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciada.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 A Proposta de Preços e os documentos de habilitação que a instruírem, deverão ser apresentados no local, dia e hora determinada, em 2 (dois) envelopes, devidamente fechados e rubricados no fecho, com a seguinte identificação externa:

a) Envelope 01: Proposta de Preços

ENVELOPE 01 – PROPOSTAS DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.
EDITAL Nº ____/2019 - PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ:

b) Envelope 02: Documentos de Habilitação

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.
EDITAL Nº ____/2019 - PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ:

4.2. Os documentos apresentados pelas licitantes nas Propostas de Preços e nos Documentos de Habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.

4.3. No **ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter:

- a) A Proposta de Preço deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente.
- b) Indicação do nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, CPF, RG e cargo (proprietário, sócio, gerente, administrador, etc...), na empresa do responsável da proponente.
- c) Indicação do número do Edital.
- d) Indicação do Prazo e do local de entrega.
- e) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da reunião do Pregão. Caso não constar explicitamente o prazo de validade, será considerado como de 60 (sessenta) dias.
- f) Constar preço unitário e total dos produtos, sendo que o preço deverá ser composto de DUAS casas decimais após a vírgula, observados os preços máximos a serem praticados (**Anexo 1**), descrição completa dos produtos.
- g) Constar a marca dos produtos oferecidos, e o modelo, se existirem.
- h) Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- i) Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendido como excessivos aqueles superiores à média levantada na pesquisa de mercado, conforme termo de referência (**Anexo 1**).



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

j) Atender as exigências contidas neste Edital e seus Anexos que fazem parte integrante deste.

k) Indicação de que correrão por conta da LICITANTE vencedora todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, impostos, taxas, fretes e quaisquer outras despesas relativas aos produtos a serem contratados.

l) A proposta comercial deverá ser assinada pelo representante legal da licitante (proprietário, sócio ou procurador) e indicação do nome, cargo, CPF e RG.

m) A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

n) Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

o) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.4. NO ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter:

4.4.1. - Certificado de Registro Cadastral vigente, emitido pela Divisão de Licitações da Prefeitura de Chopinzinho, ou todos os documentos contidos no Item 4.5.

4.4.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal – Certidão Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as Contribuições Sociais.

4.4.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

4.4.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

4.4.5 - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certidão, emitida eletronicamente pela CEF.

4.4.6 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

4.4.7 – Prova de regularidade junto ao Conselho Nacional de Justiça, mediante a apresentação de Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA.

4.4.8 – Comprovante de ausência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

4.4.9 – Comprovante de ausência de registro no Cadastro de Impedidos de Licitar junto ao CONTROLE SOCIAL - TCE/PR.

4.4.10 - Declaração de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte, assinada pelo responsável legal da licitante. LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014. (conforme modelo em anexo, somente para as empresas que se enquadram em tal condição).

4.4.10.1 - A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista neste edital.

4.4.11 - Declaração da licitante, assinada pelo seu representante legal, **de que não pesa contra si inidoneidade** expedida por órgão público, de qualquer esfera de governo, bem como Declaração cumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Declaração de comprometimento de manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do contrato (conforme modelo em anexo).

4.4.12 - Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incurso nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 (conforme modelo em anexo).

4.4.13 – Comprovação de Autorização e Concessão de Comercialização, fornecida pelo fabricante do veículo ofertado. (Lei Federal nº 6.729/79, “Lei Ferrari”, alterada pela Lei Federal nº 8.132/1990).

4.5 - Caso a empresa licitante não apresente o Certificado de Registro Cadastral, conforme solicita o item 4.4.1 deste edital, deverá apresentar no ato, além dos documentos previstos nos itens 4.4.2 a 4.4.13, também os seguintes documentos:

I - Registro comercial, no caso de empresa individual.

II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

III - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

exercício.

IV - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

V - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF.

VI - Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Cartório Judicial Distribuidor da Comarca da Sede da pessoa jurídica, com vigência de até 60 dias contados a partir da sua emissão.

4.6 - As proponentes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Art. 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

4.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das MEP's, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.8 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.9 - Toda e qualquer documentação emitida pela empresa deverá ser datada e assinada por seu(s) representante(s) legal (is), devidamente qualificado(s) e comprovado(s).

4.10 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro ou por cópias desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

5. DA SESSÃO DO PREGÃO

5.1. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

a) Identificação e credenciamento de 1 (um) representante por licitante participante, em conformidade com o estabelecido no item 3 deste Edital.

b) Recolhimento dos envelopes "proposta de preços" e "documentos de habilitação", os quais serão rubricados em seus fechos pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes.

c) Abertura da sessão pelo pregoeiro, após o que não mais serão admitidos novos proponentes.

d) Abertura dos envelopes "proposta de preços".

5.2. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

a) Abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, será efetuada a análise das propostas, desclassificando-se as propostas que estejam em desacordo com as especificações técnicas quanto ao objeto licitado e contidos no Termo de Referência deste edital e classificação das propostas que estejam em consonância com o exigido.

b) Erros de natureza formal, que não alterem o valor total da proposta, poderão ser corrigidos na sessão do pregão e não acarretarão a desclassificação do licitante.

c) Indicação das licitantes que participarão da rodada de lances verbais:

c.1) Serão proclamados pelo Pregoeiro, os proponentes que apresentarem as propostas com menor preço, assim entendido àqueles licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10%, relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII, do artigo 11, do Decreto nº 061/2005.

c.2) Em não havendo no mínimo, 03 (três) propostas escritas definidas nas condições do inciso subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores, juntamente com a(s) proposta(s) já habilitada(s), participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, conforme disposto no inciso IX, do artigo 11, do Decreto nº 061/2005.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

c.3) Para fins do disposto no subitem c.2, ocorrendo empate entre as propostas, serão aceitas, sem limites, tanto quanto forem as propostas empatadas, a fim de que seus autores participem dos lances verbais.

c.4) Aos proponentes proclamados conforme subitem c.2, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

d) Rodada de lances verbais entre as licitantes convocadas:

d.1) A rodada de lances verbais será repetida até que se esgotem as ofertas por parte das licitantes.

d.2) A convocação para a oferta de lances, pelo Pregoeiro, terá como referencial o **VALOR UNITÁRIO OFERTADO**, iniciando-se com a licitante ofertante do maior preço e finalizando com a ofertante do menor preço, devendo o lance ofertado cobrir o de menor preço; a cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

d.3.) O primeiro lance verbal da sessão deverá ser de valor inferior ao da proposta escrita de menor preço.

d.4.) A licitante que não apresentar seu lance na forma indicada na letra "d.3", quando convocada pelo Pregoeiro, será excluída das próximas rodadas de lances, salvo se a totalidade dos licitantes também não oferecer lance;

e) Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

f) Após o ordenamento das licitantes por preço será realizada:

f.1.) Análise da proposta de menor preço, no que tange à sua aceitabilidade quanto ao objeto e valor, devendo o Pregoeiro decidir motivadamente a respeito.

f.2.) Negociação direta com a proponente de menor cotação, para a obtenção de melhor preço, se for o caso.

f.3.) Verificação das condições de habilitação da licitante que apresentar a proposta de menor preço, passando para a análise da documentação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação, caso a primeira não atenda às exigências editalícias, até a apuração de proposta que corresponda ao exigido.

f.4.) Declaração da licitante vencedora.

f.5.) Vistas e rubrica, pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das participantes, em todas as propostas econômicas, e nos documentos de habilitação da vencedora.

f.6.) Manifestação das demais licitantes quanto à intenção de recorrer, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido.

f.7) A ausência de manifestação imediata e motivada de intenção de recurso importará: a preclusão do direito de recurso; a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora; e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;

f.8.) Fechamento e assinatura da ata da reunião pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das participantes.

g) A devolução dos envelopes "documentos de habilitação" das licitantes remanescentes será efetuada após 90 (noventa) dias da assinatura do contrato ou recebimento da ordem de fornecimento pela empresa vencedora.

h) Homologada a licitação pela autoridade superior deverá ser procedida a convocação da adjudicatária para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.2.1. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

5.2.2. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

5.2.3. Se o licitante vencedor recusar-se a entregar o objeto licitado os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação para fazê-lo, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades estabelecidas no item 10 deste Edital.

5.2.4. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em Sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.

5.2.5. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

6 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

6.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

6.1.1. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas uma vez vencidos os respectivos prazos legais.

6.1.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas.

6.1.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

6.1.4. Qualquer pedido de providências, impugnação ou recursos em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

6.1.5. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos, encaminhadas pela forma eletrônica, só terão conhecimentos quando digitalizados com data e assinatura do representante legal, e confirmação de sua leitura e entrega.

6.1.6. As dúvidas e esclarecimentos a serem dirimidas por telefone terão o caráter estritamente informal.

7 – DOS RECURSOS

7.1. Qualquer Licitante poderá manifestar intenção de recorrer contra as decisões do Pregoeiro proferidas no decorrer da sessão, que deverá seguir o seguinte procedimento:

a) O momento para a manifestação deverá ser após a declaração do vencedor pelo Pregoeiro;

b) A manifestação deverá ser imediata e motivada, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, de acordo com o art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

b.1. – A alegação de preço inexequível por parte de um dos licitantes com relação à proposta de preços de outro licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

7.2. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.3. Qualquer recurso e impugnação contra a decisão do Pregoeiro, não terá efeito suspensivo.

7.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

7.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Divisão de Licitações, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis no horário das 14:00 às 17:00 horas. Não serão reconhecidos os recursos interpostos quando enviados por fax e vencidos os respectivos prazos legais.

8 - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 - O prazo de entrega do veículo será de até 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho.

8.2 - O veículo deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chopinzinho/PR, na Rua Santos Dumont, nº 4.645, Centro, na cidade de Chopinzinho - PR, sem custo adicional de frete.

8.3 - O veículo será recebido e analisado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

8.4 - A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

8.5 - O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do veículo, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.6 - A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos entregues, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

8.7 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

8.8 - O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

8.9 - É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

9 – DA VIGÊNCIA

9.1 – A vigência do Contrato gerado desta Licitação será de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua assinatura.

9.2 – Os prazos dos contratos gerados desta licitação, poderão ser prorrogados nas hipóteses do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

9.3 - O prazo de entrega poderá ser prorrogado a qualquer tempo pela Contratante e solicitado pela Contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes de encerrado o prazo de execução contratual.

10 - FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 - Fica estipulado o valor máximo de R\$ 62.597,60 (sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

10.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, que atestada pela Secretaria de Assistência Social, será encaminhada para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

10.3 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

10.4 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

10.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

10.6 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

10.7 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

11 – DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

11.1 - Os preços contratados não sofrerão qualquer forma de repactuação ou reajuste.

12 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - Os recursos para pagamento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: **Secretaria de Assistência Social: 08.03.082430019.2.059.4.4.90.52 (1956/F985 – 1955/F000).**

13 - DA TRANSFERÊNCIA

13.1 - Fica vedado à CONTRATADA, a transferência, subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

14 – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

14.1 - São obrigações da Contratante:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

48
mi

- 14.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 14.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 14.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 14.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 14.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 14.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2 – São Obrigações da Contratada:

- 14.2.1 – Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 14.2.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 14.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.2.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 14.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data final da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.2.7 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 14.2.8 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

15. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Os contratantes decidem aplicar aos Contratos decorrentes da presente Licitação o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - **advertência escrita** - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - **advertência escrita com prazo para correção** - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - **penalidades pecuniárias:**

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

15.2 - Na aplicação das penalidades, observam-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

16. DA RESCISÃO

16.1 O(s) Contrato(s) gerado(s) desta Licitação poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos de 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

16.2 Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela teria direito.

16.2.1 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

16.2.2 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

16.3 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

17 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1 - A Gestão do Contrato ficará a cargo da Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato e ainda:

- propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;
- receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- manter controles adequados e efetivos do Contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- propor medidas que melhorem a execução do Contrato.

17.2 - A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Servidora Sra. Márcia Rejane Niendieker, CPF: 813.289.159-72, que será o responsável pelo recebimento dos produtos e a comprovação de atendimento ao Termo de Referência, quando poderá suspender a execução desde que os serviços não estejam compatíveis com a proposta apresentada e o Termo de Referência.

17.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência desta, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

17.4 - Na sua ausência, o Fiscal substituto será o Servidor Sr. Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72.

18. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

18.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção ou auditoria.

18.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

18.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

19 - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

19.1 - A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

20 - DA PUBLICIDADE

20.1 - Uma vez firmado, o extrato do Contrato será publicado no Jornal Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

21 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

21.1 - A presente Licitação e o instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro.

22 - DA SUCESSÃO E FORO

22.1 - As partes elegem como Foro a Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro. O Instrumento Contratual será firmado em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ficar ajustado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

51

m

23.1. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, a não ser documento ou informação do Acervo do MUNICÍPIO.

23.2. Fica assegurado ao **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.** o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo no todo ou em parte a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

23.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.5. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

23.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR.

23.8. Os desatendimentos de exigências formais não essenciais não importarão no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

23.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

23.10. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 061/2005, publicado no D.O.M. de 09 de março de 2.005 e no que couber a Lei 8.666/93.

23.11. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através dos e-mails: licita2@chopinzinho.pr.gov.br ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

23.12 Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos, encaminhadas pela forma eletrônica, só terão conhecimentos quando solicitados e confirmados a sua leitura e entrega.

24. DOS ANEXOS

24.1. Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo 1 – Termo de Referência - Descrição dos produtos/equipamentos e demais Informações.

Anexo 2 - Modelo de Proposta de Preços.

Anexo 3 - Modelo de Credenciamento.

Anexo 4 - Modelo de Declaração de Idoneidade e outros.

Anexo 5 - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

Anexo 6 – Modelo de Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incurso nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

Anexo 7 – Minuta do Contrato.

Anexo 8 – Modelo de Declaração de enquadramento como ME/EPP.

Chopinzinho, 03 de dezembro de 2019.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito

Josiane Moschen
Presidente da Comissão Permanente de Licitações



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - O presente processo tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de um veículo automotor, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Produto	Unit. - R\$	Total - R\$
01	01	Unid.	Veículo novo (zero quilometro); tipo sedan, modelo do ano da contratação ou do ano posterior; capacidade mínima para 05 lugares; potência mínima de 101G/104E CV; Transmissão manual de até cinco velocidades; 5 portas; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; vidros elétricos dianteiros e traseiros; travas elétricas nas portas dianteiras e traseiras; jogo de tapetes em PVC; protetor de motor; cor branca original de fábrica; combustível flex; ar condicionado; película protetora para vidros com 50% de proteção; todos itens obrigatórios de serie e originais de fábrica; garantia mínima de 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro.	62.597,60	62.597,60
TOTAL - R\$					62.597,60

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 - Consubstancia-se o pedido que norteia a abertura deste procedimento licitatório é a aquisição de um veículo 0 km (zero quilômetro), o qual será destinado a atender as necessidades do Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho - PR, haja vista que o conselho tutelar não dispõe de veículo próprio no momento.

2.2 - Buscando melhorar a qualidade de atendimento do público usuário do conselho tutelar, justificamos a importância da aquisição de um veículo zero quilômetro para oferecermos a nossa população um atendimento com qualidade e cada vez mais abrangente, e assim suprir todas as necessidades do nosso município.

2.3 - Os Conselheiros Tutelares também são responsáveis pelo cumprimento das ordens Judiciais e requisições do Ministério Público, tais como fiscalização de eventos, atendimento de ocorrências, apoio às policiais civil, militar e corpo de bombeiros nas emergências, transportes de crianças e adolescentes inclusive para outras cidades, entre outras diversas atribuições constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, e a aquisição de um veículo novo e com espaço interno mais apropriado para as atividades do Conselho representará condições de atuação e trará segurança para crianças, adolescentes e familiares envolvidos.

2.4 - O veículo a ser adquirido será custeado com parte do incentivo financeiro do programa de apoio e fortalecimento da atuação dos conselhos tutelares do estado do Paraná, e o valor faltante será disponibilizado em contra partida pelo município.

2.5 - Portanto com intento de garantir maior segurança do público usuário e de garantir a preservação do patrimônio da administração pública solicitamos a procedência do pedido.

3 - DA MODALIDADE

3.1 - Faz-se necessária a contratação de empresa para fornecimento de um veículo automotor, observando o menor preço global, sugere-se a modalidade pregão presencial, considerando que o processo 29/2019, pregão eletrônico edital 70/2019, restou deserto em data de 30 de setembro de 2019.

4 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1 - O prazo de execução será de 60 (sessenta) dias e a vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

dias.

5 - DO VALOR

5.1 - Informa-se que a consulta de preços referente ao objeto do presente termo foi realizada pela servidora Marcia Rejane Niendicker, inscrita no CPF nº 813.289.159-72.

6 - DA ENTREGA

6.1 Os produtos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chopinzinho/PR, na rua Santos Dumont, 4645, Centro, na cidade de Chopinzinho - PR, sem custo adicional de frete, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão da NE.

7 - DO PAGAMENTO

7.1 - O Pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após emissão de nota fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante depósito bancário em nome do proponente.

8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - O recurso a ser utilizado para custear a revisão do veículo será a deliberação nº 107/2017 CEDCA/PR, fonte 985 e fonte 000.

9 - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - Conforme dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93:

9.1.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e **fiscalizada** por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

9.1.2 - Destarte, terá como gestora a Sra. Rosani Checelski, CPF 020.039.019-81 Chefe do Departamento de Assistência Social;

9.1.3 - Atuará como fiscal do contrato a Sra. Marcia Rejane Niendicker, CPF 813.289.159-72, Auxiliar Administrativo;

9.1.4 - Como substituto da fiscal o Sr. Jorcelio Farias, CPF 828.740.269-72.

Chopinzinho, 28 de novembro de 2019.

ROSANI CHECELSKI

Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto 483/2019 de 19/11/2019



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel e
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ANEXO 2

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Abaixo consta modelo para apresentação da Proposta de Preços. A proposta deverá ser entregue em papel timbrado do licitante contendo CNPJ, Endereço e Telefone, com assinatura de seu responsável e deve atender ao disposto no Edital. (Conter todas as orientações indicadas no item 4.3).

PROPOSTA DE PREÇOS

Município de Chopinzinho
Pregão Presencial – Edital nº ____/2019

ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO	UNIT. R\$	TOTAL R\$
01	01	Unid.	Veículo novo (zero quilometro); tipo sedan, modelo do ano da contratação ou do ano posterior; capacidade mínima para 05 lugares; potência mínima de 101G/104E CV; Transmissão manual de até cinco velocidades; 5 portas; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; vidros elétricos dianteiros e traseiros; travas elétricas nas portas dianteiras e traseiras; jogo de tapetes em PVC; protetor de motor; cor branca original de fábrica; combustível flex; ar condicionado; película protetora para vidros com 50% de proteção; todos itens obrigatórios de serie e originais de fábrica; garantia mínima de 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro.		
VALOR TOTAL R\$					

Obs: Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, impostos, taxas, fretes, mão de obra para instalação e quaisquer outras despesas relativas aos produtos a serem contratados.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega: 60 (sessenta) dias

Local de Entrega: Chopinzinho-PR.

Local, ____ de _____ de 2019

Nome completo e Assinatura

Cargo na Empresa: (Sócio/Administrador/Proprietário, etc...)

CPF:

RG:

DADOS BANCÁRIOS:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ANEXO 3

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Município de Chopinzinho
Pregão Presencial – Edital nº ____/2019

Em cumprimento aos ditames editalícios, credenciamos junto ao Município de Chopinzinho, o Sr. _____, Carteira de Identidade n.º _____, inscrito no CPF n.º _____, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive, formular ofertas e lances de preços, interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Na oportunidade, declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de habilitação, e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no Edital e seus anexos.

Atenciosamente.

Local e Data.

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Representante Legal

(Apresentar esta declaração em papel timbrado da Empresa)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

56
m

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DE COMPROMETIMENTO

(Nome da Proponente).....CNPJ n.º
sediada....., por intermédio de seu representante legal, abaixo assina-
do, e para fins do Pregão n.º ____/2019, DECLARA expressamente que:

I - Até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

III - Que para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

IV - Comprometemo-nos a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Local e Data.

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Representante Legal

(Apresentar esta declaração em papel timbrado da Empresa)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

57

mi

ANEXO 5

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ:.....FONE/FAX:(0xx.....)

O representante legal da Empresa acima identificada, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – Edital nº ____/2019, instaurado pelo Município de Chopinzinho, declara para os fins de direitos que a referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital de licitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data.

Nome e Assinatura do Responsável pela Empresa:

CPF:

RG:

Cargo:

(Apresentar esta declaração em papel timbrado da Empresa)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ANEXO 6

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9º DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A (Razão Social da licitante)....., inscrita no CNPJ sob nº....., com sede à Rua, nº, no Município, Estado, neste ato representada pelo Sr(a)....., portador(a) da carteira de identidade RG nº e inscrito(a) no CPF sob nº, **DECLARA** sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município.

Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade ____ nº ____, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e data.

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br

Telefone (46) 3242-8600

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel

85.560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades decorrentes de casamento/união estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padrasto/Madrasta	Genro/Nora	-
2°	Pai/Mãe do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3°	Avô (ó) do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ANEXO 7

MINUTA DO CONTRATO Nº **/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecido na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, nesta cidade, representada por seu Prefeito, senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Chopinzinho – PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua _____, na cidade de _____, estado _____, com CNPJ nº _____, neste ato representada Legalmente pelo senhor _____, portador do CPF nº _____ e do RG nº _____, ora denominado CONTRATADA.

As partes estão sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato de prestação de serviços, em decorrência do processo de licitação nº 249/2019, realizado através do Pregão Presencial nº ____/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Aquisição de moto bomba, materiais hidráulicos e elétricos, caixa de água e serviços, para operacionalização do poço artesiano localizado na saída para a Comunidade do Bugre.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca/Mo- delo	Unit. R\$	Total – R\$
01	01	Unid.	Veículo novo (zero quilometro); tipo sedan, modelo do ano da contratação ou do ano posterior; capacidade mínima para 05 lugares; potência mínima de 101G/104E CV; Transmissão manual de até cinco velocidades; 5 portas; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; vidros elétricos dianteiros e traseiros; travas elétricas nas portas dianteiras e traseiras; jogo de tapetes em PVC; protetor de motor; cor branca original de fábrica; combustível flex; ar condicionado; película protetora para vidros com 50% de proteção; todos itens obrigatórios de serie e originais de fábrica; garantia mínima de 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro.			

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

2.1 - O prazo de entrega do veículo será de até 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho.

2.2 – O veículo deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chopinzinho/PR, na Rua Santos Dumont, nº 4.645, Centro, na cidade de Chopinzinho - PR, sem custo adicional de frete.

2.3 - O veículo será recebido e analisado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.4 - A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes,



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

61

seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

2.5 - O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do veículo, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

2.6 - A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos entregues, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.

2.7 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

2.8 - O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

2.9 - É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 – A vigência do Contrato gerado desta Licitação será de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua assinatura.

3.2 – Os prazos dos contratos gerados desta licitação, poderão ser prorrogados nas hipóteses do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

3.3 - O prazo de entrega poderá ser prorrogado a qualquer tempo pela Contratante e solicitado pela Contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes de encerrado o prazo de execução contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Fica estipulado o valor máximo de R\$ 62.597,60 (sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

4.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, que atestada pela Secretaria de Assistência Social, será encaminhada para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

4.3 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

4.4 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

4.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

4.6 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

4.7 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

CLÁUSULA QUINTA – DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

4.1 - Os preços contratados não sofrerão qualquer forma de repactuação ou reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos para pagamento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.03.082430019.2.059.4.4.90.52 (1956/F985 – 1955/F000).



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSFERÊNCIA

7.1 - Fica vedado à CONTRATADA, a transferência, subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - São obrigações da Contratante:

- 8.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2 – São Obrigações da Contratada:

- 8.2.1 – Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.2.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 8.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.2.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data final da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.2.7 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.2.8 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Os contratantes decidem aplicar aos Contratos decorrentes da presente Licitação o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - **advertência escrita** - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - **advertência escrita com prazo para correção** - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - **penalidades pecuniárias:**

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

9.2 - Na aplicação das penalidades, observam-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O(s) Contrato(s) gerado(s) desta Licitação poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos de 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

10.2 Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela teria direito.

10.2.1 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

10.2.2 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

10.3 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A Gestão do Contrato ficará a cargo da Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato e ainda:

a) propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos do Contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhorem a execução do Contrato.

11.2 - A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Servidora Sra. Márcia Rejane Niendieker, CPF: 813.289.159-72, que será a responsável pelo recebimento do veículo e a comprovação de atendimento ao Termo de Referência, quando poderá suspender a execução desde que os serviços não estejam compatíveis com a proposta apresentada e o Termo de Referência.

11.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência desta, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

11.4 - Na sua ausência, o Fiscal substituto será o Servidor Sr. Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção ou auditoria.

12.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

13.1 - A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - Uma vez firmado, o extrato do Contrato será publicado no Jornal Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - A presente Licitação e o instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUCESSÃO E FORO

16.1 - As partes elegem como Foro a Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro. O Instrumento Contratual será firmado em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br

Telefone (46) 3242-8600
85.560-000

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
CHOPINZINHO
PARANÁ

85

m

teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ficar ajustado.

Chopinzinho, PR, -- de ----- de 2019

Município de Chopinzinho
Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito
Contratante

Contratada

Gestor do Contrato
Fiscal do Contrato
Fiscal substituto

Testemunhas:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

66
m

ANEXO 8

DECLARAÇÃO PARA ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Ref: Edital de Pregão Presencial nº ____/2019.

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (____) _____-_____ por intermédio de seu Representante legal abaixo assinado, DECLARA expressamente que, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser: **(indicar se é microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte)** nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Local e data

Nome e Assinatura do Representante Legal
CPF:
RG:

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº ____/2019. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia ____ de _____ de 2019, às ____ (____) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR. Gênero: Veículo automotor. Valor máximo: R\$ 62.597,60. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00h/12:00h e 13:00/17:00h. ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informações pelo fone: (46) 3242-8614.



Memorando 3: 3.918/2019

Via 1/2

Chopinzinho/PR, 04 de Dezembro de 2019 às 08:00

De:

Para:

SMA-LC - Licitações e Contratos

PGM - Procuradoria Geral do Município

Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

Esta documentação faz parte do Despacho 3: 3.918/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital



Memorando 3: 3.918/2019

Via 2/2

Chopinzinho/PR, 04 de Dezembro de 2019 às 08:00

De:

Para:

SMA-LC - Licitações e Contratos

PGM - Procuradoria Geral do Município

Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

Esta documentação faz parte do Despacho 3: 3.918/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital

TERMO DE ENTREGA

Nome legível: _____

Recebido em:

Assinatura: _____

____/____/____ às ____:____

RG/CPF: _____

69
re

RECEBIMENTO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi os presentes autos na Procuradoria Geral do Município.

Chopinzinho/PR, 04 de dezembro de 2019.

Maria Antonia Schizzi

Maria Antonia Schizzi

Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018

CONCLUSÃO

Aos 04 dias do mês de dezembro do ano de 2019, faço estes autos concluso ao **Procurador Geral, Dr. Fábio Luiz Santin de Albuquerque** do que lavro o presente termo.

Maria Antonia Schizzi

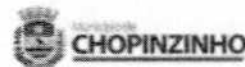
Maria Antonia Schizzi

Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018



Memorando 5: 3.918/2019



40

Via 1/2

Chopinzinho/PR, 24 de Dezembro de 2019 às 13:33

De:

PGM-LIC - Licitação

Fábio Luiz Santin de Albuquerque - Procurador
Geral

Para:

**SMAS - Secretaria de Assistência
Social**

A/C Rosani Checelski - Secretária Municipal de
Assistencia Social

Esta documentação faz parte do Despacho 5: 3.918/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital



Memorando 5: 3.918/2019



Via 2/2

Chopinzinho/PR, 24 de Dezembro de 2019 às 13:33

De:

PGM-LIC - Licitação

Fábio Luiz Santin de Albuquerque - Procurador
Geral

Para:

**SMAS - Secretaria de Assistência
Social**

A/C Rosani Checelski - Secretária Municipal de
Assistencia Social

Esta documentação faz parte do Despacho 5: 3.918/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital

TERMO DE ENTREGA

Recebido em:

___/___/___ às ___:___

Nome legível:

Assinatura:

RG/CPF:

71

8

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811 Bairro São Miguel, CEP 85560-000 Horário de Atendimento: De segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 • 1Doc • www.1doc.com.br

Impresso em 24/12/2019 13:36:51 por Fábio Luiz Santin de Albuquerque - Procurador Geral (matrícula 21204)

"Quer você acredite que consiga fazer uma coisa ou não, você está certo." - *Henry Ford*

Memorando 5: 3.918/2019

De: Fábio A. - PGM-LIC

Para: SMAS - Secretaria de Assistência Social - A/C Rosani C.

Data: 24/12/2019 às 13:33:37

Em anexo o Parecer Jurídico n.º 378/2019/PGM.

_Fábio Luiz Santin de Albuquerque

Procurador Geral

Decreto 014/2018 - OAB/PR 26.368

Anexos:

Parecer n.º 378-2019 - Processo n.º 249-2019 - Pregão Presencial (Aquisição de Veículo para o Conselho Tutelar).pdf



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

PROCESSO N.º 249/2019

MEMORANDO 1DOC. N.º 3.918/2019

PARECER N.º 378/2019/PGM

REQUERENTE : SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
INTERESSADOS : DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREFEITO MUNICIPAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTROLE INTERNO
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

EMENTA: LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO. PREGÃO PRESENCIAL. BEM DE NATUREZA COMUM. REQUISITOS LEGAIS SATISFEITOS. POSSIBILIDADE, COM RECOMENDAÇÕES.

1 DO RELATÓRIO

Cuida-se de processo licitatório n.º 249/2019, pelo qual a Secretaria de Assistência Social pretende a aquisição de veículo a ser destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho, ao preço máximo de **R\$ 62.597,60** (sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).

Os autos, contendo 69 (sessenta e nove) páginas, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos:

- a) Solicitação (fls. 03);
- b) Termo de adesão ao programa de apoio e fortalecimento da atuação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná (fls. 04/10);
- c) Ata de realização do Pregão Eletrônico n.º 70/2019 (fls. 11/13);
- d) Declaração de licitação fracassada (fls. 14; 21/22);
- e) Autorização do Prefeito Municipal para abertura de procedimento licitatório (fls. 23);
- f) Termo de Referência (fls. 24/27);
- g) Orçamentos (fls. 28/32);
- h) Parecer da Secretaria de Finanças (fls. 33);
- i) Parecer da Comissão de Licitações quanto à adoção do pregão presencial (fls. 35);



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- j) Decretos Municipais n.º 001/2019 e 581/2018 (fls. 36/37);
k) Autorização do Prefeito Municipal para a preparação da minuta de pregão presencial e o encaminhamento dos autos à Procuradoria para emissão de parecer (fls. 38);
l) Minutas do edital e anexos de pregão presencial, elaborados pela Divisão de Licitações e Contratos (fls. 39/67);
Os autos foram encaminhados a este Procurador em 04/12/2019 (fls. 69).
É o relatório.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DO CAMPO DE ANÁLISE DO PARECER JURÍDICO

Nos termos do art. 38, inc. VI da Lei n.º 8.666/1993, o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com "(...) pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade". O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "(...) as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".

Sem embargo, não se incluem no âmbito desta análise os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

2.2 DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRATAÇÃO VIA LICITAÇÃO E SUAS EXCEÇÕES

Toda a vez que a Administração Pública pretende contratar terceiros para executar obras, prestar serviços e comprar, a regra é a licitação (art. 37, inc. XXI,¹ da CRFB/88) e a exceção a contratação direta, via dispensa ou inexigibilidade.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, a própria Carta Magna, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva "*os casos especificados na legislação*", abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar.

¹ "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Essas exceções estão previstas nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 8.666/93, que tratam, respectivamente, sobre os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Partindo-se da premissa que a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, necessário diferenciar as formas de contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em inexigibilidade e dispensa.²

Passa-se, doravante, à análise do caso concreto.

2.3 DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO

A Secretaria de Assistência Social pretende a aquisição de veículo a ser destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho, ao preço máximo de **R\$ 62.597,60** (sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).

2.3.1 DA MODALIDADE

Agiu com acerto a Presidenta da Comissão Permanente de Licitações ao emitir parecer favorável à contratação, na modalidade Pregão (fls. 35).

De fato, o Pregão é a modalidade de licitação mais adequada para o caso, quer pela possibilidade de flexibilização das propostas de preços e, com ela, o potencial aumento da probabilidade da Administração obter uma proposta econômica mais vantajosa, quer porque o bem que almeja adquirir se enquadra no conceito de “bens comuns”, previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei n.º 10.520/2002³.

O conceito de “bens e serviços comuns” inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e, ainda, aqueles que podem ser descritos objetivamente.

Afora isso, a doutrina, a jurisprudência e as Cortes de Contas têm admitido a adoção do pregão em licitações cujos objetos extrapolam o conceito legal.

A Comissão Permanente de Licitações optou pela utilização do Pregão Presencial, por entender que “*melhor atenderá os objetivos da Administração*” (fls. 35).

Pela redação do art. 7º do Decreto Municipal 227/2016, o Executivo Municipal optou pela modalidade Presencial ao invés da Eletrônico. Ademais, no caso concreto, o fato dos orçamentos terem sido obtidos junto a empresas com sede nos Municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão (fls. 28/32), confirmam que pessoas jurídicas sediadas na Região Sudoeste estão aptas para prestarem os serviços que a Administração Municipal pretende contratar.

² “Quando a disputa for inviável, o certame será inexigível. De outro lado, a dispensa pressupõe uma licitação ‘exigível’ que só não ocorrerá por vontade do legislador. Em termos práticos, o administrador deverá verificar primeiramente se a licitação é exigível ou inexigível, conforme a possibilidade ou não de competição. Sendo assim, afastada a inexigibilidade, passará a verificar a presença dos pressupostos de dispensa da licitação.” In: MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013. p. 465-366.

³ “Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Assim como fez o governo federal, o governo local tem autonomia para regular a Lei 10.520/2002; e, no caso de Chopinzinho, o Executivo optou pela adoção do Pregão Presencial como regra.

Ressalvo meu posicionamento que a modalidade Eletrônica poderia, ao menos em tese, ampliar o universo de possíveis interessados e, com isso, a possibilidade de uma maior concorrência. No entanto, essa opinião pessoal não inviabiliza o prosseguimento deste processo porque a escolha está dentro do campo da discricionariedade do gestor.

Cumpra, doravante, analisar se nos autos estão presentes os requisitos estabelecidos no art. 3º, da Lei n.º 10.520/2002⁴.

2.3.2 DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal autorizou a abertura do procedimento licitatório e, depois, a preparação da minuta e o encaminhamento dos autos à Procuradoria para emissão de parecer (fls. 23 e 38).

2.3.3 DA JUSTIFICATIVA

A Secretaria apresentou justificativa nos seguintes termos:

"JUSTIFICATIVA

Consubstancia-se o pedido que norteia a abertura deste procedimento licitatório é a aquisição de um veículo 0 Km (zero quilômetro), o qual será destinado a atender as necessidades do Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho – PR, haja vista que o conselho tutelar não dispõe de veículo próprio no momento.

Buscando melhorar a qualidade de atendimento do público usuário do conselho tutelar, justificamos a importância da aquisição de um veículo zero quilômetro para oferecermos a nossa população um atendimento com qualidade e cada vez mais abrangente, e assim suprir todas as necessidades do nosso município.

Os Conselheiros Tutelares também são responsáveis pelo cumprimento das ordens Judiciais e requisições do Ministério Público, tais como fiscalização de eventos, atendimento de ocorrências, apoio às polícias civil, militar e corpo de bombeiros nas

⁴ "Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte: I - a **autoridade competente** justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento; II - a **definição do objeto** deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; III - dos autos do procedimento constarão a **justificativa** das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e IV - a **autoridade competente** designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor." (g.n.)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

emergências, transportes de crianças e adolescentes inclusive para outras cidades, entre outras diversas atribuições constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, e a aquisição de um veículo novo e com espaço interno mais apropriado para as atividades do Conselho, representará condições de atuação e trará segurança para crianças, adolescentes e familiares envolvidos.

O veículo a ser adquirido será custeado com parte do incentivo financeiro do programa de apoio e fortalecimento da atuação dos conselhos tutelares do estado do Paraná, e o valor faltante será disponibilizado em contra partida pelo município.

Portanto com intento de garantir maior segurança do público usuário e de garantir preservação do patrimônio da administração pública solicitamos a procedência do pedido (...).

Faz-se necessária a contratação de empresa para fornecimento de um veículo automotor, observando o menor preço global, sugere-se a modalidade pregão presencial, considerando que o processo 29/2019, pregão eletrônico edital 70/2019, restou deserto em data de 30 de setembro de 2019 (...)" (fls. 25)

Sob o ponto de vista técnico-jurídico, a Justificativa apresentada pela Secretaria contempla motivos legítimos e benefícios resultantes da contratação.

2.3.4 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

As especificações mínimas do objeto que a Administração pretende contratar são claras, objetivas e vinculadas às necessidades apontadas e, ao mesmo tempo, não indicam direcionamento (fls. 24/27).

Não obstante, **recomenda-se** que a **Secretaria**:

a) junte aos autos o Termo de Adesão de fls. 04/10, preenchido e assinado, além do plano de trabalho para a execução do objeto;

a) observe as obrigações constantes do Termo de Adesão, especialmente as Cláusulas Segunda, Quinta, Sétima e Oitava, além da destinação do veículo para o uso exclusivo e intransferível do Conselho Tutelar.

2.3.5 DAS MINUTAS DO EDITAL E ANEXOS

As minutas do edital e dos anexos elaborados pela Divisão de Licitações e Contratos (fls. 39/67) atendem as exigências dos artigos 40 e 55 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos c/c o art. 4º, inc. I, da Lei n.º 10.520/2002.

Trazem seus elementos essenciais: sujeitos, objetos, prazo de validade do Contrato, condições de pagamento, dotação orçamentária, condições de execução, penalidades e rescisão.

Da minuta do edital ainda se destaca:

a) **critério de julgamento**: menor preço (Item 1). Medida econômica e operacional mais viável para o cenário que se apresenta;

b) **impedidos de licitar**: Item 2.2;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

c) habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e de regularidade fiscal e trabalhista, além de ausência de impedimentos para contratar com o Poder Público: Item 4.4, sendo que com relação aos impedidos de licitar se exigirá Consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CEIS, ao Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR; e Certidão Negativa do Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa/CNJ (Itens 4.4.7, 4.4.8 e 4.4.9);

d) vigência do Contrato: 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura (Item 9.1);

e) dotação orçamentária: Item 12.1;

f) gestão do Contrato: a cargo da Secretária de Assistência Social, Sra. Rosani Chelcelski (Item 17.1);

g) fiscalização do Contrato: a cargo dos servidores Márcia Rejane Niendieker (titular) e Jocélio Farias (substituto) (Itens 17.2 e 17.4).

No mais, recomenda-se que a **Divisão de Licitações e Contratos** adéque o descritivo da cláusula primeira da minuta do contrato (do objeto), eis que se trata de objeto diverso.

2.3.6 DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A Secretaria Solicitante anexou aos autos pesquisa de preços, cujos orçamentos se encontram datados, assinados e com identificação das empresas no ramo da contratação:

a) Fipal Distribuidora de Veículos Ltda., ao preço de R\$ 62.597,60 (fls. 28/30);

b) Santa Fé Comércio de Veículos S/A, ao preço de R\$ 63.590,00 (fls. 31);

c) Pirâmide Veículos Ltda., ao preço de R\$ 64.970,00 (fls. 32).

Além disso, consta no Termo de Referência a informação de que a servidora Márcia Niendieker foi a responsável pela pesquisa de preços (fls. 26).

2.3.7 DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

De acordo com os artigos 3º⁵ e 48, inc. I,⁶ da LC n.º 123/2006, alterada pelas LC n.º 147/2014 e 155/2015, em vista do valor da licitação (**R\$ 62.597,60**), a restrição da participação às micro e pequenas empresas se aplicaria, uma vez que o critério de julgamento é o menor preço.

⁵ "Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)."

⁶ "Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);"



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

No entanto, considerando a natureza do objeto (veículo novo zero quilômetro) e que não há um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (vide orçamentos de fls. 28/32), agiu corretamente a Divisão de Licitações e Contratos ao não restringir a participação às micro e pequenas empresas.

2.3.8 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças emitiu parecer favorável, assegurando a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações, através das Fontes 985 e 000 (fls. 33).

2.3.9 DA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

De acordo com os Decretos Municipais n.º 001/2019 e 581/2018, comprovam que a Comissão Permanente de Licitações, Pregoeiros e Equipe de Apoio se encontram legalmente constituídos (fls. 36/37).

2.3.10 DAS PUBLICAÇÕES

A Divisão de Licitações e Contratos deverá garantir a devida publicidade do certame, como de praxe.

3 DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, a Procuradoria Geral Municipal não vê óbice no prosseguimento do **Processo Licitatório n.º 249/2019**, instaurado pela Secretaria de Assistência Social, objetivando a aquisição de veículo a ser destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho, ao preço máximo de **R\$ 62.597,60** (sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), **desde que atendidas as seguintes recomendações:**

Secretaria de Assistência Social:

Recomendação 1: juntar aos autos o Termo de Adesão de fls. 04/10, devidamente preenchido e assinado, além do plano de trabalho para a execução do objeto;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Recomendação 2: observar as obrigações constantes do Termo de Adesão, especialmente as Cláusulas Segunda, Quinta, Sétima e Oitava, além da destinação do veículo para o uso exclusivo e intransferível do Conselho Tutelar.

Divisão de Licitações e Contratos:

Recomendação 1: adequar o descritivo da cláusula primeira da minuta do contrato (do objeto), eis que se trata de objeto diverso;

Recomendação 2: providenciar as publicações de praxe.

A Divisão de Licitações e Contratos deverá fiscalizar e cumprir as recomendações acima, sendo desnecessário o retorno dos autos a esta Procuradoria, salvo requerimento fundamentado da Divisão contendo a questão jurídica a ser sanada.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Submete-se à honrosa apreciação de Vossa Senhoria.

Chopinzinho (PR), em 24 de dezembro de 2019.

FÁBIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE
PROCURADOR GERAL
DECRETO 014/2018 – OAB/PR 26.368



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



81
8

Código para verificação: F34D-E223-2A38-DDA7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:


- ✓ FABIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE (CPF 913.910.409-53) em 24/12/2019 13:33:46 (GMT-03:00)
Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação em
<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código acima ou por meio do link
abaixo:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F34D-E223-2A38-DDA7>

REMESSA

Aos 26 dias do mês de dezembro do ano de 2019, faço REMESSA dos presentes autos a **Secretaria Municipal de Assistência Social**, do que lavro o presente termo.



Cristiani Scariot Rosa da Cruz

Assessora Jurídica

Decreto nº 418/2013 retificado
pelo Decreto nº 074/2016, 054/2018 e 583/2018



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

Memorando n.º 266/2019/SMAS

Chopinzinho, 27 de dezembro de 2019.

AO SETOR DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social vem através deste, se manifestar em relação ao despacho 378/2019, o qual faz algumas recomendações.

Assim, informo que foi juntado aos autos cópia de todos os documentos disponíveis referentes ao termo de adesão e plano de trabalho do repasse de recursos fundo a fundo do CEDCA, para o fortalecimento das estruturas dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná conforme deliberação 107/2017 – CEDCA/PR.

Referente a recomendação 2; informa que observou a obrigações constantes no termo de adesão, e que todas estão sendo cumpridas. Estamos ciente quanto a destinação do veículo para uso exclusivo e intransferível do Conselho Tutelar.

Sendo o que apresenta o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

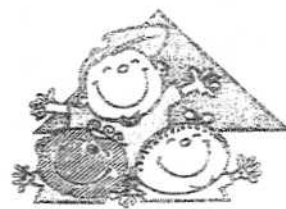

Rosani Checelski
Secretária Mun. de Assistência Social
Decreto Nº 483/2019 de 18/11/2019

ROSANI CHECELSKI
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto 483/2019 de 19/11/2019



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal 2.267/2007
Email: cmdca@chopinzinho.pr.gov.br



Rua Santos Dumont, 4645 - Centro - 85560-000 - Chopinzinho-PR

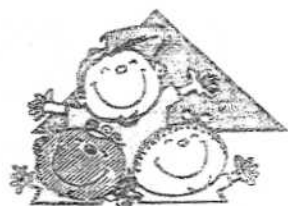
ATA 002/2018

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se conselheiros deste Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e a gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social, Senhora Gislaine Tania Galeazzi a qual dá início a presente reunião, apresentando a Deliberação de número 107/2017 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA a qual estabelece procedimentos de repasse de recursos na modalidade Fundo a Fundo para o fortalecimento das estruturas dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná, sendo que os recursos podem ser destinados para a aquisição de automóvel no valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) para uso exclusivo e intransferível do Conselho Tutelar e ainda R\$10.000,00 (dez mil reais) para aquisição de equipamentos de informática, mobiliário e eletrodomésticos, sendo que deve-se dar preferência para aquisição de computadores para uso individual de cada conselheiro tutelar, o que segundo a gestora afirma ser a necessidade dos conselheiros tutelares do município frente a manutenção de informações do Sistema de Informações para Infância e Adolescência- SIPIA. Diante desta Deliberação os conselheiros deste CMDCA analisam os documentos a serem encaminhados para que o município formalize o repasse dos recursos, sendo estes documentos encaminhados pela gestão para a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, aprovando tais documentos para seguimento dos tramites cabíveis. Após a análise e aprovação da referida Deliberação os conselheiros debatem sobre a entrega dos itens dos projetos aprovados em 2017 com recursos do Fundo da Infância e Adolescência, entrega realizada no dia dezesseis do mês corrente com a presença dos representantes das entidades, prefeito municipal, secretária municipal de assistência social, educação e cultura e promotor de justiça, avaliando que a entrega de forma oficial e pública promoveu a transparência e o melhor conhecimento da população da destinação dos recursos repassados ao FIA pela sociedade. A conselheira e representante da Associação de Pais e Mestres do Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos Andreia, menciona que no caso da entidade que representa, a entrega dos itens não foi feita de forma integral, ficando



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal 2.267/2007
Email: cmdca@chopinzinho.pr.gov.br



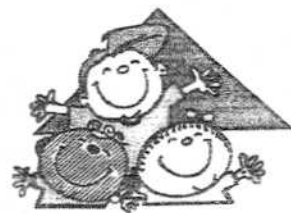
Rua Santos Dumont, 4645 - Centro - 85560-000 - Chopinzinho-PR

estabelecido que neste caso específico seja realizado a comparação do projeto, com orçamentos e licitação e ainda, será mantido contato com as demais entidades beneficiadas para informações sobre a entrega dos itens. Quanto à realização de campanha para arrecadação de recursos do imposto de renda para o FIA os conselheiros deliberaram pelo folder que será entregue para a população e empresas, decidindo pela entrega de panfletos no estabelecimento comercial Cenci devido o fluxo de pessoas, na data provável de dez de março, sendo que será solicitado à gestão da secretaria de assistência social a confecção de um folder para ampliar a divulgação. Decide-se também por agendar reunião com a Associação Comercial e Empresarial de Chopinzinho para que as informações sejam repassadas também aos empresários. Após estas explanações os conselheiros participam com a coordenadora do Programa Criança Feliz, Madalena Olivia Sauer e com a supervisora deste mesmo programa, Taline Pamela Cofferi, de apresentação do programa, sendo que a supervisora menciona que o programa está vinculado e legalizado através do Marco Legal da Primeira Infância, este que já é de conhecimento dos presentes, sendo que as ações voltam-se para minimizar ou erradicar os problemas sociais que acometem o desenvolvimento integral da criança, sendo importante segundo Taline a articulação da rede de proteção da criança, isso para que os objetivos sejam alcançados, que são: Promover o desenvolvimento infantil integral: Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento da criança; Cuidar da criança em situação de vulnerabilidade até os seis anos de idade; Fortalecer o vínculo afetivo e o papel das famílias no cuidado, na proteção e na educação das crianças; Estimular o desenvolvimento de atividades lúdicas; Facilitar o acesso das famílias atendidas às políticas e serviços públicos de que necessitem; para isso, é necessário a junção de esforços das diferentes secretarias e ou entidades. O público alvo dos atendimentos pelos visitantes domiciliares atenderá gestantes e ou crianças de até três anos de idade, beneficiários do Programa Bolsa Família e crianças até seis anos de idade beneficiários do Benefício de Prestação continuada, sendo que as famílias já são pré informadas pelo sistema do governo federal, estas que serão visitadas semanalmente e ou quinzenalmente, conforme a aceitação das famílias para aderirem ao programa, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social -



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal 2.267/2007
Email: cmdca@chopinzninho.pr.gov.br



Rua Santos Dumont, 4645 - Centro - 85560-000 - Chopinzinho-PR

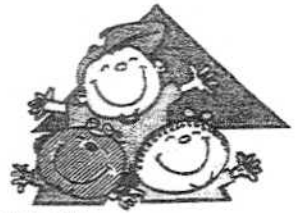
MDS "Por meio de visitas domiciliares às famílias participantes do Programa Bolsa Família, as equipes do Criança Feliz farão o acompanhamento e darão orientações importantes para fortalecer os vínculos familiares e comunitários e estimular o desenvolvimento infantil". Não haverá ganho financeiro pelas famílias, mas sim acompanhamento regular. Quanto a forma de contratação dos visitantes, Taline menciona que realizou-se um processo simplificado, sendo quatro visitadoras com vinte e cinco famílias para cada visitador. Os atendimentos das famílias visitadas serão lançados através de uma plataforma on-line, sendo que para cada família visitada o governo federal deverá realizar o repasse financeiro de R\$65,00 (sessenta e cinco reais) por família, sendo esta a forma de incentivo financeiro do governo federal para manter o programa em funcionamento. Os presentes após analisarem as informações observam que há uma demanda considerável visto que a pactuação do município é para atender cem famílias, porém, no momento, a estrutura de recursos humanos, utensílios como veículo e demais insumos são insuficientes para a adequada efetivação do programa, questionando se é de conhecimento da gestão municipal tais questões, pontuando-se pela conselheira e assistente social Keli Femande de Oliveira que tais problemáticas foram apresentadas para a administração municipal logo no início da pactuação. O presidente do CMDCA discorre que da aceitação é necessário viabilizar sua execução. A coordenadora Madalena ressalta que é necessário formular o comitê do referido programa e este comitê terá dentre suas responsabilidades a responsabilidade de deliberações, ficando sugerido pelo presidente Rehato que seja expedido ofício para requerer os representantes para este comitê. Nada mais havendo a ser debatido, às dez horas e trinta minutos a presente reunião deu-se por encerrada.

Taline B. Affonso, Dir. Ger. Renato Potel
Madalena O. Soares Denise A. Baratta
Cimélia M. R. Vieira
Keli Femande de Oliveira
Gustavo M. R. Baratta
Amélia



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Lei Municipal 2.267/2007
Email: cmdca@chopinzinho.pr.gov.br



Rua Santos Dumont, 4645 - Centro - 85560-000 - Chopinzinho-PR

RESOLUÇÃO Nº 04/2018

Súmula: Aprovação da adesão ao repasse de recursos fundo a fundo do CEDCA para o fortalecimento das estruturas dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná conforme Deliberação 107/2017 - CEDCA/PR

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Chopinzinho-Pr, no uso de suas atribuições legais que lhes confere a lei municipal nº 2.267 de 12/12/2007, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a adesão do município ao repasse de recursos no formato fundo a fundo para o fortalecimento das estruturas dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná, conforme Deliberação 107/2017 do CEDCA.

Art. 2º - Aprovar os documentos para a adesão da Deliberação 107/2017 conforme Capítulo II - Da Documentação Necessária.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 27 de fevereiro de 2018.

RENATO PATEL

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos
Da Criança e do Adolescente - CMDCA

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Segunda-Feira, 05 de Março de 2018

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VII – Edição Nº 1557

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

REPUBLICAÇÃO, TENDO EM VISTA, ERRO MATERIAL. - RESOLUÇÃO Nº 04/2018

Súmula: Aprovação da adesão ao repasse de recursos fundo a fundo do CEDCA para o fortalecimento das estruturas dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná conforme Deliberação 107/2017 – CEDCA/PR.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA do Município de Chopinzinho-Pr, no uso de suas atribuições legais que lhes confere a lei municipal nº 2.267 de 12/12/2007, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; - RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a adesão do município ao repasse de recursos no formato fundo a fundo para o fortalecimento das estruturas dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná, conforme Deliberação 107/2017 do CEDCA.

Art.2º–Aprovar os documentos para a adesão da Deliberação 107/2017 conforme Capítulo II – Da Documentação Necessária.

Art.3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 27 de fevereiro de 2018.

RENATO PATEL - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente-CMDCA



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 – Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

Ofício 338/2018 – SMAS

Exma. Sr^a..:

Vimos por meio deste cumprimentá-la e, seguindo, a Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chopinzinho encaminha documentação solicitada para Adesão do Aceite ao Incentivo Programa de Apoio e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná – Deliberação nº107/2017 – CEDCA/PR (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Sendo o que apresenta o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Chopinzinho 06 de março de 2018.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO

Prefeito Municipal

GISLAÍNE TANIA GALEAZZI

Secretária Municipal de Assistência Social

Excelentíssima Senhora

FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHÁ

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS

Curitiba - PR

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE INCENTIVO FINANCEIRO PARA O PROGRAMA DE APOIO E FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES DO ESTADO DO PARANÁ

Nome do Município MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR		CNPJ 76.995.414/0001-60
Endereço RUA MIGUEL PROCÓPIO KURPEL, 3811		CEP 85.560-000
Telefone (46)3242-8600	E-mail institucional gabinete@chopinzinho.pr.gov.br	
Nome do Banco BANCO DO BRASIL	Nº Agência 842-7	Nº Conta Corrente (e operação, se houver)
Nome do Gestor Municipal ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO		
Função PREFEITO MUNICIPAL	RG 8.124.995-4	CPF 006.378.389-40
Telefone (46)3242-8600	Celular do responsável ()	E-mail gabinete@chopinzinho.pr.gov.br
Nome do Responsável pela execução dos Recursos do FIA Municipal GISLAINE TANIA GALEAZZI		
Telefone (46)3242-2005	Celular (46)98401-2445	E-mail assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Quantidade de Conselhos Tutelares no Município: _____01_____

Solicitação de Financiamento	Linha de Financiamento	Valor Solicitado (Os valores deverão ser somados quando no Município houver mais de um Conselho Tutelar contemplado)
(As quantidades deverão ser somadas quando no Município houver mais de um Conselho Tutelar contemplado)		

Recibido
06/03/178
[Signature]

(X)	<p>Aquisição de 01 (um) automóvel zero quilômetro, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para os Conselhos Tutelares que não disponham de veículo, ou que possam veículo com ano de fabricação anterior a 2014, conforme relação de Conselhos Tutelares elencados no Anexo II da Deliberação nº XXX/2017 – CEDCA/PR, construída a partir dos dados extraídos do CENSO do Sistema de Garantia de Direitos – CENSO SGD/2017, colhidos entre abril e junho de 2017.</p> <p>O automóvel adquirido deverá ser destinado para uso exclusivo e intransferível do Conselho Tutelar, não podendo ser destinado para outra finalidade, sem prévia deliberação do CEDCA/PR.</p> <p>As despesas com seguro, abastecimento, manutenção e quaisquer outros gastos relacionados ao automóvel ficarão sob a responsabilidade do Município, a quem o Conselho Tutelar está administrativamente vinculado, de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>	R\$ 60.000,00
(X)	<p>Aquisição de equipamentos de informática, mobiliário e eletrodomésticos no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para cada Conselho Tutelar do Estado do Paraná.</p> <p>Deverá ser garantida preferência à aquisição de computadores para uso individual de cada conselheiro tutelar.</p> <p>Referido recurso tem por finalidade garantir condições mínimas de funcionamento do Conselho Tutelar, deste modo, a destinação do recurso para aquisição de outros materiais poderá ser realizada apenas, quando todos os conselheiros tiverem computadores em condições de alimentar o</p>	R\$ 10.000,00



Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA.

()	<p>Aquisição de equipamentos para as Sedes dos Conselhos Tutelares, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para os Municípios habilitados por meio das Deliberações nº 53/2014 – CEDCA/PR, nº 88/2014 – CEDCA/PR e nº 43/2017 CEDCA/PR que dispõem sobre o Projeto Arquitetônico de Sedes do Conselho Tutelar Padrão Governo do Estado do Paraná, conforme relação de Conselhos Tutelares elencados no Anexo III da presente Deliberação.</p>	R\$
	<p>A utilização deste recurso deverá observar as especificações definidas no processo de construção constante do Projeto Arquitetônico de Sedes do Conselho Tutelar Padrão Governo do Estado do Paraná.</p>	
	<p>Referido recurso será repassado apenas após a conclusão das obras.</p>	

Somatória dos valores solicitados:

R\$ 70.000,00

Descrição dos itens a serem adquiridos quando solicitada a adesão a segunda linha de financiamento: Aquisição de equipamentos de informática, mobiliário e eletrodomésticos no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

(X) Declaro que o Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho - PR não dispõe de automóvel ou dispõe de automóvel com ano de fabricação anterior a 2014.


GISLAINE TANIA GALEAZZI

Gislaine Tania Galeazzi
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto 340/2017 de 21/09/2017

Nome do Secretário da Pasta onde a Política da Criança e do Adolescente está vinculada:

RG: 8.746.699-0

CPF: 054.423.769-22


ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO

Álvaro Scolaro
Prefeito

Nome do Prefeito:

RG: 8.124.995-4

CPF: 009.378.889-40

IMPORTANTE: As informações constantes deste formulário deverão ser ratificadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e devidamente publicadas por meio de Resolução deste Conselho

ANEXO II

**LISTAGEM DE CONSELHOS TUTELARES APTOS A RECEBER O COFINANCIAMENTO
ESTADUAL PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO ESPECÍFICO DO CONSELHO TUTELAR**

Nº CT	ESCRITÓRIO REGIONAL	NOME DO CONSELHO
1.	APUCARANA	CAMBIRA
2.	APUCARANA	KALORÉ
3.	APUCARANA	MARILÂNDIA DO SUL
4.	APUCARANA	MARUMBI
5.	APUCARANA	DE RIO BOM
6.	APUCARANA	SABÁUDIA
7.	CAMPO MOURÃO	ALTAMIRA DO PARANÁ
8.	CAMPO MOURÃO	ARARUNA
9.	CAMPO MOURÃO	BARBOSA FERRAZ
10.	CAMPO MOURÃO	BOA ESPERANÇA
11.	CAMPO MOURÃO	CAMPO MOURÃO
12.	CAMPO MOURÃO	CORUMBATAÍ DO SUL
13.	CAMPO MOURÃO	ENGENHEIRO BELTRÃO
14.	CAMPO MOURÃO	FAROL
15.	CAMPO MOURÃO	FÊNIX
16.	CAMPO MOURÃO	GOIOERÉ
17.	CAMPO MOURÃO	IRETAMA
18.	CAMPO MOURÃO	JANIÓPOLIS
19.	CAMPO MOURÃO	JURANDA
20.	CAMPO MOURÃO	MAMBORÉ
21.	CAMPO MOURÃO	MOREIRA SALES
22.	CAMPO MOURÃO	NOVA CANTU
23.	CAMPO MOURÃO	PEABIRU
24.	CAMPO MOURÃO	QUINTA DO SOL
25.	CAMPO MOURÃO	UBIRATÃ
26.	CASCADEL	ANAHY
27.	CASCADEL	BOA VISTA DA APARECIDA
28.	CASCADEL	BRAGANEY
29.	CASCADEL	CAFELÂNDIA
30.	CASCADEL	CAMPO BONITO
31.	CASCADEL	CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES
32.	CASCADEL	CASCADEL – SUL
33.	CASCADEL	CASCADEL – OESTE
34.	CASCADEL	CATANDUVAS
35.	CASCADEL	CÉU AZUL
36.	CASCADEL	IBEMA
37.	CASCADEL	MATELÂNDIA

38. CASCAVEL
39. CASCAVEL
40. CASCAVEL
41. CASCAVEL
42. CIANORTE
43. CIANORTE
44. CIANORTE
45. CIANORTE
46. CIANORTE
47. CIANORTE
48. CIANORTE
49. CIANORTE
50. CIANORTE
51. CIANORTE
52. CORNÉLIO PROCÓPIO
53. CORNÉLIO PROCÓPIO
54. CORNÉLIO PROCÓPIO
55. CORNÉLIO PROCÓPIO
56. CORNÉLIO PROCÓPIO
57. CORNÉLIO PROCÓPIO
58. CORNÉLIO PROCÓPIO
59. CORNÉLIO PROCÓPIO
60. CORNÉLIO PROCÓPIO
61. CORNÉLIO PROCÓPIO
62. CORNÉLIO PROCÓPIO
63. CURITIBA
64. CURITIBA
65. CURITIBA
66. CURITIBA
67. CURITIBA
68. CURITIBA
69. CURITIBA
70. CURITIBA
71. CURITIBA
72. CURITIBA
73. CURITIBA
74. CURITIBA
75. CURITIBA
76. CURITIBA
77. CURITIBA
78. CURITIBA
79. CURITIBA
80. CURITIBA
81. CURITIBA

NOVA AURORA
SANTA LÚCIA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ
VERA CRUZ DO OESTE
CIANORTE
GUAPOREMA
INDIANÓPOLIS
JUSSARA
RONDON
SÃO MANOEL DO PARANÁ
SÃO TOMÉ
TAPEJARA
TERRA BOA
TUNEIRAS DO OESTE
ABATIÁ
BANDEIRANTES
CONGONHINHAS
JATAIZINHO
NOVA AMÉRICA DA COLINA
NOVA SANTA BÁRBARA
SANTA AMÉLIA
SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO
SÃO JERÔNIMO DA SERRA
SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
URAI
AGUDOS DO SUL
ALMIRANTE TAMANDARÉ
ARAUCÁRIA I
ARAUCÁRIA II
BALSA NOVA
BOCAIUVA DO SUL
CAMPO DO TENENTE
CERRO AZUL
CURITIBA – BOA VISTA
CURITIBA – CIC
CURITIBA – MATRIZ
CURITIBA – PINHEIRINHO
CURITIBA – PORTÃO
CURITIBA – SANTA FELICIDADE
CURITIBA – TATUQUARA
FAZENDA RIO GRANDE
LAPA
MANDIRITUBA
PIÊN

82. CURITIBA
83. CURITIBA
84. CURITIBA
85. CURITIBA
86. CURITIBA
87. CURITIBA
88. CURITIBA
89. FOZ DO IGUAÇU
90. FOZ DO IGUAÇU
91. FOZ DO IGUAÇU
92. FOZ DO IGUAÇU
93. FOZ DO IGUAÇU
94. FOZ DO IGUAÇU
95. FOZ DO IGUAÇU
96. FOZ DO IGUAÇU
97. FOZ DO IGUAÇU
98. FOZ DO IGUAÇU
99. FOZ DO IGUAÇU
100. FOZ DO IGUAÇU
101. FOZ DO IGUAÇU
102. FOZ DO IGUAÇU
103. FOZ DO IGUAÇU
104. FRANCISCO BELTRÃO
105. FRANCISCO BELTRÃO
106. FRANCISCO BELTRÃO
107. FRANCISCO BELTRÃO
108. FRANCISCO BELTRÃO
109. FRANCISCO BELTRÃO
110. FRANCISCO BELTRÃO
111. FRANCISCO BELTRÃO
112. FRANCISCO BELTRÃO
113. FRANCISCO BELTRÃO
114. FRANCISCO BELTRÃO
115. FRANCISCO BELTRÃO
116. FRANCISCO BELTRÃO
117. FRANCISCO BELTRÃO
118. FRANCISCO BELTRÃO
119. GUARAPUAVA
120. GUARAPUAVA
121. GUARAPUAVA
122. GUARAPUAVA
123. GUARAPUAVA
124. GUARAPUAVA
125. GUARAPUAVA

PINHAIS
QUATRO BARRAS
QUITANDINHA
DE RIO NEGRO
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – AFONSO PENA
TIJUCAS DO SUL
CURITIBA – CAJURU
DIAMANTE DO OESTE
ENTRE RIOS DO OESTE
FOZ DO IGUAÇU – I
FOZ DO IGUAÇU – II
ITAIPULÂNDIA
MARECHAL CÂNDIDO RONDON
MEDIANEIRA
MISSAL
PATO BRAGADO
RAMILÂNDIA
RANCHO ALEGRE DO OESTE
SANTA TEREZINHA DE ITAIPÚ
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU
BOM JESUS DO SUL
CRUZEIRO DO IGUAÇU
DOIS VIZINHOS
ENÉAS MARQUES
FLOR DA SERRA DO SUL
FRANCISCO BELTRÃO
LONDRINA – NORTE A
MANFRINÓPOLIS
MARMELEIRO
NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
PLANALTO
PRANCHITA
SANTA IZABEL DO OESTE
SÃO JORGE DO OESTE
VERÊ
CANDÓI
CANTAGALO
GOIOXIM
INÁCIO MARTINS
LARANJAL
PALMITAL
PINHÃO

126. GUARAPUAVA
127. GUARAPUAVA
128. GUARAPUAVA
129. GUARAPUAVA
130. IRATI
131. IRATI
132. IVAIPORÃ
133. IVAIPORÃ
134. IVAIPORÃ
135. IVAIPORÃ
136. IVAIPORÃ
137. IVAIPORÃ
138. IVAIPORÃ
139. IVAIPORÃ
140. IVAIPORÃ
141. IVAIPORÃ
142. IVAIPORÃ
143. IVAIPORÃ
144. IVAIPORÃ
145. IVAIPORÃ
146. IVAIPORÃ
147. IVAIPORÃ
148. IVAIPORÃ
149. JACAREZINHO
150. JACAREZINHO
151. JACAREZINHO
152. JACAREZINHO
153. JACAREZINHO
154. JACAREZINHO
155. JACAREZINHO
156. JACAREZINHO
157. JACAREZINHO
158. JACAREZINHO
159. JACAREZINHO
160. JACAREZINHO
161. JACAREZINHO
162. JACAREZINHO
163. JACAREZINHO
164. JACAREZINHO
165. JACAREZINHO
166. LARANJEIRAS DO SUL
167. LARANJEIRAS DO SUL
168. LARANJEIRAS DO SUL
169. LARANJEIRAS DO SUL

PITANGA
PRUDENTÓPOLIS
RIO BRANCO DO SUL
TURVO
GUAMIRANGA
SALTO DO LONTRA
ARAPUÃ
BORRAZÓPOLIS
CÂNDIDO DE ABREU
CRUZMALTINA
FAXINAL
GODOY MOREIRA
GRANDES RIOS
IVAIPORÃ
JARDIM ALEGRE
LIDIANÓPOLIS
LUNARDELLI
MANOEL RIBAS
NOVA TEBAS
RANCHO ALEGRE
RIO BRANCO DO IVAÍ
SANTA MARIA DO OESTE
SÃO PEDRO DO IVAÍ
CAMBARÁ
CARLÓPOLIS
CONSELHEIRO MAIRINCK
CURIÚVA
GUAPIRAMA
IBAITI
JABOTI
JACAREZINHO
JAPIRA
LONDRINA - SUL
PINHALÃO
QUATIGUÁ
RIBEIRÃO CLARO
SANTANA DO ITARARÉ
SÃO JOSÉ DA BOA VISTA
TOMAZINA
WENCESLAU BRAZ
DIAMANTE DO SUL
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
GUARANIAÇU
MARQUINHO

170. LARANJEIRAS DO SUL
171. LARANJEIRAS DO SUL
172. LARANJEIRAS DO SUL
173. LARANJEIRAS DO SUL
174. LONDRINA
175. LONDRINA
176. LONDRINA
177. LONDRINA
178. LONDRINA
179. LONDRINA
180. LONDRINA
181. LONDRINA
182. LONDRINA
183. LONDRINA
184. LONDRINA
185. LONDRINA
186. LONDRINA
187. MARINGÁ
188. MARINGÁ
189. MARINGÁ
190. MARINGÁ
191. MARINGÁ
192. MARINGÁ
193. MARINGÁ
194. MARINGÁ
195. MARINGÁ
196. MARINGÁ
197. MARINGÁ
198. MARINGÁ
199. MARINGÁ
200. MARINGÁ
201. MARINGÁ
202. MARINGÁ
203. MARINGÁ
204. MARINGÁ
205. MARINGÁ
206. MARINGÁ
207. PARANAGUÁ
208. PARANAGUÁ
209. PARANAGUÁ
210. PARANAGUÁ
211. PARANAVAÍ
212. PARANAVAÍ
213. PARANAVAÍ

PORTO BARREIRO
QUEDAS DO IGUAÇU
RIO BONITO DO IGUAÇU
VIRMOND
ASSAÍ
BELA VISTA DO PARAÍSO
CAFEARA
CENTENÁRIO DO SUL
GUARACI
JAGUAPITÃ
MIRASELVA
PITANGUEIRAS
PRADO FERREIRA
PRIMEIRO DE MAIO
ROLÂNDIA
SERTANÓPOLIS
TAMARANA
ANGULO
ATALAIA
DOUTOR CAMARGO
FLORESTA
FLÓRIDA
IGUARAÇU
ITAMBÉ
IVATUBA
LOBATO
MARINGÁ – ZONA SUL
MUNHOZ DE MELLO
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
OURIZONA
PAIÇANDU
PRESIDENTE CASTELO BRANCO
SANTA FÉ
SANTO INÁCIO
SÃO JORGE DO IVAÍ
SARANDI
UNIFLOR
GUARAQUEÇABA
GUARATUBA
MATINHOS
PONTAL DO PARANÁ
ALTO PARANÁ
AMAPORÃ
GUAIRAÇA

214. PARANAVAÍ
215. PARANAVAÍ
216. PARANAVAÍ
217. PARANAVAÍ
218. PARANAVAÍ
219. PARANAVAÍ
220. PARANAVAÍ
221. PARANAVAÍ
222. PARANAVAÍ
223. PARANAVAÍ
224. PARANAVAÍ
225. PARANAVAÍ
226. PARANAVAÍ
227. PARANAVAÍ
228. PARANAVAÍ
229. PARANAVAÍ
230. PARANAVAÍ
231. PARANAVAÍ
232. PARANAVAÍ
233. PARANAVAÍ
234. PATO BRANCO
235. PATO BRANCO
236. PATO BRANCO
237. PATO BRANCO
238. PATO BRANCO
239. PATO BRANCO
240. PATO BRANCO
241. PATO BRANCO
242. PATO BRANCO
243. PONTA GROSSA
244. PONTA GROSSA
245. PONTA GROSSA
246. PONTA GROSSA
247. PONTA GROSSA
248. PONTA GROSSA
249. PONTA GROSSA
250. PONTA GROSSA
251. PONTA GROSSA
252. PONTA GROSSA
253. TOLEDO
254. TOLEDO
255. TOLEDO
256. TOLEDO
257. TOLEDO

INAJÁ
ITAÚNA DO SUL
JARDIM OLINDA
LOANDA
LONDRINA – OESTE
MARILENA
MIRADOR
NOVA ALIANÇA DO IVAÍ
NOVA LONDRINA
PARANACITY
PARANAVAÍ
PLANALTINA DO PARANÁ
QUERÊNCIA DO NORTE
SANTA ISABEL DO IVAÍ
SANTA MÔNICA
SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ
SÃO JOÃO DO CAIUÁ
SÃO PEDRO DO PARANÁ
TAMBOARA
TERRA RICA
CHOPINZINHO
CORONEL DOMINGOS SOARES
HONÓRIO SERPA
ITAPEJARA DO OESTE
LONDRINA – CENTRO
MARIÓPOLIS
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO
SULINA
VITORINO
ARAPOTI
CARAMBEÍ
CASTRO
IVAÍ
JAGUARIAÍVA
LONDRINA – NORTE B
PONTA GROSSA – NORTE
SÃO JOÃO DO TRIUNFO
SENGÉS
TIBAGI
ASSIS CHATEAUBRIAND
FORMOSA DO OESTE
GUAÍRA
IRACEMA DO OESTE
JESUÍTAS



CEDCA-PR
Conselho Estadual dos Direitos
da Criança e do Adolescente



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

258. TOLEDO
259. TOLEDO
260. TOLEDO
261. TOLEDO
262. TOLEDO
263. TOLEDO
264. TOLEDO
265. TOLEDO
266. TOLEDO
267. TOLEDO
268. UMUARAMA
269. UMUARAMA
270. UMUARAMA
271. UMUARAMA
272. UMUARAMA
273. UMUARAMA
274. UMUARAMA
275. UMUARAMA
276. UMUARAMA
277. UMUARAMA
278. UMUARAMA
279. UMUARAMA
280. UMUARAMA
281. UMUARAMA
282. UMUARAMA
283. UMUARAMA
284. UMUARAMA
285. UMUARAMA
286. UNIÃO DA VITÓRIA
287. UNIÃO DA VITÓRIA
288. UNIÃO DA VITÓRIA
289. UNIÃO DA VITÓRIA
290. UNIÃO DA VITÓRIA

MARIPÁ
MERCEDES
NOVA SANTA ROSA
OURO VERDE DO OESTE
PALOTINA
QUATRO PONTES
TERRA ROXA
TOLEDO – I
TOLEDO – II
TUPÃSSI
ALTO PARAÍSO
ALTO PIQUIRI
ALTÔNIA
BRASILÂNDIA DO SUL
CAFEZAL DO SUL
DOURADINA
ESPERANÇA NOVA
FRANCISCO ALVES
ICARAÍMA
IPORÃ
IVATÉ
MARIA HELENA
MARILUZ
PEROBAL
PÉROLA
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
UMUARAMA
XAMBRÉ
BITURUNA
GENERAL CARNEIRO
PAULA FREITAS
PORTO VITÓRIA
UNIÃO DA VITÓRIA

ANEXO III

**RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM A CONSTRUÇÃO DE SEDE DO CONSELHO
TUTELAR – PROJETO ARQUITETÔNICO PADRÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
(Deliberações nº 53/2014, nº 88/2014 e nº 43/2017)**

Nº CT	Protocolo	Regional	Município
1.	13.293.898-9	Apucarana	Arapongas
2.	13.266.857-4	Campo Mourão	Campo Mourão
3.	13.266.910-4	Campo Mourão	Goioerê
4.	13.284.099-7	Cascavel	Cascavel
5.	13.263.438-6	Cianorte	Cianorte
6.	13.284.983-8	Cornélio Procopio	Cornélio Procopio
7.	13.247.561-0	Curitiba	Araucária
8.	13.286.803-4	Curitiba	Campo Largo
9.	13.247.657-8	Curitiba	Campo Magro
10.	13.287.090-0	Curitiba	Colombo
11.	13.287.113-2	Curitiba	Curitiba - CIC
12.	13.247.590-3	Curitiba	Fazenda Rio Grande
13.	13.286.995-2	Curitiba	Mandirituba
14.	13.241.801-2	Francisco Beltrão	Dois Vizinhos
15.	13.276.149-3	Guarapuava	Guarapuava
16.	13.284.561-1	Guarapuava	Guarapuava
17.	13.281.471-6	Guarapuava	Prudentópolis
18.	13.246.205-4	Irati	Imbituva
19.	13.291.040-5	Londrina	Cambé
20.	13.290.966-0	Londrina	Ibiporã
21.	13.290.874-5	Londrina	Londrina
22.	13.290.994-6	Londrina	Rolândia
23.	13.262.945-5	Maringá	Marialva
24.	13.260.830-0	Maringá	Maringá
25.	13.284.970-6	Pato Branco	Palmas
26.	13.292.351-5	Pato Branco	Pato Branco
27.	13.258.754-0	Pitanga	Pitanga
28.	13.248.230-6	Ponta Grossa	Jaguariaíva
29.	13.265.279-1	Toledo	Palotina
30.	13.285.426-2	União da Vitória	São Mateus do Sul
31.	13.286.076-9	União da Vitória	União da Vitória

ANEXO IV

**TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE APOIO E FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DOS
CONSELHOS TUTELARES DO ESTADO DO PARANÁ**

Termo de Adesão que firma o Município de Chopinzinho - PR com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao incentivo Programa de Apoio e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná, com recursos do Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência - FIA/PR.

O **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.416.940/0001-28, por intermédio da **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS**, inscrita no CNPJ nº 09.088.839/0001-06, com recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA/PR, inscrito no CNPJ nº 10.632.896/0001-85, com sede à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Palácio das Araucárias, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato representada pela Secretária de Estado, Senhora **Fernanda Bernardi Vieira Richa**, portadora da CI nº 954.242-6 - SSP/PR, inscrita no CPF/MF nº 604.858.099-15, residente e domiciliada em Curitiba/PR e o **Município de Chopinzinho - PR**, inscrito no CNPJ nº 76.995.414/0001-60, com sede à Rua Miguel Procópio Kurpel, neste ato representado por seu Gestor Municipal, Senhor(a) **Álvaro Denis Ceni Scolaro**, portador(a) da CI nº 8.124.995-4, inscrito(a) no CPF/MF nº 009.378.889-40, residente e domiciliado(a) em Chopinzinho/PR resolvem, em conformidade com a Deliberação nº 107/2017 - CEDCA/PR do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, subscrever o presente Termo de Adesão para o **Programa de Apoio e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná**, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Adesão tem como objeto o repasse de incentivo financeiro para o **Programa de Apoio e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná**, ao **MUNICÍPIO** acima qualificado.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os critérios para a partilha do recurso se ancoram na lógica da complementariedade das ações do Estado e do Município, considerando as seguintes linhas de cofinanciamento:

I - Aquisição de 01 (um) automóvel zero quilômetro no valor de R\$ 60.000,00(sessenta mil reais), haja vista que o Conselho Tutelar não dispõe de veículo ou possui veículo com ano de fabricação anterior ao ano de 2014;

II - Aquisição de Equipamentos de informática, mobiliário e eletrodomésticos no valor de

R\$010.000,00(dez mil reais);

III – Aquisição de equipamentos para a Sede do Conselho Tutelar no valor de R\$ _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – São obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) possuir Conselho Tutelar em regular funcionamento;
- b) prestar informações sobre o Conselho Tutelar sistematicamente e sempre que solicitado à **SEDS** e ao **CEDCA/PR**;
- c) alimentar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência para Conselhos Tutelares – SIPIA CT WEB;
- d) manter em regular funcionamento o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- e) participar das capacitações promovidas pela **SEDS**, bem como as apoiadas pelo **CEDCA/PR**;
- f) prestar informações a **SEDS** e ao **CEDCA/PR**, sistematicamente ou sempre que solicitado em relação às ações previstas neste Termo, bem como as relacionadas à execução da política da criança e do adolescente em âmbito municipal;
- g) incluir no patrimônio adquirido ou na ação local realizada a denominação **SEDS/CEDCA/PR**, assim como em relatórios institucionais e em publicidades locais, observando sempre que possível a Resolução Conjunta **SEDS/CEDCA/PR** n° 369/2008 e Resolução Conjunta **SECJ/CEDCA** n° 226/2010;
- h) iniciar a execução do recurso em até 60 (sessenta) dias após o seu recebimento;
- i) prestar contas dos recursos repassados, através de Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, a ser encaminhado à **SEDS** a cada 06 (seis) meses, a contar do início da execução do projeto, em conformidade ao disposto no Decreto Estadual n° 10.455/2014;
- j) executar os recursos recebidos em sua integralidade e dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;
- k) efetuar a devolução de saldos de recursos não executados ao final do prazo máximo de vigência do Termo de Adesão à **SEDS** (Conta do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR), sendo este de 30 (trinta meses);
- l) caso haja aquisição de veículo, destinar o mesmo para uso exclusivo e intransferível do Conselho Tutelar, se comprometendo a não destiná-lo para outra finalidade, sem prévia deliberação do **CEDCA/PR**;
- m) caso haja aquisição de veículo, arcar com as despesas relacionadas a seguro, abastecimento, manutenção e quaisquer outros gastos relacionados ao automóvel;

- n) dar preferência à aquisição de computadores para uso individual de cada conselheiro tutelar, se comprometendo a destinar recurso para a aquisição de outros materiais apenas, quando todos os conselheiros tiverem computadores em condições de alimentar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência para o Conselho Tutelar – SIPIA CT WEB;
- o) caso haja a aquisição de equipamentos para a Sede do Conselho Tutelar, observar as especificações definidas no processo de construção constante do Projeto Arquitetônico de Sedes do Conselho Tutelar Padrão Governo do Estado do Paraná.

II – São obrigações da SEDS:

- a) formalizar o repasse automático do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- b) realizar o assessoramento técnico necessário à execução da ação;
- c) disponibilizar, oportunamente, instrumentos e sistemas de informação necessários para o acompanhamento, avaliação, controle e prestação de contas dos recursos;
- d) promover e apoiar a capacitação dos trabalhadores municipais e estaduais, para melhor execução dos serviços e do incentivo financeiro;
- e) fomentar e fortalecer o desenvolvimento de ações intra e intersetoriais entre as políticas públicas;
- f) apresentar ao CEDCA/PR sistematicamente e sempre que solicitado, informações sobre o andamento da execução das ações deste Termo, a fim de subsidiar as ações de monitoramento e avaliação pelo referido Conselho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Adesão será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua publicação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, desde que solicitado com 30 (trinta) dias de antecedência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A SEDS poderá prorrogar de ofício a vigência do presente Termo de Adesão, quando houver dado causa ao atraso na liberação do recurso financeiro, limitada ao exato período do atraso verificado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O MUNICÍPIO poderá solicitar prorrogação do presente Termo de Adesão pelo prazo de até 06 (seis) meses, mediante encaminhamento de justificativa a SEDS, devidamente aprovada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

O repasse do recurso será realizado em parcela única por meio de depósito em conta específica do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em conformidade com o disposto no Decreto Estadual nº 10.455/2014, a prestação de contas dos recursos repassados será realizada através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução deverá ser encaminhado à **SEDS** a cada seis 06 (seis) meses, a partir do início da execução dos recursos financeiros e após sua aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A omissão na apresentação do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução impedirá o repasse de futuros recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – **FIA/PR** para o **MUNICÍPIO**, que somente será restabelecido após a apresentação do mesmo, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Se o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA** aprovar parcialmente ou com ressalvas o Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, o documento a ser encaminhado à **SEDS** deverá estar acompanhado de justificativa do respectivo Conselho para sua aprovação parcial e de um Plano de Providências – Prestação de Contas/**FIA** do **MUNICÍPIO**, devidamente aprovado pelo Conselho, para que as ressalvas sejam resolvidas até a data de entrega do próximo Relatório.

PARÁGRAFO QUARTO. Caso as ressalvas não sejam sanadas, será instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial.

PARÁGRAFO QUINTO. Nos casos em que houver saldo superior a 30% (trinta por cento) a executar, o Relatório deverá estar acompanhado de justificativa do **MUNICÍPIO**, bem como de aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**.

PARÁGRAFO SEXTO. Se houver a necessidade de instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial, o **MUNICÍPIO** não receberá o repasse de novos recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – **FIA/PR** e ainda, caso as ressalvas não sejam sanadas e sejam detectadas irregularidades, o **MUNICÍPIO** deverá devolver o recurso recebido, devidamente corrigido.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Fica o **CEDCA/PR** e a **SEDS** autorizados a substituir, a qualquer tempo, o Termo de Adesão desta Deliberação e o Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, por Sistema de informações específicas para monitoramento, avaliação, acompanhamento e controle dos recursos repassados ao **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS

A titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Adesão e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela **SEDS** passarão a incorporar o patrimônio do



MUNICÍPIO, após a aprovação das contas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

É obrigatória a restituição pelo **MUNICÍPIO** de eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas de aplicações financeiras realizadas e ativos financeiros à **SEDS** (Conta Recursos Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR), na ocasião de conclusão, denúncia, expiração do prazo de vigência, rescisão ou extinção do presente Termo de Adesão, devidamente atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de procedimento de Tomadas de Contas Especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **MUNICÍPIO** deverá ainda, restituir à **SEDS** (Conta Recursos Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR), o valor transferido atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:

- a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida;
- b) quando não for executado o objeto do ato da transferência do Termo de Adesão;
- c) quando ocorrer qualquer fato do qual resulte prejuízo ao Erário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **MUNICÍPIO** ficará obrigado a recolher à conta da **SEDS** (Conta Recursos Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR) o valor corrigido dos recursos alocados quando não comprovar sua aplicação na consecução do objeto do presente Termo de Adesão.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deverá elaborar Relatório semestral sobre o andamento da execução das ações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O relatório produzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA será analisado pelo Escritório Regional da **SEDS** e posteriormente pelo CEDCA/PR.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os relatórios produzidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sem prejuízo de outros elementos, deverão conter:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base no Formulário para solicitação de incentivo financeiro para o Programa de Apoio e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná;
- c) valores efetivamente transferidos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas realizadas;

e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA NONA – DOS DOCUMENTOS

Os documentos comprobatórios das despesas realizadas deverão ser arquivados pelo **MUNICÍPIO** em ordem cronológica, pelo período de 10 (dez) anos, conforme as disposições do art. 20 e seu parágrafo único, da Instrução Normativa n° 061/11 – TC, em sua sede, onde ficarão à disposição da **SEDS** e do **CEDCA/PR**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS VEDAÇÕES

São vedadas despesas à conta dos recursos do presente Termo de Adesão porventura realizadas com finalidade diversa do estabelecido neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência, com posterior cobertura, e especialmente para:

- a) pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica;
- b) aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente Termo, ainda que em caráter de emergência;
- c) realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- d) pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente de tomador dos recursos ou pelo descumprimento de determinações legais ou conveniais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Termo de Adesão poderá ser rescindido a qualquer tempo, no caso de inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, especialmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) má execução ou inexecução do presente Termo;
- b) verificação das circunstâncias que ensejam a instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique em rescisão do presente Termo de Adesão ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes no prazo em que tenha vigido este Instrumento, creditando-lhes, igualmente, os



benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A parte interessada deverá comunicar sua intenção de rescisão do presente Termo de Fomento ao outro partícipe com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Adesão poderá ser alterado, bem como o seu prazo de vigência prorrogado, observado o limite previsto na Cláusula Terceira do presente Termo de Adesão, e, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, vedada porém a mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

O descumprimento de quaisquer uma das Cláusulas do presente Termo de Adesão por parte do **MUNICÍPIO**, implicará na suspensão dos repasses financeiros do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR, podendo inclusive ser obrigado a proceder a devolução parcial ou integral dos recursos recebidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, serão apreciadas e julgadas pela **SEDS** e pelo CEDCA/PR.

Curitiba, de de 201 .

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família
e Desenvolvimento Social

Álvaro Denis Ceni scolaro
Prefeito(a) Municipal

Álvaro Scolaro
Prefeito


Gislaine Tania Galeazzi

Gislaine Tania Galeazzi
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto 840/2017 de 21/09/2017

Secretário(a) Municipal Responsável pela execução
da Política da Criança e do Adolescente



ANEXO V

ENDEREÇOS DOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS

1. ESCRITÓRIO REGIONAL DE APUCARANA

E-mail: erapucarana@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Osório Ribas de Paula, 1120, CEP: 86.800-140

Fone: (43) 3308-1300

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: APUCARANA, ARAPONGAS, BOM SUCESSO, CALIFÓRNIA, CAMBIRA, JANDAIA DO SUL, KALORÉ, MARILÂNDIA DO SUL, MARUMBI, MAUÁ DA SERRA, NOVO ITACOLOMI, RIO BOM, SABÁUDIA.

2. ESCRITÓRIO REGIONAL DE CAMPO MOURÃO

E-mail: ercampomourao@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Harrison José Borges, 1380, CEP: 87.303-130

Fone: (44) 3599-1350

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ALTAMIRA DO PARANÁ, ARARUNA, BARBOSA FERRAZ, BOA ESPERANÇA, CAMPINA DA LAGOA, CAMPO MOURÃO, CORUMBATAÍ DO SUL, ENGENHEIRO BELTRÃO, FAROL, FÊNIX, GOIOERÉ, IRETAMA, JANIÓPOLIS, JURANDA, LUIZIANA, MAMBORÉ, MOREIRA SALES, NOVA CANTU, PEABIRU, QUARTO CENTENÁRIO, QUINTA DO SOL, RANCHO ALEGRE DO OESTE, RONCADOR, UBIATÁ, MATO RICO.

3. ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL

E-mail: ercascavel@seds.pr.gov.br

Endereço: Av. Brasil, 2040, CEP: 85.816-290

Fone: (45) 3218-7740

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ANAHY, BOA VISTA DA APARECIDA, BRAGANEY, CAFELÂNDIA, CAMPO BONITO, CAPITÃO LEONIDAS MARQUES, CASCAVEL, CATANDUVAS, CÉU AZUL, CORBÉLIA, IBEMA, IGUATU, LINDOESTE, MATELÂNDIA, NOVA AURORA, SANTA LUCIA, SANTA TEREZA DO OESTE, TRÊS BARRAS DO PARANÁ, VERA CRUZ DO OESTE.

4. ESCRITÓRIO REGIONAL DE CIANORTE

E-mail: ercianorte@seds.pr.gov.br

Endereço: Florianópolis, 1702, Zona 2, CEP: 87.200-000

Fone: (44) 3619-2602 / 3619-2601

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: CIANORTE, CIDADE GAÚCHA, GUAPOREMA, INDIANÓPOLIS, JAPURÁ, JUSSARA, RONDON, SÃO MANOEL DO PARANÁ, SÃO TOMÉ, TAPEJARA, TERRA BOA, TUNEIRAS DO OESTE.

5. ESCRITÓRIO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO

E-mail: ercornelioprocopio@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Piauí, 436, Centro, CEP: 86.300-000

Fone: (43) 3520-3400

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ABATIÁ, ANDIRÁ, BANDEIRANTES, CONGONHINHAS, CORNÉLIO PROCÓPIO, ITAMBARACÁ, JATAIZINHO, LEÓPOLIS, NOVA AMÉRICA DA COLINA, NOVA FÁTIMA, NOVA SANTA BÁRBARA, RANCHO ALEGRE, RIBEIRÃO DO PINHAL, SANTA AMÉLIA, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SANTA MARIANA, SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO, SÃO JERÔNIMO DA SERRA, SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, SAPOPEMA, SERTANEJA, URAÍ.

6. ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA

E-mail: ecuritiba@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Hermes Fontes, 315, CEP: 80.440-070



Fone: (41) 3270-1019 / 3270-1078

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ADRIANÓPOLIS, AGUDOS DO SUL, ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, Balsa Nova, BOCAIUVA DO SUL, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO DO TENENTE, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, CERRO AZUL, COLOMBO, CONTENDA, CURITIBA, DOUTOR ULISSES, FAZENDA RIO GRANDE, ITAPERUÇU, LAPA, MANDIRITUBA, PIÊN, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, QUITANDINHA, RIO BRANCO DO SUL, RIO NEGRO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, TIJUCAS DO SUL, TUNAS DO PARANÁ.

7. ESCRITÓRIO REGIONAL DE FOZ DO IGUAÇU

E-mail: erfozdoiguacu@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Jorge Sanways, 1078, CEP: 85.851-100

Fone: (45) 3572-7034 / 3572-1476

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: DIAMANTE D'OESTE, FOZ DO IGUAÇU, ITAIPULÂNDIA, MEDIANEIRA, MISSAL, RAMILÂNDIA, SANTA TEREZINHA DO ITAIPU, SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU, ENTRE RIOS DO OESTE, MARECHAL CÂNDIDO RONDON, PATO BRAGADO, SANTA HELENA, SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

8. ESCRITÓRIO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO

E-mail: erfranciscobeltrao@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Florianópolis, 530-2º andar, CEP: 85.601-560

Fone: (46) 3524-1185

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: AMPÉRE, BARRAÇÃO, BELA VISTA DA CAROBA, BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, BOM JESUS DO SUL, CAPANEMA, CRUZEIRO DO IGUAÇU, DOIS VIZINHOS, ENÉAS MARQUES, FLOR DA SERRA DO SUL, FRANCISCO BELTRÃO, MANFRINÓPOLIS, MARMELEIRO, NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, NOVA PRATA DO IGUAÇU, PÉROLA DO OESTE, PINHAL DO SÃO BENTO, PLANALTO, PRANCHITA, REALEZA, RENASCENÇA, SALGADO FILHO, SALTO DO LONTRA, SANTA ISABEL DO OESTE, SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, SÃO JORGE DO OESTE, VERÊ.

9. ESCRITÓRIO REGIONAL DE GUARAPUAVA

E-mail: erguarapuava@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Quinze de Novembro, 7466, CEP: 85.010-000

Fone: (42) 3630-3600

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: CAMPINA DO SIMÃO, CANDÓI, CANTAGALO, FOZ DO JORDÃO, GOIOXIM, GUARAPUAVA, PINHÃO, PRUDENTÓPOLIS, RESERVA DO IGUAÇU, TURVO, BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, LARANJAL, PALMITAL, PITANGA.

10. ESCRITÓRIO REGIONAL DE IRATI

E-mail: erirati@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Vicente Machado, 455, CEP: 84.500-000

Fone: (42) 3422-1028 / 3422-5325

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: FERNANDES PINHEIRO, GUAMIRANGA, IMBITUVA, INÁCIO MARTINS, IRATI, MALLET, REBOUÇAS, RIO AZUL, TEIXEIRA SOARES.

11. ESCRITÓRIO REGIONAL DE IVAIPORÃ

E-mail: erivaipora@seds.pr.gov.br

Endereço: Avenida Paraná, 115, sala 5, CEP: 86.870-970

Fone: (43) 3472-2126

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ARAPUÃ, ARIRANHA DO IVAÍ, BORRAZÓPOLIS, CRUZMALTINA, FAXINAL, GODOY MOREIRA, GRANDES RIOS, IVAIPORÃ, JARDIM ALEGRE, LIDIANÓPOLIS, LUNARDELLI, RIO BRANCO DO IVAÍ, ROSÁRIO DO IVAÍ, SÃO JOÃO DO IVAÍ, SÃO PEDRO DO IVAÍ, NOVA TEBAS, MANOEL RIBAS, CÂNDIDO DE ABREU, SANTA MARIA DO OESTE.



12. ESCRITÓRIO REGIONAL DE JACAREZINHO

E-mail: erjacarezinho@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Paraná, 63, CEP: 86.400-000

Fone: (43) 3511-2400

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: BARRA DO JACARÉ, CAMBARÁ, CARLÓPOLIS, CONSELHEIRO MAIRINCK, CURIÚVA, FIGUEIRA, GUAPIRAMA, IBAITI, JABOTI, JACAREZINHO, JAPIRA, JOAQUIM TÁVORA, JUNDIAÍ DO SUL, PINHALÃO, QUATIGUÁ, RIBEIRÃO CLARO, SALTO DO ITARARÉ, SANTANA DO ITARARÉ, SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, SIQUEIRA CAMPOS, TOMAZINA, WENCESLAU BRAZ.

13. ESCRITÓRIO REGIONAL DE LARANJEIRAS DO SUL

E-mail: erlaranjeirasdosul@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Vereador João da Rocha Loures, 2533, CEP: 85.301-000

Fone: (42) 3635-3595

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: DIAMANTE DO SUL, ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, GUARANIAÇU, LARANJEIRAS DO SUL, MARQUINHO, NOVA LARANJEIRAS, PORTO BARREIRO, QUEDAS DO IGUAÇU, RIO BONITO DO IGUAÇU, VIRMOND.

14. ESCRITÓRIO REGIONAL DE LONDRINA

E-mail: erlondrina@seds.pr.gov.br

Endereço: Av. Santos Dumont, 881, CEP: 86.039-090

Fone: (43) 3325-2635 / 3322-3575

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ALVORADA DO SUL, ASSAÍ, BELA VISTA DO PARAÍSO, CAFEARA, CAMBÉ, CENTENÁRIO DO SUL, FLORESTÓPOLIS, GUARACI, IBIPORÃ, JAGUAPITÃ, LONDRINA, LUPIONÓPOLIS, MIRASELVA, PITANGUEIRAS, PORECATU, PRADO FERREIRA, PRIMEIRO DE MAIO, ROLÂNDIA, SERTANÓPOLIS, TAMARANA.

15. ESCRITÓRIO REGIONAL DE MARINGÁ

E-mail: ermaringa@seds.pr.gov.br

Endereço: Avenida Herval, 151, CEP: 87.013-110

Fone: (44) 3262-0057 / 3262-0063 / 3223-1457 / 3223-1292

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ÂNGULO, ASTORGA, ATALAIA, COLORADO, DOUTOR CAMARGO, FLORAÍ, FLORESTA, FLÓRIDA, IGUAÇAÇU, ITAGUAJÉ, ITAMBÉ, IVATUBA, LOBATO, MANDAGUAÇU, MANDAGUARI, MARIALVA, MARINGÁ, MUNHOZ DE MELLO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, NOVA ESPERANÇA, OURIZONA, PAIÇANDU, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, SANTA FÉ, SANTA INÊS, SANTO INÁCIO, SÃO JORGE DO IVAÍ, SARANDI, UNIFLOR

16. ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAGUÁ

E-mail: erparanagua@seds.pr.gov.br

Endereço: R. Marechal Alberto de Abreu, 14-Palacete Mathias Böhn, CEP: 83.203-240

Fone: (41) 3422-5581

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ANTONINA, GUARAQUEÇABA, GUARATUBA, MATINHOS, MORRETES, PARANAGUÁ, PONTAL DO PARANÁ.

17. ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAVAI

E-mail: erparanavai@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Rio Grande do Norte, 1835, CEP: 87.705-010

Fone: (44) 3421-2751 / 3421-2752 / 3421-2753

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ALTO PARANÁ, AMAPORÃ, CRUZEIRO DO SUL, DIAMANTE DO NORTE, GUAIRAÇÁ, INAJÁ, ITAÚNA DO SUL, JARDIM OLINDA, LOANDA, MARILENA, MIRADOR, NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, NOVA LONDRINA, PARAÍSO DO NORTE, PARANACITY, PARANAPOEMA, PARANAVAI, PLANALTINA DO PARANÁ, PORTO RICO, QUERÊNCIA DO NORTE, SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, SANTA ISABEL DO IVAÍ, SANTA MÔNICA, SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, SÃO CARLOS DO IVAÍ, SÃO JOÃO DO CAIUÁ, SÃO PEDRO DO PARANÁ,



TAMBOARA, TERRA RICA.

18. ESCRITÓRIO REGIONAL DE PATO BRANCO

E-mail: erpatobranco@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Brasília, 344, CEP: 85.504-400

Fone: (46) 3272-1400

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: BOM SUCESSO DO SUL, CHOPINZINHO, CLEVELÂNDIA, CORONEL DOMINGOS SOARES, CORONEL VIVIDA, HONÓRIO SERPA, ITAPEJARA DO OESTE, MANGUEIRINHA, MARIÓPOLIS, PALMAS, PATO BRANCO, SÃO JOÃO, SAUDADE DO IGUAÇU, SULINA, VITORINO.

19. ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA

E-mail: erpontagrossa@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua General Carneiro, 1106, CEP: 84.010-370

Fone: (42) 3700-2150

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ARAPOTI, CARAMBEÍ, CASTRO, IMBAÚ, IPIRANGA, IVAÍ, JAGUARIAÍVA, ORTIGUEIRA, PALMEIRA, PIRAÍ DO SUL, PONTA GROSSA, PORTO AMAZONAS, RESERVA, SÃO JOÃO DO TRIUNFO, SENGÊS, TELÊMACO BORBA, TIBAGI, VENTANIA.

20. ESCRITÓRIO REGIONAL DE TOLEDO

E-mail: ertoledo@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua México, 321, CEP: 85.905-370

Fone: (45) 3252-0072

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ASSIS CHATEAUBRIAND, FORMOSA DO OESTE, GUAIRA, IRACEMA DO OESTE, JESUITAS, MARIPÁ, MERCEDES, NOVA SANTA ROSA, OURO VERDE DO OESTE, PALOTINA, QUATRO PONTES, SÃO PEDRO DO IGUAÇU, TOLEDO, TUPÃSSI, TERRA ROXA.

21. ESCRITÓRIO REGIONAL DE UMUARAMA

E-mail: erumuarama@seds.pr.gov.br

Endereço: Av. Rio Branco, 4211 Zona I, CEP: 84.600-000

Fone: (44) 3621-1150 / 3621-1152/3621-115

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ALTÔNIA, ALTO PIQUIRI, ALTO PARAÍSO, BRASILÂNDIA DO SUL, CAFEZAL DO SUL, CRUZEIRO DO OESTE, DOURADINA, ESPERANÇA NOVA, FRANCISCO ALVES, ICARAÍMA, IPORÃ, IVATÉ, MARIA HELENA, MARILUZ, NOVA OLÍMPIA, PEROBAL, PÉROLA, SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, TAPIRA, UMUARAMA, XAMBRÊ.

22. ESCRITÓRIO REGIONAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

E-mail: eruniaodavitoria@seds.pr.gov.br

Endereço: Rua Costa Carvalho, 93, CEP: 85.905-370

Fone: (42) 3523-2220 / 42-9143-1850

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA: ANTONIO OLINTO, BITURUNA, CRUZ MACHADO, GENERAL CARNEIRO, PAULA FREITAS, PAULO FRONTIN, PORTO VITÓRIA, SÃO MATEUS DO SUL, UNIÃO DA VITÓRIA.

RECEBIMENTO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi os presentes autos na **Divisão de Licitações e Contratos**.

Chopinzinho/PR, 02 de janeiro de 2020.



Micheli Leticia Dietrich
Auxiliar Administrativo
Divisão de Licitações e Contratos



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

DECRETO Nº 536/2019, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados a Sra. Josiane Moschen, CPF nº 010.576.599-67, RG nº 9.873.409-0-SSP/PR, como Presidente, o Sr Roberto Alencar Przendziuk, CPF nº 546.462.519-49 e RG nº 5.253.580-8 – SSP/PR e a Sra. Neide Marinez Caldato, CPF nº 023.594.429-70 e RG nº 7.722.329-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2020.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4º do art. 51, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2020, ficando revogado o Decreto nº 001/2019, de 03 de janeiro de 2019 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.


Álvaro Dênis Ceni Scolari
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios do Sudoeste do Paraná
DIOEMS
EDIÇÃO Nº 2016 de 31 / 12 / 2019



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

115

rw

DECRETO Nº 534/2019, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Nomeia Pregoeiros do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

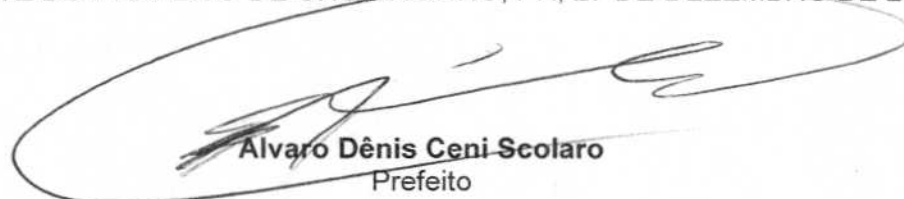
DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. Roberto Alencar Przendziuk, CPF nº 546.462.519-49 e RG nº 5.253.580-8 – SSP/PR, Sr. Onério Cambruzzi Filho, CPF nº 062.575.819-66 e RG nº 9.429.975-6, Sra. Giliane Teles Forlin, CPF nº 085.098.669-96 e RG nº 10.282.377-0 SSP/PR e o Sr. Paulo Egídio Dalsasso, CPF nº 037.281.239-27 e RG nº 6.815.803-6/PR para exercerem a função de Pregoeiro do Município de Chopinzinho para o exercício de 2020.

Art. 2º - Ficam igualmente nomeados Sr. Clevis Trindade da Silva, CPF nº 026.046.899-10 e RG nº 7.049.866-3 SSP/PR, Sra. Clecia Steilmann Weber, CPF nº 021.532.509-51, RG nº 6.539.685-8/PR, Sra. Micheli Leticia Dietrich, CPF nº 081.079.229-05 e RG nº 10.612.160-5 SSP/PR e a Sra. Luciana Coelho de Souza, CPF nº 033.537.899-44 e RG nº 3.136.912-6/PR como equipe de apoio.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2020, ficando revogado o Decreto nº 581/2018, de 28 de dezembro de 2018, e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.


Alvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do
Sudoeste do Paraná

DIOEMS

EDIÇÃO Nº 2015 de 30 / 12 / 2019

Memorando 9: 3.918/2019

De: Álvaro S. - GAB

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 06/01/2020 às 08:51:21

Segue, em anexo, Edital n.º 1/2020 - Pregão Presencial, Processo Licitatório n.º 3/2020 (249/2019).

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito Municipal

Anexos:

PP 1-2020 - EDITAL.pdf



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

116

mlw

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2020
(249/2019)

PREGÃO

EDITAL Nº 1/2020

FORMA: PRESENCIAL

**AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO
CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHO-
PINZINHO-PR.**

Este documento foi assinado digitalmente por: ALVARO DENIS CENECOLARO.
Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://chopinzinho.doc.com.br/verificacao/> e informe o código 07/99-02F2-DC/3-243F





Município de Chopinzinho 117

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL N.º 1/2020

LICITAÇÃO MODO AMPLA CONCORRÊNCIA.

1 – PREÂMBULO - O Município de Chopinzinho – PR., por intermédio da Secretaria de Administração, mediante a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto n.º 536/2019, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicado, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito neste Edital e seus Anexos:

Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO**

DATA DA LICITAÇÃO: DIA 22 DE JANEIRO DE 2019.

HORÁRIO DA LICITAÇÃO: 10:00 (DEZ) HORAS.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: LOGO APÓS O CREDENCIAMENTO DE TODOS.

Local: Sala de Licitações da Prefeitura, Rua Miguel Procópio Kurpel, n.º 3811, CEP 85.560-000 – Chopinzinho – Paraná.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei Federal n.º 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 61/2005, que regulamenta a modalidade do Pregão e no que couber a Lei 8.666/93 com suas alterações, Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar n.º 147/14 e Lei Complementar Municipal n.º 083/2016, Decreto Municipal n.º 227/2016 e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e ao objeto licitado.

1.1 - Na hipótese de ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

1 - DO OBJETO

1.1 O presente Pregão tem por objeto:

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR.

Conforme descrição, características e preços máximos a serem praticados, constante no Anexo 1 deste Edital.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Os interessados em participar do Processo licitatório deverão atender previamente as seguintes condições:

- a) Ser Pessoa Jurídica e atender a todas as condições exigidas na habilitação.
- b) Possuir ramo de atividade compatível e pertinente ao objeto do presente edital.
- c) Atender o disposto na Lei Federal n.º 6.729/1979 (Lei Ferrari), alterada pela Lei Federal n.º 8.132/1990.

2.2 - Não poderão participar de qualquer fase da Licitação:

2.2.1 – Empresa que tenha dirigente, sócio, responsável técnico ou legal, que:

a) Seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município, e principalmente membros da comissão de licitação, pregoeiros ou qualquer outra autoridade ligada à contratação;

b) Seja ocupante de cargo comissionado e servidor efetivo com função gratificada ou co-



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel!
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

118

mw

missionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados na Administração Pública do Município de Chopinzinho, e incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos, por afinidade ou por adoção, em linha reta, colateral até o 3º grau;

c) Seja Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual (art. 54, II da Constituição de 1988) ou Vereador;

d) Seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do artigo 9º, da Lei 8.666/93).

2.3 – Não poderão participar ainda:

2.3.1 - Os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.3.2 - Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

2.3.3 - Aqueles incursos nas sanções previstas no inciso III, Artigo 87 da Lei 8.666/93, mesmo quando aplicadas por outros órgãos ou entidades públicas.

2.3.4 - Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a administração pública, ou que possuam restrições quanto à capacidade **técnica ou operativa**, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

2.3.5 - Estão impedidas de participar desta licitação as empresas que apresentarem mais de uma proposta para cada item específico.

2.4 - A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro do art. 41 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.2 - **Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação**, conforme inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02 - (Modelo em anexo).

3.3 - As empresas que não apresentarem os documentos previstos nos subitens 3.2, não poderão entregar os envelopes, recebendo-os de volta lacrados, se for o caso.

3.4 - As empresas que apresentarem a documentação, mas não apresentarem documentação hábil para credenciar os seus representantes legais, poderão entregar os envelopes e participar com seu preço original ofertado, mas estarão impedidos de participar da etapa de lances.

3.5 – Para o Credenciamento de Representante da Empresa no Certame será exigido:

3.5.1 - **Tratando-se de representante legal**, o Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Chopinzinho – CRC ou o estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.5.2 - **Tratando-se de procurador**, o instrumento de procuração público ou particular, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO da assinatura do representante legal, que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do CRC, ou o estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

3.5.3 - **Tratando-se de credenciado**, a carta de credenciamento onde constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do CRC, ou o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga. (Modelo em Anexo).

3.5.4 - O representante legal, procurador ou credenciado, deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.5.5 - A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista neste edital.

3.6 - A carta de credenciamento ou procuração, juntamente com os documentos comprobatórios, a



Município de Chopinzinho 119

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, deverão ser entregues ao Pregoeiro no início da sessão, separados dos envelopes de "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação"

3.7 - Caso a proponente não envie representante na sessão de abertura, a **Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, acompanhada de documento que comprove os poderes do representante legal e demais comprovantes**, deverão vir em envelope separado dos envelopes nº 01 - Proposta de Preços e envelope nº 02 - Documentos de Habilitação.

3.8 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 A Proposta de Preços e os documentos de habilitação que a instruírem, deverão ser apresentados no local, dia e hora determinada, em 2 (dois) envelopes, devidamente fechados e rubricados no fecho, com a seguinte identificação externa:

a) Envelope 01: Proposta de Preços

ENVELOPE 01 – PROPOSTAS DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.
EDITAL Nº 1/2020 - PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ:

b) Envelope 02: Documentos de Habilitação

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.
EDITAL Nº 1/2020 - PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ:

4.2. Os documentos apresentados pelas licitantes nas Propostas de Preços e nos Documentos de Habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.

4.3. No ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter:

a) A Proposta de Preço deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente.

b) Indicação do nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, CPF, RG e cargo (proprietário, sócio, gerente, administrador, etc.), na empresa do responsável da proponente.

c) Indicação do número do Edital.

d) Indicação do Prazo e do local de entrega.

e) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da reunião do Pregão. Caso não constar explicitamente o prazo de validade, será considerado como de 60 (sessenta) dias.

f) Constar preço unitário e total dos produtos, sendo que o preço deverá ser composto de DUAS casas decimais após a vírgula, observados os preços máximos a serem praticados (**Anexo 1**), descrição completa dos produtos.

g) Constar a marca dos produtos oferecidos, e o modelo, se existirem.

h) Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

i) Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendido como excessivos aqueles superiores à média levantada na pesquisa de mercado, conforme termo de referência (**Anexo 1**).



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

120

ml

j) Atender as exigências contidas neste Edital e seus Anexos que fazem parte integrante deste.

k) Indicação de que correrão por conta da LICITANTE vencedora todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, impostos, taxas, fretes e quaisquer outras despesas relativas aos produtos a serem contratados.

l) A proposta comercial deverá ser assinada pelo representante legal da licitante (proprietário, sócio ou procurador) e indicação do nome, cargo, CPF e RG.

m) A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

n) Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

o) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.4. NO ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter:

4.4.1. - **Certificado de Registro Cadastral** vigente, emitido pela Divisão de Licitações da Prefeitura de Chopinzinho, ou todos os documentos contidos no Item 4.5.

4.4.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal – Certidão Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as Contribuições Sociais.

4.4.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

4.4.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

4.4.5 - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certidão, emitida eletronicamente pela CEF.

4.4.6 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

4.4.7 - Prova de regularidade junto ao Conselho Nacional de Justiça, mediante a apresentação de Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA.

4.4.8 - Comprovante de ausência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

4.4.9 - Comprovante de ausência de registro no Cadastro de Impedidos de Licitar junto ao CONTROLE SOCIAL - TCE/PR.

4.4.10 - **Declaração de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte, assinada pelo responsável legal da licitante.** LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014. (conforme modelo em anexo, somente para as empresas que se enquadram em tal condição).

4.4.10.1 - A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista neste edital.

4.4.11 - **Declaração da licitante**, assinada pelo seu representante legal, **de que não pesa contra si inidoneidade** expedida por órgão público, de qualquer esfera de governo, bem como Declaração cumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Declaração de comprometimento de manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do contrato (conforme modelo em anexo).

4.4.12 - **Declaração de Não Parentesco** conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incurso nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 (conforme modelo em anexo).

4.4.13 - Comprovação de Autorização e Concessão de Comercialização, fornecida pelo fabricante do veículo ofertado. (Lei Federal nº 6.729/79, "Lei Ferrari", alterada pela Lei Federal nº 8.132/1990).

4.5 - **Caso a empresa licitante não apresente o Certificado de Registro Cadastral**, conforme solicita o item 4.4.1 deste edital, deverá apresentar no ato, além dos documentos previstos nos itens 4.4.2 a 4.4.13, também os seguintes documentos:

I - Registro comercial, no caso de empresa individual.

II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

III - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em



Município de Chopinzinho

121

ml

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

exercício.

IV - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

V - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF.

VI - **Certidão Negativa de Falência e Concordata** expedida pelo Cartório Judicial Distribuidor da Comarca da Sede da pessoa jurídica, com vigência de até 60 dias contados a partir da sua emissão.

4.6 - As proponentes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Art. 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

4.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das MEP's, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.8 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.9 - Toda e qualquer documentação emitida pela empresa deverá ser datada e assinada por seu(s) representante(s) legal(is), devidamente qualificado(s) e comprovado(s).

4.10 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro ou por cópias desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

5. DA SESSÃO DO PREGÃO

5.1. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- Identificação e credenciamento de 1 (um) representante por licitante participante, em conformidade com o estabelecido no item 3 deste Edital.
- Recolhimento dos envelopes "proposta de preços" e "documentos de habilitação", os quais serão rubricados em seus fechos pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes.
- Abertura da sessão pelo pregoeiro, após o que não mais serão admitidos novos proponentes.
- Abertura dos envelopes "proposta de preços".

5.2. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

a) Abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, será efetuada a análise das propostas, desclassificando-se as propostas que estejam em desacordo com as especificações técnicas quanto ao objeto licitado e contidos no Termo de Referência deste edital e classificação das propostas que estejam em consonância com o exigido.

b) Erros de natureza formal, que não alterem o valor total da proposta, poderão ser corrigidos na sessão do pregão e não acarretarão a desclassificação do licitante.

c) Indicação das licitantes que participarão da rodada de lances verbais:

c.1) Serão proclamados pelo Pregoeiro, os proponentes que apresentarem as propostas com menor preço, assim entendido àqueles licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10%, relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII, do artigo 11, do Decreto nº 061/2005.

c.2) Em não havendo no mínimo, 03 (três) propostas escritas definidas nas condições do inciso subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores, juntamente com a(s) proposta(s) já habilitada(s), participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, conforme disposto no inciso IX, do artigo 11, do Decreto nº 061/2005.



Município de Chopinzinho 122

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

c.3) Para fins do disposto no subitem c.2, ocorrendo empate entre as propostas, serão aceitas, sem limites, tanto quanto forem as propostas empatadas, a fim de que seus autores participem dos lances verbais.

c.4) Aos proponentes proclamados conforme subitem c.2, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

d) Rodada de lances verbais entre as licitantes convocadas:

d.1) A rodada de lances verbais será repetida até que se esgotem as ofertas por parte das licitantes.

d.2) A convocação para a oferta de lances, pelo Pregoeiro, terá como referencial o **VALOR UNITÁRIO OFERTADO**, iniciando-se com a licitante ofertante do maior preço e finalizando com a ofertante do menor preço, devendo o lance ofertado cobrir o de menor preço; a cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

d.3.) O primeiro lance verbal da sessão deverá ser de valor inferior ao da proposta escrita de menor preço.

d.4.) A licitante que não apresentar seu lance na forma indicada na letra "d.3", quando convocada pelo Pregoeiro, será excluída das próximas rodadas de lances, salvo se a totalidade dos licitantes também não oferecer lance;

e) Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

f) Após o ordenamento das licitantes por preço será realizada:

f.1.) Análise da proposta de menor preço, no que tange à sua aceitabilidade quanto ao objeto e valor, devendo o Pregoeiro decidir motivadamente a respeito.

f.2.) Negociação direta com a proponente de menor cotação, para a obtenção de melhor preço, se for o caso.

f.3.) Verificação das condições de habilitação da licitante que apresentar a proposta de menor preço, passando para a análise da documentação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação, caso a primeira não atenda às exigências editalícias, até a apuração de proposta que corresponda ao exigido.

f.4.) Declaração da licitante vencedora.

f.5.) Vistas e rubrica, pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das participantes, em todas as propostas econômicas, e nos documentos de habilitação da vencedora.

f.6.) Manifestação das demais licitantes quanto à intenção de recorrer, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido.

f.7) A ausência de manifestação imediata e motivada de intenção de recurso importará: a preclusão do direito de recurso; a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora; e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;

f.8.) Fechamento e assinatura da ata da reunião pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das participantes.

g) A devolução dos envelopes "documentos de habilitação" das licitantes remanescentes será efetuada após 90 (noventa) dias da assinatura do contrato ou recebimento da ordem de fornecimento pela empresa vencedora.

h) Homologada a licitação pela autoridade superior deverá ser procedida a convocação da adjudicatária para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.2.1. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

5.2.2. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

5.2.3. Se o licitante vencedor recusar-se a entregar o objeto licitado os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação para fazê-lo, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades estabelecidas no item 10 deste Edital.

5.2.4. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em Sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.

5.2.5. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

6 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO



Município de Chopinzinho 123

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 6.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 6.1.1. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas uma vez vencidos os respectivos prazos legais.
- 6.1.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas.
- 6.1.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 6.1.4. Qualquer pedido de providências, impugnação ou recursos em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.
- 6.1.5. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos, encaminhadas pela forma eletrônica, só terão conhecimentos quando digitalizados com data e assinatura do representante legal, e confirmação de sua leitura e entrega.
- 6.1.6. As dúvidas e esclarecimentos a serem dirimidas por telefone terão o caráter estritamente informal.

7 - DOS RECURSOS

7.1. Qualquer Licitante poderá manifestar intenção de recorrer contra as decisões do Pregoeiro proferidas no decorrer da sessão, que deverá seguir o seguinte procedimento:

- O momento para a manifestação deverá ser após a declaração do vencedor pelo Pregoeiro;
- A manifestação deverá ser imediata e motivada, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, de acordo com o art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

b.1. - A alegação de preço inexequível por parte de um dos licitantes com relação à proposta de preços de outro licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

7.2. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.3. Qualquer recurso e impugnação contra a decisão do Pregoeiro, não terá efeito suspensivo.

7.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

7.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Divisão de Licitações, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis no horário das 14:00 às 17:00 horas. Não serão reconhecidos os recursos interpostos quando enviados por fax e vencidos os respectivos prazos legais.

8 - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 - O prazo de entrega do veículo será de até 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho.

8.2 - O veículo deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chopinzinho/PR, na Rua Santos Dumont, nº 4.645, Centro, na cidade de Chopinzinho - PR, sem custo adicional de frete.

8.3 - O veículo será recebido e analisado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

8.4 - A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

8.5 - O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do veículo, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.6 - A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos entregues, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

124

mb

- 8.7 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.
- 8.8 - O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 8.9 - É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

9 - DA VIGÊNCIA

- 9.1 - A vigência do Contrato gerado desta Licitação será de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua assinatura.
- 9.2 - Os prazos dos contratos gerados desta licitação, poderão ser prorrogados nas hipóteses do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.
- 9.3 - O prazo de entrega poderá ser prorrogado a qualquer tempo pela Contratante e solicitado pela Contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes de encerrado o prazo de execução contratual.

10 - FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1 - Fica estipulado o valor máximo de R\$ 62.597,60 (sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 10.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, que atestada pela Secretaria de Assistência Social, será encaminhada para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- 10.3 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- 10.4 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 10.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 10.6 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- 10.7 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

11 - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

- 11.1 - Os preços contratados não sofrerão qualquer forma de repactuação ou reajuste.

12 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1 - Os recursos para pagamento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: **Secretaria de Assistência Social: 08.03.082430019.2.059.4.4.90.52 (1956/F985 - 1955/F000).**

13 - DA TRANSFERÊNCIA

- 13.1 - Fica vedado à CONTRATADA, a transferência, subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

14 - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

- 14.1 - São obrigações da Contratante:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 14.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 14.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 14.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 14.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 14.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 14.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2 – São Obrigações da Contratada:

- 14.2.1 - Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;
- 14.2.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 14.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.2.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 14.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data final da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.2.7 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 14.2.8 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

15. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Os contratantes decidem aplicar aos Contratos decorrentes da presente Licitação o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - **advertência escrita** - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - **advertência escrita com prazo para correção** - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - **penalidades pecuniárias:**

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

126
mL

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - **suspensão temporária da prestação de serviços** - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

15.2 - Na aplicação das penalidades, observam-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

16. DA RESCISÃO

16.1 O(s) Contrato(s) gerado(s) desta Licitação poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos de 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

16.2 Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela teria direito.

16.2.1 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará a CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

16.2.2 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

16.3 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

17 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1 - A Gestão do Contrato ficará a cargo da Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato e ainda:

a) propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos do Contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhorem a execução do Contrato.

17.2 - A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Servidora Sra. Márcia Rejane Niendieker, CPF: 813.289.159-72, que será o responsável pelo recebimento dos produtos e a comprovação de atendimento ao Termo de Referência, quando poderá suspender a execução desde que os serviços não estejam compatíveis com a proposta apresentada e o Termo de Referência.

17.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência desta, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

17.4 - Na sua ausência, o Fiscal substituto será o Servidor Sr. Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72.

18. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

18.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção ou auditoria.

18.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

18.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

19 - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

19.1 - A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

20 - DA PUBLICIDADE

20.1 - Uma vez firmado, o extrato do Contrato será publicado no Jornal Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

21 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

21.1 - A presente Licitação e o instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro.

22 - DA SUCESSÃO E FORO

22.1 - As partes elegem como Foro a Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro. O Instrumento Contratual será firmado em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ficar ajustado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
 Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

23.1. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, a não ser documento ou informação do Acervo do MUNICÍPIO.

23.2. Fica assegurado ao **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR.** o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo no todo ou em parte a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

23.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR.** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.5. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

23.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR.**

23.8. Os desatendimentos de exigências formais não essenciais não importarão no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

23.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

23.10. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 061/2005, publicado no D.O.M. de 09 de março de 2.005 e no que couber a Lei 8.666/93.

23.11. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através dos e-mails: licita2@chopinzinho.pr.gov.br ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

23.12 Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos, encaminhadas pela forma eletrônica, só terão conhecimentos quando solicitados e confirmados a sua leitura e entrega.

24. DOS ANEXOS

24.1. Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo 1 - Termo de Referência - Descrição dos produtos/equipamentos e demais Informações.

Anexo 2 - Modelo de Proposta de Preços.

Anexo 3 - Modelo de Credenciamento.

Anexo 4 - Modelo de Declaração de Idoneidade e outros.

Anexo 5 - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

Anexo 6 - Modelo de Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incurso nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

Anexo 7 - Minuta do Contrato.

Anexo 8 - Modelo de Declaração de enquadramento como ME/EPP.

Chopinzinho, 02 de janeiro de 2020.

Álvaro Dênis Ceni Scolari
 Prefeito

Josiane Moschen
 Presidente da Comissão Permanente de Licitações



Município de Chopinzinho

129

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - O presente processo tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de um veículo automotor, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Produto	Unit - R\$	Total - R\$
01	01	Unid.	Veículo novo (zero quilometro); tipo sedan, modelo do ano da contratação ou do ano posterior; capacidade mínima para 05 lugares; potência mínima de 101G/104E CV; Transmissão manual de até cinco velocidades; 5 portas; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; vidros elétricos dianteiros e traseiros; travas elétricas nas portas dianteiras e traseiras; jogo de tapetes em PVC; protetor de motor; cor branca original de fábrica; combustível flex; ar condicionado; película protetora para vidros com 50% de proteção; todos itens obrigatórios de série e originais de fábrica; garantia mínima de 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro.	62.597,60	62.597,60
TOTAL - R\$					62.597,60

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 - Consubstancia-se o pedido que norteia a abertura deste procedimento licitatório é a aquisição de um veículo 0 km (zero quilômetro), o qual será destinado a atender as necessidades do Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho - PR, haja vista que o conselho tutelar não dispõe de veículo próprio no momento.

2.2 - Buscando melhorar a qualidade de atendimento do público usuário do conselho tutelar, justificamos a importância da aquisição de um veículo zero quilômetro para oferecermos a nossa população um atendimento com qualidade e cada vez mais abrangente, e assim suprir todas as necessidades do nosso município.

2.3 - Os Conselheiros Tutelares também são responsáveis pelo cumprimento das ordens Judiciais e requisições do Ministério Público, tais como fiscalização de eventos, atendimento de ocorrências, apoio às policiais civil, militar e corpo de bombeiros nas emergências, transportes de crianças e adolescentes inclusive para outras cidades, entre outras diversas atribuições constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, e a aquisição de um veículo novo e com espaço interno mais apropriado para as atividades do Conselho representará condições de atuação e trará segurança para crianças, adolescentes e familiares envolvidos.

2.4 - O veículo a ser adquirido será custeado com parte do incentivo financeiro do programa de apoio e fortalecimento da atuação dos conselhos tutelares do estado do Paraná, e o valor faltante será disponibilizado em contra partida pelo município.

2.5 - Portanto com intento de garantir maior segurança do público usuário e de garantir a preservação do patrimônio da administração pública solicitamos a procedência do pedido.

3 - DA MODALIDADE

3.1 - Faz-se necessária a contratação de empresa para fornecimento de um veículo automotor, observando o menor preço global, sugere-se a modalidade pregão presencial, considerando que o processo 29/2019, pregão eletrônico edital 70/2019, restou deserto em data de 30 de setembro de 2019.

4 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1 - O prazo de execução será de 60 (sessenta) dias e a vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

130

nr

dias.

5 - DO VALOR

5.1 - Informa-se que a consulta de preços referente ao objeto do presente termo foi realizada pela servidora Marcia Rejane Niendicker, inscrita no CPF nº 813.289.159-72.

6 - DA ENTREGA

6.1 Os produtos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chopinzinho/PR, na rua Santos Dumont, 4645, Centro, na cidade de Chopinzinho - PR, sem custo adicional de frete, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão da NE.

7 - DO PAGAMENTO

7.1 - O Pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após emissão de nota fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante depósito bancário em nome do proponente.

8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - O recurso a ser utilizado para custear a revisão do veículo será a deliberação nº 107/2017 CEDCA/PR, fonte 985 e fonte 000.

9 - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - Conforme dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93:

9.1.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e **fiscalizada** por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

9.1.2 - Destarte, terá como gestora a Sra. Rosani Checelski, CPF 020.039.019-81 Chefe do Departamento de Assistência Social;

9.1.3 - Atuará como fiscal do contrato a Sra. Marcia Rejane Niendicker, CPF 813.289.159-72, Auxiliar Administrativo;

9.1.4 - Como substituto da fiscal o Sr. Jorcelio Farias, CPF 828.740.269-72.

Chopinzinho, 28 de novembro de 2019.

ROSANI CHECELSKI
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto 483/2019 de 19/11/2019

Este documento foi assinado digitalmente por ALVARO DENIS CENECOLARO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.sp.icp.br/verificacao/> e informe o código 0799-02F2-DDA9-243F





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ANEXO 2

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Abaixo consta modelo para apresentação da Proposta de Preços. A proposta deverá ser entregue em papel timbrado do licitante contendo CNPJ, Endereço e Telefone, com assinatura de seu responsável e deve atender ao disposto no Edital. (Conter todas as orientações indicadas no item 4.3).

PROPOSTA DE PREÇOS

Município de Chopinzinho
Pregão Presencial – Edital nº 1/2020

ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO	UNIT. R\$	TOTAL R\$
01	01	Unid.	Veículo novo (zero quilometro); tipo sedan, modelo do ano da contratação ou do ano posterior, capacidade mínima para 05 lugares; potência mínima de 101G/104E CV; Transmissão manual de até cinco velocidades; 5 portas; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; vidros elétricos dianteiros e traseiros; travas elétricas nas portas dianteiras e traseiras; jogo de tapetes em PVC; protetor de motor; cor branca original de fábrica; combustível flex; ar condicionado; película protetora para vidros com 50% de proteção; todos itens obrigatórios de série e originais de fábrica; garantia mínima de 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro.		
VALOR TOTAL R\$					

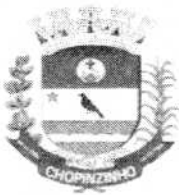
Obs: Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, impostos, taxas, fretes, mão de obra para instalação e quaisquer outras despesas relativas aos produtos a serem contratados.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias
Prazo de entrega: 60 (sessenta) dias
Local de Entrega: Chopinzinho-PR.

Local, ____ de _____ de 2020

Nome completo e Assinatura

Cargo na Empresa: (Sócio/Administrador/Proprietário, etc...)
CPF:
RG:
DADOS BANCÁRIOS:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

132
nr

ANEXO 3

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Município de Chopinzinho
Pregão Presencial – Edital nº 1/2020

Em cumprimento aos ditames editalícios, credenciamos junto ao Município de Chopinzinho, o Sr., Carteira de Identidade nº inscrito no CPF nº ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive, formular ofertas e lances de preços, interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Na oportunidade, declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de habilitação, e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no Edital e seus anexos.

Atenciosamente,

Local e Data.

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Representante Legal

(Apresentar esta declaração em papel timbrado da Empresa)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

133

mb

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DE COMPROMETIMENTO

(Nome da Proponente).....CNPJ n.º
sediada....., por intermédio de seu representante legal, abaixo assina-
do, e para fins do Pregão n.º 1/2020, DECLARA expressamente que:

I - Até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

III - Que para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

IV - Comprometemo-nos a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Local e Data.

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Representante Legal

(Apresentar esta declaração em papel timbrado da Empresa)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ANEXO 5

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO.....

CNPJ:..... FONE/FAX: (0xx.....)

O representante legal da Empresa acima identificada, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – Edital nº 1/2020, instaurado pelo Município de Chopinzinho, declara para os fins de direitos que a referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital de licitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data.

Nome e Assinatura do Responsável pela Empresa:

CPF:

RG:

Cargo:

(Apresentar esta declaração em papel timbrado da Empresa)

Este documento foi assinado digitalmente por ALVARO DENIS CENILCOLARO.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.sp.gov.br/verificacao/> e informe o código 0799-02F2-DDA3-243F





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ANEXO 6

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9º DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A (Razão Social da licitante)....., inscrita no CNPJ sob nº....., com sede à Rua nº no Município Estado neste ato representada pelo Sr(a)..... portador(a) da carteira de identidade RG nº e inscrito(a) no CPF sob nº **DECLARA** sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município.

Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade ____ nº ____, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e data.

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

135

ml



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1º	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2º	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3º	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades decorrentes de casamento/união estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1º	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2º	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3º	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1º	Padrasto/Madrasta	Genro/Nora	-
2º	Pai/Mãe do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3º	Avô (ó) do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ANEXO 7

MINUTA DO CONTRATO Nº **/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecido na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, nesta cidade, representada por seu Prefeito, senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Chopinzinho - PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua _____, na cidade de _____, estado _____, com CNPJ nº _____, neste ato representada Legalmente pelo senhor _____, portador do CPF nº _____ e do RG nº _____, ora denominado CONTRATADA.

As partes estão sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato de prestação de serviços, em decorrência do processo de licitação nº 3/2020 (249/2019), realizado através do Pregão Presencial nº 1/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Mar- ca/Mo- delo	Unit. R\$	Total - R\$
01	01	Unid.	Veículo novo (zero quilometro); tipo sedan, modelo do ano da contratação ou do ano posterior, capacidade mínima para 05 lugares; potência mínima de 101G/104E CV; Transmissão manual de até cinco velocidades; 5 portas; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; vidros elétricos dianteiros e traseiros; travas elétricas nas portas dianteiras e traseiras; jogo de tapetes em PVC; protetor de motor; cor branca original de fábrica; combustível flex; ar condicionado; película protetora para vidros com 50% de proteção; todos itens obrigatórios de série e originais de fábrica; garantia mínima de 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro.			

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 2.1 - O prazo de entrega do veículo será de até 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho.
- 2.2 - O veículo deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chopinzinho/PR, na Rua Santos Dumont, nº 4.645, Centro, na cidade de Chopinzinho - PR, sem custo adicional de frete.
- 2.3 - O veículo será recebido e analisado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 2.4 - A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes,

137

ml



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

138

seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

2.5 - O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do veículo, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

2.6 - A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos entregues, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.

2.7 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

2.8 - O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

2.9 - É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 – A vigência do Contrato gerado desta Licitação será de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua assinatura.

3.2 – Os prazos dos contratos gerados desta licitação, poderão ser prorrogados nas hipóteses do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

3.3 - O prazo de entrega poderá ser prorrogado a qualquer tempo pela Contratante e solicitado pela Contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes de encerrado o prazo de execução contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Fica estipulado o valor máximo de R\$ 62.597,60 (sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

4.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, que atestada pela Secretaria de Assistência Social, será encaminhada para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

4.3 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

4.4 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

4.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

4.6 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

4.7 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

CLÁUSULA QUINTA – DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

4.1 - Os preços contratados não sofrerão qualquer forma de repactuação ou reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos para pagamento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.03.082430019 2.059.4.4 90.52 (1956/F985 – 1955/F000).



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

139
m

CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSFERÊNCIA

7.1 - Fica vedado à CONTRATADA, a transferência, subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - São obrigações da Contratante:

- 8.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.2 - São Obrigações da Contratada:

- 8.2.1 - Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;
- 8.2.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 8.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.2.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data final da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.2.7 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.2.8 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Os contratantes decidem aplicar aos Contratos decorrentes da presente Licitação o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - **advertência escrita** - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - **advertência escrita com prazo para correção** - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - **penalidades pecuniárias:**

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

140

mk

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - **suspensão temporária da prestação de serviços** - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

9.2 - Na aplicação das penalidades, observam-se as disposições constantes na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O(s) Contrato(s) gerado(s) desta Licitação poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos de 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

10.2 Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela teria direito.

10.2.1 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

10.2.2 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

10.3 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A Gestão do Contrato ficará a cargo da Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato e ainda:

a) propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos do Contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhorem a execução do Contrato

11.2 - A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Servidora Sra. Márcia Rejane Niendieker, CPF: 813.289.159-72, que será a responsável pelo recebimento do veículo e a comprovação de atendimento ao Termo de Referência, quando poderá suspender a execução desde que os serviços não estejam compatíveis com a proposta apresentada e o Termo de Referência.

11.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência desta, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

11.4 - Na sua ausência, o Fiscal substituto será o Servidor Sr. Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

141

mb

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção ou auditoria.

12.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

13.1 - A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - Uma vez firmado, o extrato do Contrato será publicado no Jornal Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - A presente Licitação e o instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUCESSÃO E FORO

16.1 - As partes elegem como Foro a Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro. O Instrumento Contratual será firmado em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual



Município de Chopinzinho 142

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ficar ajustado.

Chopinzinho, PR, -- de ----- de 2020

Município de Chopinzinho
Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito
Contratante

Contratada

Gestor do Contrato
Fiscal do Contrato
Fiscal substituto

Testemunhas:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

143

m

ANEXO 8

DECLARAÇÃO PARA ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Ref: Edital de Pregão Presencial nº 1/2020.

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (____) _____-_____ por intermédio de seu Representante legal abaixo assinado, DECLARA expressamente que, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser: **(indicar se é microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte)** nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Local e data

Nome e Assinatura do Representante Legal
CPF: _____
RG: _____

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 1/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 22 de janeiro de 2020, às 10:00 (dez) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR. Gênero: Veículo automotor. Valor máximo: R\$ 62.597,60. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00h/12:00h e 13:00/17:00h. ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informações pelo fone: (46) 3242-8614.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0799-02F2-DDA9-243F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ALVARO DENIS CENI SCOLARO (CPF 009.378.889-40) em 06/01/2020 08:51:43 (GMT-03:00)
Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação em
<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código acima ou por meio do link
abaixo:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0799-02F2-DDA9-243F>

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA

"EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO"
Edital de Tomada de Preços nº 009/2019

O Município de Renascença, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 76.205.681/0001-96, com sede na Getúlio Vargas, 901, centro, representado pelo Prefeito, torna público que esta rerratificando o edital nos seguintes termos: Fica alterada a data de realização do certame: **CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES**: até 09:00 do dia 24 de janeiro de 2020, no Departamento de Compras e Licitações, da Prefeitura Municipal de Renascença, à Rua Getúlio Vargas, nº 901, Centro. **ABERTURA DOS ENVELOPES**: às 09:01 do dia 24 de janeiro de 2020, junto ao Departamento de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Renascença - PR.

Renascença, 06 de janeiro de 2020.

Lecir Canan Bortoli
Prefeito

Sumula de Recebimento de LAS"

Esquirol de Faria Santos, CNPJ 07.437.765/0001-32, torna público que recebeu do IAP a LAS nº 173821 com validade 18/11/2025, para a atividade de Com. de Madeira e Produtos derivados.

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 1/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 22 de janeiro de 2020, às 10:00 (dez) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR. Gênero: Veículo automotor. Valor máximo: R\$ 62.597,60. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procopio Kurlpel, nº 3.811 - Chopinzinho/PR, das 08:00h às 12:00h e 13:00h às 17:00h, ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informações pelo fone: (46) 3242-8614.

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 2/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 22 de janeiro de 2020, às 14:00 (quatorze) horas. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E DE EVENTUAL MÃO DE OBRA PARA OS VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL. Valor Máximo Estimado Anual de Contratação: R\$ 2.665.095,00. Gênero: Serviços e Peças Mecânicas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procopio Kurlpel, nº 3.811 - Chopinzinho/PR, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br. Informações pelo telefone (46) 3242-8614.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE Mallet torna público que fará realizar Licitação sob modalidade TOMADA DE PREÇOS POR OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 008/2019 com as seguintes características:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar construção de uma Escola Municipal de Educação Especial com 424,54m², a qual deverá seguir os projetos e orçamentos fornecidos pela Administração Municipal de Mallet/PR.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor valor global.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 23/01/2020 às 09h00min.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Estará disponível na sede da Prefeitura Municipal de Mallet/PR, sito a Rua Major Estevão, 180, Centro, em Mallet/PR e no site http://www.mallet.pr.gov.br/Site_mallet/edital.asp a partir da data de 07/01/2020.

INFORMAÇÕES: (42) 3542-1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 06/01/2020.

CRISTIAN JEAN KMITA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃOPREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA
ESTADO DO PARANÁ

TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para elaboração de PROJETOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Imbituva-PR. Entrega dos envelopes: Até às 8:30 horas do dia 27/01/2020. Abertura dos envelopes: Às 9:00 horas do dia 27/01/2020.

Melhores informações, na sede da Prefeitura Municipal de Imbituva, sito à Rua Prof. José Buhrer Jr., 462, Centro ou pelo telefone (42)3436-1233 Setor de Licitação. (controle@imbituva.pr.gov.br).

Imbituva/PR, 03 de Janeiro de 2020.

Vanessa Machado de Souza
Presidente da Comissão de Licitação

Ferroleaze Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A

C.N.P.J. 08.196.326/0001-58 - NIRE 41300072302
Extrato Ata de Assembleia Geral Extraordinária
Aos 31/10/2019, às 10 horas, reuniram-se na sede social a totalidade dos acionistas. Foi instalada a assembleia sob a presidência do Sr. Sérgio Gilberto Bonacelli Júnior, para secretária: Aproximam: A) - o Protocolo de Incorporação formado pelas partes em 15/10/2019, e resultou na incorporação pela sociedade Ferroleaze Comércio e Locação de Equipamentos Ferroviários S.A, CNPJ 11.669.100/0001-21 e NIRE 3330037921. II) Ratificar a nomeação da empresa especializada denominada Consultamp Auditoria e Assessoria Ltda, CNPJ 48.622.567/0001-26, CRC 254010626/O-4, representada pelo seu auditor e sócio administrador, Prof. Dr. Antonio Marcos Favarin. III) O Laudo de Avaliação, com base no Balanço Patrimonial encerrado em 30/09/2019. IV) A operação de incorporação de todo o patrimônio líquido da sociedade. V) A totalidade das ações da sociedade incorporada que são pertencentes a sociedade incorporadora, correspondentes a 20.885.225 ações ordinárias nominativas sem valor nominal serão canceladas mediante a baixa do investimento, sem acréscimo à sua conta de capital. VI) A extinção da sociedade Ferroleaze Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A. Ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos. Juiz nº 2019717723 em sessão de 13/12/2019. Leandro Marcos Raynel Biscaia - Secretário Geral

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

Tribunal Regional de Curitiba - PR

PROCLAMAS

CARTÓRIO DE UMBARÁ

RAUL FERNANDEZ SCHUCHOVSKY

Rua Isaac Ferreira da Cruz, nº 418, fone: 3019-0234- CEP 81.910-000, Curitiba/PR

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 do

BarracãoESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2019.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRACÃO/PR.
OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos, móveis, material de consumo e vestuário, utilizando recursos do Programa Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica - IOAF do Município de Barracão/PR.
VIGÊNCIA: Seis meses.
CONTRATO: Nº 001/2019.
CONTRATADA: JULIO PASSOS DE SA EIRELI - ME.
VALOR: R\$ 1.925,00 (um mil e novecentos e vinte e cinco reais).
CONTRATO: Nº 002/2019.
CONTRATADA: POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - EPP.
VALOR: R\$ 8.871,00 (oito mil e oitocentos e setenta e um reais).
CONTRATO: Nº 003/2020.
CONTRATADA: SALLA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME.
VALOR: R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais).

362/2020

Boa Esperança do Iguaçu

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020
A Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu faz saber que se encontra aberta, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, a qual terá por objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de máquina para confecção de silagem e acompanhamento de caminhão para atender aos agricultores do município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, através do Departamento de Patrulha Agrícola, conforme especificado no Anexo I - Termo de referência, até às 14:00 horas do dia 17/01/2020, e serão abertos no dia 17/01/2020 as 14:00 horas, na Sala de Licitação. Demais informações serão fornecidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, no endereço acima mencionado, das 08h00 até às 11h30, das 13h30 até às 16h00, exceto sábados, domingos e feriado. Formalização para consultas: www.boaesperancadoiguacu.pr.gov.br Fone: (46) 3537-1208 Fax: (46) 3537-1158.
Boa Esperança do Iguaçu, 06/01/2020. Rafael José Gava - Pregoeiro Evandro Luiz Cecato - Prefeito.

365/2020

MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ

Pregão Eletrônico Nº 004/2020
Processo Nº 004/2020

Objeto: Aquisição de Medicamentos para o Departamento de Saúde do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR conforme Anexo I - Termo de Referência.

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 17h00min do dia 16/01/2020.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 17/01/2020, 08h01min. até às 08h59min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 17/01/2020, com início às 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Pregão Eletrônico Nº 004/2020.

Site: www.boaesperancadoiguacu.pr.gov.br Fone: (46) 3537-1208 - Fax: (46) 3537 - 1158

OPERADORA: www.bll.org.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília - DF

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, 06 de janeiro de 2020.
RAFAEL JOSÉ GAVA
Pregoeiro
EVANDRO LUIZ CECATO
Prefeito

239/2020

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020
A Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu faz saber que se encontra aberta, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, a qual terá por objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem referente aos campeonatos diversas modalidades do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme Anexo I - Termo de Referência, até às 16:00 horas do dia 17/01/2020, e serão abertos no dia 17/01/2020 as 16:00 horas, na Sala de Licitação. Demais informações serão fornecidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, no endereço acima mencionado, das 08h00 até às 11h30, das 13h30 até às 16h00, exceto sábados,

domingos e feriado. Formalização para consultas: www.boaesperancadoiguacu.pr.gov.br Fone: (46) 3537-1208 Fax: (46) 3537-1158.
Boa Esperança do Iguaçu, 06/01/2020. Rafael José Gava - Pregoeiro Evandro Luiz Cecato - Prefeito.

462/2020

Cascavel

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 347/2019
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de software (locação) para solução de pac's para gestão dos exames de imagem de radiologia dos serviços de raio x do Município. Em virtude de alteração o edital, fica prorrogada a data de abertura da licitação para 22/01/2020 às 09h00min. Cascavel/PR, 06 de Janeiro de 2020. Renato Augusto dos Santos, Diretor do Departamento de Gestão de Compras e Administração.

242/2020

Centenário do Sul

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2019. ERRATA. O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público a ERRATA do presente edital, com a alteração conforme abaixo: Onde-se lê: EXTENSÃO: 1,867 MF. Leia-se: EXTENSÃO: 1.867,00 M. Centenário do Sul, 02/01/2020. DANILO KAINÁ GARCIA DA SILVEIRA - Vice-Presidente da Comissão de Licitações.

260/2020

Chopinzinho

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 01/2020. FORMA: PRESENCIAL

Aviso de Licitação: Município de Chopinzinho/PR. Modalidade: Pregão. Edital nº 01/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 22 de JANEIRO de 2020, as 10:00 (DEZ) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO PR. Gênero: Veículo automotor. Valor máximo estimado da licitação: R\$ 62.597,60. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Predio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, n. 3.811, Chopinzinho/PR, ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informacoes pelo fone: (46) 3242-8614.

Chopinzinho-PR, 02 de janeiro de 2020.
Álvaro Dênis Ceni Scolari - Prefeito

272/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 02/2020. FORMA: PRESENCIAL

Aviso de Licitação: Município de Chopinzinho/PR. Modalidade: Pregão. Edital nº 02/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 22 de JANEIRO de 2020, as 14:00 (QUATORZE) horas. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PECAS E DE EVENTUAL MAO DE OBRA PARA OS VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL. Valor máximo estimado anual da licitação: R\$ 2.665.095,00. Gênero: Serviços e Peças Mecânicas. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Predio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, n. 3.811, Chopinzinho/PR, ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informacoes pelo fone: (46) 3242-8614.

Chopinzinho-PR, 03 de janeiro de 2020.
Álvaro Dênis Ceni Scolari - Prefeito

287/2020

ClevelândiaPREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2020 - PROCESSO Nº. 001/2020 TIPO: Menor Preço Global (em relação ao percentual ofertado pelo Município para fins de taxa de administração). O Município de Clevelândia, Estado do Paraná, avisa aos interessados que fará realizar licitação no dia 17/01/2020, às 10h, na Sala de Licitações, sito à Praça Getúlio Vargas, 71 - Centro - Clevelândia - Pr., na modalidade de Pregão, na forma Presencial, a qual tem por objeto a "contratação de agente de integração, para fins de gerenciamento de estágio a estudantes regularmente matriculados em cursos de nível superior em graduação, pós graduação, pós médio, formação de docentes e ensino médio, para atendimento às

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 1/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 22 de janeiro de 2020, às 10:00 (dez) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR. Gênero: Veículo automotor. Valor máximo: R\$ 62.597,60. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00h/12:00h e 13:00/17:00h. ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informações pelo fone: (46) 3242-8614.

God320157

Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA AREA DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E TERAPIA (SADT)

Pato Branco, 6 de Janeiro de 2020

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:258F53D7

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO Nº 003/2019**

Aditivo Nº.....: 003/2019 - Contrato Nº: 018/2018
Contratante...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: ESTUDIO DE PILATES FERNANDA ACORSI LTDA - ME
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 01/02/2020 Término: 31/03/2021
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 8/2018
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA AREA DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E TERAPIA (SADT)

Pato Branco, 6 de Janeiro de 2020

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:293A1ED3

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO Nº 002/2019**

Aditivo Nº.....: 002/2019 - Contrato Nº: 225/2017
Contratante...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Pollyana C. Oldoni Gonçalves Fisioterapia - ME
Valor.....: 29.116,80 (vinte e nove mil cento e dezesseis reais e oitenta centavos)
Vigência.....: Início: 16/01/2020 Término: 15/03/2021
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2017
Recursos.....: Dotação: 2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (18)

Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA AREA DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E TERAPIA (SADT)

Pato Branco, 6 de Janeiro de 2020

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:F000092F

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO Nº 002/2019**

Aditivo Nº.....: 002/2019 - Contrato Nº: 004/2018
Contratante...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Clinica de Otorrin. Amorim Sociedade Simples Ltda
Valor.....: 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
Vigência.....: Início: 10/01/2020 Término: 09/03/2021

Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2018

Recursos.....: Dotação: 2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (18)

Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA AREA DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS.

Pato Branco, 6 de Janeiro de 2020

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:254F1D82

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO Nº 004/2019**

Aditivo Nº.....: 004/2019 - Contrato Nº: 224/2017
Contratante...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Zuconelli Serviços Médicos Ltda.
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 10/01/2020 Término: 09/03/2021
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 115/2017
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais e serviços de apoio a diagnose e terapia (SADT)

Pato Branco, 6 de Janeiro de 2020

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:943DF2C5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PP 1-2020 - AQUISIÇÃO DE
VEICULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 1/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 22 de janeiro de 2020, às 10:00(dez) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR. Gênero: Veículo automotor. Valor máximo: R\$ 62.597,60. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00h/12:00h e 13:00/17:00h. ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br/Informações pelo fone: (46) 3242-8614.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:EF40E0FC

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - RP - EDITAL 02-2020 MAN. PREV. E
CORRETIVA PEÇAS E MÃO DE OBRA DE VEICULOS
RODOVIARIOS DA FROTA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 2/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 22 de janeiro de 2020, às 14:00 (catorze) horas. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E DE EVENTUAL MÃO DE OBRA PARA OS VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL. Valor Máximo Estimado Anual de Contratação: R\$ 2.665.095,00. Gênero: Serviços e Peças Mecânicas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico:

Assunto **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO - NBA-00042/2020 -
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO/PR PP 01/2020**



De Joara - Conselvan <analise2.gvp@conselvan.com>
Para <licita2@chopinzinho.pr.gov.br>
Cópia 'Thaíse Selbach' <thaise@conselvan.com>
Data 15/01/2020 13:09

151

ml

- impugnação - jap - nba - 00042 - 2020 - Prefeitura municipal de Chopinzinho - valor - revisões - prazo.pdf (~227 KB)
- contrato social - alteração 114ª - nba - matriz - emissão 12-11-2019.pdf (~837 KB)
- documento oab rg cpf - alexey - emissão 26-11-2010.pdf (~217 KB)
- procuração publica - gvp - nba - matriz e filiais - emissão 15-01-2019 - vcto 31-01-2020.pdf (~673 KB)

Prezados, boa tarde!

Segue anexo pedido de esclarecimento e impugnação, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2020.

Favor acusar o recebimento;

Atenciosamente,

Joara Andrade Pinheiro
Conselvan Advogados
Fone/fax: 55(41)3075-4491
analise2.gvp@conselvan.com
www.conselvan.com



NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA

Rodovia Nissan, 1.500, Polo Industrial
Resende – Rio de Janeiro
27537-800
www.nissan.com.br

ml

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO/PR.

PREGÃO PRESENCIAL: 01/2019

ABERTURA: 22/01/2020 10:00

OBJETO: *"Aquisição de veículo a ser destinado ao conselho tutelar do município de chopinzinho-pr. Conforme descrição, características e preços máximos a serem praticados, constante no anexo 1 deste edital".*

Sr (a). Pregoeiro (a),

A NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0007-61, com endereço na Rodovia Nissan, nº 1.500, Polo Industrial, na Cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada NISSAN, por seu procurador infra-assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar seu PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL referência, nos seguintes termos:

I. INTRODUÇÃO

A NISSAN teve acesso ao Edital e constatou que, tal como formulada a licitação, haverá enorme restrição do universo de ofertantes, por desatendimento a diversos dispositivos das Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, as quais tem aplicação subsidiária à modalidade de Pregão.

Tal vício do Edital, se não corrigido tempestivamente, poderá comprometer a higidez jurídica do certame, com consequências que certamente alcançarão a paralisação da licitação pelas instâncias de controle. A NISSAN pede vênica para sustentar abaixo as razões que fundamentam a presente impugnação.

II. TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura das propostas agendada para o dia 22 de janeiro de 2020, às 10h00 min, sendo o prazo e as normas para impugnação regulamentados pelo artigo 12 do Decreto nº 3.555/00, nos seguintes termos:

"Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão."

Levando-se em conta o prazo estabelecido, bem como considerando que a



data fixada para abertura das propostas, deve ser a presente impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

III. DOS ESCLARECIMENTOS

DO VALOR MÁXIMO – ITEM 01

Solicita-se, o esclarecimento desta r. Administração referente ao valor máximo do veículo, uma vez que o mesmo não consta no edital.

DAS REVISÕES – ITEM 01

É texto do edital: “*garantia mínima de 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km*”.

Em edital não restou claro se a assistência técnica informada se trata das manutenções corretivas (defeitos, falhas do veículo de fabricação, e etc) ou das manutenções preventivas (revisões de troca de óleo, filtro de ar, etc), sendo a manutenção corretiva por conta da empresa conforme garantia, as manutenções preventivas não ficou clara se será por conta da Administração ou da empresa.

Ainda, a empresa participante da licitação necessita englobar em seu custo o valor das revisões caso estas fossem custeadas pela mesma, sendo assim há a necessidade de um esclarecimento sobre a quantidade de revisões ou ao menos a média de quilometragem mensal/anual para ser levantada a quantidade/custo no valor final do veículo.

Desde modo, solicita-se, o esclarecimento 1) se as revisões serão custeadas pela empresa vencedora ou pela r.Administração, sendo com ônus para empresa, solicita-se 2) a quantidade de revisões a serem custeadas pela empresa, ou uma referência da média de quilometragem para ser realizado o cálculo de quantidade destas revisões, 3) ainda, sendo a garantia da empresa maior que a garantia solicitada em edital, qual prevalecerá para as referidas revisões.

IV. DAS CLÁUSULAS IMPUGNADAS

DO PRAZO DE ENTREGA – ITEM 01

É texto do edital: “*no prazo máximo de 60 (sessenta) dias*”.



Ocorre que tal exigência impede a Requerente de participar deste certame, tendo em vista que o tempo de montagem final e envio ao concessionário ultrapassa esse período, podendo demandar um prazo de até 90 (dias) dias corridos para que o procedimento de aquisição, preparação, complementação de acessórios exigidos em Edital, emplacamento e efetiva entrega dos veículos no órgão demandante.

Deste modo, edital ora impugnado contém defeitos, tendo em vista o curto prazo de entrega da mercadoria nele previsto, razão pela qual urge necessário e imprescindível a alteração do mesmo, nos termos da Lei nº 8.666/93 e do Decreto nº 5.450/05, para fins de majorar o referido prazo.

Assim, requer-se, a alteração do prazo de entrega de 60 (sessenta) dias, para 90 (noventa) dias.

DA PARTICIPAÇÃO DE QUALQUER EMPRESA – LEI FERRARI E CONTRAN.

A Lei 8.666/93 em seu artigo 30, IV, deixa claro que em determinadas áreas e seguimentos, deverão ser observadas as exigências contidas em leis especiais, específicas. No tocante ao mercado automobilístico brasileiro temos a Lei 6.729/79, conhecida como Lei Ferrari.

O instrumento convocatório requer um veículo zero quilometro. Para que isso possa de fato ocorrer dentro da legalidade, seria necessário que o edital trouxesse em suas cláusulas, a exigência de atendimento ao fornecimento de veículo novo apenas por fabricante ou concessionário credenciado, nos termos da Lei nº 6.729/79, conhecida como a Lei Ferrari.

Essa lei disciplina a relação comercial de concessão entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores. Tem caráter de lei especial, não cabendo, portanto, a aplicação de normas subsidiárias de Direito Comum, com informações específicas sobre as formalidades e obrigações legais para uma relação válida de concessão comercial entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores. Em seus artigos 1º e 2º, verifica-se que veículos "zero quilometro" só podem ser comercializados por concessionário:

"Lei Nº 6.729, de 28 de novembro de 1979.

Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

Art . 1º A distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem, pelas convenções nela previstas e disposições contratuais. (n.g)

Art. 2º Consideram-se:

II - Distribuidor, a empresa comercial pertencente à respectiva categoria



econômica, que realiza a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes novos, presta assistência técnica a esses produtos e exerce outras funções pertinentes à atividade; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)"

A mesma lei, em seu artigo 12, veda a venda de veículos novos para revendas, sendo seu público alvo apenas ao consumidor final. Desta forma ao permitir a participação de revendas não detentoras de concessão comercial das produtoras, a Administração não será caracterizada como consumidora final, o que juridicamente coloca o objeto da licitação distante da definição de veículo novo:

"Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda."

Para melhor esclarecer, destaca-se a definição de veículo novo constante do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) e também pelo CONTRAN:

"LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Art. 120. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei."

"DELIBERAÇÃO 64/2008 DO CONTRAN.

2.12 – VEÍCULO NOVO – veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento."

Nesse mesmo sentido, a Controladoria Geral da União (CGU) em resposta a pedido de esclarecimento feito ao Pregão 01/2014, deixou claro que "veículo novo (zero quilometro) é aquele adquirido através de fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito às regras impostas pelo código de trânsito Brasileiro – CTB".

Logo, o primeiro emplacamento deverá ocorrer apenas em duas situações específicas, pela aquisição do veículo junto ao fabricante ou pela aquisição junto ao concessionário. Em qualquer outra situação o emplacamento será caracterizado como de um veículo seminovo. Somente o fabricante e as concessionárias podem comercializar veículos novos, já que somente esses emitem Nota fiscal diretamente para a Administração.

Permitir a participação de empresas não autorizadas pelos fabricantes fere os princípios da legalidade e moralidade, sendo, portanto, manifestadamente contrários a Lei Ferrari, passíveis das punições previstas na Lei nº 8.666/93, aplicada subsidiariamente aos pregões. A exigência do cumprimento de requisito previsto em lei especial, está clara na Lei 8.666/93 em seu art. 30, IV, tornando fora



m

da legalidade os processos que deixarem de seguir a norma vigente.

Várias tem sido as decisões no sentido da legalidade e assim informando nos próprios editais a exigência do cumprimento da lei especial que regulamenta o setor de vendas de veículos "zero quilometro". A saber:

"PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Comissão de Pregão Procedimento Administrativo nº 14.082/2015 como consumidor final) a outro consumidor final (nesse caso, a Administração Pública), restaria descaracterizado o conceito jurídico de veículo novo. Considerando os termos supramencionados, os princípios da legalidade, moralidade, justo preço, comparação objetiva das propostas, finalidade e da segurança jurídica, ora acolhidos pelo artigo 5º, caput, da Constituição da República de 1988 c/c artigo 3º, da Lei nº 8.666/1993, artigo 4º, do Decreto nº 3.555/2000 e artigo 5º, do Decreto nº 5.450/2005, a Administração Pública, nesse caso, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, no Pregão Eletrônico nº 48/2015 é compelido a acolher a participação das empresas concessionárias devidamente autorizadas ou direta dos fabricantes."

"ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICIPIO DE SAUDADES

Comunicamos qe acatamos a IMPUGNAÇÃO ao item 18.1 do Edital quanto ao prazo de entrega e a solicitação de proibição de empresas sem a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante (Lei 6.729/1979) e Deliberação 64/2008 do CONTRAN."

"MUNICIPIO DE DIAMANTE DO SUL – PARANÁ

Quanto a alegação da Empresa de que o instrumento convocatório requer um veículo zero quilometro com o primeiro emplacamento em nome da administração, e para que isso possa ocorrer dentro da legalidade seria necessário que o edital trouxesse em suas cláusulas, a exigência de atendimento ao fornecimento de veículo novo anexas por fabricante ou concessionário credenciado, de fato pode ferir o princípio da legalidade do procedimento licitatório, isso porque, revendas não detentoras de concessão comercial das produtoras não podem realizar o primeiro emplacamento, o qual só pode ocorrer pela aquisição do veículo junto ao fabricante ou junto ao concessionário. Portanto, assiste razão a empresa impugnante."

Alegar restrição de participação dos demais concorrentes pelo cumprimento de exigência prevista em lei especial como preconiza o artigo 30, IV da Lei 8.666/93, não pode ser considerado como constitucional, mas sim como ilegal. Desta forma solicita-se a inclusão no presente edital da exigência de estrito cumprimento da lei 6.729/79, Lei Ferrari, com a aquisição de veículo zero quilometro por empresa autorizada e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante.

V. DA EXIGENCIA DE CLÁUSULA RESTRITIVA SEM A DEVIDA INDICAÇÃO DE MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA



O princípio da motivação determina que a autoridade administrativa deve apresentar as razões que a levaram a tomar uma decisão. A motivação é uma exigência do Estado de Direito, ao qual é inerente, entre outros direitos dos administrados, o direito a uma decisão fundada, motivada, com explicitação dos motivos. Sem a explicitação dos motivos torna-se extremamente difícil sindicá-los, sopesar ou aferir a correção daquilo que foi decidido, por isso, é essencial que se apontem os fatos, as inferências feitas e os fundamentos da decisão. A falta de motivação no ato discricionário abre a possibilidade de ocorrência de desvio ou abuso de poder, dada a dificuldade ou, mesmo, a impossibilidade de efetivo controle judicial, pois, pela motivação, é possível aferir a verdadeira intenção do agente.

A Constituição Federal não admite que as licitações contenham cláusulas restritivas à participação dos interessados, expressamente no artigo 37, XXI, supracitado

A lei geral das licitações, nº 8.666/93, traz os seguintes princípios:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)"

Então, por disposição constitucional e legal, as únicas exigências que a administração pode fazer dos interessados em licitar são aquelas indispensáveis ao cumprimento do contrato, sob pena de violação do princípio da competitividade.

Diante do princípio lembrado e da ordem Constitucional, cabe à administração, fundamentar a conveniência e a relevância pública das exigências ora impugnadas. Apresentar o nexo de causalidade entre o critério técnico exigido e/ou apontável e o benefício em termos de favorecimento ao alcance do objetivo da contratação, que devem estar claramente demonstrados e fundamentados no processo.



ml

VI. DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer-se:

- a) O recebimento do presente recurso, tendo em vista sua tempestividade;
- b) O esclarecimento desta r. Administração referente ao valor máximo do veículo, uma vez que o mesmo não consta no edital;
- c) O esclarecimento 1) se as revisões serão custeadas pela empresa vencedora ou pela r. Administração, sendo com ônus para empresa, solicita-se 2) a quantidade de revisões a serem custeadas pela empresa, ou uma referência da média de quilometragem para ser realizado o cálculo de quantidade destas revisões, 3) ainda, sendo a garantia da empresa maior que a garantia solicitada em edital, qual prevalecerá para as referidas revisões;
- d) A alteração do prazo de entrega de 60 (sessenta) dias, para 90 (noventa) dias.

Por fim, aguardando pelas providências cabíveis, bem como pela republicação do Edital para a nova data, incluindo-se as alterações solicitadas (artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93), coloca-se à disposição para esclarecimentos complementares que eventualmente entenderem necessários, por meio do endereço eletrônico nissan.licitacoes@conselvan.com ou telefone (41) 3075-4491.

Termos em que,

Espera deferimento.

Curitiba/PR, 14 de janeiro de 2020.


NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.

ALEXEY GASTÃO CONSELVAN – PROCURADOR
CPF/MF nº 623.410.499-15 – OAB/PR nº 22.350
Fone: (41)3075-4491 – nissan.licitacoes@conselvan.com

**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

**CNPJ/ME 04.104.117/0008-42
NIRE 332.0969386-7**

Pelo presente Instrumento Particular, as partes abaixo qualificadas,

NISSAN MOTOR CO. Ltd., sociedade constituída de acordo com as leis do Japão, com sede no nº 02, Takara-cho, Kanagawa, Yokohama, Japão, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (antigo Ministério da Fazenda) ("CNPJ/ME") sob o nº 05.538.050/0001-40, representada, neste ato, por seu bastante procurador, Sr. Marco Antônio Raimundo da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 13.653.155-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (antigo Ministério da Fazenda) ("CPF/ME") sob o nº 115.260.488-09, com endereço profissional na Avenida Barão de Tefé, nº 27, Sala 701, Saúde, CEP 20220-460, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o instrumento de mandato registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("Nissan Motor"); e, de outro lado,

NISSAN OVERSEAS INVESTMENTS, B.V., sociedade constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede na Hornweg 32, 1044 AN, Amsterdam, Holanda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.507.456/0001-48, representada, neste ato, por seu procurador, Sr. Marco Antônio Raimundo da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 13.653.155-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 115.260.488-09, com endereço profissional na Avenida Barão de Tefé, nº 27, Sala 701, Saúde, CEP 20220-460, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o instrumento de mandato registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("Nissan Overseas");

Na qualidade de únicas sócias da **NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Barão de Tefé, nº 27, Sala 701, Saúde, CEP 20220-460, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.104.117/0008-42, com seu Contrato Social arquivado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 332.0969386-7 ("Sociedade");

RESOLVEM, por unanimidade e sem qualquer restrição, proceder à 114ª Alteração do Contrato Social, de acordo com os seguintes termos e condições:

**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

**CNPJ/ME 04.104.117/0008-42
NIRE 332.0969386-7**

1. ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

1.1. As sócias resolvem aprovar a alteração do objeto social, de modo a incluir as seguintes novas atividades: "atividades de design técnico de veículos automotores" e "serviço de desenho técnico relacionado a arquitetura e engenharia".

1.2. Em virtude da deliberação acima, a Cláusula Terceira do Contrato Social é alterada e passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira – A Sociedade tem por objeto:

1. A industrialização e comércio de veículos, peças e componentes;
2. A prestação de serviços de manutenção para veículos, a compra e venda de peças de reposição, de acessórios e de produtos de manutenção concernentes ao objeto social;
3. A importação e exportação de serviços, peças e produtos industriais necessários à consecução do objeto social;
4. A execução de todas as operações industriais necessárias, direta ou indiretamente, à realização do objeto social;
5. A participação em consórcios;
6. O comércio, importação e exportação de objetos para fins de publicidade;
7. A locação de veículos sem condutor;
8. Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
9. Representação comercial e agenciamento do comércio de veículos automotores, bem como de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores;
10. A representação de negócios nacionais e internacionais e a realização de atos administrativos relativos a companhias internacionais;
11. Os serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
12. Atividades de design técnico de veículos automotores; e
13. Serviço de desenho técnico relacionado a arquitetura e engenharia."



**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

**CNPJ/ME 04.104.117/0008-42
NIRE 332.0969386-7**

2. ABERTURA DE FILIAL

2.1. Além disso, as sócias resolvem aprovar a abertura de filial da Sociedade na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2581, Pinheiros, CEP 05401-300.

2.2. Em virtude da resolução acima, Cláusula Segunda do Contrato Social é alterada e passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Segunda – A Sociedade tem sua sede e foro no Município do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Barão de Tefé, nº 27, Sala 701, Saúde, CEP 20220-460, onde são desenvolvidas apenas atividades administrativas, comerciais e de suporte, podendo a Sociedade, ainda, por meio de Reunião de Sócios Quotistas, com a participação da maioria do capital social, modificar o endereço da sede.

Parágrafo Único – A Sociedade mantém filiais nos seguintes endereços:

- i) Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Av. Renault, nº 1300 – Parte Borda do Campo, CEP 83.070-900 (CNPJ/ME: 04.104.117/0001-76; NIRE: 4120443794-0);*
- ii) Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Francisco Munoz Madrid, nº 915, parte, Roseira de São Sebastião, CEP 83.070-152 (CNPJ/ME: 04.104.117/0005-08; NIRE: 4190087079-0);*
- iii) Cidade de Indianópolis, Estado de São Paulo, na Av. Ibirapuera, nº 2332, Torre Ibirapuera I, 1º e 4º andares, conjunto 11 e 41, Indianópolis, CEP 04.028-000 (CNPJ/ME: 04.104.117/0002-57; NIRE: 35902455469);*
- iv) Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Av. Marginal da Rodovia dos Bandeirantes, nº 200, sala A, Engordadouro, CEP 13.213-008 (CNPJ/ME: 04.104.117/0004-19; NIRE: 3590263727-3);*
- v) Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rodovia Vice-Prefeito Hermenegildo Tonolli, nº 1500, galpão 1, tipo B, bloco 1, Distrito Industrial, CEP 13.213-086 (CNPJ/ME: 04.104.117/0009-23; NIRE: 3590450751-2);*
- vi) Cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo, na Rodovia Governador Mario Covas, nº 882, Padre Mathias, CEP 29.157-100 (CNPJ/ME: 04.104.117/0006-80; NIRE: 3290042047-9);*

CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.

CNPJ/ME 04.104.117/0008-42

NIRE 332.0969386-7

- vii) Cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Nissan, nº 1500, Polo Industrial, CEP 27.537-800 (CNPJ/ME: 04.104.117/0007-61; NIRE: 3390117562-2);
- viii) Cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Presidente Dutra, km 298, armazém 4, Zona Urbana da Vila Pedra Selada, CEP 27.540-002 (CNPJ/ME: 04.104.117/0011-48; NIRE: 3390125058-6);
- ix) Cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, na Q Saus, quadra 1, S/N, lote 02, bloco N, salas 1201 e 1202, Asa Sul, CEP 70.070-010 (CNPJ/ME: 04.104.117/0010-67; NIRE: 5390031717-9); e
- x) Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Rebouças, nº 2581, Pinheiros, CEP 05.401-300 (CNPJ/ME e NIRE em fase de obtenção)."

3. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

3.1 Por fim, as sócias resolvem aprovar a consolidação do Contrato Social, conforme segue:

"CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.

Seção I – Denominação, Sede e Foro

Cláusula Primeira – A NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. é uma Sociedade Empresária Limitada e reger-se-á por este Contrato Social, pela legislação que lhe for aplicável e, supletivamente, pelas normas das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/1976).

Cláusula Segunda – A Sociedade tem sua sede e foro no Município do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Barão de Tefé, nº 27, Sala 701, Saúde, CEP 20220-460, onde são desenvolvidas apenas atividades administrativas, comerciais e de suporte, podendo a Sociedade, ainda, por meio de Reunião de Sócios Quotistas, com a participação da maioria do capital social, modificar o endereço da sede.

Parágrafo Único – A Sociedade mantém filiais nos seguintes endereços:

- xi) Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Av. Renault, nº 1300 – Parte Borda do Campo, CEP 83.070-900 (CNPJ/ME: 04.104.117/0001-76; NIRE: 4120443794-0);

165
hr

**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

CNPJ/ME 04.104.117/0008-42

NIRE 332.0969386-7

- xii) Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Francisco Munoz Madrid, nº 915, parte, Roseira de São Sebastião, CEP 83.070-152 (CNPJ/ME: 04.104.117/0005-08; NIRE: 4190087079-0);
- xiii) Cidade de Indianópolis, Estado de São Paulo, na Av. Ibirapuera, nº 2332, Torre Ibirapuera I, 1º e 4º andares, conjunto 11 e 41, Indianópolis, CEP 04.028-000 (CNPJ/ME: 04.104.117/0002-57; NIRE: 35902455469);
- xiv) Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Av. Marginal da Rodovia dos Bandeirantes, nº 200, sala A, Engordadouro, CEP 13.213-008 (CNPJ/ME: 04.104.117/0004-19; NIRE: 3590263727-3);
- xv) Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rodovia Vice-Prefeito Hermenegildo Tonolli, nº 1500, galpão 1, tipo B, bloco 1, Distrito Industrial, CEP 13.213-086 (CNPJ/ME: 04.104.117/0009-23; NIRE: 3590450751-2);
- xvi) Cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo, na Rodovia Governador Mario Covas, nº 882, Padre Mathias, CEP 29.157-100 (CNPJ/ME: 04.104.117/0006-80; NIRE: 3290042047-9);
- xvii) Cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Nissan, nº 1500, Polo Industrial, CEP 27.537-800 (CNPJ/ME: 04.104.117/0007-61; NIRE: 3390117562-2);
- xviii) Cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Presidente Dutra, km 298, armazém 4, Zona Urbana da Vila Pedra Selada, CEP 27.540-002 (CNPJ/ME: 04.104.117/0011-48; NIRE: 3390125058-6);
- xix) Cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, na Q Saus, quadra 1, S/N, lote 02, bloco N, salas 1201 e 1202, Asa Sul, CEP 70.070-010 (CNPJ/ME: 04.104.117/0010-67; NIRE: 5390031717-9); e
- xx) Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Rebouças, nº 2581, Pinheiros, CEP 05.401-300 (CNPJ/ME e NIRE em fase de obtenção).

Seção II – Objeto Social

Cláusula Terceira – A Sociedade tem por objeto:

1. A industrialização e comércio de veículos, peças e componentes;
2. A prestação de serviços de manutenção para veículos, a compra e venda de peças de reposição, de acessórios e de produtos de manutenção concernentes ao objeto social;
3. A importação e exportação de serviços, peças e produtos industriais necessários à consecução do objeto social;
4. A execução de todas as operações industriais necessárias, direta ou indiretamente, à realização do objeto social;
5. A participação em consórcios;

**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

CNPJ/ME 04.104.117/0008-42

NIRE 332.0969386-7

6. O comércio, importação e exportação de objetos para fins de publicidade;
7. A locação de veículos sem condutor;
8. Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
9. Representação comercial e agenciamento do comércio de veículos automotores, bem como de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores;
10. A representação de negócios nacionais e internacionais e a realização de atos administrativos relativos a companhias internacionais;
11. Os serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
12. Atividades de design técnico de veículos automotores; e
13. Serviço de desenho técnico relacionado a arquitetura e engenharia.

Seção III – Prazo de Duração

Cláusula Quarta – O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Seção IV – Capital Social

Cláusula Quinta – O capital social é de R\$ 6.896.476.310,00 (seis bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, trezentos e dez reais), dividido em 689.647.631 (seiscentas e oitenta e nove milhões, seiscentas e quarenta e sete mil, seiscentas e trinta e uma) quotas, no valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios como segue:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
Nissan Motor Co. Ltd.	6.896.477	R\$ 68.964.770,00
Nissan Overseas Investments B.V.	682.751.154	R\$ 6.827.511.540,00
TOTAL	689.647.631	R\$ 6.896.476.310,00

Parágrafo Único – A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, respondendo, contudo, todos os sócios, solidariamente, pela integralização do capital social.

**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

**CNPJ/ME 04.104.117/0008-42
NIRE 332.0969386-7**

Seção V – Reunião dos Sócios Quotistas

Cláusula Sexta – Os Sócios Quotistas reunir-se-ão, ordinariamente, por convocação de qualquer um deles, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de deliberar sobre as contas da administração, a eleição dos Administradores, o balanço patrimonial e o resultado do exercício e, extraordinariamente, sempre que o interesse social assim determinar.

Parágrafo Primeiro – A convocação das reuniões será feita com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, por carta, ou por qualquer outro meio seguro de comunicação.

Parágrafo Segundo – Competirá aos Sócios Quotistas, representando 3/4 (três quartos) do capital social e em reunião convocada, deliberar sobre as seguintes matérias:

- I. Aprovação das contas da administração, bem como apreciação do balanço patrimonial, do resultado do exercício e demais demonstrações financeiras;
- II. Fixação e distribuição de Remuneração anual para os Administradores;
- III. Alteração do Contrato Social;
- IV. Aprovação e alteração das Regras Internas e regulamentos da Sociedade;
- V. Autorização para as matérias constantes na cláusula nona, e ainda outros temas que os sócios quotistas, representantes de 3/4 (três quartos) do capital social, julguem necessário;
- VI. Aumento ou diminuição do capital social;
- VII. Mudança de endereço da sede; e
- VIII. Dissolução e liquidação da Sociedade, incorporação, fusão, ou cisão da Sociedade.
- IX. Análise e deliberação sobre os orçamentos anuais e os planos anuais ou plurianuais de investimentos, assim como suas alterações, preparados pelos administradores; e
- X. Deliberação e aprovação a respeito da constituição de qualquer forma de entidade legal ou Sociedade destinada a realizar atividades de responsabilidade social.

**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

CNPJ/ME 04.104.117/0008-42

NIRE 332.0969386-7

Parágrafo Terceiro – A reunião tornar-se-á dispensável quando todos os Sócios Quotistas decidirem, por escrito, sobre a matéria que dela seria objeto.

Parágrafo Quarto – Cada quota dará direito a 01 (um) voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Quinto – Ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Contrato Social, todas as demais deliberações da Sociedade serão tomadas pela vontade dos sócios que representem a maioria do capital social.

Seção VI – Administração

Cláusula Sétima – A administração da Sociedade será realizada por até duas pessoas físicas, sócios ou não, residentes no país, eleitas e destituíveis a qualquer tempo por deliberação dos sócios que representem 2/3 (dois terços) do Capital Social, de acordo com as competências dispostas neste instrumento.

Parágrafo Único – Os Administradores cuja designação de cargo está disposta na Cláusula Nona adiante têm atribuições e poderes conferidos por lei para, individualmente, representar a Sociedade, ficando incumbidos da administração dos negócios da empresa, respeitadas as disposições legais e os termos e condições deste contrato social.

Cláusula Oitava – É nomeado como Administrador da Sociedade, por tempo indeterminado, o não sócio **Sr. Marco Antônio Raimundo da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 13.653.155-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 115.260.488-09, com endereço profissional na Avenida Barão de Tefé, 27, Sala 701, Saúde, CEP 20220-460, na cidade e estado do Rio de Janeiro, com a designação de Diretor Presidente, o qual é dispensado de prestar caução.

Parágrafo Primeiro – O Administrador declarou, sob as penas da lei e nos termos do art. 1.011, § 1.º, do Código Civil, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, quer por lei especial, quer por condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; como tampouco foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

**CNPJ/ME 04.104.117/0008-42
NIRE 332.0969386-7**

Parágrafo Segundo – Compete ao Administrador, privativa e individualmente, praticar os atos abaixo elencados:

- I. Gerenciar, supervisionar e operacionalizar os negócios da Sociedade;
- II. Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais, municipais e distritais, bem como autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades paraestatais;
- III. Gerenciar, administrar e dirigir a sociedade, possuindo poderes para comprar, vender, trocar ou ainda alienar e/ou dispor de qualquer propriedade móvel da Sociedade, tendo poderes, em tais operações, para estabelecer prazos, preços e outras condições, ressalvando os limites previstos neste contrato ou em deliberação dos sócios;
- IV. Assinar todos e quaisquer documentos, inclusive aqueles que criem responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, como títulos, contratos, cheques, dentre outros, ressalvando os limites previstos neste contrato ou em deliberação dos sócios;
- V. Movimentar contas bancárias, assim como efetuar as demais atividades bancárias, incluindo a solicitação de emissão de cartão de crédito corporativo para os empregados da Sociedade;
- VI. Outorgar procurações em favor da Sociedade, especificando todos os poderes outorgados, devendo as mencionadas procurações se realizarem por instrumento público, exceto nos casos em que estas procurações tenham fins judiciais;
- VII. Definir e supervisionar as políticas de RH;
- VIII. Definir benefícios aos colaboradores com o fim de proporcionar-lhes bem estar;
- IX. Abrir, mudar ou extinguir filiais, escritórios ou dependências administrativas em qualquer parte do território nacional, mediante assinatura de Termo que será levado a registro nas Juntas Comerciais;
- X. Abrir e encerrar contas bancárias, desde que tenha autorização por escrito dos sócios representantes da maioria do capital social da Sociedade;
- XI. Tomar empréstimo e/ou qualquer tipo de subsídio público ou privado de curto ou longo prazo; emitir títulos, duplicatas, notas promissórias, ou outro documento similar, ou transferir

**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

CNPJ/ME 04.104.117/0008-42

NIRE 332.0969386-7

créditos/contas a receber, desde que tenham autorização por escrito do sócio representante da maioria do capital social da Sociedade; e

- XII. Contratar operações financeiras de hedge, desde que tenham autorização por escrito do sócio representante da maioria do capital social da Sociedade.

Cláusula Nona – Compete aos Administradores, privativa e individualmente, com a prévia aprovação, por escrito, dos sócios quotistas representantes da maioria do Capital Social da Sociedade, praticar os seguintes atos:

- a) Realizar investimentos superiores a 3 (três) meses, incluindo, mas não limitados, à fundação de novas empresas ou à participação em novos negócios, aquisição ou incorporação de quaisquer outras Sociedades;
- b) Adquirir estruturas industriais, maquinário, instalações, softwares ou outros ativos fixos, tangíveis ou intangíveis, envolvendo montante superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);
- c) Adquirir imóveis;
- d) Alugar qualquer tipo de imóvel, construções ou terras, cujo valor total do contrato seja superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- e) Alienar para terceiros qualquer tipo de imóveis, construções ou terras;
- f) Arrendar para terceiros qualquer tipo de imóvel, construções ou terras, cujo valor total do contrato seja superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- g) Alienar os ativos, cujo valor seja superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), excluindo-se deste item as vendas de produtos e veículos inerentes às atividades normais dos negócios, sendo que, no caso de transferência de ativos, serão considerados os valores contábeis;
- h) Transferir ações ou quotas, para fins de investimento;
- i) Constituir, vender ou encerrar sociedades subsidiárias;
- j) Conceder empréstimos e/ou qualquer tipo de subsídio público ou privado de curto e longo prazo, hipotecar, penhorar ou alienar os ativos da Sociedade com valor superior ao limite exposto na alínea "g", acima, bem como, dar garantias sobre idoneidade e obrigações de terceiros. A exceção desta alínea é a outorga de

**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

CNPJ/ME 04.104.117/0008-42

NIRE 332.0969386-7

- fiança locatícia exclusivamente para empregados expatriados do Grupo Nissan e empregados transferidos de/para outros estados;
- k) Renunciar, entregar ou desistir de créditos ou recebíveis.

Cláusula Décima – Os Administradores poderão nomear Diretores, aos quais não competirá o uso da firma, não possuindo estes Diretores poderes para representar a Sociedade, estando os atos e poderes por estes praticados restritos e limitados ao disposto no regulamento interno da Sociedade, aos termos da procuração que lhe seja outorgada e às deliberações dos Administradores.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores de que trata esta Cláusula serão nomeados por tempo indeterminado, podendo ser destituídos, a qualquer tempo, por qualquer dos Administradores.

Parágrafo Segundo – Exceto para os casos de fiança locatícia exclusivamente para empregados expatriados do Grupo Nissan e empregados transferidos de/ou para outros estados, na forma da alínea "j" da Cláusula Nona, são expressamente vedados e serão considerados nulos e sem efeito em relação à Sociedade, os atos de qualquer um dos sócios, Administrador, Diretor, empregado, e procurador da Sociedade, envolvendo qualquer obrigação ou responsabilidade referente a operações outras que não aquelas necessárias à realização dos objetivos da Sociedade ou aquelas que excedam os limites estabelecidos no Contrato Social, especialmente, fianças, avais, endossos ou atribuições de garantias em favor de terceiros, a menos que, para tanto, seja obtida prévia autorização por escrito dos sócios quotistas representantes da maioria do capital social, gerando à Sociedade o direito de regresso contra o agente praticante.

Parágrafo Terceiro – Os Administradores deverão exercer seus poderes em conformidade com (I) os procedimentos legais exigidos por leis e regulamentos em vigor; (II) os dispositivos deste Contrato Social e (III) o regulamento interno da Sociedade.

Parágrafo Quarto – A substituição e/ou destituição de qualquer Administrador será feita em reunião convocada para este fim, por qualquer dos sócios, mediante a deliberação de sócios que representem 2/3 (dois terços) do capital social.

172
ml

**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

**CNPJ/ME 04.104.117/0008-42
NIRE 332.0969386-7**

Parágrafo Quinto – Será considerado vago o cargo de Administrador, em caso de renúncia, destituição, morte, incapacidade definitiva comprovada, impedimento ou ausência injustificada por um período superior a 30 (trinta) dias consecutivos.

Cláusula Décima Primeira – Os Administradores, no exercício de seu cargo, deverão envidar todos os esforços para que a Sociedade realize o seu objetivo econômico e cumpra sua função social, tendo deveres e responsabilidades para com os demais sócios quotistas, para com as pessoas que trabalham na Sociedade e para com a comunidade em que ela atua, cujos direitos e interesses devem lealmente respeitar e atender.

Seção VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação dos Lucros

Cláusula Décima Segunda – O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando, obedecidas as determinações legais, serão elaboradas pelo Administrador as Demonstrações Financeiras do exercício, com elaboração de inventário, balanço patrimonial e balanço do resultado econômico.

Parágrafo Primeiro – A participação dos Sócios Quotistas, nos lucros e nas perdas, é proporcional à participação dos mesmos no capital social.

Parágrafo Segundo – Os documentos referidos no *caput* serão colocados à disposição dos Sócios Quotistas até 30 (trinta) dias antes da realização da Reunião de Sócios, prevista na Cláusula Sexta, acima.

Parágrafo Terceiro – Os livros da Sociedade serão auditados por auditor independente, que deverá ser designado pelos Sócios Quotistas representando a maioria do Capital Social.

Seção VIII – Da Cessão e Transferência de Quotas

Cláusula Décima Terceira - Qualquer sócio quotista poderá vender, ceder, transferir, onerar as suas quotas ou fração delas, ou constituir direito de garantia, seja por que meio for, sem o consentimento dos demais sócios.

Seção IX – Retirada de Sócio

Cláusula Décima Quarta - O sócio que desejar retirar-se da Sociedade deverá notificar os demais sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, da

173
ml

**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

**CNPJ/ME 04.104.117/0008-42
NIRE 332.0969386-7**

sua intenção, indicando, se houver, o teor da proposta que tenha recebido de um terceiro, que será por ele identificado.

Parágrafo Primeiro – Os demais sócios quotistas terão o prazo de 60 (sessenta) dias para adquirir as quotas nas mesmas condições propostas pelo terceiro, ou autorizar a aquisição das quotas pelo mencionado terceiro.

Parágrafo Segundo – Decorrido o prazo acima estabelecido, sem que tenha havido o exercício da preempção e não havendo proposta de terceiro, serão apurados os haveres do sócio que deseja retirar-se, com base na situação patrimonial da Sociedade, à data da resolução, verificando-se os valores apurados em balanço especialmente levantado para tal fim, que serão pagos em condições a serem ajustadas pelas partes, sem que haja liquidação da Sociedade.

Seção X – Falecimento de Sócio

Cláusula Décima Quinta – O falecimento, impedimento, incapacidade ou insolvência dos sócios, pessoas físicas, não dissolverá a Sociedade. Caso isto ocorra, o(s) sócio(s) remanescente(s) poderá(ão) reconstituir a pluralidade de sócios.

Parágrafo Único – Não serão admitidos como sócios os herdeiros e/ou sucessores de sócios falecidos.

Seção XI – Liquidação e Dissolução

Cláusula Décima Sexta – A Sociedade entrará em liquidação ou dissolver-se-á, de pleno direito, nos casos previstos em lei, ou por decisão dos sócios quotistas que representem 3/4 (três quartos) do capital social.

Parágrafo Primeiro – Compete aos sócios, em reunião e por deliberação da maioria do capital social, estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e estabelecer a forma de liquidação.

Parágrafo Segundo – A cessação das atividades da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação poderá ocorrer por decisão dos sócios que representarem 3/4 (três quartos) do capital social.

Cláusula Décima Sétima – Ressalvados os casos previstos em lei, de acordo com o artigo 1085 do novo Código Civil brasileiro (Lei 10.406/2002), se a maioria

174
hbr

**CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (114ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

CNPJ/ME 04.104.117/0008-42

NIRE 332.0969386-7

dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da Sociedade, mediante alteração do contrato social.


Seção XII – Das Disposições Gerais


Cláusula Décima Oitava – O presente Contrato Social poderá ser modificado, a qualquer momento, por deliberação dos sócios quotistas que representarem 3/4 (três quartos) do capital social, de acordo com os artigos 1.071 e 1.076 do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002).

Cláusula Décima Nona – Os casos omissos, ou qualquer matéria não regulada no presente Contrato Social, serão resolvidos de conformidade com os Artigos 1.052 a 1.195 do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002) e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/1976)."

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro/RJ, 08 de outubro de 2019.


Nissan Motor Co. Ltd.
p.p. Marco Antônio Raimundo da Silva


Nissan Overseas Investments, B.V.
p.p. Marco Antônio Raimundo da Silva



Testemunhas:

Assinatura:



Nome:

BRUNO FAGNER AMARAL DOS SANTOS

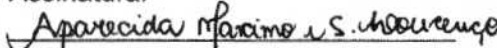
RG:

26-878-897-3

CPF:

145-386-657-46

Assinatura:



Nome:

APARECIDA MÁXIMO S. LOURENÇO

RG:

13.223.818-9

CPF:

108.970.857-28



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM

SPP1900121646

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

04.104.117

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

102 Inscrição dos demais estabelecimentos

Número de Controle: SP21655760 - 04104117000842

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME

MARCO ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA

CPF

115.260.488-09

LOCAL

DATA

12/11/2019

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 115.260.488-09

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM
RJP1900216491

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 04.104.117/0008-42
--	--

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

244 Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)

Número de Controle: RJ11220823 - 04104117000842

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO
------------------	-----------------

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

<input checked="" type="checkbox"/> Responsável <input type="checkbox"/> Preposto	
NOME MARCO ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA	CPF 115.260.488-09
LOCAL E DATA	ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA
Rua do Ourador, nº 89, Centro (21) 3233-2600 - Rio de Janeiro/RJ

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de:
MARCO ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA

Rio de Janeiro 14 de outubro de 2019

WILLIAM VIANA BRASIL - ESCRIVENTE - Matr. 94-01544
Emolumentos: R\$ 85,81 - Taxa Fundos: R\$ 2,31 - Total: R\$ 88,12

Selo(s): EDPF73974-RB

Consulte em <https://www3.tj.rj.jus.br/silepublico>

William Viana Brasil
CPF: 113.167.887-8
Escritório
15º Ofício de
Mar. 04

07. RECÍBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA
UNIDADE CADASTRADORA

Imprimir

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA

NIRE: 332.0969386-7 Protocolo: 00-2019/619633-7 Data do protocolo: 16/10/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/11/2019 SOB O NÚMERO 00003808072, 35920014193 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EAD6070360543E3926AB09F8280EE6CAF401A9A864658FF362B650886D387E5F

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 18/18



JUCERJA
assinado digitalmente

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 03323800

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.305/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO 22350

NOME
ALEXEY GASTAO CONSELVAN

FILIAÇÃO
MARIO CONSELVAN
CLEUSA CONCEIÇÃO VICARIO CONSELVAN

NATURALIDADE
CURITIBA-PR

DATA DE NASCIMENTO
16/04/1971

RG
1.391.484-8 - SSPPR

CPF
823.410.499-15

OPÇÃO DE GÊNERO E TÍTULOS
SIM

VIA EXPEDIDO EM
01 26/11/2010

JOSE LUIZ GILIO
PRESIDENTE



15^o Ofício de Notas

Tabeliã
Fernanda de Freitas Leitão



LIVRO: 3924

FOLHAS: 84

ATO: 49 - TRASLADO

PROCURAÇÃO, bastante que faz: **NISSAN**
DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA na forma
abaixo:-----

Aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro do ano de 2019 (dois mil e dezenove), neste 15º Serviço Notarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Tabeliã – FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - situado na Rua do Ouvidor, nº 89, Centro, perante mim, Tamy dos Anjos Mello, escrevente, matrícula 94-010651 da Corregedoria Geral da Justiça, compareceu como **Outorgante: NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Barão de Tefé, nº 27, sala 701, Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0008-42, com filiais na i) Avenida Renault, nº 1.300, parte, Borda do Campo, São José dos Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0001-76; ii) Av. Ibirapuera, nº 2.332, Torre Ibirapuera I, 1º e 4º andares, Conjuntos 11 e 41, Indianópolis, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0002-57; iii) Av. Marginal da Rodovia dos Bandeirantes, nº 200, Sala A, Engordadouro, Jundiaí/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0004-19; iv) Rua Francisco Munoz Madrid, nº 915, parte, Roseira de São Sebastião, São José dos Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0005-08; v) Rodovia BR 101, Norte-Contorno, S/N, KM 281, sala 04, Bloco das Marcas, Porto Engenho, Cariacica/ES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0006-80; vi) Avenida Nissan, nº 1.500, Polo Industrial, Resende/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0007-61; vii) Rodovia Vice-Prefeito Hermenegildo Tonolli, nº 1.500, Galpão 01, Tipo B, Bloco 01, Distrito Industrial, Jundiaí/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0009-23; viii) Q SAUS Quadra 01, S/N, Lote 02, Bloco N, Salas nº 1.201 e 1.202, Asa Sul, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0010-67; e ix) Rodovia Presidente Dutra, KM 298, Armazém 04, Zona Urbana da Vila Pedra Selada, Resende/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0011-48, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seu Diretor Presidente **MARCO ANTÔNIO RAIMUNDO DA SILVA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 13.653.155-6, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 115.260.488-09, residente e domiciliado nesta cidade, com endereço comercial na Avenida Barão de Tefé, nº 27, sala 701, Saúde. O presente identificado como o próprio por mim, Tabelião Substituto que lavro o presente, pelos documentos apresentados, e acima mencionados, do que dou fé. **Certifico que da presente será enviada nota ao competente Distribuidor no prazo da Lei 5.358 de 23.12.2008.** E, logo em seguida pela **OUTORGANTE** através de seu representante legal, me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **ALEXEY GASTÃO CONSELVAN**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade profissional nº 22.350, expedida pelo OAB/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 623.410.499-15; **MÁRIO CONSELVAN FILHO**, brasileiro, casado, bacharel em Direito, portador da cédula de identidade nº 1.396.938, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 466.756.399-00 e **ADILSON DAVID ZILLI**, brasileiro, casado, administrador, portador da de identidade RG nº 3.538.203-8, expedido pelo SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 621.956.469-34, todos com endereço profissional conforme abaixo e enquanto integrantes da **CONSELVAN – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, com sede na Rua Alberto Folloni, 1199, Ahú, na Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.198.905/0001-06, e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná sob o nº 571, aos quais confere e delega poderes especiais para em seu nome e de suas filiais, para, em conjunto ou separadamente, participar de licitações em qualquer modalidade, em quaisquer

instituições, sejam elas de natureza pública ou privada, podendo realizar todos os atos pertinentes aos certames, bem como de processos de dispensa ou inexigibilidade e Adesões às Atas de Registro de Preços, adesões e aditivos contratuais, tais como: retirar editais, formular e assinar as atas, propostas, declarações e ofícios, ofertar lances de preços, firmar contratos, receber Notas de Empenhos, Ordens de Compra e Solicitações de Fornecimento, manifestar-se nos processos originários ou decorrentes, apresentar Impugnações, Pedidos de Esclarecimentos e/ou Alterações, Recursos e Defesas, efetivar e atualizar cadastros da empresa em sistemas eletrônicos e registro de fornecedores, requerer baixa de apontamentos em registros cadastrais, apresentar documentos para fins de cadastro e/ou sua regularização, realizar Notificações Extrajudiciais, Denúncias e Representações em face de órgãos e seus gestores, sendo autorizado o subestabelecimento com reserva de iguais poderes.. **A presente procuração é válida até o dia 31/01/2020**, se antes disso não for revogada pela Outorgante. **ASSIM** o disse, do que dou fé e me pediu lhe lavrasse a presente, que lhe li, aceitou e assina, Que, a parte contratante dispensa presença e assinaturas de testemunhas ao ato, ex-vi normas da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Certifico que pelo presente ato são devidas custas da Tabela VII, item II, letra "b" no valor de R\$254,20, comunicação para o CENSEC no valor de R\$12,46, comunicação para o distribuidor no valor de R\$12,46, JUCERJA R\$ 12,46, arquivamento no valor de R\$ 10,74, acrescidas dos 20% para o FETJ (Lei nº 3217/99 de 27.05.99), no valor de R\$ 60,46, acrescidas, de 5% para o FUNDPERJ (Ato 04/2006), no valor de R\$ 15,11, acrescidas de 5% para o FUNPERJ (Lei 111/2006), no valor de R\$ 15,11, acrescidas de 5% para o ISS (Lei 7128/2015), no valor de R\$ 16,17, acrescidas de 4% para o FUNARPEN (Lei 6281/2012), no valor de R\$ 12,09, acrescida de 2% para a PMCMV (Atos gratuitos - Lei Estadual 6370/12) no valor de R\$5,08, que serão recolhidos ao Banco Bradesco S.A, na forma determinada pela Corregedoria Geral de Justiça, distribuição no valor de R\$ 31,82, que serão recolhidos nos prazos e formas da Lei. Eu, (Tamy dos Anjos Mello), escrevente, matrícula 94-010651 da Corregedoria Geral da Justiça, lavrei, conforme minuta apresentada e li o presente ato aos contratantes, que dispensam a apresentação das testemunhas e colhendo as assinaturas. (a.a) **MARCO ANTÔNIO RAIMUNDO DA SILVA(NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA).** Traslada, através de sistema de computação, conforme Art. 41, da Lei nº 8.935, de 18.11.1994. Eu _____ a digitei e conferi. E eu _____ Tabelião Substituto, subscrevo e assino.

Em testemunho _____ da verdade.



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECWV92996-PDC
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Telefax (46) 3242-8600
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

180

ml

JULGAMENTO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.

O Município de Chopinzinho – PR, instaurou o Processo Licitatório 3/2020 – Edital de Pregão Presencial nº 1/2020 para Aquisição de Veículo a Ser Destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho – PR.

IMPUGNANTE: NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA

Trata-se do Pedido de Esclarecimento/Impugnação, interposto pela empresa NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, com fundamento no art. nº 12, do Decreto nº 3555/00, referente ao EDITAL PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2020.

1. O Pregoeiro designado pelo Decreto nº 534/2019, publicado no Diário Eletrônico DIOEMS - Edição n.º 2015, de 30/12/2019, recebeu e analisou as razões da presente impugnação de forma a proferir sua decisão.

I – DAS PRELIMINARES

2. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento nas Leis nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

II – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

3. A IMPUGNANTE, em suma, fez os seguintes apontamentos em suas razões:

- a) Esclarecimento em relação à ausência de valor máximo no item 01;
- b) Esclarecimento em relação à garantia mínima de 12 meses ou 10.000 (dez mil) quilômetros;
- c) Extensão do prazo de entrega de 60 dias para 90 dias.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Telefax (46) 3242-8600
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

181

ml

d) Ausência de exigência de atendimento ao fornecimento de veículo novo apenas por fabricante ou concessionário credenciado, nos termos da Lei nº 6.729/79, Lei Ferrari.

III – DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

4. Em face das razões apresentadas requer a IMPUGNANTE que:

- a) O recebimento do presente recurso, tendo em vista sua tempestividade;
- b) O esclarecimento desta r. Administração referente ao valor máximo do veículo, uma vez que o mesmo não consta no edital;
- c) O esclarecimento 1) se as revisões serão custeadas pela empresa vencedora ou pela r. Administração, sendo com ônus para empresa, solicita-se 2) a quantidade de revisões a serem custeadas pela empresa, ou uma referência da média de quilometragem para ser realizado o cálculo de quantidade destas revisões, 3) ainda, sendo a garantia da empresa maior que a garantia solicitada em edital, qual prevalecerá para as referidas revisões;
- d) A alteração do prazo de entrega de 60 (sessenta) dias, para 90 (noventa) dias.

IV – DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

5. Cumpre dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório, cujo instrumento convocatório é o Edital nº 1/2020, estão em perfeita consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência.

6. Partindo do entendimento de que a Administração deve atuar primando não somente pela Legalidade como também pela celeridade em todos os seus cometimentos, neles incluídos os processos licitatórios. O interesse público demanda a eficiência da Administração, a qual deve mostrar-se pronta tanto para acudir as demandas da sociedade como para suprir as próprias necessidades.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Telefax (46) 3242-8600
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

182

ml

7. Passando ao mérito, analisando cada ponto recorrido na peça da IMPUGNANTE, com a legislação e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, exponho abaixo as medidas adotadas e as ponderações formuladas que estão a fundamentar a decisão final.

V – JULGAMENTO

8. Alega IMPUGNANTE:

a) ausência de valor máximo no item 01;

9. Pois bem, em análise detida ao Edital nº 1/2020, constatou-se o valor máximo de R\$ 62.597,60 (sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) determinado no Item 10.1 do Edital e ainda no Anexo I – Termo de Referência, portanto não há o que esclarecer para este questionamento.

10. Traz ainda a IMPUGNANTE esclarecimentos acerca:

b) garantia mínima de 12 meses ou 10.000 (dez mil) quilômetros;

11. Importante salientar que o trecho citado refere-se à garantia mínima, portanto o período de 12 meses ou dez mil quilômetros trata-se do, menor período aceito pela Administração, que o fabricante deverá ofertar garantia sobre seu produto. Portanto sendo a garantia do fabricante igual ou superior a este mínimo estabelecido tem-se o cumprimento do disposto no Edital e caso o fabricante oferte um período maior do que o solicitado, obviamente, este prevalecerá.

12. Quanto a revisões, estas não estão contempladas no termo de referência, portanto, não fazem parte do objeto desta licitação.

13. Solicita a IMPUGNANTE:

c) Extensão do prazo de entrega de 60 dias para 90 dias.

14. O prazo de entrega de 60 (sessenta) dias, fixado no Edital nº 1/2020, é razoável para o referido objeto pois, não há alterações significativas no objeto que justifiquem



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Telefax (46) 3242-8600
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

183

ml

extensão do prazo, como instalação de caçamba ou adaptações para cadeirantes por exemplo, que demandariam um tempo maior de fabricação e montagem. Acrescenta-se ainda que, trata-se de apenas uma unidade, ou seja, apenas um veículo, logo, o prazo de 60 (sessenta) dias para entrega será mantido.

15. Por fim, traz a IMPUGNANTE:

d) Ausência de exigência de atendimento ao fornecimento de veículo novo apenas por fabricante ou concessionário credenciado, nos termos da Lei nº 6.729/79, Lei Ferrari.

16. Não assiste razão a impugnante em relação a este argumento, pois, em análise do Edital nº 1/2020, constatou-se o atendimento da alegação no item nº 4.4.13.

VI – CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, infere-se que os argumentos trazidos pela IMPUGNANTE mostram-se insuficientes para comprovar a necessidade de reforma dos termos do Instrumento Convocatório.

VII – DECISÃO

Isto posto, sem mais nada a evocar, reconheço como insuficientes as razões apresentadas pela empresa NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, deliberando pelo *INDEFERIMENTO* da presente impugnação.

VIII – DO PROSSEGUIMENTO

Para fins de conhecimento, análise e posicionamento de mérito via Parecer Jurídico, encaminho os autos à Procuradoria Geral.

Chopinzinho, 15 de janeiro de 2019.

Onerio Cambruzzi Filho

Pregoeiro



Memorando 10: 3.918/2019

Via 1/2

Chopinzinho/PR, 15 de Janeiro de 2020 às 15:50

De:

SMA-LC - Licitações e Contratos

Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

Para:

PGM - Procuradoria Geral do Município

Esta documentação faz parte do Despacho 10: 3.918/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital



Memorando 10: 3.918/2019

Via 2/2

Chopinzinho/PR, 15 de Janeiro de 2020 às 15:50

De:

SMA-LC - Licitações e Contratos

Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

Para:

PGM - Procuradoria Geral do Município

Esta documentação faz parte do Despacho 10: 3.918/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital

TERMO DE ENTREGA

Recebido em:

___/___/___ às ___:___

Nome legível: _____

Assinatura: _____

RG/CPF: _____

185
re

RECEBIMENTO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi os presentes autos na Procuradoria Geral do Município.

Chopinzinho/PR, 15 de janeiro de 2020.

Maria Antonia Schizzi

Maria Antonia Schizzi

Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018

CONCLUSÃO

Aos 15 dias do mês de janeiro do ano de 2020, faço estes autos concluso ao **Procurador Geral, Dr. Fábio Luiz Santin de Albuquerque** do que lavro o presente termo.

Maria Antonia Schizzi

Maria Antonia Schizzi

Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018

Assunto **IMPUGNAÇÃO - Processo Licitatório nº 3/2020 (249/2019)
- Pregão Presencial - Edital nº 1/2020 - Lic 38184**



186

ml

De <rosiele@gelicprime.com.br>
Para <licita2@chopinzinho.pr.gov.br>
Cópia Ana Paula - GELIC <ana.paula@gelicprime.com.br>,
<gerentevendapb@piramidevw.com.br>
Data 15/01/2020 16:32
Prioridade Mais alta

- RG CPF - Fabio Miguel Laiz.pdf (~271 KB)
- Procuração Pública - vc 10 10 2020.pdf (~3,3 MB)
- Impugnação - VW do Brasil.pdf (~321 KB)

ILUSTRÍSSIMA SENHORA DOUTORA JOSIANE MOSCHEN, DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO/PR.

Referência: Processo Licitatório nº 3/2020 (249/2019) – Pregão Presencial – Edital nº 1/2020.

VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA., pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 59.104.422/0024-46, com sede em Taubaté, SP, vem pela presente, tempestivamente, com esteio no Edital de Pregão supra, previsto no item 6, oferecer a inclusa **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, conforme razões de fato e de direito, para a devida análise e acolhimento, na forma da lei e do instrumento convocatório.

GENTILEZA ACUSAR RECEBIMENTO.

Atenciosamente,

Rosiele Fendrich

Coordenadora de Licitações | GELIC - Gerenciamento de Licitações

Tel. (41) 3513 6516 | Celular (11) 98414 0704

rosiele@gelicprime.com.br | www.gelicprime.com.br

Rua Dr. Brasílio Vicente de Castro, 111, Sala 902. Edifício EuroBusiness.

Campo Comprido. Curitiba/PR. CEP 81200-526.



A GELIC aconselha: só imprima se necessário.

Viva de maneira inteligente e sustentável.



ILUSTRÍSSIMA SENHORA DOUTORA JOSIANE MOSCHEN, DD. PRESIDENTE
DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE CHOPINZINHO/PR.

Referência: Processo Licitatório nº 3/2020 (249/2019) – Pregão Presencial – Edital
nº 1/2020.

VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

LTDA., pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº
59.104.422/0024-46, estabelecida na Av. Carlos Pedroso da Silveira, 10.000,
bairro Piracangagua, CEP 12.043-000, com sede em Taubaté, SP, por seu
procurador infra-assinado, vem pela presente, tempestivamente, com esteio no
Edital de Pregão supra, previsto no item 6, oferecer a inclusa **IMPUGNAÇÃO AO**
EDITAL, conforme razões de fato e de direito, para a devida análise e
acolhimento, na forma da lei e do instrumento convocatório.

Unidade Anchieta
Estrada Marginal Via Anchieta,
km 23,5
CEP: 09823-901
São Bernardo do Campo – SP

DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO

A Lei nº 8.666/1993 que instituiu normas gerais sobre licitações preceitua
em seu artigo 41, §2º que:

*§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante
a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que
anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a
abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou
concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam
esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.*

A Prefeitura Municipal de Chopinzinho lançou por meio do Edital, o
Processo Licitatório nº 3/2020, Edital nº 1/2020, procedimento licitatório que tem



como objeto a aquisição de veículos, com data prevista de abertura em 22 de janeiro de 2020 às 10h00min.

DOS FATOS

A empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. procedeu a retirada do edital com o propósito de participar do certame. Ao analisar o instrumento convocatório, constatou informações contrárias ao que preceitua a lei vigente.

Ocorre que a Prefeitura de Chopinzinho exige para o CREDENCIAMENTO no certame:

3.5 Para o Credenciamento de Representante da Empresa no Certame será exigido:

3.5.1 – Tratando-se de representante legal, o Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Chopinzinho – CRC ou o estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.5.2 – Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO da assinatura do representante legal, que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do CRC, ou o estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

3.5.3 – Tratando-se de credenciado, a carta de credenciamento onde constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do CRC, ou o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga. (Modelo em Anexo).

(Grifo nosso).



Tal utilização, contudo, não se afigura pertinente, uma vez que é ilícita a exigência exclusiva do CRC para fins de habilitação, quanto mais na modalidade de licitação PREGÃO PRESENCIAL.

O CRC pode ser solicitado no edital como opção para a apresentação dos documentos, sendo faculdade do licitante a escolha de apresentar o "CRC" ou "todos os documentos de habilitação".

A Administração não pode condicionar a participação no certame à emissão do CRC, tendo em vista que a faculdade legal da apresentação do CRC não pode se converter em obrigação, muito menos, solicitá-lo no momento do CREDENCIAMENTO.

DO DIREITO

Preliminarmente, cabe observar que a Lei 8.666/93 não autoriza o órgão licitante a exigir exclusivamente o Certificado de Registro Cadastral como condição de participação.

Vejamos o que diz o art. 32, § 3º: "A documentação referida neste artigo PODERÁ ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade público, ...". Portanto, como bem versou o dispositivo, a expressão "poderá" indica a faculdade conferida ao licitante à escolha dessa ou daquela formalidade para a habilitação.

É ilícita a exigência exclusiva do CRC para habilitação. Este somente pode ser solicitado no edital como opção para a apresentação dos documentos, sendo faculdade do licitante a escolha de apresentar o "CRC" ou "todos os documentos de habilitação".

Sob o aspecto jurídico, deve-se considerar como ilegal a exigência do CRC como condição de participação, principalmente, quando se tratar da modalidade licitatório denominada pregão presencial.

Sobre o tema, a Jurisprudência se manifestou de forma conclusiva:



"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. REQUISITOS. ART. 27 DA LEI N.8.666/93. REGISTRO NO SISTEMA UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF. EXIGÊNCIA NÃO CONTEMPLADA PELA LEI DAS LICITAÇÕES. INSTITUIÇÃO POR DECRETO PRESIDENCIAL E PORTARIA DO ÓRGÃO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE. INABILITAÇÃO DA LICITANTE. ILEGALIDADE. Tendo a licitante apresentado toda a documentação enumerada pelo art. 27 da Lei n. 8.666/93, não pode ser inabilitada em face de ausência de registro no SICAF, requisito este instituído ilegalmente por decreto presidencial e simples portaria." (TRF – Primeira Região, Acórdão, Processo: 199701000289593, MG, Terceira Turma Suplementar, 3/10/2001, Relator: JUIZ JULIER SEBASTIÃO DA SILVA)

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO. SICAF. 1. A prévia inscrição no SICAF dispensa o licitante da comprovação de alguns requisitos para habilitação em procedimento licitatório, não podendo, todavia, ser colocada como óbice à participação em concorrência, que é modalidade de licitação aberta a quaisquer interessados (Lei n. 8.666-93, art. 22, § 1º)." (TRF – Primeira Região, Acórdão, Apelação em Mandado De Segurança – 199901001054607, BA, Sexta Turma, 11/6/2001, Relator: JUIZ DANIEL PAES RIBEIRO)

Com relação a premissa no âmbito da modalidade TOMADA DE PREÇOS, O §2º do art. 22 da 8.666/1993 estabelece que a tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. (Grifo nosso)

Destarte, na modalidade de licitação TOMADA DE PREÇOS, somente poderão participar os cadastrados e os que apresentarem toda a documentação exigida – artigo 27 a 31 da Lei 8666/93 – até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas. Trata-se de uma característica desta modalidade. A empresa interessada em participar da licitação deve se cadastrar.

Com desenvoltura, o jurista Marçal Justen Filho leciona: "Por isso, a melhor interpretação é a de que os interessados em participar deverão apresentar, até três dias antes da data prevista para entrega das propostas, toda a documentação necessária à obtenção do cadastramento" (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14º Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 264)



ml

Outrossim, ressalva Diógenes Gasparini:

Da tomada de preços só podem participar as pessoas previamente inscritas no registro cadastral e as que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (art. 22, §2º). Dois, portanto, são os grupos que podem participar dessa modalidade de licitação. O primeiro, o dos já cadastrados, portadores de Certificados de Registro Cadastral em vigor, (cadastramento normal), e o dos não cadastrados mas que atendam a todas as condições de cadastramento e demonstre nesse prazo o interesse de participar da tomada de preço aberta (cadastramento especial). Não obstante a diversidade da formalidade e da época do cadastramento, os integrantes dos dois grupos deverão estar cadastrados, daí nossa definição, só mencionar interessados cadastrados. A qualificação dos interessados é prévia, ou seja, efetivada por ocasião do cadastramento normal ou na oportunidade do cadastramento especial." (Direito Administrativo, 13ª ed., Saraiva, São Paulo, 2008, pp. 566/567)

Como se vê, a Prefeitura de Chopinzinho pretende criar uma nova modalidade de licitação, obrigando desta forma que as empresas interessadas tenham cadastro prévio sem necessidade e contrário aos dispositivos legais inerentes a matéria.

O critério criado unilateralmente para credenciamento dos licitantes gera afronta à livre participação de empresas no processo licitatório.

Referida exigência é desnecessária e restritiva ao caráter competitivo da licitação, pois impede a participação de um número maior de licitantes e direciona o resultado da licitação o que torna ilegal todo o Pregão.

A licitação, exigida no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal¹ para as contratações públicas, busca a seleção da proposta mais vantajosa, atendendo ao princípio da igualdade.

¹"Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas das propostas, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações"



ml

Com o fim de selecionar a proposta mais vantajosa, bem como verificar se as empresas interessadas possuem condições de executar o objeto específico da licitação, o instrumento convocatório, irá dispor sobre todas as condições de credenciamento, habilitação e apresentação de proposta, com iguais condições a todos os interessados em participar do certame.

A licitação busca, portanto, agregar à licitação o maior número de interessados, aumentando o universo das propostas que lhe serão encaminhadas, escolhendo aquela que seja a mais vantajosa ao interesse público. Trata-se do princípio da competitividade!

O art. 3º, caput da Lei 8.666/93 elenca os princípios norteadores da licitação, sendo que no seu § 1º, inciso I, encontra-se implícito o princípio da competitividade, na medida em veda aos agentes públicos: "admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991". (Grifo nosso)

Dessa forma, as exigências não podem ser direcionadas a ponto de impedir a participação de empresas que teriam condições de contratar com a Administração.

Com relação ao princípio da competitividade, Joel de Menezes Niebuhr ensina que:

"Em análise acurada, percebe-se que as formalidades descabidas, que não guardam justificativa ou utilidade, agridem o princípio da competitividade. É que, ao proceder dessa forma, impede-se que particulares em condições de satisfazer o interesse público participem da licitação. A participação em licitação pública deve ser amplamente franqueada a todos os interessados que demonstrem condições de cumprir o objeto licitado, sem que permita incluir nos editais cláusulas ou condições que frustrem o princípio da competitividade, essencial para todos os certames".

Neste sentido, é o entendimento da jurisprudência pátria:



ml

"É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações" (REsp. n. 474781/DF. Rel. Min. Franciulli Netto, j. em 8.4.03)

"Direito administrativo. Remessa Necessária. Mandado de Segurança. Licitação. Concorrência pública. Alegação de vícios no edital. Exigências descabidas aos licitantes. Violação ao princípio da isonomia e da competitividade. Ocorrência. Ilegalidade evidente. Inteligência dos artigos 3º, caput e § 1º, I 27, 30 e 31, da Lei 8.666/93 e 37, XXI, da CF/88. Sentença integrada em necessário reexame. 1. As exigências administrativas no processo de concorrência pública deverão atender, acima de tudo, o interesse público; interesse esse que requer, inclusive, uma maior participação de licitantes no certame. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório deverá ser interpretado no sentido de proporcionar uma maior participação de interessados, sem prejuízo à administração pública, e em consonância com o interesse público que prepondera, devendo, pois, ser vedado aos agentes públicos 'admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato' (art. 3º, §1º, I, da Lei 8.666/93) (...)" (TJBA. Reexame Necessário nº 71.114-2/2008, 2ª Câmara Cível. Rel. Clesio Romulo Carrilho Rosa. Julg. 7.4.2009)

Diante do exposto, as exigências contidas nos itens 3.5.1, 3.5.2, e 3.5.3, ferem os princípios da legalidade, isonomia e da competitividade, pois impede a participação de empresas que possuem plenas condições de fornecer os veículos objeto do edital, necessitando que a referida exigência ser declarada NULA pelo Pregoeiro.

DO PEDIDO

Ante o exposto, REQUER seja conhecido, processado e provido o presente PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO.



REQUER seja suspensa a abertura deste certame, até que sejam readequadas as exigências Editalícias, afastados os seus vícios, para então ser remarcada nova data para a realização do Processo Licitatório nº 3/2020, Edital nº 1/2020.

REQUER em vista da legislação pertinente, a retificação da descrição disposta nos itens 3.5.1, 3.5.2, e 3.5.3, procedendo a retirada da exigência "acompanhado do CRC", nos termos expostos salvaguardando, dessa forma, o interesse público, e ampliando a competitividade do certame, sem que isso afronte princípios essenciais da licitação, tais como isonomia, competitividade, legalidade, impessoalidade, razoabilidade, dentre outros.

Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro.

Informa, igualmente, que na hipótese, ainda que remota, de não modificados os dispositivos editalícios impugnados, tal decisão certamente não prosperará perante o Poder Judiciário, pela via mandamental, sem prejuízo de representação junto ao Tribunal de Contas.

Nestes termos, Pede e aguarda deferimento.

Taubaté/SP, 15 de janeiro de 2020.


Fabio Miguel Laiz

Representante Legal/Consultor de Vendas Corporativas

RG: 32.075.387-6 / CPF: 311.832.468-62

Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda

Fone +55 (11) 99657-5197

fabio.laiz@volkswagen.com.br

<http://www.vw.com.br>



PROT Nº 1280/18
LIVRO Nº 0840-P
PAGINA Nº 330

**4º TABELIÃO DE NOTAS E DE
PROTESTO DE LETRAS E
TÍTULOS DE SÃO CAETANO DO SUL**
TABELIÃ: SILVIA GONÇALVES DE CARVALHO DALBEN

PÁGINA Nº 001



FLORIANO FEDRIGHI 3117 - VWB - Vendas & Marketing (Vendas Especiais) - 063.18
Substituto da Tabeliã Procuração que faz: **VOLKSWAGEN DO BRASIL**
4º Tabelião de Notas e Protesto de São Caetano do Sul - SP **INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.**

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito (11/10/2018), nesta Cidade e Comarca de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, nestas notas, perante mim, Tabeliã, compareceu como **Outorgante: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.**, com sede na Estrada Marginal da Via Anchieta, km 23,5, Ala 17, bairro Andrea Demarchi, em São Bernardo do Campo, neste Estado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.104.422/0001-50, com estabelecimentos fabris situados na Estrada Marginal da Via Anchieta, km 23,5, em São Bernardo do Campo, neste Estado (CNPJ/MF sob o nº 59.104.422/0057-04, Inscrição Estadual nº 635.014.699.111); na Avenida Carlos Pedroso da Silveira, nº 10.000, Piracangaguá, em Taubaté, neste Estado (CNPJ/MF sob o nº 59.104.422/0024-46, Inscrição Estadual nº 688.027.786.114); na Rodovia Luiz Augusto Oliveira, s/n, km 148,8, Zona Rural, em São Carlos, neste Estado, (CNPJ/MF sob o nº 59.104.422/0098-82, Inscrição Estadual nº 637.123.069.112); na Rua Antonio Singer, nº 6.751, Campo Largo Roseira, em São José dos Pinhais, Estado do Paraná (CNPJ/MF sob o nº 59.104.422/0103-84 e Inscrição Estadual nº 90.132.763-71) e na Avenida das Indústrias, s/n, Distrito Industrial, em Vinhedo, neste Estado (CNPJ/MF sob o nº 59.104.422/0018-06 e Inscrição Estadual nº 714.091.560.119), com seu Contrato Social arquivado na JUCESP sob o nº 98.658, em 29.07.55, NIRE 35.213.533.285, e posteriores alterações, sendo a última delas, consolidada pelo Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 10.07.2018, arquivada na JUCESP sob o nº 358.948/18-6, em sessão de 01.08.2018, cuja cópia autenticada está arquivada digitalmente nestas notas (protocolo 1143/18-P), neste ato, representada na forma do §4º da cláusula 9ª do seu Contrato Social consolidado, por seus Diretores: **ANTONIO AFONSO REYNAUD DE MELO PIRES**, português, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE V445281-B, inscrito no CPF/MF sob o nº 232.045.078-58; e **MARCELLUS PUIG**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.335.471-4-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.927.318-06, ambos com o mesmo endereço comercial da Outorgante, eleitos por deliberação na Reunião Extraordinária de Sócios, realizada em 26.04.2018, com a respectiva ata arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 246.501/18-2, em sessão de 23.05.2018, a qual, por cópia autenticada, está arquivada digitalmente nestas notas (protocolo 0626/18-P). A Ficha Cadastral Completa, emitida pela JUCESP nesta data, fica arquivada digitalmente nestas notas (protocolo 1278/18-P). Os representantes da outorgante declaram, sob as penas da Lei, que não existem alterações contratuais consolidadas e eleições de diretoria posteriores àquelas ora mencionadas. Os presentes, aqui de passagem, reconhecidos como os próprios de que trato, à vista dos documentos apresentados, do que dou fé. E, assim, pela Outorgante e na forma representada, me foi dito que, por este instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus **procuradores: ALAM CUZZIOL**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.823.360-1-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 192.754.688-50; **ALAN COSTA SILVA**, brasileiro,



09722602242678.000135816-2

PRAÇA CARDEAL ARCO VERDE, 38
SÃO CAETANO DO SUL - SP - CEP 09510-030
FONE: (11) 4223-5020 / FAX: (11) 4223-5027
Site: www.4cartorioscs.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASGURA OU ENRIENHA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

lo Internacional
letrada Lstina
idade em 1948)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

PROT Nº 1280/18

LIVRO Nº 0840-P

PÁGINA Nº 331

PÁGINA Nº 002

casado, administrador financeiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.805.278-7-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 365.237.568-82; **ALBERTO GRAVE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.655.774-21-SSP-RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 950.767.860-34; **ALESSANDRO DE SOUZA PADILHA**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.483.334-0-SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.015.549-28; **ALESSANDRO GONÇALVES PAIVA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 84.598.721-IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 069.760.447-01; **ALEX CAMARGOS GONÇALVES**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº M-5.666.096-SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 872.394.936-87; **ANDERSON TADEU DE PAULA GOMES**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.738.962-SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 559.582.221-04; **ANDRÉ DE PAIVA COROTTI**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.752.353-7-SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.039.859-67; **ANDREAS GUNTHER**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.500.436-3-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 101.343.338-61; **ANTONIO MARCOS BASSAN**, brasileiro, casado, matemático, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.712.067-0-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 088.316.398-54; **CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO MACIEL DA COSTA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 669.772-SSP-MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 495.886.211-00; **CÁSSIA RIBEIRO DOS REIS**, brasileira, solteira, bacharel em marketing e comércio exterior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 29.752.386-7-SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 256.662.128-42; **CÁSSIO JOSÉ MAIA HREISEMNOV**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.229.662-7-SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 708.995.419-68; **CELSO RICARDO DE ARO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.201.675-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 118.069.718-95; **CHRISTIANO MIRANDA RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.104.063-SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 703.343.311-53; **CLAUDEMIR PINTO DO SANTO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.667.013-7-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 189.150.308-18; **DANIEL VALIANTE**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.243.580-6-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 194.467.188-99; **DANIELLY SALDANHA GRIJP**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.294.947-SSP-PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 065.073.904-37; **DARCIO TADEU BARONE FAZENDA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.236.702-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 110.971.928-06; **DENIS DELLABARBA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.351.740-X-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 337.437.238-40; **DIEGO CARVALHO SILVA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.974.676-SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.384.834-54; **DIEGO MANOUKIAN**, brasileiro, casado, publicitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.084.714-2-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 287.176.778-58; **EDUARDO**



**4º TABELIÃO DE NOTAS E DE
PROTESTO DE LETRAS E
TÍTULOS DE SÃO CAETANO DO SUL**
TABELIÃO: SILVIA GONÇALVES DE CARVALHO DALBEN



PROT Nº 1280/18
LIVRO Nº 0840-P
PAGINA Nº 332

PÁGINA Nº 003

PEREIRA SAMPAIO, brasileiro, casado, bacharel em ciências da computação, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.466.476-90-SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 855.862.265-53; **EDUARDO SILVANO FILHO**, brasileiro, divorciado, arquiteto, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.056.621-SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 552.964.911-49; **ÉMERSON DOS SANTOS BETTIN**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 405.606.175.9-SSP-RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 672.797.910-34; **EVERTON FLAUZINO CARDOSO**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.216.976-5-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 213.374.158-55; **FÁBIO AYUDARTE**, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.935.266-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 194.909.478-22; **FÁBIO LUIS CATAPAN**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.940.958-1-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.295.789-10; **FABIO MIGUEL LAIZ**, brasileiro, casado, bacharel em comunicação social, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.075.387-6-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 311.832.468-62; **FABRÍCIO COLARES TEIXEIRA**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº M-7.638.545-SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 646.182.696-34; **GILBERT LIMA NOGUEIRA DE FREITAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº M.876.524-SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.157.737-97; **GISELE APARECIDA BUZO**, brasileira, casada, pedagoga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.932.995-2-SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 296.365.378-60; **GISELE CARRARO DE OLIVEIRA COSTA**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 43.187.913-8-SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 311.254.548-65; **GIULIANO MACHADO PINEZI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.119.331-5-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.466.659-10; **GUILHERME DE REZENDE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.758.799-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 135.208.638-71; **GUSTAVO GEBARA CINQUEGRANA**, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.391.327-6-SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 033.188.679-00; **HÉLIO CARNEIRO BORBA JUNIOR**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.324.529-SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 932.662.434-04; **LEANDRO DINIZ TONDELI**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.650.778-8-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 284.447.278-81; **LEONARDO DE ALMEIDA VERGUEIRO TOSELLO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.014.452-0-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 280.124.168-75; **LUIS GUSTAVO NICOLUCCI**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.733.074-0-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 302.711.498-09; **LUIZ CESAR MOLEZ**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.726.671-7-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 165.174.928-01; **MARCELO OLIVAL**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.243.537-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 075.437.928-00; **MARIO ANTONIO VINHA**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.346.573-3-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 356.398.768-83; **MAURÍCIO**



09722602242678.000135817-0

PRAÇA CARDEAL ARCO VERDE, 38
SÃO CAETANO DO SUL - SP - CEP 09510-030
FONE: (11) 4223-5020 / FAX: (11) 4223-5027
Site: www.4cartorioscs.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

PROT Nº 1280/18
LIVRO Nº 0840-P
PÁGINA Nº 333

PÁGINA Nº 004

GIOVANETTI BARRETO, brasileiro, casado, tecnologia de projetos, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.236.796-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 039.982.978-47; **MAURÍCIO JOSE DA SILVEIRA**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.735.094-SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.346.726-85; **MAURO RUY TODA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 774.252-SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 381.668.521-87; **MICHELE VICTORINO NUNES**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.119.000-5-SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 030.199.589-38; **ORLANDO JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, solteiro, tecnólogo em marketing, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.942.959-2-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 220.138.318-97; **PAULO CESAR SARAUZA**, brasileiro, casado, tecnólogo da informação, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.930.244-3-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.589.128-05; **PEDRO JOSÉ DARIO**, brasileiro, solteiro, publicitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 47.447.681-9-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 386.300.098-61; **RAFAEL ALEXANDRE MUNIZ VIEIRA**, brasileiro, casado, bacharel em marketing, portador da Cédula de Identidade RG nº 020.797.292-8-DIC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 105.975.237-97; **RAFAEL GONDIM COSTA**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.590.948-SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.129.126-25; **RICARDO GONÇALVES MARTINEZ**, brasileiro, casado, publicitário, portador da Cédula de identidade RG nº 600.162.570-3-SSP-RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 418.226.090-20; **RODRIGO CAVALHERI LOMBARDI**, brasileiro, casado, publicitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.255.611-2-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 213.093.558-35; **RODRIGO PARANHOS MANTOVANI**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.880.903-9-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 262.910.638-16; **RONALDO CATAPANO MAIA**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.759.469-SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 613.802.105-34; **SALIM JORGE DA SILVA DAMASCENO**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.799.286-SSP-PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 423.761.492-15; **SERGIO MAURICIO MARTINS CARVALHO**, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.700.835-SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 946.083.935-53; e **THIAGO DE AGUIAR SYRIO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.279.959-SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.568.096-42, todos com o mesmo endereço comercial da Outorgante, com poderes para: **(210) sempre dois dos outorgados em conjunto, independentemente da ordem de nomeação, ou qualquer um deles em conjunto com um diretor ou outro procurador com poderes bastante**, representar a Outorgante junto a pessoas jurídicas de direito público, órgãos federais, estaduais e municipais, pessoas jurídicas de direito privado, bem como pessoas físicas autorizadas a adquirir veículos diretamente da outorgante, com poderes para assinar contratos de compra e venda de veículos, receber seu preço através de cheques nominativos ou ordens de pagamento a favor da Outorgante, passar o competente recibo, e dar quitação; prestar e levantar cauções, ficando os Outorgados obrigados a efetuar imediata prestação de contas à Outorgante; **(70) isoladamente**, independentemente da ordem de



PROT Nº 1280/18
LIVRO Nº 0840-P
PAGINA Nº 334

**4º TABELIÃO DE NOTAS E DE
PROTESTO DE LETRAS E
TÍTULOS DE SÃO CAETANO DO SUL**
TABELIÃ: SÍLVIA GONÇALVES DE CARVALHO DALBEN

PÁGINA Nº 005



nomeação, representar a outorgante junto a pessoas jurídicas de direito público, órgãos federais, estaduais e municipais, para participar de todas as modalidades de licitação, requerer inscrições e apresentar propostas, formular propostas e fazer verbalmente ou por meio eletrônico lances de preço, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso e assinar a ata; e **(47) isoladamente**, independentemente da ordem de nomeação, **substabelecer o poder (70) acima, no todo ou em parte, sempre com reserva de iguais poderes para si, sendo vedado o substabelecimento do poder (210), no todo ou em parte.** Ficam **ratificados** todos os atos, porventura, já praticados pelos outorgados nos termos deste mandato, **vigora até o dia dez (10) de outubro de dois mil e vinte (2020).** Esta procuração **revoga** a anteriormente lavrada nestas notas, nas **páginas 009/013 do Livro 0775-P (Protocolo nº 0064/17-P), em 12.01.2017**, sendo autorizadas todas as anotações que se fizerem necessárias. E, de como assim o disseram, dou fé, me pediram e lhes lavrei este instrumento, o qual feito, li, aceitam e assinam. Eu, (a) (Pedro Henrique de Araujo Leamari), escrevente, colhi as assinaturas. E eu, (a) (Sílvia Gonçalves de Carvalho Dalben), Tabeliã Titular, a lavrei e subscrevi. (a.a) **ANTONIO AFONSO REYNAUD DE MELO PIRES, MARCELLUS PUIG.** Custas: Ao Tabelião: R\$ 261,48, Ao Estado: R\$ 74,30, Ao Ipesp: R\$ 50,84, Ao Imposto Municipal R\$ 13,06, Ao Reg. Civil: R\$ 13,76, Ao Tribunal de Justiça: R\$ 17,94, A Santa Casa: R\$ 2,62, Ao Ministério Público: R\$ 12,54, Total: R\$ 446,54. Nada Mais. Traslada em seguida. Eu, Sílvia Gonçalves de Carvalho Dalben, (Sílvia Gonçalves de Carvalho Dalben), Tabeliã Titular, a digitei, conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.

Em Testemunho da Verdade.

FLORIANO FEDRIGHI
Substituto da Tabeliã
4º Tabelião de Notas e Protesto
de São Caetano do Sul - SP

Sílvia Gonçalves de Carvalho Dalben
Tabeliã Titular

selo digital: 1134151PR20181280001PR18F



09722602242678.000135818-9

PRAÇA CARDEAL ARCO VERDE, 38
SÃO CAETANO DO SUL - SP - CEP 09510-030
FONE: (11) 4223-5020 / FAX: (11) 4223-5027
Site: www.4cartorioscs.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo



EM BRANCO

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

311.832.468-62

Nome

FABIO MIGUEL LAIZ

Data de Nascimento

05/05/1984

16 DE NOVEMBRO de 1999

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

380-2

FOLHA DIREITA

Fabio Miguel Laiz

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

FEV/2001

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 32.075.387-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/MAR/2000

NOME FABIO MIGUEL LAIZ

FILIAÇÃO JOSE MIGUEL LAIZ

E TRACY LAIZ

NATURALIDADE S. BERNARDO DO CAMPO DATA DE NASCIMENTO 05/MAI/1984

SP

DOC ORIGEM SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP

SAO BERNARDO DO CAMPO

CN: LV.A208/ELS.228 /N.136437

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Telefax (46) 3242-8600
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

202

ml

JULGAMENTO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.

O Município de Chopinzinho – PR, instaurou o Processo Licitatório 3/2020 – Edital de Pregão Presencial nº 1/2020 para Aquisição de Veículo a Ser Destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho – PR.

IMPUGNANTE: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA

Trata-se do Pedido de Impugnação, interposto pela empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA, com fundamento no art. nº 41, da Lei 8666/93, referente ao EDITAL PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2020.

1. O Pregoeiro designado pelo Decreto nº 534/2019, publicado no Diário Eletrônico DIOEMS - Edição n.º 2015, de 30/12/2019, recebeu e analisou as razões da presente impugnação de forma a proferir sua decisão.

I – DAS PRELIMINARES

2. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento nas Leis nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

II – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

3. Alega a IMPUGNANTE que a exigência do Certificado de Registro Cadastral (CRC) nos itens 3.5.1, 3.5.2 e 3.5.3 possui caráter restritivo, pois impede a participação de empresas que possuem plenas condições de fornecer o objeto do Edital.

III – DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

4. Em face das razões apresentadas requer a IMPUGNANTE que:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Telefax (46) 3242-8600
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

203

mb

a) seja suspensa a abertura deste certame, até que sejam readequadas as exigências Editalícias, afastados os seus vícios, para então ser remarcada nova data para a realização do Processo Licitatório nº 3/2020, Edital nº 1/2020.

b) a retificação da descrição disposta nos itens 3.5.1, 3.5.2, e 3.5.3, procedendo a retirada da exigência "acompanhado do CRC", nos termos expostos salvaguardando, dessa forma, o interesse público, e ampliando a competitividade do certame, sem que isso afronte princípios essenciais da licitação, tais como isonomia, competitividade, legalidade, impessoalidade, razoabilidade, dentre outros.

IV – DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

5. Cumpre dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório, cujo instrumento convocatório é o Edital nº 1/2020, estão em perfeita consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência.

6. Partindo do entendimento de que a Administração deve atuar primando não somente pela Legalidade como também pela celeridade em todos os seus cometimentos, neles incluídos os processos licitatórios. O interesse público demanda a eficiência da Administração, a qual deve mostrar-se pronta tanto para acudir as demandas da sociedade como para suprir as próprias necessidades.

7. Passando ao mérito, analisando cada ponto discorrido na peça da IMPUGNANTE, com a legislação e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, exponho abaixo as medidas adotadas e as ponderações formuladas que estão a fundamentar a decisão final.

V – JULGAMENTO

8. Na análise do Edital nº 1/2020, especificamente os itens 3.5.1, 3.5.2 e 3.5.3, citados pela IMPUGNANTE tem-se:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Telefax (46) 3242-8600
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

204

ml

3.5 – Para o Credenciamento de Representante da Empresa no Certame será exigido:

3.5.1 - Tratando-se de representante legal, o Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Chopinzinho – CRC ou o estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.5.2 - Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO da assinatura do representante legal, que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do CRC, ou o estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

3.5.3 - Tratando-se de credenciado, a carta de credenciamento onde constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do CRC, ou o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga. (Modelo em Anexo). (Grifou-se)

9. Pois bem, em análise detida ao Edital nº 1/2020, constatou-se que o Certificado de Registro Cadastral, ao contrário do que alega a IMPUGNANTE, não é condição essencial para o Credenciamento e sim uma opção, pois os conjuntos de documentos que compõem cada item citado para credenciamento, estão separados pelo conectivo inclusivo “ou”, assim sendo, tem-se o cumprimento do Item do Edital apresentando-se qualquer documento pertencente ao conjunto.

VI – CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, infere-se que os argumentos trazidos pela IMPUGNANTE mostram-se insuficientes para comprovar a necessidade de reforma dos termos do Instrumento Convocatório.

VII – DECISÃO



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Telefax (46) 3242-8600
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

205
ml

Isto posto, sem mais nada a evocar, reconheço como insuficientes as razões apresentadas pela empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA, deliberando pelo *INDEFERIMENTO* da presente impugnação.

VIII – DO PROSSEGUIMENTO

Para fins de conhecimento, análise e posicionamento de mérito via Parecer Jurídico, encaminho os autos à Procuradoria Geral.

Chopinzinho, 16 de janeiro de 2019.


Onerio Cambuzzi Filho

Pregoeiro

REMESSA

Aos 16 dias do mês de janeiro de 2020, faço remessa dos presentes autos à **Procuradoria Geral do Município**, para emissão de parecer jurídico, do que lavro o presente termo.



Micheli Leticia Dietrich
Auxiliar Administrativo
Divisão de Licitações e Contratos

Memorando 12: 3.918/2019

De: Thiago S. - PGM

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 17/01/2020 às 10:44:44

Sem mais para o momento, renovamos a Vossa(s) Senhoria(s) os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Chopinzinho(PR), data e assinatura digital.

Thiago Voracoski Santos

Procurador Municipal

OAB/PR 73.586

Anexos:

Impugnação - Processo n.º 03-2020 - Pregão Presencial - aquisição de veículo destinado ao Conselho Tutelar.pdf



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

208
70

PROCESSO N.º 03/2020

MEMORANDO ELETRÔNICO N.º 3.918/2019

PARECER

IMPUGNANTES : NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.
VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

INTERESSADOS : SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREFEITO MUNICIPAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTROLE INTERNO

ASSUNTO : PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.

EMENTA: PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO.

1 DO RETROSPECTO

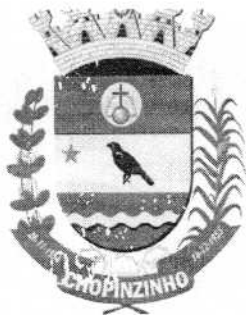
Trata-se do Processo Licitatório n.º 03/2020 - Edital n.º 1/2020, Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de veículo a ser destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho.

Publicado o Edital em 07/01/2020 (fls. 146/150), as empresas Nissan do Brasil Automóveis Ltda. e Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. apresentaram pedidos de esclarecimentos e impugnação ao edital.

A Nissan do Brasil Automóveis Ltda. alegou, em síntese: a) que não consta no edital o valor máximo da licitação; b) esclarecimento se as revisões serão custeadas pela empresa vencedora ou pela Administração; c) inobservância da “Lei Ferrari” e normas do CONTRAN e; d) alteração do prazo de entrega de 60 (sessenta) para 90 (noventa) dias (fls. 152/179).

Este documento foi assinado digitalmente por THIAGO VORACOSKI SANTOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código AAEC-FB00-6FBE-D166





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

209

ro

Já a Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. requereu a exclusão da exigência do termo "acompanhado de CRC" dos Itens 3.5.1, 3.5.2 e 3.5.3 do Edital, sob o argumento de que tal exigência deve ser feita como opção e não de modo exclusivo (fls. 187/201).

Julgamento dos pedidos de impugnação pelo Pregoeiro, Sr. Onério Cambruzzi Filho (fls. 180/183 e 202/205).

Vieram os autos para parecer.

É o retrospecto.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DA TEMPESTIVIDADE

Quanto à interposição de pedidos de esclarecimentos e impugnações, o Edital n.º 1/2020 prevê em seu item 6.1 que: *"Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar providências ou impugnar o edital do pregão"*.

De acordo com o preâmbulo do Edital, a data prevista para a licitação e abertura das propostas seria 22/01/2019 (fls. 117).

Verifica-se que as impugnações e pedidos de esclarecimentos de fls. 152/179 e 187/201 foram protocolizadas dentro do prazo previsto no item 6.1 do Edital, portanto, revelam-se tempestivas.

Passa-se, doravante, à análise do mérito.

2.2 DO CAMPO DE ANÁLISE DO PARECER JURÍDICO

Trata-se do Processo Licitatório n.º 03/2020 - Edital n.º 1/2020, Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de veículo a ser destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho.

Inicialmente, importa frisar que não compete a esta Procuradoria apreciar as questões de interesse e oportunidade do ato que se pretende praticar, visto que são da esfera discricionária do Administrador, tampouco dos atos técnicos e das especificações e fundamentações de ordem técnica explicitadas para justificar a celebração do ajuste.

Para a licitude do processo, impende que a definição do objeto, refletida no Termo de Referência, corresponde às reais necessidades da Secretaria interessada, evitando-se detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários. Registre-se que não incumbe à Procuradoria avaliar as especificações utilizadas, dado o seu caráter eminentemente técnico, recomendando-se ao órgão interessado que verifique o cumprimento deste requisito.





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

210

no

Quanto ao edital e seus anexos acostados aos autos do processo, a análise deste órgão jurídico circunscreve-se apenas aos pontos objetos de questionamento das empresas requerentes, sendo responsabilidade única e exclusiva da Divisão de Licitações e Contratos eventuais alterações que não guardem pertinência com o recurso, e que foram previamente aprovadas pela Procuradoria, conforme dispõe o art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

Colocadas essas premissas, passa-se à análise dos argumentos apresentados pelas impugnantes, tendo como objeto e parâmetro o edital de Pregão Presencial n.º 01/2020, publicado oficialmente em 07/01/2020, conforme documentos acostados ao processo.

2.3 DO MÉRITO

Publicado o Edital em 07/01/2020 (fls. 146/150), as empresas Nissan do Brasil Automóveis Ltda. e Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. apresentaram pedidos de esclarecimentos e impugnação ao edital.

A Nissan do Brasil Automóveis Ltda. alegou, em síntese: a) que não consta no edital o valor máximo da licitação; b) esclarecimento se as revisões serão custeadas pela empresa vencedora ou pela Administração; c) inobservância da "Lei Ferrari" e normas do CONTRAN e; d) alteração do prazo de entrega de 60 (sessenta) para 90 (noventa) dias (fls. 152/179).

Já a Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. requereu a exclusão da exigência do termo "acompanhado de CRC" dos Itens 3.5.1, 3.5.2 e 3.5.3 do Edital, sob o argumento de que tal exigência deve ser feita como opção e não de modo exclusivo (fls. 187/201).

Para a licitude do processo impende que a definição do objeto, refletida no Termo de Referência, corresponda às reais necessidades da Secretaria, evitando-se detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários.

Com efeito, verifica-se que o Sr. Pregoeiro respondeu aos pedidos de esclarecimento da empresa **Nissan do Brasil Automóveis Ltda.** no sentido de que o valor máximo da licitação está previsto no **Item 10.1 do Edital e Anexo I** (Termo de Referência) e de que o Edital exige o atendimento ao fornecimento de veículo novo apenas por fabricante ou concessionário credenciado, nos termos da Lei n.º 6.729/79 (Lei Ferrari) no **Item 4.4.13 do Edital**, bem como que as revisões não estão contempladas no Termo de Referência, logo, não são objeto da licitação (fls. 180/183).

Contudo, não há óbice para que seja expressamente previsto no edital a responsabilidade quanto a realização das revisões no veículo, evitando dúvida nos possíveis interessados e aumentando a transparência no certame.

Com relação ao prazo de garantia do objeto a ser licitado (bem móvel), em análise do termo de referência, tal informação consta de forma resumida e pouco detalha-



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

211

da, sendo que poderia ser melhor especificada com a seguinte redação: *"O prazo de garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km, contados do modo mais favorável ao contratante desde o recebimento definitivo do objeto, na hipótese de vícios aparentes ou de fácil constatação, e de 12 (doze) meses, contados a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito, na hipótese de vícios ocultos."*

No mais, quanto ao pedido de alteração do prazo de entrega para 90 (noventa) dias, por se tratar de prazo de caráter discricionário do órgão público interessado, recomenda-se que a Secretaria Municipal de Assistência Social se manifeste quanto a alteração do prazo de entrega. Lembrando que o referido prazo deve ser suficiente para a completa execução do objeto, de modo a evitar condições que frustrem o caráter competitivo do certame.

Quanto à impugnação apresentada pela **Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.** no sentido de que o edital fere os princípios essenciais da licitação e a competitividade do certame ao constar a exigência de Certificado de Registro Cadastral, o Edital n.º 1/2020 prevê que:

"(...) 3.5 – Para o Credenciamento de Representante da Empresa no Certame será exigido:

3.5.1 - Tratando-se de representante legal, o Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Chopinzinho – CRC **ou** o estatuto social, **ou** contrato social **ou** outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.5.2 - Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO da assinatura do representante legal, que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, **acompanhado do CRC, ou** o estatuto social, **ou** contrato social **ou** outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

3.5.3 - Tratando-se de credenciado, a carta de credenciamento onde constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, **acompanhado do CRC, ou** o estatuto social, contrato social **ou** outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial **ou** Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga. (Modelo em Anexo)". (g.n).

Este documento foi assinado digitalmente por THIAGO VORACOSKI SANTOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código AAEC-FB00-6FBE-D166



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

212

re

Portanto, razão não assiste à impugnante, na medida em que o edital exige a apresentação de Certificado de Registro Cadastral como **documento alternativo** e não exclusivo ou indispensável.

3. CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, a Procuradoria-Geral do Município opina pelo conhecimento dos pedidos de esclarecimentos e impugnações apresentadas pela NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. e VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. e, no mérito, pelo parcial provimento, nos termos do parecer.

A Divisão de Licitações e Contratos deverá fiscalizar e cumprir as recomendações acima, sem prejuízo das comunicações aos interessados, retificações e republicações cabíveis do instrumento convocatório, sendo desnecessário o retorno dos autos a este órgão jurídico, salvo requerimento fundamentado da Divisão contendo nova questão jurídica a ser sanada.

Chopinzinho (PR), em 17 de janeiro de 2020.

Thiago Voracoski Santos

Procurador Municipal

OAB/PR 73.586

Este documento foi assinado digitalmente por THIAGO VORACOSKI SANTOS.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código ADEC-FB00-6FBE-D166





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AAEC-FB00-6FBE-D166

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ THIAGO VORACOSKI SANTOS (CPF 047.438.949-99) em 17/01/2020 10:44:51 (GMT-03:00)

Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação em
<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código acima ou por meio do link
abaixo:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/AAEC-FB00-6FBE-D166>

21:

re

REMESSA

CERTIFICO, que aos 17 dias do mês de janeiro de 2020, faço
REMESSA dos presentes autos à **Divisão de Licitações e**
Contratos, do que lavro o presente termo.

Maria Antonia Schizzi

Maria Antonia Schizzi

Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

DATA: 20/01/2020


REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL N.º 1/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR

Tendo recebido, tempestivamente, pedido de Esclarecimento e Impugnação referente ao Edital supracitado, decido:

Suspender temporariamente o certame marcado para o dia 22 de janeiro de 2020.

Após análise e decisão, o referido processo será republicado.


Onerio Cambuzzi Filho
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO-DATA: 20/01/2020

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR

Tendo recebido, tempestivamente, pedido de Esclarecimento e Impugnação referente ao Edital supracitado, decido:

Suspender temporariamente o certame marcado para o dia 22 de janeiro de 2020.

Após análise e decisão, o referido processo será republicado.

Onerio Cambruzzi Filho-Pregoeiro

Cod320998

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	PREGÃO ELETRÔNICO	
CNPJ: 00.136.858/0001-88	Nº: 41/2019 - PE	
AFONSO PENA, 1902, CEP 85501-530	Processo Administrativo:	97/2019
C.E.P.: 85501-530 - Pato Branco - PR	Processo de Licitação:	41/2019
	Data do Processo:	25/11/2019

O (a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº:	97/2019
b) Licitação Nº:	41/2019-PE
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Homologação:	20/01/2020
e) Data da Adjudicação:	Sequência: 0
f) Objeto da Licitação	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA EM GERAL, conforme especificações e quantitativos constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I que vincula o Termo de Referência

(em Reais R\$)		
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtd de Itens	Total dos Itens
ADONAI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI	1	13.929,30
ADRIELSON FERREIRA PINHEIRO	1	1.475,00
MB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	80.070,10
WIGHT DISTRIBUIDORA EIRELI	1	193.037,50
MULTI ACO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA	1	94.475,00
MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	1	19038,50
SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA EIRE	1	791,70
Total:	1	402.817,10

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s). Dotação(ões):

Manutenção da Atividade Administrativa
01.001.10.122.1000.2001.3.3.90.30.00
R\$ 328.000,00

Manutenção da Atividade Administrativa
01.001.10.122.1000.2001.3.3.90.30.00
R\$ 328.000,00

Atendimento aos Municípios Consorciados
02.001.10.302.2000.2002.3.3.90.30.00
R\$ 330.521,90

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:AD6BCDFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE SUSPENSÃO PP 1/2020

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

DATA: 20/01/2020

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR

Tendo recebido, tempestivamente, pedido de Esclarecimento e Impugnação referente ao Edital supracitado, decido: Suspende temporariamente o certame marcado para o dia 22 de janeiro de 2020.

Após análise e decisão, o referido processo será republicado.

ONERIO CAMBRUZZI FILHO
Pregoeiro

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:2629E4EE

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DA PREFEITA DECRETO 003/2020

EMENTA: Concedereposição salarial aos Servidores Públicos Municipais ativos e inativos, conforme especifica.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Considerando o Artigo 35, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Municipal nº 1.349/2014), fica concedida reposição salarial aos servidores públicos do Município de Colombo, ativos, inativos e agentes políticos, no percentual de 4,31%(quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento), correspondente ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses, sobre os vencimentos básicos vigentes a partir de mês de janeiro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo, Em 20 de janeiro de 2020.

IZABETE CRISTINA PAVIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cassio Strapasson
Código Identificador:DE44DB7C

GABINETE DA PREFEITA PORTARIA Nº 031/2020

A PREFEITA MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

I - Designar o Servidor Público Municipal Romualdo Uniczyski, RG nº 4.199.016-3, para atuar como Fiscal dos Contratos nº 024/2020, 025/2020, 026/2020, 027/2020, 028/2020, 029/2020, 030/2020, 031/2020, 032/2020, 033/2020, 034/2020, 035/2020 e 036/2020, Processo Licitatório Concorrência Pública nº 013/2019, que tem por objeto a Cessão Onerosa de Uso para exploração comercial de área para venda de alimentos e bebidas, no Parque da Uva, em locais destinados a implantação da Praça de Alimentação na 55ª edição da Festa da Uva, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho, da Prefeitura Municipal de Colombo.

Dê-se publicidade.

Paço Municipal de Colombo, Em 16 de Janeiro de 2020.

IZABETE CRISTINA PAVIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cassio Strapasson
Código Identificador:7B2498E8

GABINETE DA PREFEITA PORTARIA Nº 034/2020

A PREFEITA MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:



Memorando 3.918/2019

Assunto: **Aquisição de veículo para o Conselho Tutelar**

ml

Chopinzinho/PR, 21 de Janeiro de 2020

Faço remessa dos presentes autos à Secretaria de Assistência Social, para que se posicionem quanto ao Parecer Jurídico (Despacho 12 deste memorando).

Segue anexo o aviso de suspensão de licitação

Micheli Leticia Dietrich

Auxiliar Administrativo

Divisão de Licitações e Contratos

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811 Bairro São Miguel, CEP 85560-000 Horário de Atendimento: De segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 • 1Doc • www.1doc.com.br

Impresso em 21/01/2020 09:45:59 por Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

"Quer você acredite que consiga fazer uma coisa ou não, você está certo." - *Henry Ford*

1Doc

**Memorando 3.918/2019**

220

ml

Assunto: Aquisição de veículo para o Conselho Tutelar**Chopinzinho/PR, 23 de Janeiro de 2020**

Em relação as solicitações feitas no despacho 12, inicialmente, informamos que o Termo de Referência foi atualizado conforme sugerido pela Procuradoria Municipal (em anexo) em relação a garantia do veículo.

Em relação a Revisão do Veículo, será feita conforme prazo estabelecido, por meio de Processo Licitatório, tendo em vista, a urgência de aquisição do veículo, não sendo inclusa neste processo as revisões.

Quanto ao prazo de entrega questionado, informamos que foi feito contato com as Empresas que forneceram os orçamentos, e as mesma informaram que o prazo estabelecido de 60 dias é suficiente para entrega, desta forma, mantemos os prazo de 60 dias, visto que existem empresas que possuem condições de entregar o veículo adquirido.

atenciosamente,

Gislaine Tania Galeazzi

Gestora Técnica - Assistente Social/CRESS 8048/PR

Secretaria Municipal de Assistência Social

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811 Bairro São Miguel, CEP 85560-000 Horário de Atendimento: De segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 • 1Doc • www.1doc.com.br

Impresso em 23/01/2020 15:21:30 por Gislaine Tania Galeazzi - Assistente Social

"A verdadeira motivação vem de realização, desenvolvimento pessoal, satisfação no trabalho e reconhecimento." - *Frederick Herzberg*

1Doc



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

221

ml

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente processo tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de um veículo automotor, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Item	Qtd	Uni	Descrição do produto	V. Unit.	V. Total
01	01	Unid.	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan Modelo do ano da contratação ou do ano posterior; Capacidade mínima para 05 lugares; Potência mínima de 101G/104ECV; Transmissão manual de ate cinco velocidades; 5 portas; Direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; Vidros elétricos dianteiros e traseiros; Travas elétricas nas portas dianteiras e traseiras; Jogo de tapetes em PVC; Protetor de motor; Cor branca original de fábrica; Combustível flex; Ar condicionado; Película protetora para vidros com 50% de proteção; Todos itens obrigatórios de serie e Originais de fábrica; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro. Garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km, contados do modo mais favorável ao contratante desde o recebimento definitivo do objeto, na hipótese de vícios aparentes ou de fácil constatação e de 12(doze) meses, contados a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito, na hipótese de vícios ocultos.	R\$62.597,60	R\$62.597,60
TOTAL R\$				R\$62.597,60	

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Consubstancia-se o pedido que norteia a abertura deste procedimento licitatório é a aquisição de um veículo 0 km (zero quilômetro), o qual será destinado a atender as necessidades do Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho - PR, haja vista



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

222
ml

que o conselho tutelar não dispõe de veículo próprio no momento.

Buscando melhorar a qualidade de atendimento do público usuário do conselho tutelar, justificamos a importância da aquisição de um veículo zero quilômetro para oferecermos a nossa população um atendimento com qualidade e cada vez mais abrangente, e assim suprir todas as necessidades do nosso município.

Os Conselheiros Tutelares também são responsáveis pelo cumprimento das ordens Judiciais e requisições do Ministério Público, tais como fiscalização de eventos, atendimento de ocorrências, apoio às policiais civil, militar e corpo de bombeiros nas emergências, transportes de crianças e adolescentes inclusive para outras cidades, entre outras diversas atribuições constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, e a aquisição de um veículo novo e com espaço interno mais apropriado para as atividades do Conselho representará condições de atuação e trará segurança para crianças, adolescentes e familiares envolvidos.

O veículo a ser adquirido será custeado com parte do incentivo financeiro do programa de apoio e fortalecimento da atuação dos conselhos tutelares do estado do Paraná, e o valor faltante será disponibilizado em contra partida pelo município.

Portanto com intento de garantir maior segurança do público usuário e de garantir a preservação do patrimônio da administração pública solicitamos a procedência do pedido.

3. DA MODALIDADE

3.1. Faz-se necessária a contratação de empresa para fornecimento de um veículo automotor, observando o menor preço global, sugere-se a modalidade pregão presencial, considerando que o processo 29/2019, pregão eletrônico edital 70/2019, restou deserto em data de 30 de setembro de 2019.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1 O prazo de execução será de 60 (sessenta) dias e a vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias.

5. DO VALOR

5.1. Informa-se que a consulta de preços referente ao objeto do presente termo foi realizada pela servidora Marcia Rejane Niendicker, inscrita no CPF nº 813.289.159-72.

5.2. Utilizado como critério para formação de preço o orçamento com o menor preço, considerando ser mais vantajoso para o Município.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

6. DA ENTREGA

6.1 O Veículo deverá ser entregue no pátio da Prefeitura de Chopinzinho, sito a Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho, Paraná, o prazo máximo de 60 (sessenta) dias a pós a emissão da nota de empenho, sem custo adicional de frete.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após entrega, conferência e apresentação da nota fiscal. O Pagamento será realizado através, Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante depósito bancário em nome do proponente.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 O recurso a ser utilizado para custear a aquisição do veículo será a deliberação nº 107/2017 CEDCA/PR, fonte 985 e fonte 000.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Conforme dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

9.2. Destarte, terá como gestora a Sra. Rosani Checelski, CPF 020.039.019-81 Chefe do Departamento de Assistência Social;

9.3. Atuará como fiscal do contrato a Sra. Marcia Rejane Niendicker, CPF 813.289.159-72, Auxiliar Administrativo;

9.4. Como substituto da fiscal o Sr. Jorcelio Farias, CPF 828.740.269-72.

Chopinzinho, 23 de janeiro de 2020.

Rosani Checelski
Secretária Mun. de Assistência Social
Decreto Nº 483/2019 de 18/11/2019

ROSANI CHECELSKI

Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto 483/2019 de 19/11/2019



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

224

ml

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2020
(249/2019)**

PREGÃO

EDITAL Nº 1/2020

FORMA: PRESENCIAL

**AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO
CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHO-
PINZINHO-PR.**



Município de Chopinzinho

225

mt

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL N.º 1/2020

LICITAÇÃO MODO AMPLA CONCORRÊNCIA.

1 – PREÂMBULO - O Município de Chopinzinho – PR., por intermédio da Secretaria de Administração, mediante a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto n.º 536/2019, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicado, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito neste Edital e seus Anexos:

Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO**

DATA DA LICITAÇÃO: DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

HORÁRIO DA LICITAÇÃO: 10:00 (DEZ) HORAS.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: LOGO APÓS O CREDENCIAMENTO DE TODOS.

Local: Sala de Licitações da Prefeitura, Rua Miguel Procópio Kurpel, n.º 3811, CEP 85.560-000 – Chopinzinho – Paraná.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 61/2005, que regulamenta a modalidade do Pregão e no que couber a Lei 8.666/93 com suas alterações, Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e Lei Complementar Municipal nº 083/2016, Decreto Municipal nº 227/2016 e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e ao objeto licitado.

1.1 - Na hipótese de ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

1 - DO OBJETO

1.1 O presente Pregão tem por objeto:

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR.

Conforme descrição, características e preços máximos a serem praticados, constante no Anexo 1 deste Edital.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Os interessados em participar do Processo licitatório deverão atender previamente as seguintes condições:

- a) Ser Pessoa Jurídica e atender a todas as condições exigidas na habilitação.
- b) Possuir ramo de atividade compatível e pertinente ao objeto do presente edital.
- c) Atender o disposto na Lei Federal nº 6.729/1979 (Lei Ferrari), alterada pela Lei Federal nº 8.132/1990.

2.2 - Não poderão participar de qualquer fase da Licitação:

2.2.1 – Empresa que tenha dirigente, sócio, responsável técnico ou legal, que:

a) Seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município, e principalmente membros da comissão de licitação, pregoeiros ou qualquer outra autoridade ligada à contratação;

b) Seja ocupante de cargo comissionado e servidor efetivo com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em proces-



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

dos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados na Administração Pública do Município de Chopinzinho, e incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos, por afinidade ou por adoção, em linha reta, colateral até o 3º grau;

c) Seja Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual (art. 54, II da Constituição de 1988) ou Vereador;

d) Seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do artigo 9º, da Lei 8.666/93).

2.3 – Não poderão participar ainda:

2.3.1 - Os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.3.2 - Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

2.3.3 - Aqueles incursos nas sanções previstas no inciso III, Artigo 87 da Lei 8.666/93, mesmo quando aplicadas por outros órgãos ou entidades públicas.

2.3.4 - Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a administração pública, ou que possua restrições quanto à capacidade **técnica ou operativa**, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

2.3.5 - Estão impedidas de participar desta licitação as empresas que apresentarem mais de uma proposta para cada item específico.

2.4 - A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro do art. 41 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.2 - **Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação**, conforme inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02 – (Modelo em anexo).

3.3 - As empresas que não apresentarem os documentos previstos nos subitens 3.2, não poderão entregar os envelopes, recebendo-os de volta lacrados, se for o caso.

3.4 - As empresas que apresentarem a documentação, mas não apresentarem documentação hábil para credenciar os seus representantes legais, poderão entregar os envelopes e participar com seu preço original ofertado, mas estarão impedidos de participar da etapa de lances.

3.5 – Para o Credenciamento de Representante da Empresa no Certame será exigido:

3.5.1 - **Tratando-se de representante legal**, o Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Chopinzinho – CRC ou o estatuto social ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.5.2 - **Tratando-se de procurador**, o instrumento de procuração público ou particular, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO da assinatura do representante legal, que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do CRC ou o estatuto social ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga. (Modelo em Anexo).

3.5.3 - **Tratando-se de credenciado**, a carta de credenciamento onde constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do CRC ou o estatuto social ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga. (Modelo em Anexo).

3.5.4 - O representante legal, procurador ou credenciado, deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.5.5 - A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista neste edital.

3.6 - **A carta de credenciamento ou procuração, juntamente com os documentos comprobatórios, a Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação**, deverão ser entregues ao Pregoeiro no iní-



Município de Chopinzinho

227

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

cio da sessão, separados dos envelopes de "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".

3.7 - Caso a proponente não envie representante na sessão de abertura, a **Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, acompanhada de documento que comprove os poderes do representante legal e demais comprovantes, deverão vir em envelope separado dos envelopes nº 01 - Proposta de Preços e envelope nº 02 - Documentos de Habilitação.**

3.8 - Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciada.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 A Proposta de Preços e os documentos de habilitação que a instruírem, deverão ser apresentados no local, dia e hora determinada, em 2 (dois) envelopes, devidamente fechados e rubricados no fecho, com a seguinte identificação externa:

a) Envelope 01: Proposta de Preços

ENVELOPE 01 – PROPOSTAS DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.
EDITAL Nº 1/2020 - PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ:

b) Envelope 02: Documentos de Habilitação

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.
EDITAL Nº 1/2020 - PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ:

4.2. Os documentos apresentados pelas licitantes nas Propostas de Preços e nos Documentos de Habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.

4.3. No **ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter:

- a) A Proposta de Preço deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente.
- b) Indicação do nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, CPF, RG e cargo (proprietário, sócio, gerente, administrador, etc...), na empresa do responsável da proponente.
- c) Indicação do número do Edital.
- d) Indicação do Prazo e do local de entrega.
- e) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da reunião do Pregão. Caso não constar explicitamente o prazo de validade, será considerado como de 60 (sessenta) dias.
- f) Constar preço unitário e total dos produtos, sendo que o preço deverá ser composto de DUAS casas decimais após a vírgula, observados os preços máximos a serem praticados (**Anexo 1**), descrição completa dos produtos.
- g) Constar a marca dos produtos oferecidos, e o modelo, se existirem.
- h) Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- i) Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendido como excessivos aqueles superiores à média levantada na pesquisa de mercado, conforme termo de referência (**Anexo 1**).
- j) **Atender as exigências contidas neste Edital e seus Anexos que fazem parte integrante deste.**



- k) Indicação de que correrão por conta da LICITANTE vencedora todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, impostos, taxas, fretes e quaisquer outras despesas relativas aos produtos a serem contratados.
- l) A proposta comercial deverá ser assinada pelo representante legal da licitante (proprietário, sócio ou procurador) e indicação do nome, cargo, CPF e RG.
- m) A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- n) Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- o) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.4. NO ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter:

4.4.1. - Certificado de Registro Cadastral vigente, emitido pela Divisão de Licitações da Prefeitura de Chopinzinho, ou todos os documentos contidos no Item 4.5.

4.4.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal – Certidão Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as Contribuições Sociais.

4.4.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

4.4.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

4.4.5 - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certidão, emitida eletronicamente pela CEF.

4.4.6 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

4.4.7 - Prova de regularidade junto ao Conselho Nacional de Justiça, mediante a apresentação de Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA.

4.4.8 - Comprovante de ausência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

4.4.9 - Comprovante de ausência de registro no Cadastro de Impedidos de Licitar junto ao CONTROLE SOCIAL - TCE/PR.

4.4.10 - Declaração de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte, assinada pelo responsável legal da licitante. LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014. (conforme modelo em anexo, somente para as empresas que se enquadram em tal condição).

4.4.10.1 - A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista neste edital.

4.4.11 - Declaração da licitante, assinada pelo seu representante legal, **de que não pesa contra si inidoneidade** expedida por órgão público, de qualquer esfera de governo, bem como Declaração cumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Declaração de comprometimento de manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do contrato (conforme modelo em anexo).

4.4.12 - Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incurso nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 (conforme modelo em anexo).

4.4.13 - Comprovação de Autorização e Concessão de Comercialização, fornecida pelo fabricante do veículo ofertado. (Lei Federal nº 6.729/79, “Lei Ferrari”, alterada pela Lei Federal nº 8.132/1990).

4.5 - Caso a empresa licitante não apresente o Certificado de Registro Cadastral, conforme solicita o item 4.4.1 deste edital, deverá apresentar no ato em substituição ao CRC, além dos documentos previstos nos itens 4.4.2 a 4.4.13, também os seguintes documentos:

I - Registro comercial, no caso de empresa individual.

II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

III - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.



Município de Chopinzinho

229

ml

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

IV - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

V - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF.

VI - Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Cartório Judicial Distribuidor da Comarca da Sede da pessoa jurídica, com vigência de até 60 dias contados a partir da sua emissão.

4.6 - As proponentes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Art. 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

4.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das MEP's, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.8 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.9 - Toda e qualquer documentação emitida pela empresa deverá ser datada e assinada por seu(s) representante(s) legal (is), devidamente qualificado(s) e comprovado(s).

4.10 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio a o Pregoeiro ou por cópias desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

5. DA SESSÃO DO PREGÃO

5.1. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- Identificação e credenciamento de 1 (um) representante por licitante participante, em conformidade com o estabelecido no item 3 deste Edital.
- Recolhimento dos envelopes "proposta de preços" e "documentos de habilitação", os quais serão rubricados em seus fechos pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes.
- Abertura da sessão pelo pregoeiro, após o que não mais serão admitidos novos proponentes.
- Abertura dos envelopes "proposta de preços".

5.2. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

a) Abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, será efetuada a análise das propostas, desclassificando-se as propostas que estejam em desacordo com as especificações técnicas quanto ao objeto licitado e contidos no Termo de Referência deste edital e classificação das propostas que estejam em consonância com o exigido.

b) Erros de natureza formal, que não alterem o valor total da proposta, poderão ser corrigidos na sessão do pregão e não acarretarão a desclassificação do licitante.

c) Indicação das licitantes que participarão da rodada de lances verbais:

c.1) Serão proclamados pelo Pregoeiro, os proponentes que apresentarem as propostas com menor preço, assim entendido àqueles licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10%, relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII, do artigo 11, do Decreto nº 061/2005.

c.2) Em não havendo no mínimo, 03 (três) propostas escritas definidas nas condições do inciso subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores, juntamente com a(s) proposta(s) já habilitada(s), participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, conforme disposto no inciso IX, do artigo 11, do Decreto nº 061/2005.

c.3) Para fins do disposto no subitem c.2, ocorrendo empate entre as propostas, serão aceitas, sem limites, tanto quanto forem as propostas empatadas, a fim de que seus autores participem dos lances verbais.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

230

ml

c.4) Aos proponentes proclamados conforme subitem c.2, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

d) Rodada de lances verbais entre as licitantes convocadas:

d.1) A rodada de lances verbais será repetida até que se esgotem as ofertas por parte das licitantes.

d.2) A convocação para a oferta de lances, pelo Pregoeiro, terá como referencial o **VALOR UNITÁRIO OFERTADO**, iniciando-se com a licitante ofertante do maior preço e finalizando com a ofertante do menor preço, devendo o lance ofertado cobrir o de menor preço; a cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

d.3.) O primeiro lance verbal da sessão deverá ser de valor inferior ao da proposta escrita de menor preço.

d.4.) A licitante que não apresentar seu lance na forma indicada na letra "d.3", quando convocada pelo Pregoeiro, será excluída das próximas rodadas de lances, salvo se a totalidade dos licitantes também não oferecer lance;

e) Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

f) Após o ordenamento das licitantes por preço será realizada:

f.1.) Análise da proposta de menor preço, no que tange à sua aceitabilidade quanto ao objeto e valor, devendo o Pregoeiro decidir motivadamente a respeito.

f.2.) Negociação direta com a proponente de menor cotação, para a obtenção de melhor preço, se for o caso.

f.3.) Verificação das condições de habilitação da licitante que apresentar a proposta de menor preço, passando para a análise da documentação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação, caso a primeira não atenda às exigências editalícias, até a apuração de proposta que corresponda ao exigido.

f.4.) Declaração da licitante vencedora.

f.5.) Vistas e rubrica, pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das participantes, em todas as propostas econômicas, e nos documentos de habilitação da vencedora.

f.6.) Manifestação das demais licitantes quanto à intenção de recorrer, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido.

f.7) A ausência de manifestação imediata e motivada de intenção de recurso importará: a preclusão do direito de recurso; a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora; e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;

f.8.) Fechamento e assinatura da ata da reunião pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das participantes.

g) A devolução dos envelopes "documentos de habilitação" das licitantes remanescentes será efetuada após 90 (noventa) dias da assinatura do contrato ou recebimento da ordem de fornecimento pela empresa vencedora.

h) Homologada a licitação pela autoridade superior deverá ser procedida a convocação da adjudicatária para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.2.1. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

5.2.2. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

5.2.3. Se o licitante vencedor recusar-se a entregar o objeto licitado os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação para fazê-lo, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades estabelecidas no item 10 deste Edital.

5.2.4. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em Sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.

5.2.5. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

6 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

231

ml

6.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

6.1.1. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas uma vez vencidos os respectivos prazos legais.

6.1.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas.

6.1.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

6.1.4. Qualquer pedido de providências, impugnação ou recursos em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

6.1.5. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos, encaminhadas pela forma eletrônica, só terão conhecimentos quando digitalizados com data e assinatura do representante legal, e confirmação de sua leitura e entrega.

6.1.6. As dúvidas e esclarecimentos a serem dirimidas por telefone terão o caráter estritamente informal.

7 – DOS RECURSOS

7.1. Qualquer Licitante poderá manifestar intenção de recorrer contra as decisões do Pregoeiro proferidas no decorrer da sessão, que deverá seguir o seguinte procedimento:

a) O momento para a manifestação deverá ser após a declaração do vencedor pelo Pregoeiro;

b) A manifestação deverá ser imediata e motivada, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, de acordo com o art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

b.1. – A alegação de preço inexequível por parte de um dos licitantes com relação à proposta de preços de outro licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

7.2. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.3. Qualquer recurso e impugnação contra a decisão do Pregoeiro, não terá efeito suspensivo.

7.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

7.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Divisão de Licitações, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis no horário das 14:00 às 17:00 horas. Não serão reconhecidos os recursos interpostos quando enviados por fax e vencidos os respectivos prazos legais.

8 - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 - O prazo de entrega do veículo será de até 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho.

8.2 – O veículo deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chopinzinho/PR, na Rua Santos Dumont, nº 4.645, Centro, na cidade de Chopinzinho - PR, sem custo adicional de frete.

8.3 - O veículo será recebido e analisado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

8.4 - A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

8.5 - O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do veículo, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.6 - A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos entregues, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

232

ml

8.7 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

8.8 - O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

8.9 - É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

9 – DA VIGÊNCIA

9.1 – A vigência do Contrato gerado desta Licitação será de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua assinatura.

9.2 – Os prazos dos contratos gerados desta licitação, poderão ser prorrogados nas hipóteses do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

9.3 - O prazo de entrega poderá ser prorrogado a qualquer tempo pela Contratante e solicitado pela Contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes de encerrado o prazo de execução contratual.

10 - FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 - Fica estipulado o valor máximo de R\$ 62.597,60 (sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

10.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, que atestada pela Secretaria de Assistência Social, será encaminhada para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

10.3 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

10.4 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

10.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

10.6 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

10.7 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

11 – DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

11.1 - Os preços contratados não sofrerão qualquer forma de repactuação ou reajuste.

12 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - Os recursos para pagamento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: **Secretaria de Assistência Social: 08.03.082430019.2.059.4.4.90.52 (1956/F985 – 1955/F000).**

13 - DA TRANSFERÊNCIA

13.1 - Fica vedado à CONTRATADA, a transferência, subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

14 – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

14.1 - São obrigações da Contratante:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

233

ml

- 14.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 14.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 14.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 14.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 14.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 14.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2 – São Obrigações da Contratada:

- 14.2.1 – Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 14.2.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 14.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.2.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 14.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data final da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.2.7 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 14.2.8 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

15. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Os contratantes decidem aplicar aos Contratos decorrentes da presente Licitação o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - **advertência escrita** - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - **advertência escrita com prazo para correção** - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - **penalidades pecuniárias:**

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

234

ml

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - **suspensão temporária da prestação de serviços** - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

15.2 - Na aplicação das penalidades, observam-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

16. DA RESCISÃO

16.1 O(s) Contrato(s) gerado(s) desta Licitação poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos de 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

16.2 Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela teria direito.

16.2.1 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

16.2.2 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

16.3 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

17 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1 - A Gestão do Contrato ficará a cargo da Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato e ainda:

- propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;
- receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- manter controles adequados e efetivos do Contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- propor medidas que melhorem a execução do Contrato.

17.2 - A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Servidora Sra. Márcia Rejane Niendieker, CPF: 813.289.159-72, que será o responsável pelo recebimento dos produtos e a comprovação de atendimento ao Termo de Referência, quando poderá suspender a execução desde que os serviços não estejam compatíveis com a proposta apresentada e o Termo de Referência.

17.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência desta, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

17.4 - Na sua ausência, o Fiscal substituto será o Servidor Sr. Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72.

18. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

18.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

235

ml

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção ou auditoria.

18.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

18.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

19 - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

19.1 - A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

20 - DA PUBLICIDADE

20.1 - Uma vez firmado, o extrato do Contrato será publicado no Jornal Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

21 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

21.1 - A presente Licitação e o instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro.

22 - DA SUCESSÃO E FORO

22.1 - As partes elegem como Foro a Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro. O Instrumento Contratual será firmado em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ficar ajustado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

236

me

23.1. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, a não ser documento ou informação do Acervo do MUNICÍPIO.

23.2. Fica assegurado ao **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.** o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo no todo ou em parte a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

23.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR.** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.5. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

23.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR.

23.8. Os desatendimentos de exigências formais não essenciais não importarão no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

23.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

23.10. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 061/2005, publicado no D.O.M. de 09 de março de 2.005 e no que couber a Lei 8.666/93.

23.11. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através dos e-mails: licita2@chopinzinho.pr.gov.br ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

23.12 Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos, encaminhadas pela forma eletrônica, só terão conhecimentos quando solicitados e confirmados a sua leitura e entrega.

24. DOS ANEXOS

24.1. Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo 1 – Termo de Referência - Descrição dos produtos/equipamentos e demais Informações.

Anexo 2 - Modelo de Proposta de Preços.

Anexo 3 - Modelo de Credenciamento.

Anexo 4 - Modelo de Declaração de Idoneidade e outros.

Anexo 5 - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

Anexo 6 – Modelo de Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incurso nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

Anexo 7 – Minuta do Contrato.

Anexo 8 – Modelo de Declaração de enquadramento como ME/EPP.

Chopinzinho, 27 de janeiro de 2020.


Alvaro Dênis Ceni Sclaro
Prefeito


Josiane Moschen
Presidente da Comissão Permanente de Licitações



Município de Chopinzinho

237
ml

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 O presente processo tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de um veículo automotor, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Item	Qtde.	Unid.	Discriminação do Produto	Unit. R\$	Total R\$
01	01	Unid.	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan Modelo do ano da contratação ou do ano posterior; Capacidade mínima para 05 lugares; Potência mínima de 101G/104ECV; Transmissão manual de ate cinco velocidades; 5 portas; Direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; Vidros elétricos dianteiros e traseiros; Travas elétricas nas portas dianteiras e traseiras; Jogo de tapetes em PVC; Protetor de motor; Cor branca original de fábrica; Combustível flex; Ar condicionado; Película protetora para vidros com 50% de proteção; Todos itens obrigatórios de serie e Originais de fábrica; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro. Garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km, contados do modo mais favorável ao contratante desde o recebimento definitivo do objeto, na hipótese de vícios aparentes ou de fácil constatação e de 12(doze) meses, contados a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito, na hipótese de vícios ocultos.	62.597,60	62.597,60
Total – R\$					62.597,60

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 - Consubstancia-se o pedido que norteia a abertura deste procedimento licitatório é a aquisição de um veículo 0 km (zero quilômetro), o qual será destinado a atender as necessidades do Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho - PR, haja vista que o conselho tutelar não dispõe de veículo próprio no momento.

2.2 - Buscando melhorar a qualidade de atendimento do público usuário do conselho tutelar, justificamos a importância da aquisição de um veículo zero quilômetro para oferecermos a nossa população um atendimento com qualidade e cada vez mais abrangente, e assim suprir todas as necessidades do nosso município.

2.3 - Os Conselheiros Tutelares também são responsáveis pelo cumprimento das ordens Judiciais e requisições do Ministério Público, tais como fiscalização de eventos, atendimento de ocorrências, apoio às policiais



Município de Chopinzinho

238

ml

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

civil, militar e corpo de bombeiros nas emergências, transportes de crianças e adolescentes inclusive para outras cidades, entre outras diversas atribuições constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, e a aquisição de um veículo novo e com espaço interno mais apropriado para as atividades do Conselho representará condições de atuação e trará segurança para crianças, adolescentes e familiares envolvidos.

2.4 - O veículo a ser adquirido será custeado com parte do incentivo financeiro do programa de apoio e fortalecimento da atuação dos conselhos tutelares do estado do Paraná, e o valor faltante será disponibilizado em contra partida pelo município.

2.5 - Portanto com intento de garantir maior segurança do público usuário e de garantir a preservação do patrimônio da administração pública solicitamos a procedência do pedido.

3 - DA MODALIDADE

3.1 - Faz-se necessária a contratação de empresa para fornecimento de um veículo automotor, observando o menor preço global, sugere-se a modalidade pregão presencial, considerando que o processo 29/2019, pregão eletrônico edital 70/2019, restou deserto em data de 30 de setembro de 2019.

4 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1 - O prazo de execução será de 60 (sessenta) dias e a vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias.

5 - DO VALOR

5.1 - Informa-se que a consulta de preços referente ao objeto do presente termo foi realizada pela servidora Marcia Rejane Niendicker, inscrita no CPF nº 813.289.159-72.

5.2 - Utilizado como critério para formação de preço o orçamento com o menor preço, considerando ser mais vantajoso para o Município.

6 - DA ENTREGA

6.1 O Veículo deverá ser entregue no pátio da Prefeitura de Chopinzinho, sito a Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho, Paraná, o prazo máximo de 60 (sessenta) dias a pós a emissão da nota de empenho, sem custo adicional de frete.

7 - DO PAGAMENTO

7.1 - O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após entrega, conferência e apresentação da nota fiscal. O Pagamento será realizado através, Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante depósito bancário em nome do proponente.

8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - O recurso a ser utilizado para custear a aquisição do veículo será a deliberação nº 107/2017 CED-CA/PR, fonte 985 e fonte 000.

9 - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - Conforme dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93:

9.2 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e **fiscalizada** por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

9.3 - Destarte, terá como gestora a Sra. Rosani Checelski, CPF 020.039.019-81 Chefe do Departamento de Assistência Social;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

239

ml

9.4 - Atuará como fiscal do contrato a Sra. Marcia Rejane Niendicker, CPF 813.289.159-72, Auxiliar Administrativo; Como substituto da fiscal o Sr. Jorcelio Farias, CPF 828.740.269-72.

Chopinzinho, 23 de janeiro de 2020.

ROSANI CHECELSKI

Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto 483/2019 de 19/11/2019



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

240

ml

ANEXO 2

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Abaixo consta modelo para apresentação da Proposta de Preços. A proposta deverá ser entregue em papel timbrado do licitante contendo CNPJ, Endereço e Telefone, com assinatura de seu responsável e deve atender ao disposto no Edital. (Conter todas as orientações indicadas no item 4.3).

PROPOSTA DE PREÇOS

Município de Chopinzinho
Pregão Presencial – Edital nº 1/2020

ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO	UNIT. R\$	TOTAL R\$
01	01	Unid.	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan Modelo do ano da contratação ou do ano posterior; Capacidade mínima para 05 lugares; Potência mínima de 101G/104ECV; Transmissão manual de ate cinco velocidades; 5 portas; Direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; Vidros elétricos dianteiros e traseiros; Travas elétricas nas portas dianteiras e traseiras; Jogo de tapetes em PVC; Protetor de motor; Cor branca original de fábrica; Combustível flex; Ar condicionado; Película protetora para vidros com 50% de proteção; Todos itens obrigatórios de serie e Originais de fábrica; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro. Garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km, contados do modo mais favorável ao contratante desde o recebimento definitivo do objeto, na hipótese de vícios aparentes ou de fácil constatação e de 12(doze) meses, contados a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito, na hipótese de vícios ocultos.		
VALOR TOTAL R\$					

Obs: Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, impostos, taxas, fretes, mão de obra para instalação e quaisquer outras despesas relativas aos produtos a serem contratados.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.
Prazo de entrega: 60 (sessenta) dias
Local de Entrega: Chopinzinho-PR.

Local, __ de _____ de 2020

Nome completo e Assinatura



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

241

ml

Cargo na Empresa: (Sócio/Administrador/Proprietário, etc...)

CPF:

RG:

DADOS BANCÁRIOS:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

242

ml

ANEXO 3

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Município de Chopinzinho
Pregão Presencial – Edital nº 1/2020

Em cumprimento aos ditames editalícios, credenciamos junto ao Município de Chopinzinho, o Sr., Carteira de Identidade n.º, inscrito no CPF n.º, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive, formular ofertas e lances de preços, interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Na oportunidade, declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de habilitação, e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no Edital e seus anexos.

Atenciosamente.

Local e Data.

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Representante Legal

(Apresentar esta declaração em papel timbrado da Empresa)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

243

ml

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DE COMPROMETIMENTO

(Nome da Proponente).....CNPJ n.º
sediada....., por intermédio de seu representante legal, abaixo assina-
do, e para fins do Pregão n.º 1/2020, DECLARA expressamente que:

I - Até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

III - Que para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

IV - Comprometemo-nos a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Local e Data.

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Representante Legal

(Apresentar esta declaração em papel timbrado da Empresa)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

244

ml

ANEXO 5

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO.....

CNPJ:..... FONE/FAX: (0xx.....)

O representante legal da Empresa acima identificada, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – Edital nº 1/2020, instaurado pelo Município de Chopinzinho, declara para os fins de direitos que a referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital de licitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data.

Nome e Assinatura do Responsável pela Empresa:

CPF:

RG:

Cargo:

(Apresentar esta declaração em papel timbrado da Empresa)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

245

me

ANEXO 6

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9º DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A (Razão Social da licitante)....., inscrita no CNPJ sob nº....., com sede à Rua, nº, no Município, Estado, neste ato representada pelo Sr(a)....., portador(a) da carteira de identidade RG nº e inscrito(a) no CPF sob nº, **DECLARA** sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município.

Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade ____ nº ____, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e data.

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br

Telefone (46) 3242-8600

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel

85.560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

246

ml

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades decorrentes de casamento/união estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padrasto/Madrasta	Genro/Nora	-
2°	Pai/Mãe do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3°	Avô (ó) do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

247

ml

ANEXO 7

MINUTA DO CONTRATO Nº **/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecido na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, nesta cidade, representada por seu Prefeito, senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Chopinzinho – PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua _____, na cidade de _____, estado _____, com CNPJ nº _____, neste ato representada Legalmente pelo senhor _____, portador do CPF nº _____ e do RG nº _____, ora denominado CONTRATADA.

As partes estão sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato de prestação de serviços, em decorrência do processo de licitação nº 3/2020 (249/2019), realizado através do Pregão Presencial nº 1/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca/Mo- delo	Unit. R\$	Total – R\$
01	01	Unid.	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan Modelo do ano da contratação ou do ano posterior; Capacidade mínima para 05 lugares; Potência mínima de 101G/104ECV; Transmissão manual de até cinco velocidades; 5 portas; Direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; Vidros elétricos dianteiros e traseiros; Travas elétricas nas portas dianteiras e traseiras; Jogo de tapetes em PVC; Protetor de motor; Cor branca original de fábrica; Combustível flex; Ar condicionado; Película protetora para vidros com 50% de proteção; Todos itens obrigatórios de serie e Originais de fábrica; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro. Garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km, contados do modo mais favorável ao contratante desde o recebimento definitivo do objeto, na hipótese			



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

248

ml

			de vícios aparentes ou de fácil constatação e de 12(doze) meses, contados a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito, na hipótese de vícios ocultos.			
--	--	--	--	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

2.1 - O prazo de entrega do veículo será de até 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho.

2.2 - O veículo deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chopinzinho/PR, na Rua Santos Dumont, nº 4.645, Centro, na cidade de Chopinzinho - PR, sem custo adicional de frete.

2.3 - O veículo será recebido e analisado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.4 - A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

2.5 - O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do veículo, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

2.6 - A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos entregues, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.

2.7 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

2.8 - O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

2.9 - É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - A vigência do Contrato gerado desta Licitação será de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua assinatura.

3.2 - Os prazos dos contratos gerados desta licitação, poderão ser prorrogados nas hipóteses do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

3.3 - O prazo de entrega poderá ser prorrogado a qualquer tempo pela Contratante e solicitado pela Contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes de encerrado o prazo de execução contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Fica estipulado o valor de R\$ ____ (____ reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

4.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, que atestada pela Secretaria de Assistência Social, será encaminhada para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

4.3 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

4.4 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

249

ml

4.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

4.6 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

4.7 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

CLÁUSULA QUINTA – DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

4.1 - Os preços contratados não sofrerão qualquer forma de repactuação ou reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos para pagamento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.03.082430019.2.059.4.4.90.52 (1956/F985 – 1955/F000).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSFERÊNCIA

7.1 - Fica vedado à CONTRATADA, a transferência, subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - São obrigações da Contratante:

8.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2 – São Obrigações da Contratada:

8.2.1 – Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.2.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.2.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data final da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.7 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

8.2.8 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Os contratantes decidem aplicar aos Contratos decorrentes da presente Licitação o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - **advertência escrita** - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - **advertência escrita com prazo para correção** - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - **penalidades pecuniárias:**

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei nº 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - **suspensão temporária da prestação de serviços** - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

9.2 - Na aplicação das penalidades, observam-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O(s) Contrato(s) gerado(s) desta Licitação poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos de 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

10.2 Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela teria direito.

10.2.1 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

10.2.2 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

10.3 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.



Município de Chopinzinho

251

ml

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A Gestão do Contrato ficará a cargo da Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato e ainda:

- a) propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do Contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do Contrato.

11.2 - A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Servidora Sra. Márcia Rejane Niendieker, CPF: 813.289.159-72, que será a responsável pelo recebimento do veículo e a comprovação de atendimento ao Termo de Referência, quando poderá suspender a execução desde que os serviços não estejam compatíveis com a proposta apresentada e o Termo de Referência.

11.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência desta, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

11.4 - Na sua ausência, o Fiscal substituto será o Servidor Sr. Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção ou auditoria.

12.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

13.1 - A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

252

ml

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - Uma vez firmado, o extrato do Contrato será publicado no Jornal Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - A presente Licitação e o instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUCESSÃO E FORO

16.1 - As partes elegem como Foro a Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro. O Instrumento Contratual será firmado em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ficar ajustado.

Chopinzinho, PR, -- de ----- de 2020

Município de Chopinzinho
Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito
Contratante

Contratada

Gestor do Contrato
Fiscal do Contrato
Fiscal substituto

Testemunhas:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

253

ml

ANEXO 8

DECLARAÇÃO PARA ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Ref: Edital de Pregão Presencial nº 1/2020.

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (____) _____-_____ por intermédio de seu Representante legal abaixo assinado, DECLARA expressamente que, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser: **(indicar se é microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte)** nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Local e data

Nome e Assinatura do Representante Legal
CPF:
RG:

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 1/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 13 de fevereiro de 2020, às 10:00 (dez) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR. Gênero: Veículo automotor. Valor máximo: R\$ 62.597,60. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00h/12:00h e 13:00/17:00h. ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informações pelo fone: (46) 3242-8614.

baterias automotivas. Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br, e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacao@california.pr.gov.br. Califórnia, 28 de janeiro de 2020. Daniel Lucas Santos Mattos. Pregoeiro

6625/2020

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 015/2020
CONCORRÊNCIA Nº 002/2020

O Município de Califórnia TORNA PÚBLICO aos interessados que em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar às 09h00min do dia 27 de Fevereiro de 2020, na sede da Prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, Centro, Concorrência objetivando a Alienação, por venda, de lotes urbanos pertencentes ao Município de Califórnia. Julgamento: Melhor Oferta. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br, e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacaopmcalifornia@hotmail.com. Califórnia, 28 de Janeiro de 2020. Antônio Marcos Santiago, Presidente.

6725/2020

Campo Mourão

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 006/2020 - PROTOCOLO Nº 028/2020. O Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, torna público que em cumprimento aos ditames contidos na Lei Federal nº 10.520/02, e no que couberem as disposições da Lei Federal 8.666, de 21/06/93, e suas alterações em vigor, fará realizar, em sua sede às 10h00 do dia 11 de fevereiro de 2020, a licitação nº 006/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço por item para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MEIOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO (BENGALA, CADEIRA DE RODAS ADULTO/INFANTIL, PARA BANHO ETC...) DESTINADAS A PACIENTES ATENDIDOS PELO CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICA - RESTAURAR, conforme especificações relacionadas no ANEXO I deste Edital. SECRETARIA DA SAÚDE - SESAU. RECURSOS: BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Campo Mourão - PR, no Departamento de Suprimentos, no horário das 08h às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, Tel. (44)-3518-1180 - Fax (44)-3518-1182, ou, no sítio eletrônico <https://campomourao.atende.net> a partir do primeiro dia útil após a publicação deste aviso. Campo Mourão, 27 de janeiro de 2020. Nilson Barboza de Souza - Pregoeiro

6811/2020

PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 005/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2020. O Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, torna público que em cumprimento aos ditames contidos na Lei Federal nº 10.520/02, e no que couberem as disposições da Lei Federal 8.666, de 21/06/93, e suas alterações em vigor, fará realizar, em sua sede às 09h00 do dia 11 de fevereiro de 2020, a licitação nº 005/2020, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço por lote para a AQUISIÇÃO DE APARELHO DE RAIOS X FIXO E SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO DE IMAGENS DE RAIOS X (CR) PARA DIGITALIZAÇÃO DE IMAGEM EM GERAL, DESTINADO À UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA" conforme especificações descritas no Anexo I do edital. SECRETARIA DA SAÚDE - SESAU. RECURSOS: BLOCO DE INVESTIMENTOS. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Campo Mourão - PR, no Departamento de Suprimentos, no horário das 08h às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, Tel. (44)-3518-1180 - Fax (44)-3518-1182, ou, no sítio eletrônico <https://campomourao.atende.net> (clique aqui), ou no sítio eletrônico www.licitacoes-e.com.br a partir do primeiro dia útil após a publicação deste aviso. Campo Mourão, 27 de janeiro de 2020. Nilson Barboza de Souza - Pregoeiro

6810/2020

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2020. O Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, torna público que em cumprimento aos ditames contidos na Lei Federal Nº 8666, de 21/06/93, e suas alterações em vigor, faz saber que realizará em sua sede às 09h00 do dia 14 de fevereiro de 2020, Tomada de Preços nº 002/2020, do tipo menor preço global, tendo por objeto a seleção de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA ARMADA PARA INSTALAÇÃO DE COMPORTA PARA CONTENÇÃO HIDRÁULICA NO PARQUE DAS TORRES, conforme especificações do anexo I do edital. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - SEAMA. RECURSOS: ROYALTIES E OUTRAS COMP F, REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS. O Edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Campo Mourão - PR, no Departamento de Suprimentos, Rua Brasil, 1407 - Centro - Tel. (44) 3518-1178, FAX (44) 3518-1182 no horário das 08h às 11h30min, e das 13h30min às 16h30min ou no

<https://campomourao.atende.net>. Campo Mourão, 27 de janeiro de 2020. Nilson Barboza de Souza - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

6812/2020

Cascavel

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL/PR
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de link dedicado de acesso à Internet, contemplando o suporte técnico e o monitoramento do link e a instalação, configuração e ativação do link, para a Câmara Municipal de Cascavel, para um período de 24 (vinte e quatro) meses.

A Câmara Municipal de Cascavel/PR comunica o resultado do Pregão Eletrônico nº 037/2019, incluso no Processo de Compras nº 094/2019:

Empresas classificadas:

- 1º lugar: DIGITAL DESIGN - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, CNPJ nº 07.493.196/0001-42, com valor global de R\$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais).

- 2º lugar: GTV SERVIÇOS DE PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ nº 12.251.004/0001-21, com valor global de R\$ 63.650,00 (sessenta e três mil e seiscentos e cinquenta reais).

- 3º lugar: ALGAR MULTIMÍDIA S/A, CNPJ nº 04.622.116/0001-13, com valor global de R\$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais).

- 4º lugar: ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 14.798.740/0001-20, com valor global de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Declarada como vencedora a empresa DIGITAL DESIGN - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, CNPJ nº 07.493.196/0001-42, com valor global de R\$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais). Cascavel/PR, 28 de janeiro de 2020.

Alécio Natalino Espínola
Presidente

Juliana Paludo de Araújo
Pregoeira

6726/2020

Chopinzinho

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
PREGÃO Nº 01/2020. FORMA: PRESENCIAL

Município de Chopinzinho/PR. Modalidade: Pregão. Edital nº 01/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 13 de FEVEREIRO de 2020, às 10:00 (DEZ) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO PR. Gênero: Veículo automotor. Valor máximo estimado da licitação: R\$ 62.597,60. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Predio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, n. 3.811, Chopinzinho/PR, ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informacoes pelo fone: (46) 3242-8614.

Chopinzinho-PR, 27 de janeiro de 2020.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito

6621/2020

Colombo

Aviso de Licitação

Edital - Pregão Presencial Nº. 008/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada por meio do Sistema de Registro de Preços, para aquisição e recarga de extintores de incêndio e placas de identificação para a frota de veículos leves e pesados e para os prédios públicos municipais da Prefeitura de Colombo.

Data: 13 de fevereiro de 2020 às 09:00 horas.

Local de Abertura: Sala de Licitações, situada na Rua XV de Novembro, 105, Centro, Colombo, Paraná.

Preço Máximo: Constante no edital.

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8002 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 28 de janeiro de 2020.

Izabete Cristina Pavin
Prefeita Municipal

6837/2020

Dois Vizinhos

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34684/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019
SECRETARIA GESTORA: SMED

No dia 10/01/2020, no Município de Araucária, Estado do Paraná, na Prefeitura Municipal de Araucária, situada na Rua Pedro Druszc, 111, reuniram-se o(a) Sr(a). ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CPF: 007.146.379-80, representando o Município de Araucária, na qualidade de CONTRATANTE e a empresa CWR COMERCIAL LTDA, CNPJ. 10.524.956/0001-46, com sede na RUA PEDRO DRUSZCZ, nº 630, SALA 04, CENTRO, neste ato representada por WILLIAN LENOM STADLER, CPF Nº 037.151.109-70, RG, como CONTRATADA para proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 16.928 de 02 de maio de 2002, ao Registro de Preços para Aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos diversos, para atender a(s) Secretaria(s) Municipal(is), no valor total de R\$197.757,00.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34684/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019
SECRETARIA GESTORA: SMED

No dia 10/01/2020, no Município de Araucária, Estado do Paraná, na Prefeitura Municipal de Araucária, situada na Rua Pedro Druszc, 111, reuniram-se o(a) Sr(a). ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CPF: 007.146.379-80, representando o Município de Araucária, na qualidade de CONTRATANTE e a empresa LICITAR SOLO COMERCIAL EIRELI, CNPJ. 11.102.277/0001-41, com sede na AVENIDA FREDERICO LAMBERTUCCI, nº 863, FAZENDINHA, neste ato representada por ERIC DO ROSARIO, CPF Nº 057.238.129-80, RG 86407159 SESP/PR, como CONTRATADA para proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 16.928 de 02 de maio de 2002, ao Registro de Preços para Aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos diversos, para atender a(s) Secretaria(s) Municipal(is), no valor total de R\$138.894,78.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34684/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019
SECRETARIA GESTORA: SMED

No dia 10/01/2020, no Município de Araucária, Estado do Paraná, na Prefeitura Municipal de Araucária, situada na Rua Pedro Druszc, 111, reuniram-se o(a) Sr(a). ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, CPF: 007.146.379-80, representando o Município de Araucária, na qualidade de CONTRATANTE e a empresa RICHESSE MOVEIS EIRELI, CNPJ. 20.265.303/0001-43, com sede na RUA EDMUNDO KOCH, nº 1527, SALA 02, NEREU RAMOS, neste ato representada por LEANDRO DE ALMEIDA TODT, CPF Nº 047.697.939-01, RG 4597421, como CONTRATADA para proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 16.928 de 02 de maio de 2002, ao Registro de Preços para Aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos diversos, para atender a(s) Secretaria(s) Municipal(is), no valor total de R\$ 75.202,00.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34684/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019
SECRETARIA GESTORA: SMED

No dia 10/01/2020, no Município de Araucária, Estado do Paraná, na Prefeitura Municipal de Araucária, situada na Rua Pedro Druszc, 111, reuniram-se o(a) Sr(a). ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CPF: 007.146.379-80, representando o Município de Araucária, na

qualidade de CONTRATANTE e a empresa BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ. 09.053.748/0001-27, com sede na RUA MARCOS HOSANG, nº 18, SALA 01, SEMINÁRIO, neste ato representada por ALEX MASSAO KATO, CPF Nº 073.838.039-30, RG 6190727 SSP/SC, como CONTRATADA para proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 16.928 de 02 de maio de 2002, ao Registro de Preços para Aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos diversos, para atender a(s) Secretaria(s) Municipal(is), no valor total de R\$130.860,00.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34684/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019
SECRETARIA GESTORA: SMED

No dia 10/01/2020, no Município de Araucária, Estado do Paraná, na Prefeitura Municipal de Araucária, situada na Rua Pedro Druszc, 111, reuniram-se o(a) Sr(a). ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, CPF: 007.146.379-80, representando o Município de Araucária, na qualidade de CONTRATANTE e a empresa VENTISOL INDUSTRIA E COMERCIO S.A., CNPJ. 01.763.720/0001-71, com sede na Servidão José Tcholakian, nº 7, ARIURI, neste ato representada por JULIO CESAR GARCIA MARTINS, CPF Nº 109.342.046-40, RG, como CONTRATADA para proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 16.928 de 02 de maio de 2002, ao Registro de Preços para Aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos diversos, para atender a(s) Secretaria(s) Municipal(is), no valor total de R\$56.304,00.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34684/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019
SECRETARIA GESTORA: SMED

No dia 10/01/2020, no Município de Araucária, Estado do Paraná, na Prefeitura Municipal de Araucária, situada na Rua Pedro Druszc, 111, reuniram-se o(a) Sr(a). ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, CPF: 007.146.379-80, representando o Município de Araucária, na qualidade de CONTRATANTE e a empresa TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI, CNPJ. 29.634.736/0001-01, com sede na AVENIDA NOSSA SENHORA DA PENHA, nº 2796, SALA 809, SANTA LUIZA, neste ato representada por JHONATAN DO AMARAL, CPF Nº 091.301.269-67, RG, como CONTRATADA para proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 16.928 de 02 de maio de 2002, ao Registro de Preços para Aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos diversos, para atender a(s) Secretaria(s) Municipal(is), no valor total de R\$ 201.732,00.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34684/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019
SECRETARIA GESTORA: SMED

No dia 10/01/2020, no Município de Araucária, Estado do Paraná, na Prefeitura Municipal de Araucária, situada na Rua Pedro Druszc, 111, reuniram-se o(a) Sr(a). ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, CPF: 007.146.379-80, representando o Município de Araucária, na qualidade de CONTRATANTE e a empresa ISANETE APARECIDA PACHECO COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS E PAPELARIA, CNPJ. 34.396.791/0001-32, com sede na RUA CAPITAO TENENTE MARIS DE BARROS, nº 416, PORTÃO, neste ato representada por MARCELO JACOB, CPF Nº 026.131.759-82, RG 67589815 SESP/PR, como CONTRATADA para proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 16.928 de 02 de maio de 2002, ao Registro de Preços para Aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos diversos, para atender a(s)

Secretaria(s) Municipal(is), no valor total de R\$220.322,47.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34684/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019
SECRETARIA GESTORA: SMED

No dia 10/01/2020, no Município de Araucária, Estado do Paraná, na Prefeitura Municipal de Araucária, situada na Rua Pedro Druszc, 111, reuniram-se o(a) Sr(a). ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CPF: 007.146.379-80, representando o Município de Araucária, na qualidade de CONTRATANTE e a empresa COMERCIAL VITÓRIA LTDA, CNPJ. 18.138.763/0001-69, com sede na RUA WALLY EMILIA MOHR, nº 60, Sala 02, AGUA VERDE, neste ato representada por ALTAIR SCHEER, CPF Nº 015.668.139-05, RG, como CONTRATADA para proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 16.928 de 02 de maio de 2002, ao Registro de Preços para Aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos diversos, para atender a(s) Secretaria(s) Municipal(is), no valor total de R\$42.376,30.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34684/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019
SECRETARIA GESTORA: SMED

No dia 10/01/2020, no Município de Araucária, Estado do Paraná, na Prefeitura Municipal de Araucária, situada na Rua Pedro Druszc, 111, reuniram-se o(a) Sr(a). ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CPF: 007.146.379-80, representando o Município de Araucária, na qualidade de CONTRATANTE e a empresa BLUINTER COMERCIO DE ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA, CNPJ. 34.471.931/0001-90, com sede na RUA ARTUR SCHLUPP, nº 190, AGUA VERDE, neste ato representada por HELIO ALMIR BAGATOLI, CPF Nº 894.208.889-91, RG, como CONTRATADA para proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 16.928 de 02 de maio de 2002, ao Registro de Preços para Aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos diversos, para atender a(s) Secretaria(s) Municipal(is), no valor total de R\$87.780,00.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34684/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019
SECRETARIA GESTORA: SMED

No dia 10/01/2020, no Município de Araucária, Estado do Paraná, na Prefeitura Municipal de Araucária, situada na Rua Pedro Druszc, 111, reuniram-se o(a) Sr(a). ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI, SECRETÁRIA MUNICIPAL, CPF: 007.146.379-80, representando o Município de Araucária, na qualidade de CONTRATANTE e a empresa D&F COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ. 28.275.797/0001-59, com sede na RUA Pastor Manoel Virgílio de Souza, nº 1133, CAPAO DA IMBUIA, null, neste ato representada por DANIELLY FERREIRA MONTUAN, CPF Nº 045.813.529-16, RG, como CONTRATADA para proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 16.928 de 02 de maio de 2002, ao Registro de Preços para Aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos diversos, para atender a(s) Secretaria(s) Municipal(is), no valor total de R\$ 97.450,70.

Araucária, sexta-feira, 10 de janeiro de 2020.

ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI

Secretária Municipal de Educação

OBS.: As tabelas citadas encontram-se disponíveis, integralmente, no diário oficial eletrônico do município, site: <https://araucaria.atende.net/?pg=diariooficial>, para consulta e impressão.

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR

AVISO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 1/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 13 de fevereiro de 2020, às 10:00 (dez) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR. Gênero: Veículo automotor. Valor máximo: R\$ 62.597,60. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Chopinzinho/PR, das 08:00h/12:00h e 13:00h/17:00h. ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informações pelo fone: (46) 3242-8614.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

AVISO DE LICITAÇÃO–REPUBLICAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 1/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 13 de fevereiro de 2020, às 10:00 (dez) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR. Gênero: Veículo automotor. Valor máximo: R\$ 62.597,60. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00h/12:00h e 13:00/17:00h. ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informações pelo fone: (46) 3242-8614.

Cod321827

II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante celebração de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, com justificativa da Secretaria Requisitante, com Parecer Jurídico e devidamente aprovado pelo Prefeito Municipal de Centenário do Sul.
DATA DE ASSINATURA: 23/01/2020.

Publicado por:
Luan Vicente dos Santos
Código Identificador:FB5EDA71

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
36/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2019 TOMADA DE
PREÇOS Nº 06/2019

ONDE SE LÊ:

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADA: CAIUÁ PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA, A PREÇOS FIXOS E SEM REAJUSTES, REFERENTE A PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM (TST) 2.238,51 M², SEDU 2017 - PROJETO Nº 37.
PRAZO DE PRORROGAÇÃO: Conforme o previsto na Cláusula Quarta do Contrato original, fica prorrogado o prazo de execução em até 28 (vinte e oito) dias, contados a partir do dia 05 de janeiro de 2020, podendo ser prorrogado por igual período, respeitando o limite de 60 (sessenta) meses, determinado pelo inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante celebração de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, com justificativa da Secretaria Requisitante, com Parecer Jurídico e devidamente aprovado pelo Prefeito Municipal de Centenário do Sul.
DATA DE ASSINATURA: 19/12/2019

LEIA SE:

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADA: CAIUÁ PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA, A PREÇOS FIXOS E SEM REAJUSTES, REFERENTE A PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM (TST) 2.238,51 M², SEDU 2017 - PROJETO Nº 37.
PRAZO DE PRORROGAÇÃO: Conforme o previsto na Cláusula Quarta do Contrato original, fica prorrogado o prazo de execução em até 90 (noventa) dias, contados a partir do dia 05 de janeiro de 2020, e o prazo de vigência em até 121 (cento e vinte e um dias), contados a partir do dia 02 de fevereiro de 2020, podendo ser prorrogado por igual período, respeitando o limite de 60 (sessenta) meses, determinado pelo inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante celebração de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, com justificativa da Secretaria Requisitante, com Parecer Jurídico e devidamente aprovado pelo Prefeito Municipal de Centenário do Sul.
DATA DE ASSINATURA: 19/12/2019.

Publicado por:
Luan Vicente dos Santos
Código Identificador:8FF44628

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 009/2020

DJALMA EDGAR SOARES, Prefeito Municipal em exercício de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE

Artigo 1º- Revogar na íntegra a portaria nº **054/2019**, de 02 de outubro de 2019.

Artigo 2º- Referida portaria designava servidores para compor comissão especial, visando a classificação em credenciamento de engenheiros.

Centenário do Sul, 28 de janeiro de 2020.

DJALMA EDGAR SOARES
Prefeito Municipal em Exercício.

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Wanucci Lopes dos Santos
Código Identificador:181D4D0B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO - EDITAL 01-2020
PP VEICULO CONSELHO TUTELAR

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 1/2020. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 13 de fevereiro de 2020, às 10:00(dez) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR. Gênero: Veículo automotor. Valor máximo: R\$ 62.597,60. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Chopinzinho/PR, das 08:00h/12:00h e 13:00h/17:00h. ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informações pelo fone: (46) 3242-8614.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:309B57B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º TERMO DE ADITAMENTO 313-2019 - ALCATEIA
SEGURANÇA EIRELI ME

Espécie: Extrato do 2º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 313/2019. Contratante: Município de Chopinzinho - PR. Contratada: Alcateia Segurança EIRELI - ME. CNPJ: 18.836.419/0001-43. Objeto: Alteração da Fiscal Substituta da ARP 313/2019. Novo Fiscal: Luis Eduardo Berlanda Andolhe. Origem: Pregão Presencial nº 77/2019. Fundamento Legal Artigo 58 da Lei Federal nº 8.666/1993. Data da assinatura: 23/01/2020. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Gilmar Amancio dos Santos, pela Empresa.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:B8F5E874

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 059/2020

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o julgamento constante do Processo Administrativo Disciplinar nº 28.209/2019;

resolve:

I - Aplicar a modalidade de **DEMISSÃO** ao Servidor Público Municipal Leonardo Daneluci, Matrícula nº 14.013, conforme sanção disciplinar prevista no inciso IV do Art. 187, da Lei Municipal nº 1.348/2014, a partir de 27 de Janeiro de 2020.

Dê-se publicidade,

Paço Municipal de Colombo Em 27 de Janeiro de 2020.



Divel Distribuidora de Veículos Ltda, CNPJ/MF sob n.º 75.928.838/0001-49 e Inscrição Estadual sob n.º 32.300.499-46, com sede Avenida Presidente Kennedy, n.º 463/501, Fone: 3536-8000 Fax: 3536-8019, Centro Sul, Dois Vizinhos – PR.

Ao
Município de Chopinzinho – Pr.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020.

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta de preço para fornecimento do objeto abaixo discriminado, em conformidade com o constante no **Termo de Referência - Anexo I** e demais documentos integrantes do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020.**

PROPOSTA DE PREÇO

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtd e	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	5UGTE4	VEÍCULO VOYAGE 1.6 104 CV (E)/ 101 CV (G) 5VELOCIDADES Ano/Mod.: 2020/2021, Cor Branca, quatro portas, com sistema "flex.", ar condicionado, vidros elétricos dianteiros e traseiros, trava elétricas nas quatro portas, com sistema ABS e AIRBAG duplo com direção hidráulica, capacidade de cinco passageiros, desembaçador do vidro traseiro e, capacidade tanque de combustível de 55 litros, transmissão de cinco marchas à frente e um ré, pneus 195/55R15, banco traseiro para 3 passageiros com 3 apoios de cabeça, para sol com espelho iluminado para motorista e passageiro, sistema de alarme, tomada 12v no console central, volume do porta malas 480litros, insufilme. Garantia 12 meses ou 10.000 (dez mil) km	1,00	UN	62.590,00	62.590,00
TOTAL						62.590,00

Veículo automotor- Voyage 1.6 - Mecânico – Marca- Volkswagen

Valor Total de 1 (um) veículo R\$62.590,00 (Sessenta e dois mil quinhentos e noventa reais)

Dois Vizinhos – PR, 12 de fevereiro de 2020.

Gerson Rigo
RG nº: 4.973.794-7
CPF nº: 813.908.079-91

DIVEL
Distribuidora de Veículos
Ltda.
Av. Presidente Kennedy,
463/501

Fone (46) 3536-8000
E-mail:
divelvw@wln.com.br
Caixa Postal. 83

CNPJ 75.928.838/0001-49
Inscr. Estadual 32300499-46

Voyage



Volkswagen



261
vnl

Voyage

Linha Volkswagen 2019

Edição nº 1

Impresso no Brasil – Janeiro de 2019

Volkswagen do Brasil

Marketing

www.vw.com.br



Facebook: volkswagendobrasil



Instagram: vwbrasil



Twitter: vwbrasil



LinkedIn: volkswagen-do-brasil



YouTube: volkswagendobrasil

Alguns itens mencionados ou mostrados são opcionais, acessórios ou referem-se a versões específicas. Para mais informações, consulte uma Concessionária Autorizada Volkswagen, ligue 0800 019 5775 ou acesse www.vw.com.br. Siga a Volkswagen no twitter.com/vwbrasil, curta a Volkswagen no facebook.com/volkswagendobrasil. Volkswagen Service – Assistência 24 horas, em caso de pane, ligue para 0800 055 5765. A garantia do seu veículo tem duração de 3 anos, sem limite de quilometragem. Ela está condicionada à realização dos serviços de manutenção em uma Concessionária Autorizada Volkswagen, dentro dos limites de tempo previstos no Manual de Manutenção e Garantia.



Volkswagen Service

Atendimento 24 horas
em todo o Brasil, ligue
0800 055 5765



Faça a leitura do QR Code com seu smartphone e saiba mais. Ou acesse www.vw.com.br



Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C019499

202

TODOS JUNTOS FAZEM UM TRÂNSITO MELHOR.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

263

ml

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
CNPJ: 75.928.838/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:11:18 do dia 13/12/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/06/2020.

Código de controle da certidão: **1ACC.66CC.26C0.CDAF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

264

ml

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 021190119-43

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **75.928.838/0001-49**

Nome: **DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/04/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



Município de Dois Vizinhos - PR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E RECEITA

NEGATIVA

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO EXISTE DÉBITO TRIBUTÁRIO VENCIDO RELATIVO A EMPRESA COM A LOCALIZAÇÃO DESCRITA ABAIXO, TAMPOUCO DÉBITOS EM EXECUÇÃO FISCAL.

Dois Vizinhos, 06 de Janeiro de 2020 - Valida até: 05/04/2020

NEGATIVA Nº: 22765/2020		CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTM4XUFFH MJZXX8AC9H	
FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL: DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA			
INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
1830	75.928.838/0001-49	3230049946	300
ENDEREÇO			
AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 463 - E 501 - CENTRO SUL CEP: 85660000 Dois Vizinhos - PR			
CNAE / ATIVIDADES			
Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos			

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO PODE SER VERIFICADA SUA AUTENTICIDADE NO SITE [http://www.doisvizinhos.pr.gov.br/ITEM PORTAL DA TRANSPARÊNCIA](http://www.doisvizinhos.pr.gov.br/ITEM%20PORTAL%20DA%20TRANSPARÊNCIA), OPÇÃO "VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO"

Emitido por: << Equiplano Público Web >>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 75.928.838/0001-49

Razão Social: DIVEI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

Endereço: AV PRESIDENTE KENNEDY 463 E 501 / CENTRO SUL / DOIS VIZINHOS / PR / 85660-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/02/2020 a 01/03/2020

Certificação Número: 2020020102552751322800

Informação obtida em 07/02/2020 15:47:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

À Comissão de Licitações

À

Prefeitura Municipal de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2020.

A empresa Divel Distribuidora de Veículos Ltda., estabelecida na Avenida Presidente Kennedy, nº 463/501, Centro Sul, Dois Vizinhos, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 75.928.838/0001-49, declara, sob as penas da Lei, conhecer e aceitar as condições constantes deste Pregão e seus anexos, e que **ATENDEMOS PLENAMENTE** aos requisitos necessários para habilitação e proposta e declaramos que **CUMPRE PLENAMENTE** os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

Dois Vizinhos- PR, 12 de fevereiro de 2020.



Gerson Rigo

RG nº: 4.973.794-7

CPF nº: 813.908.079-91

Gerente Comercial

PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO DE MANDATO

Por este instrumento particular de procuração o Senhor **JOSETI ANTONIO MEIMBERG**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 654.228-0-SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 127.754.369-00, residente e domiciliado na Rua Sergipe, nº 575, Alvorada, na cidade de Francisco Beltrão-PR, NOMEIA e CONSTITUI seu procurador o Senhor **GERSON RIGO**, brasileiro, casado, do comércio, portador da carteira de identidade nº 4.973.794-7-SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 813.908.079-91, residente e domiciliado na Rua Prudente de Moraes, nº 699, Centro Norte, na cidade de Dois Vizinhos- PR a quem concede amplos, gerais e ilimitados poderes para o fim especial de representar o outorgante junto às Prefeituras Municipais e Câmara de Vereadores, a fim de praticar os necessários com relação às LICITAÇÕES, CARTAS CONVITES PREGÕES PRESENCIAIS E ELETRONICOS, podendo o referido procurador para o bom, fiel e integral desempenho do presente mandato usar dos recursos necessários para tal fim, apresentar lances, negociar preços e demais condições, assinar guias, requerimentos, recibos em geral e dar quitação, efetuar acordos, representá-la perante repartições públicas em geral, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos, enfim, praticar todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fim acima aludido e sejam em lei permitidos, inclusive podendo substabelecer.

Dois Vizinhos, 12 de Abril de 2018.

JoSETI Antonio Meimberg
JOSETI ANTONIO MEIMBERG
 CPF/MF sob o nº 127.754.369-00

TABELIONATO 6000Y
 Rua João D'Almeida, 631 -
 FONE: (046) 3581-5550

Reconheço por semelhança, em face da impossibilidade do signatário comparecer a esta Serventia Civil (1.6.5 a(s) firma(s) de:
 (714y1090)-JOSETI ANTONIO MEIMBERG.....
 do que dou fe.
 Dois Vizinhos-PR,
 17 de Abril de 2018

Franciele
FRANCIELE ADIOTTO TEDESCO
 ESCRIVÃO INDICADA
 IR\$6,16 R\$0,80(SELO) - R\$0,05(FUNREJUS)
 - R\$0,12(ISS)
 Operador(a): FERNANDA
 IFUNARPEN-SELO DIGITAL: f40xY . L5oNn .
 LuPdCV - W29aA . zak7V
 Consulte esse selo em
<http://funarpen.com.br>



PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO DE MADATO

Por este instrumento particular de procuração o Senhor **GERSON RIGO**, brasileiro, casado, do comércio, portador da carteira de identidade nº 4.973.794-7-SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 813.908.079-91, residente e domiciliado na Rua Prudente De Moraes, nº 699, Centro Norte, na cidade de Dois Vizinhos-PR, NOMEIA e CONSTITUI seu procurador o Senhor **AGENOR MANOEL ALBINO**, brasileiro, casado, do comércio, portador da carteira de identidade nº 1.808.694-8, inscrito no CPF/MF nº 368.944.359-87, residente e domiciliado na Rua José De Alencar, nº762, Centro Sul, na cidade de Dois Vizinhos-PR a quem concede amplos, gerais e ilimitados poderes para o fim especial de representar o outorgante junto às Prefeituras Municipais e Câmara de Vereadores, a fim de praticar os necessários com relação às LICITAÇÕES, CARTAS CONVITE, PREGÕES PRESENCIAIS E ELETRONICOS, podendo o referido procurador para o bom, fiel e integral desempenho do presente mandato usar dos recursos necessários para tal fim, apresentar lances, negociar preços e demais condições, assinar guias, requerimentos, recibos em geral e dar quitação, efetuar acordos, representá-la perante repartições públicas em geral, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos, enfim, praticar todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fim acima aludido e sejam em lei permitidos, inclusive podendo substabelecer.

Dois Vizinhos, 11 de Fevereiro de 2020.

GERSON RIGO

CPF/MF sob o nº 813.908.079-91

TG

TABELIONATO GODOY
 Rua João Dalpiazquale, 631 - Centro - CEP: 85660-000 - Dois Vizinhos-PR
 Telefone: (46) 3581-5550 E-mail: tabgodoy@wln.com.br

GERSON RIGO
 de sua dou. de
 Dois Vizinhos-PR
 12 de Fevereiro de 2020

ELIANE FACHIN
 CARGOS/CREVITE INDICADA:
 R\$6,37 R\$0,80 (SELO) R\$1,00 (FONTE) R\$0,12 (13%) R\$0,21 (FONTE)
 OPERADOR: ELIANE
 FUNARPEN-SELO DIGITAL (WLN) - BMECV mat.L - 31417 - opax
 Consulte este selo em <http://funarpen.com.br>

TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIOS DE PROTESTOS
 Rua João Dalpiazquale, 631 - Centro - CEP: 85660-000 - Dois Vizinhos-PR
 Telefone: (46) 3581-5550 E-mail: tabgodoy@wln.com.br

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



POLEGAR IMPRESSO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 654.228-0

DATA DE EXPEDIÇÃO 03/09/2004

NOME JOSETI ANTONIO MEIMBERG

FILIAÇÃO JOSE MEIMBERG
ANA MARIA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE LAGES/SC

DOO ORIGEM COMARCA=LAGES/SC, DA SEDE
C.CAS 7207, LITRO=44, FOLHA=123

CPE 127.754.369-00

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

DATA DE NASCIMENTO 06/07/1944

Certifico e dou fé que a presente fotocópia
é reprodução fiel do seu original conjun-
tamente apresentado neste Cartório.
Em testemunho da verdade.

24 MAIO 2018

Dois Vizinhos
Paraná

ATA DO GODOY
Rua João Dalpasquale, 631
85660-000 Fone (46) 3581-5550

MANFROI
ISANE FACHIN
FRANCIELE TADOTTO TEDESCO
FERNANDA BACHI

Escrevente Indicado

Tabelfonato de Notário
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FOA85106

C/C

NASCIMENTO 06/07/44

REGISTRAÇÃO CPF 127.754.369-00

CONTRIBUINTE JOSETI ANTONIO MEIMBERG

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
930995762

NOME
GERSON RIGO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
4973794-7 SESP PR

CPF
813.908.079-91

DATA NASCIMENTO
16/08/1971

FILIAÇÃO
WALMOR RIGO
LUCIA RIGO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
C

Nº REGISTRO
00606974273

VALIDADE
27/05/2019

1ª HABILITAÇÃO
23/08/1989

OBSERVAÇÕES

LOCAL
DOIS VIZINHOS, PR

DATA EMISSÃO
27/05/2014

ASSINATURA DO EMISSOR
46966108298
PR907526339

DETRAN, PR (PARANÁ)

SELO FUNARPEN

Tabellionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FOA86516

TABELIONATO GODOY
Rua João Dalpasquale, 631
85660-000 - Fone (46) 3581-5550

Certifico e dou fé que a presente fotocópia
é reprodução fiel do seu original conjun-
tamente apresentado neste Cartório.
Em testemunho da verdade.

16 MAIO 2018

Dois
Vizinhos
Paraná

☐ BRUNA MANFROI
☐ ELISANE FACHIN
☐ FRANCIELE TADIOTTO TEDESCO
☐ ANIEL FERNANDA BACHI

Escrevente Indicado
Escrevente Indicado
Escrevente Indicado
Escrevente Indicado

272
ml

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

Nome: AGENOR MANOEL ALBINO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: 1808694-B SESP PR

CPF: 368.944.359-87 **DATA NASCIMENTO:** 15/05/1957

FILIAÇÃO: MANOEL ALBINO
FRANCISCO
CUSTODIA FILOMENA
OURIQUES

PERMISSÃO: **ACC:** **CAT. HAB:** C

Nº REGISTRO: 02386706010 **VALIDADE:** 29/06/2022 **1ª HABILITAÇÃO:** 15/08/1978

OBSERVAÇÕES:

Assinatura do Portador: *Agenor Manoel Albino*

LOCAL: DOIS VIZINHOS, PR **DATA EMISSÃO:** 29/06/2017

Assinatura do Emissor: *Ar.005 (RAA)* **58624842928**
PR912807181

PARANÁ

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1498075004

PROIBIDO PLASTIFICAR
1498075004

273
ml

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ Nº 75.928.838/0001-49
NIRE 14200000045
DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

JOSETI ANTONIO MEIMBERG, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, natural da cidade de Lages, SC, empresário, residente e domiciliado na cidade de Dois Vizinhos, Pr, na rua Prudente de Moraes, nº 699, centro, CEP 85.660-000, portador da Cédula de Identidade nº 654.228-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná em 03/09/2004, inscrito no CPF/MF nº 127.754.369-00; TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, natural da cidade de Lages, SC, empresária, residente e domiciliada na cidade de Dois Vizinhos, Pr, na rua Prudente de Moraes, nº 699, centro, CEP 85.660-000, portadora da Cédula de Identidade nº 1.339-886-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná em 29/04/2002, inscrita no CPF/MF nº 603.903.769-06; sócios componentes da sociedade empresária limitada, que gira sob o nome de DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, estabelecida na Avenida Presidente Kennedy, nº 463/501 - Centro - Dois Vizinhos, Pr, CEP 85.660-000, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, em 05/05/1972, sob o NIRE 412.00969815, última alteração contratual registrada sob o nº 20040015076 em 15/04/2004, resolvem assim alterar o contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Capital Social, a partir desta data, é alterado para R\$ 2.988.037,00 (Dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil e trinta e sete reais), sendo que o aumento no valor de R\$ 1.927.912,00 (Um milhão, novecentos e vinte e sete mil e novecentos e doze reais), representado por 1.927.912 (Um milhão, novecentos e vinte e sete mil e novecentos e doze) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, fica assim dividido entre os sócios:

- I - O sócio JOSETI ANTONIO MEIMBERG, possuidor de 1.033.622 (Um milhão, trinta e três mil, seiscentos e vinte e duas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, passa a possuir 2.913.336 (Dois milhões, novecentos e treze mil, trezentos e trinta e seis) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O aumento no valor de R\$ 1.879.714,00 (Um milhão, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e quatorze reais) proveniente de: Incorporação de Lucros Acumulados no valor de R\$ 1.002.214,00 (Um milhão, dois mil e duzentos e quatorze reais); Incorporação de Adiantamento para Aumento de Capital no valor de R\$ 877.500,00 (Oitocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais) integralizados em moeda corrente do país.
- II - A sócia TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG, possuidora de 26.503 (Vinte e seis mil quinhentos e três) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, passa a possuir 74.701 (Setenta e quatro mil e setecentos e uma) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O aumento de R\$ 48.198,00 (Quarenta e oito mil, cento e noventa e oito reais) proveniente de: Incorporação de Lucros Acumulados no valor de R\$ 25.698,00 (Vinte e cinco mil seiscentos e noventa e oito reais); Incorporação de Adiantamento para Aumento de Capital, no valor de R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais) integralizados em moeda corrente do país.

CLÁUSULA SEGUNDA: O Capital Social, agora no valor de R\$ 2.988.037,00 (Dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil e trinta e sete reais), dividido em 2.988.037 (Dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil e trinta e sete) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim dividido entre os sócios:

CONFERE
ORIGINAL

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
Roberto Alencar Przendziuk
Licitações e Contratos

274
ml

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ Nº 75.928.838/0001-49
NIRE 41200969815
DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R\$
JOSETI ANTONIO MEIMBERG	97,50	2.913.336	2.913.336,00
TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG	2,50	74.701	74.701,00
TOTAL	100	2.988.037	2.988.037,00

CLAUSULA TERCEIRA: Promove-se a exclusão do parágrafo primeiro da cláusula terceira: "Fica estabelecido a vedação de qualquer um dos sócios, a sua participação em negócios, particulares ou com terceiros, que concorram com a exploração atual da presente sociedade.", permitindo-se, assim, a prática de tais atos pelos sócios integrantes desta sociedade. Promove-se, também, a inclusão de um novo parágrafo na cláusula terceira, contendo a seguinte redação: "A sociedade poderá nomear administrador sócio ou não sócio, por instrumento em separado, objeto de deliberação dos sócios que representem a maioria do capital social, sendo que o Instrumento de Nomeação deverá conter os poderes específicos do administrador nomeado, inclusive quanto a necessidade de assinatura conjunta ou isolada com a do administrador nomeado no Contrato Social. O Instrumento de Nomeação deverá ser averbado à margem da inscrição da sociedade, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da efetiva nomeação."

CLAUSULA QUARTA: Promove-se a inclusão de novas Cláusulas Sociais com o seguinte teor:

I - "A reunião de sócios poderá ser dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela, devendo, todavia, ser lavrada ata específica fazendo constar tais deliberações."

II - "As quotas do capital social desta sociedade não podem ser utilizadas pelos sócios para garantir obrigação destes perante terceiros, sendo vedada a penhora das quotas desta sociedade para a garantia de obrigações particulares dos sócios, até porque, nenhum estranho será recebido neste ambiente social sem a concordância de todos os sócios, consagrando o princípio legal da "affectio societatis", sendo certo que, esta vedação impede a inclusão de sócios pela arrematação das quotas sociais em hasta pública, pela adjudicação judicial ou por decorrência de execuções ou qualquer processo judicial contra os sócios ou contra a própria sociedade."

CLAUSULA QUINTA: Os sócios resolvem por este instrumento, atualizar e consolidar o Contrato social, tornando sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo, que, subsequentes ao disposto no artigo 1.º da Lei 10.406/2002, aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.
CNPJ/MF nº 75.928.838/0001-49

JOSETI ANTONIO MEIMBERG, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, natural da cidade de Lages, SC, empresário, residente e domiciliado na cidade de Dois Vizinhos, Pr, na rua Prudente de Moraes, nº 699, centro, CEP 85.660-000, portador da Cédula de

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
Roberto Alencar Przendziuk
Licitações e Contratos

275
ml

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ Nº 75.928.838/0001-49
NIRE 41200969815
DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Identidade nº 654.228-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná em 03/09/2004, inscrito no CPF/MF nº 127.754.369-00; TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, natural da cidade de Lages, SC, empresária, residente e domiciliada na cidade de Dois Vizinhos, Pr, na rua Prudente de Morais, nº 699, Centro, CEP 85.660-000, portadora da Cédula de Identidade nº 1.339-886-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná em 29/04/2002, inscrita no CPF/MF nº 003.903.769-06; sócios componentes da sociedade empresária limitada, que gira sob o nome de DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, estabelecida na Avenida Presidente Kennedy, nº 463/501 - Centro - Dois Vizinhos, Pr, CEP 85.660-000, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, em 05/05/1972, sob o NIRE 412.009.69815, última alteração contratual registrada sob o nº 20040015076 em 15/04/2004, resolvem assim alterar o contrato social:

PRIMEIRA: NOME EMPRESARIAL: DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.
SEDE E FORO: Av. Presidente Kennedy, nº 463/501 - Centro - Dois Vizinhos - Pr. CEP: 85.660-000.
PRAZO DE DURAÇÃO: Indeterminado.
INÍCIO DAS ATIVIDADES: 05 de Maio de 1972.
ATIVIDADE ECONÔMICA: Comércio de Automóveis, Peças, Acessórios, Combustíveis e Lubrificantes, com Oficina Mecânica para Assistência.

SEGUNDA: O Capital Social no valor de R\$ 2.988.037,00 (Dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil e trinta e sete reais), divididos em 2.988.037 (Dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil e trinta e sete) quotas, valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, esta assim dividido entre os sócios:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R\$
JOSETI ANTONIO MEIMBERG	97,50	2.913.336	2.913.336,00
TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG	2,50	74.701	74.701,00
TOTAL	100	2.988.037	2.988.037,00

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

TERCEIRA: ADMINISTRADOR: JOSETI ANTONIO MEIMBERG, com poderes e atribuições individualmente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou empenhos de favor ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.
PRÓ-LABORE: aos sócios e outros que prestarem serviços à sociedade fixado em comum acordo, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido a vedação de qualquer um dos sócios, a sua participação em negócios, particulares ou com terceiros, que concorram com a exploração atual da presente sociedade.

Parágrafo Segundo: Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes constituir mandatários na sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar.

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
 Roberto Alencar Przendziuk
 Licitações e Contratos

ml

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ Nº 75.928.838/0001-49
NIRE 41200969815
DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

QUARTA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo os sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Único: A distribuição de lucros será feita proporcionalmente aos sócios de acordo com a participação no capital de cada um. Os resultados serão apurados mensalmente pela contabilidade e após a apuração mensal, poderão ser distribuídos de acordo com a deliberação da sociedade.

QUINTA: DESIMPEDIMENTO: Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

SEXTA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

SÉTIMA: A reunião dos sócios será convocada pelo Administrador ou sócio, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

OITAVA: As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, cujo o quorum de instalação e de decisão serão pela maioria simples do capital social, nos casos em que a lei não exigir quorum maior.

NONA: TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

DÉCIMA: Falecendo ou interdito qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolve em relação a seu sócio.

DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.


MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
Roberto Alencar Przendziuk
Licitações e Contratos

m

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ Nº 75.928.838/0001-49
NIRE 41200969815
DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

DÉCIMA SEGUNDA: O sócio poderá ser excluído da sociedade pelo sócio (s) que detenha (m) mais da metade do capital social, quando ocorrer às seguintes faltas graves: por justa causa, sócio remisso, sócio falido ou sócio que tenha sua quota liquidada.

DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito, para dirimir eventuais dúvidas e resolver os conflitos oriundos deste contrato, o foro da cidade de Dois Vizinhos, estado do Paraná, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


Lavrado em três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.


Dois Vizinhos, PR, 16 de Novembro de 2012.


JOSEFI ANTONIO MEIMBERG



TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG

TESTEMUNHAS:


Paulo Antônio Baraldi
RG: 3.891.104-0 SSP/PR


Ângela Maria Meimberg Baraldi
RG: 4.025.037-9 SSP/PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL DE DOIS VIZINHOS
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 09/01/2013
SEM NÚMERO 20130020193
Protocolo: 13/002089-3, DE 08/11/2013
SEBASTIÃO MOTA
SECRETÁRIO GERAL


MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
Roberto Alencar Przendziuk
Licitações e Contratos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DIVEI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Certidão nº: 190050015/2019

Expedição: 26/11/2019, às 08:54:50

Validade: 23/05/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que DIVEI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 75.928.838/0001-49, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 75928838000149

273

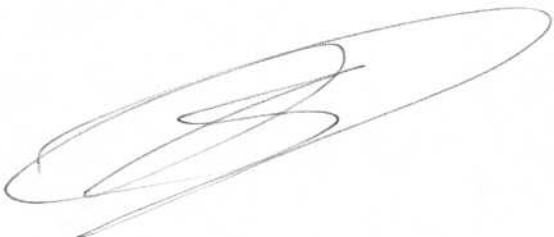
ml

LIMPAR

Data da consulta: 13/02/2020 10:09:43

Data da última atualização: 12/02/2020 18:00:14

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



N



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (13/02/2020 às 09:15) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 75.928.838/0001-49.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5E45.3DE0.EFC5.8128 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

28i
m



Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor	Tipo documento	CNPJ	Número documento	75928838000149
	Nome			
Período publicação : de		até		
Data de Início Impedimento: de		até		
Data de Fim Impedimento: de		até		

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 75928838000149!



DECLARAÇÃO UNIFICADA

À Comissão de Licitações

Prefeitura Municipal de Chopinzinho, Estado do Paraná

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2020.

RAZÃO SOCIAL: DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ: 75.928.838/0001-49

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE KENNEDY, 463/501, DOIS VIZINHOS – PR, CEP 85.660-000

1-Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos.

2- Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o responsável legal da empresa é o Sr Gerson Rigo, Portador do RG nº 4.973.794-7 e CPF nº 813.908.079-97.

Declaramos ainda outros dados da empresa:

NOME DA FANTASIA: DIVEL

RAMO DE ATIVIDADE Nº: 45.11-1-01

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº: 32.300.449-46

INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº: 1830

4- Declaro para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5- Declaração de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).



6-Declara para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

Email: vendasdivel@wln.com.br

Telefone: (46) 3536-8000 / (46) 3536-8019

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

7- Nomeamos e constituímos o senhor(a) AGENOR MANOEL ALBINO, portador(a) do CPF/MF sob n.º368.944.359-87 para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico n.º 01/2020 bem como todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços (Contrato).

8- Declaramos que a empresa contribui para a promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável no cumprimento de Diretrizes e critérios de Sustentabilidade Ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 8666/93 e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010.

Dois Vizinhos- Pr, 12 de fevereiro de 2020.

Gerson Rigo

RG nº: 4.973.794-7

CPF: 813.908.079-91

Gerente Comercial



São Bernardo do Campo, 07 de julho de 2019.

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa DVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA S/A, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 75.928.838/0001-49 é a empresa nomeada pela VOLKSWAGEN na cidade de DOIS VIZINHOS PR , sediada na AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 463/501 Bairro: CENTRO, para comercializar veículos e peças de nossa marca, assim como a prestar serviços de assistência técnica aos nossos produtos.

Unidade Anchieta
Estrada Marginal Via
Anchieta, km 23,5
CEP: 09823-901
São Bernardo do Campo - SP

Atenciosamente,

BARRETO	Digitally signed by
MAURICIO	BARRETO
GIOVANETTI	MAURICIO
VWPKI	GIOVANETTI VWPKI
03B8B261B81	03B8B261B81DCBB
DCBB7	7
	Date: 2019.07.04
	18:42:19 -03'00'

Maurício Giovanetti Barreto

B-VS-3 Sales Office Regional 03

Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda

mauricio.barreto@volkswagen.com.br

Fone: +55 (41) 3221-3773

285
ml



Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná

Empresa Fácil

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA			Protocolo: PRC2000993029																				
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada																							
NIRE (Sede) 41200969815	CNPJ 75.928.838/0001-49	Data de Ato Constitutivo 05/05/1972		Início de Atividade 05/05/1972																			
Endereço Completo avenida PRESIDENTE KENNEDY, Nº 463, CENTRO - Dois Vizinhos/PR - CEP 85660-000																							
Objeto Social COMERCIO DE VEICULOS, PEÇAS E ACESSORIOS, COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES, COM OFICINA MECANICA PARA ASSISTENCIA TECNICA.																							
Capital Social R\$ 2.988.037,00 (dois milhões e novecentos e oitenta e oito mil e trinta e sete reais)		Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado																			
Capital Integralizado R\$ 2.988.037,00 (dois milhões e novecentos e oitenta e oito mil e trinta e sete reais)																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Dados do Sócio</th> <th>Participação no capital</th> <th>Espécie de sócio</th> <th>Administrador</th> <th>Término do mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Nome TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG</td> <td>CPF/CNPJ 003.903.769-06</td> <td>R\$ 74.701,00</td> <td>Sócio</td> <td>N</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nome JOSETI ANTONIO MEIMBERG</td> <td>CPF/CNPJ 127.754.369-00</td> <td>R\$ 2.913.336,00</td> <td>Sócio</td> <td>S</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Dados do Sócio		Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato	Nome TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG	CPF/CNPJ 003.903.769-06	R\$ 74.701,00	Sócio	N		Nome JOSETI ANTONIO MEIMBERG	CPF/CNPJ 127.754.369-00	R\$ 2.913.336,00	Sócio	S	
Dados do Sócio		Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato																		
Nome TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG	CPF/CNPJ 003.903.769-06	R\$ 74.701,00	Sócio	N																			
Nome JOSETI ANTONIO MEIMBERG	CPF/CNPJ 127.754.369-00	R\$ 2.913.336,00	Sócio	S																			
Dados do Administrador Nome JOSETI ANTONIO MEIMBERG		CPF 127.754.369-00	Término do mandato																				
Último Arquivamento Data 01/10/2019		Número 20195870352	Ato/eventos 021 / 985 - ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS		Situação ATIVA Status SEM STATUS																		

Esta certidão foi emitida automaticamente em 22/01/2020, às 13:41:36 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código 5SICGFUN.



PRC2000993029

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS
ESTADO DO PARANÁ

ALVARÁ

DE LICENÇA

Para FUNCIONAMENTO
Nome DIVEI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS
LTD.A,
Endereço AV. PRES. KENNEDY, 463 - ZONA SUL
DOIS VIZINHOS - PARANÁ
Atividade OFICINA
Inscrição código 204226,6
cad. econômico 30001
cad. físico

Restrições HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS
08:00 ÀS 18:00 HORAS.

Data 01 / 01 / 1990

Validade

PREFEITURA MUNICIPAL
DPTO. DE FINANÇAS

PARANÁ - 241381

TABELIONATO GODOY
 Rua João Baptista, 831
 35.600-000 - Fone (41) 3381-5550
 Terezinha Coletti de Godoy
 Tereza de Godoy
 Venilton Antonio Coletti
 Rogério L. Gavarso
 Haroldo Silva Soares
 Ana Lara V. G. Nicolodi
 Franciele T. Tedesco
 Tatiana Schwenker
 Juliana Candotto

Certifico e dou fé que a presente fotocópia
 é reprodução fiel do seu original conjun-
 tamente apresentado neste Cartório.
 Em testemunho da verdade.
 24 NOV, 2017
 Dois Vizinhos
 Paraná

Tabelião Substituto
 Escrevente Público
 Escrevente Público
 Escrevente Público
 Escrevente Público
 Escrevente Público
 Escrevente Público

Tabela de Not.
 Exclusivo para
 Autenticação de Cópia
 FMN5926



RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA



287

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
32300499-46	75.928.838/0001-49	04/1972

Empresa / Estabelecimento	
Nome Empresarial	DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
Título do Estabelecimento	DIVEL
Endereço do Estabelecimento	AV PRESIDENTE KENNEDY, 463, 501 - CENTRO SUL - CEP 85660-000 FONE: (46) 3536-3100 - FAX: (46) 3536-3200
Município de Instalação	DOIS VIZINHOS - PR, DESDE 04/1972 (Estabelecimento Matriz)

Qualificação	
Situação Atual	ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 06/2018
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4511-1/01 - COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	

Quadro Societário			
Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	127.754.369-00	JOSETI ANTONIO MEIMBERG	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF	003.903.769-06	TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG	SÓCIO

Este CICAD tem validade até 08/03/2020.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 32300499-46

Emitido Eletronicamente via Internet
07/02/2020 15:53:29

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via
Internet www.fazenda.pr.gov.br

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
 CNPJ Nº 03.892.369/0001-44 - FONE (46) 3536-1929
 Av. Dedi Barrichello Montagner, 680 - Dois Vizinhos - PR
 Joãooncimar Magnabosco
 Distribuidor

Ramecielly Boaretto
 Auxiliar Juramentada

C E R T I D ã O (Para Efeitos Cíveis)

Nº 0.601/2020

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que revendo neste cartório, constatei e encontrei as distribuições a seguir descritas contra a Empresa **DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, estabelecida à Avenida Presidente Kennedy, nº 463, Bairro Centro, Parte Cidade Sul, nesta cidade e Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº **75.928.838/0001-49**:

Distrib	Livro	Data	Ação	Vara	Requerente
407	07	01/07/2016	OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER	VARA CÍVEL E ANEXOS	ARIANE BANDEIRA MACHADO
222	04	07/03/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	EUNICE FATIMA MAKOMOVICZ

CERTIFICO mais, que revendo neste cartório, constatei e não encontrei qualquer outra distribuição de ações cíveis, criminais, ação fiscal, pedido de Recuperação Judicial, falência ou concordata, ações diversas nos Juizados Especiais Cível e Criminal, registro de penhoras arrestos, seqüestro de bens, ou bens em depósito público, bem como qualquer distribuição de título para protesto ou cartas precatórias oriundas de outras Comarcas, e ainda, qualquer ação possessória distribuído, contra a pessoa supra mencionada, no período compreendido entre 1º de julho de 1.970 até a presente data.-

CERTIFICO ainda, também a pedido verbal da parte interessada, que revendo neste cartório, nele constatei e não encontrei qualquer distribuição de ações de Recuperação Extrajudicial que seja parte a empresa acima mencionada.- O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu, Auxiliar de Cartório a digitei, subscrevi, e Eu, Distribuidor / Auxiliar Juramentada conferi, dato e assino.-

Dada e passada nesta cidade e Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte (11/02/2020).-

Funarpen:
 Selo Digital RGGFA . 7qzkJ . lv34r-yDHEZ .
 DrLjk

Custas:
 Tab. XVI, item VI (a) = 141 VRC + 10% = R\$ 32,72 + Selo = R\$ 2,34 = TOTAL = R\$ 35,06
 Guia Recolhimento nº 6111625-0
 Taxa Fadep guia nº 356415-6
 Pagamento em 10/02/2020

Distribuidor/Auxiliar Juramentado(a)
☐ Joãooncimar Magnabosco - Distribuidor
☒ Ramecielly Boaretto - Auxiliar Juramentada
 Cartório Distribuidor, Contador,
 Avaliador Judicial, Partidor e
 Depositário Público da Comarca de
 Dois Vizinhos — Paraná.





CAPACIDADE FINANCEIRA

À Comissão de licitações

Prefeitura Municipal de Marquinho - Pr

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº. 003/2020

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço patrimonial do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

Tipo de Índice	Valor em Reais	Índice
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$	1,20	120%
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$	1,40	140%
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$	1,97	197%

AC: Ativo Circulante;	RLP: Realizável a Longo Prazo;
AP: Ativo Permanente;	ELP: Exigível a Longo Prazo.
PC: Passivo Circulante;	PC: Passivo Circulante;

Patrimônio Líquido: R\$ 3.928.755,41 (três milhões novecentos e vinte e oito mil setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e um centavos) equivale a 1 % do valor estimado da contratação.

Dois Vizinhos, 10 de fevereiro de 2020.

Responsável Legal

Gerson Rigo

CPF:813.908.079-91 CRC nº 059968/O-0

Contadora

Simone Cristina Vendramini

DIVEL

Distribuidora de Veículos Ltda.

Av. Presidente Kennedy, 463/501

Dois Vizinhos - PR CEP 85.660-000

Fone (46) 3536-8000

E-mail: divelfin@wln.com.br

CNPJ 75.928.838/0001-49

Inscr. Estadual 32300499-46

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 41200969815	CNPJ 75.928.838/0001-49
NOME EMPRESARIAL Divel Distribuidora De Veiculos Ltda	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2018 a 31/03/2018
NATUREZA DO LIVRO Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 125
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 76.38.DF.61.3A.C7.47.6A.5E.23.75.41.46.18.B2.8C.39.88.7E.81	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
ADMINISTRADOR	12775436900	JOSETI ANTONIO MEIMBERG: 12775436900	120792482448055861 220869884706782749 918	25/04/2019 a 24/04/2022	Sim
Contador	05813021922	SIMONE CRISTINA VENDRAMINI: 05813021922	732066444765682266 808577283387923987 27	17/11/2017 a 16/11/2020	Não

NÚMERO DO RECIBO:

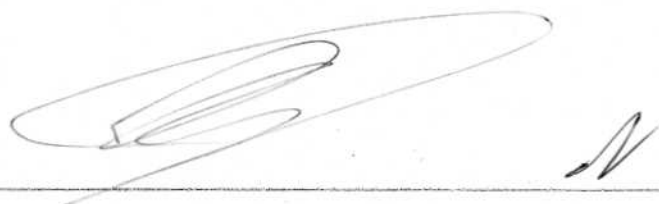
76.38.DF.61.3A.C7.47.6A.5E.
23.75.41.46.18.B2.8C.39.88.7E.81-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 30/05/2019 às 19:47:51

DD.0B.01.53.CD.87.5C.B7
86.DA.B0.40.57.94.3F.C1

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/03/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 125

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

NIRE 41200969815

CNPJ 75.928.838/0001-49

Número de Ordem 125

Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral

Município Dola Vizinhos

Data do arquivamento dos atos constitutivos 05/05/1972

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2018

Quantidade total de linhas do arquivo digital 34281

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral

Número de ordem 125

Quantidade total de linhas do arquivo digital 34281

Data de início 01/01/2018

Data de término 31/03/2018

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 76.38.DF.61.3A.C7.47.6A.5E.23.75.41.46.18.B2.8C.39.88.7E.81-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda
 Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/03/2018 CNPJ: 75.928.838/0001-49
 Número de Ordem do Livro: 125
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Março de 2018

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 7.948.123,93	R\$ 7.797.907,92
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 4.058.244,71	R\$ 3.871.160,98
DISPONÍVEL		R\$ 666.123,81	R\$ 730.905,13
CAIXA E BANCOS		R\$ 666.123,81	R\$ 730.905,13
CAIXA		R\$ 670.005,50	R\$ 524.800,70
BANCOS		R\$ 858,97	R\$ 13.675,47
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 87.169,34	R\$ 192.325,90
CRÉDITOS		R\$ 1.259.159,44	R\$ 1.081.096,13
CRÉDITOS A RECEBER		R\$ 1.259.159,44	R\$ 1.081.096,13
CHEQUES A COMPENSAR		R\$ 343.567,98	R\$ 254.205,03
CLIENTES		R\$ 536.118,88	R\$ 549.097,67
VALORES A RECEBER FÁBRICA		R\$ 92.769,07	R\$ 104.611,14
VALORES A RECEBER GARANTIA		R\$ 5.001,48	R\$ 3.042,03
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS		R\$ 1.975,25	R\$ 3.080,53
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R\$ 113.425,23	R\$ 1.557,09
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 25.647,02	R\$ 25.395,69
FUNDO APOLO ALFA - SALDO		R\$ 140.654,53	R\$ 140.106,95
ESTOQUES		R\$ 2.071.904,51	R\$ 1.988.576,37
ESTOQUES DE MERCADORIAS E SERVIÇOS		R\$ 2.071.904,51	R\$ 1.988.576,37
ESTOQUES DE AUTOMÓVEIS NOVOS		R\$ 729.155,45	R\$ 632.980,12
ESTOQUES DE AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ 728.672,00	R\$ 722.982,00
ESTOQUES DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 601.923,98	R\$ 613.064,43
ESTOQUES DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ 597,08	R\$ 597,08
ESTOQUES DE MATERIAIS DIVERSOS		R\$ 1.648,79	R\$ 1.468,14
ESTOQUES DE PNEUS		R\$ 9.907,21	R\$ 17.484,60
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 59.057,02	R\$ 68.583,43
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 59.057,02	R\$ 68.583,43
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 59.057,02	R\$ 68.583,43
DEPOSITOS JUDICIAIS		R\$ 1.999,93	R\$ 1.999,93
DEPOSITOS JUDICIAIS		R\$ 1.999,93	R\$ 1.999,93
DEPOSITOS JUDICIAIS		R\$ 1.999,93	R\$ 1.999,93

Esté documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 76.38.DF.61.3A.C7.47.6A.5E.23.75.41.46.18.B2.8C.39.88.7E.81-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 3

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/03/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 125

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Março de 2018

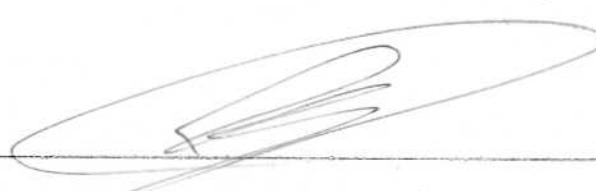
Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 779.989,45	R\$ 678.237,45
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 779.989,45	R\$ 678.237,45
CRÉDITOS A RECEBER		R\$ 779.989,45	R\$ 678.237,45
EMPRÉSTIMOS A COLIGADAS		R\$ 203.642,80	R\$ 116.890,80
EMPRÉSTIMOS COMPULSORIOS		R\$ 101,39	R\$ 101,39
EMPRÉSTIMOS COM SÓCIOS		R\$ 576.245,26	R\$ 561.245,26
PERMANENTE		R\$ 3.109.889,77	R\$ 3.248.509,48
INVESTIMENTOS		R\$ 363,96	R\$ 363,96
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES		R\$ 363,96	R\$ 363,96
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES		R\$ 363,96	R\$ 363,96
IMOBILIZADO		R\$ 3.109.525,81	R\$ 3.248.145,52
IMOBILIZADO		R\$ 3.109.525,81	R\$ 3.248.145,52
TERRENOS		R\$ 29.343,68	R\$ 29.343,68
PRÉDIOS E BENFEITORIAS		R\$ 3.039.711,39	R\$ 3.199.484,85
(-) (-) AMORTIZ / DEPREC PREDIOS E BENFEITORIAS		R\$ (290.126,00)	R\$ (294.457,01)
MÁQUINAS E FERRAMENTAS		R\$ 314.448,17	R\$ 314.448,17
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS		R\$ (228.636,73)	R\$ (233.443,45)
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA		R\$ 42.463,14	R\$ 42.463,14
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA		R\$ (37.435,47)	R\$ (37.825,98)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ 216.258,85	R\$ 216.258,85
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ (178.202,32)	R\$ (180.542,23)
VEÍCULOS A SERVIÇO DA CASA		R\$ 285.069,23	R\$ 244.087,36
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE VEÍCULOS A SERVIÇO DA CASA		R\$ (83.368,13)	R\$ (51.671,88)
PASSIVO		R\$ 7.948.123,93	R\$ 7.797.907,92
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 2.901.272,29	R\$ 2.691.632,15
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 45.795,51	R\$ 45.795,51
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 45.795,51	R\$ 45.795,51
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS		R\$ 45.795,51	R\$ 45.795,51
FORNECEDORES E DUPLICATAS A PAGAR		R\$ 1.380.316,78	R\$ 1.490.879,18
FORNECEDORES E DUPLICATAS A		R\$ 1.380.316,78	R\$ 1.490.879,18

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 76.38.DF.61.3A.C7.47.6A.5E.23.75.41.46.18.B2.8C.39.88.7E.81-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 2 de 3




DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



ml

Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda
 Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/03/2018 CNPJ: 75.928.838/0001-49
 Número de Ordem do Livro: 125
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Março de 2018

Descrição	Nota	Valor
CONTAS DE RESULTADO		R\$ 45.961,04
RECEITAS		R\$ 2.967.182,63
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R\$ 3.048.780,54
DEPARTAMENTO DE VEÍCULOS NOVOS		R\$ 1.576.397,77
VENDAS DE VEÍCULOS NOVOS		R\$ 1.576.397,77
DEPARTAMENTO DE VEÍCULOS USADOS		R\$ 747.776,70
VENDAS DE AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ 666.776,70
VENDAS DE COMERCIAIS USADOS		R\$ 81.000,00
DEPARTAMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 498.123,46
VENDA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 481.160,42
TRANSFERÊNCIAS INTERNAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 16.963,04
DEPARTAMENTO DE OFICINA MECÂNICA		R\$ 90.810,52
VENDAS DE MÃO-DE-OBRA OFICINA MECÂNICA		R\$ 90.810,52
DEPARTAMENTO DE FUNILARIA E PINTURA		R\$ 23.081,62
VENDAS DE MÃO-DE-OBRA FUNILARIA E PINTURA		R\$ 23.081,62
OUTRAS RECEITAS		R\$ 112.590,47
OUTRAS RECEITAS		R\$ 112.590,47
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDAS		R\$ (36.136,36)
(-) DEPARTAMENTO DE VEÍCULOS USADOS		R\$ (34.800,00)
(-) DEVOLUÇÕES VENDAS AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (34.800,00)
(-) DEPARTAMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (1.336,36)
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (1.336,36)
(-) ICMS SOBRE VENDAS		R\$ (6.565,67)
(-) ICMS S/VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (6.490,19)
(-) ICMS S/VENDAS VEÍCULOS USADOS		R\$ (5.761,19)
(-) ICMS S/VENDAS DE COMERCIAIS USADOS		R\$ (729,00)
(-) ICMS S/VENDAS - DEPTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (75,48)
(-) ICMS S/VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (75,48)
(-) ISS SOBRE VENDAS		R\$ (3.958,11)
(-) ISS S/VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (2.724,34)
(-) ISS S/VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (2.724,34)
(-) ISS S/VENDAS - DEPTO DE FUNILARIA E PINTURA		R\$ (692,45)
(-) ISS S/VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (692,45)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 76.38.DF.61.3A.C7.47.6A.5E.23.75.41.46.18.B2.8C.39.88.7E.81-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/03/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 125

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Março de 2018

Descrição	Nota	Valor
(-) ISS S/VENDAS - OUTRAS RECEITAS		R\$ (541,32)
(-) ISS S/VENDAS DE OUTRAS RECEITAS		R\$ (541,32)
(-) PIS SOBRE VENDAS		R\$ (6.215,48)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (300,22)
(-) PIS S/VENDAS DE AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (300,22)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (3.307,44)
(-) PIS S/VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (3.307,44)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (1.498,40)
(-) PIS S/VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (1.498,40)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO FUNILARIA E PINTURA		R\$ (380,83)
(-) PIS S/VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (380,83)
(-) PIS S/VENDAS - OUTRAS RECEITAS		R\$ (728,59)
(-) PIS S/VENDAS OUTRAS RECEITAS		R\$ (728,59)
(-) COFINS SOBRE VENDAS		R\$ (28.722,29)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (1.385,62)
(-) COFINS S/VENDAS AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (1.385,62)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (15.234,93)
(-) COFINS S/VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (15.234,93)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (6.901,65)
(-) COFINS S/VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (6.901,65)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO FUNILARIA E PINTURA		R\$ (1.754,18)
(-) COFINS S/VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (1.754,18)
(-) COFINS S/VENDAS - OUTRAS RECEITAS		R\$ (3.445,91)
(-) COFINS S/VENDA DE OUTRAS RECEITAS		R\$ (3.445,91)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS		R\$ (2.944.518,29)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS		R\$ (2.547.267,24)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO VEÍCULOS NOVOS		R\$ (1.506.016,30)
(-) CUSTOS DE VENDAS DE AUTOMÓVEIS NOVOS		R\$ (1.506.016,30)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (688.293,66)
(-) CUSTOS DE VENDAS AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (599.448,55)
(-) CUSTOS DE VENDAS COMERCIAIS USADOS		R\$ (84.163,27)
(-) OUTROS CUSTOS DE VEÍCULOS USADOS		R\$ (4.681,84)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (327.011,32)
(-) CUSTOS DE VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (316.417,94)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 76.38.DF.61.3A.C7.47.6A.5E.23.75.41.46.18.B2.8C.39.88.7E.81-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 2 de 3



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/03/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número do Ordem do Livro: 125

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Março de 2018

Descrição	Nota	Valor
(-) CUSTOS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS DE PEÇAS E ACESSÓRI		R\$ (10.593,38)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (16.909,92)
(-) CUSTOS DE VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (14.838,52)
(-) CUSTOS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS M.O. MECÂNICA		R\$ (2.071,40)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO FUNILARIA E PINTURA		R\$ (9.036,04)
(-) CUSTOS DE VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (7.114,49)
(-) CUSTOS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS M.O. FUNILARIA		R\$ (1.921,55)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (397.251,05)
(-) DESPESAS VARIÁVEIS		R\$ (46.719,90)
(-) DESPESAS VARIÁVEIS		R\$ (46.719,90)
(-) DESPESAS COM SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (249.688,79)
(-) DESPESAS COM SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (249.688,79)
(-) DESPESAS SEMI-FIXAS		R\$ (99.343,32)
(-) DESPESAS SEMI-FIXAS		R\$ (99.343,32)
(-) DESPESAS FIXAS		R\$ (103.603,58)
(-) DESPESAS FIXAS		R\$ (103.603,58)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (39.916,29)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (39.916,29)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (35.519,85)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (35.519,85)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (45,00)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (45,00)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 8.939,46
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 8.939,46
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 168.646,22
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 168.646,22
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		R\$ 23.286,70
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (77.466,35)
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (77.466,35)
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (77.466,35)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 100.763,05
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 100.763,05
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 100.763,05

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 76.38.DF.61.3A.C7.47.6A.5E.23.75.41.46.18.B2.8C.39.88.7F.81-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 3 de 3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
41200969815	75.928.838/0001-49
NOME EMPRESARIAL	
Divei Distribuidora De Veiculos Ltda	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/04/2018 a 30/06/2018
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	128
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
16.43.57.E1.EB.6E.98.15.AB.92.E3.F7.8E.51.0B.F8.BF.4E.63.2E	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	05813021922	SIMONE CRISTINA VENDRAMINI	732066444765682266	17/11/2017 a 16/11/2020	Não
ADMINISTRADOR	12775436900	JOSETI ANTONIO MEIMBERG	120792482446055861 220869884706782749 918	25/04/2019 a 24/04/2022	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

16.43.57.E1.EB.6E.98.15.AB.92.E3.F7.
8E.51.0B.F8.BF.4E.63.2E-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 30/05/2019 às 19:50:35

9D.CF.D8.76.5C.5C.BF.15
7E.27.1B.9D.4D.29.EB.83

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/04/2018 a 30/06/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 126

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

NIRE 41200969815

CNPJ 75.928.838/0001-49

Número de Ordem 126

Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral

Município Dois Vizinhos

Data do arquivamento dos atos constitutivos 05/05/1972

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2018

Quantidade total de linhas do arquivo digital 32680

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral

Número de ordem 126

Quantidade total de linhas do arquivo digital 32680

Data de início 01/04/2018

Data de término 30/06/2018

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.43.57.E1.EB.6E.98.15.AB.92.E3.F7.8E.51.0B.F8.BF.4E.63.2E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: Divel Distribuidora De Veículos Ltda

Período da Escrituração: 01/04/2018 a 30/06/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 126

Período Selecionado: 01 de Abril de 2018 a 30 de Junho de 2018

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 7.797.907,92	R\$ 7.859.286,31
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 3.871.160,99	R\$ 3.867.050,91
DISPONÍVEL		R\$ 730.905,13	R\$ 649.502,79
CAIXA E BANCOS		R\$ 730.905,13	R\$ 649.502,79
CAIXA		R\$ 524.903,76	R\$ 477.419,33
BANCOS		R\$ 13.675,47	R\$ 1.479,85
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 192.325,90	R\$ 170.603,61
CRÉDITOS		R\$ 1.081.096,13	R\$ 1.069.857,43
CRÉDITOS A RECEBER		R\$ 1.081.096,13	R\$ 1.069.857,43
CHEQUES A COMPENSAR		R\$ 254.205,03	R\$ 284.021,94
CLIENTES		R\$ 549.097,67	R\$ 478.162,22
VALORES A RECEBER FÁBRICA		R\$ 104.611,14	R\$ 104.943,22
VALORES A RECEBER GARANTIA		R\$ 3.042,03	R\$ 14.635,23
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS		R\$ 0.000,00	R\$ 1.988,25
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R\$ 1.007,00	R\$ 33.415,12
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 25.395,69	R\$ 13.102,51
FUNDO APOLO ALFA - SALDO		R\$ 140.106,95	R\$ 139.588,94
ESTOQUES		R\$ 1.988.576,37	R\$ 2.067.433,18
ESTOQUES DE MERCADORIAS E SERVIÇOS		R\$ 1.988.576,37	R\$ 2.067.433,18
ESTOQUES DE AUTOMÓVEIS NOVOS		R\$ 632.980,12	R\$ 786.475,58
ESTOQUES DE AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ 722.982,00	R\$ 676.040,00
ESTOQUES DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 613.064,43	R\$ 585.244,51
ESTOQUES DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ 597,08	R\$ 597,08
ESTOQUES DE MATERIAIS DIVERSOS		R\$ 1.468,14	R\$ 1.215,33
ESTOQUES DE PNEUS		R\$ 17.484,60	R\$ 17.860,68
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 68.583,43	R\$ 78.257,58
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 68.583,43	R\$ 78.257,58
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 68.583,43	R\$ 78.257,58
DEPOSITOS JUDICIAIS		R\$ 1.999,93	R\$ 1.999,93
DEPOSITOS JUDICIAIS		R\$ 1.999,93	R\$ 1.999,93
DEPOSITOS JUDICIAIS		R\$ 1.999,93	R\$ 1.999,93

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.43.57.E1.EB.6E.98.15.AB.92.E3.F7.8E.51.0B.F8.BF.4E.63.2E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 3

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/04/2018 a 30/06/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 126

Período Selecionado: 01 de Abril de 2018 a 30 de Junho de 2018

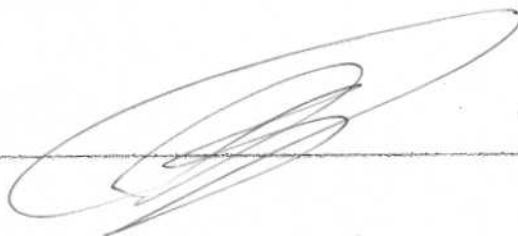
Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 678.237,45	R\$ 732.524,38
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 678.237,45	R\$ 732.524,38
CRÉDITOS A RECEBER		R\$ 678.237,45	R\$ 732.524,38
EMPRÉSTIMOS A COLIGADAS		R\$ 116.890,80	R\$ 159.890,80
EMPRÉSTIMOS COMPULSORIOS		R\$ 101,39	R\$ 101,39
EMPRÉSTIMOS COM SÓCIOS		R\$ 561.245,26	R\$ 572.532,19
PERMANENTE		R\$ 3.248.509,48	R\$ 3.259.711,02
INVESTIMENTOS		R\$ 363,96	R\$ 363,96
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES		R\$ 363,96	R\$ 363,96
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES		R\$ 363,96	R\$ 363,96
IMOBILIZADO		R\$ 3.248.145,52	R\$ 3.259.347,06
IMOBILIZADO		R\$ 3.248.145,52	R\$ 3.259.347,06
TERREÑOS		R\$ 29.343,68	R\$ 29.343,68
PRÉDIOS E BENFEITORIAS		R\$ 3.199.484,85	R\$ 3.313.740,84
(-) (-) AMORTIZ / DEPRÉC PREDIOS E BENFEITORIAS		R\$ (294.457,01)	R\$ (298.788,02)
MÁQUINAS E FERRAMENTAS		R\$ 314.448,17	R\$ 314.448,17
(-) (-) DEPRECIACÃO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS		R\$ (233.443,45)	R\$ (238.250,17)
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA		R\$ 42.463,14	R\$ 42.463,14
(-) (-) DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA		R\$ (37.825,98)	R\$ (38.216,49)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ 216.258,85	R\$ 216.258,85
(-) (-) DEPRECIACÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ (180.542,23)	R\$ (182.882,14)
VEÍCULOS A SERVIÇO DA CASA		R\$ 244.087,36	R\$ 124.051,55
(-) (-) DEPRECIACÃO DE VEÍCULOS A SERVIÇO DA CASA		R\$ (51.671,86)	R\$ (22.822,35)
PASSIVO		R\$ 7.797.907,92	R\$ 7.859.286,31
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 2.691.632,15	R\$ 2.720.904,92
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 45.795,51	R\$ 45.795,51
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 45.795,51	R\$ 45.795,51
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS		R\$ 45.795,51	R\$ 45.795,51
FORNECEDORES E DUPLICATAS A PAGAR		R\$ 1.490.879,18	R\$ 1.361.012,16
FORNECEDORES E DUPLICATAS A		R\$ 1.490.879,18	R\$ 1.361.012,16

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.43.57.E1.EB.6E.98.15.AB.92.E3.F7.8E.51.0B.F8.BF.4E.63.2E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 2 de 3




BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/04/2018 a 30/06/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 126

Período Selecionado: 01 de Abril de 2018 a 30 de Junho de 2018

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PAGAR			
FORNECEDORES		R\$ 1.490.879,18	R\$ 1.361.012,16
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R\$ 346.801,76	R\$ 382.486,30
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R\$ 346.801,76	R\$ 382.486,30
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL		R\$ 102.275,11	R\$ 204.270,11
ENCARGOS SOCIAIS		R\$ 154.525,32	R\$ 176.195,59
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 18.868,28	R\$ 13.527,80
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 18.868,28	R\$ 13.527,80
IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R\$ 5.081,66	R\$ 6.435,15
TRIBUTOS A RECOLHER		R\$ 13.806,62	R\$ 7.092,65
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		R\$ 789.287,42	R\$ 918.103,15
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		R\$ 789.287,42	R\$ 918.103,15
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		R\$ 789.287,42	R\$ 918.103,15
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 1.131.559,32	R\$ 1.138.373,83
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 1.131.559,32	R\$ 1.138.373,83
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 1.131.559,32	R\$ 1.138.373,83
TRIBUTOS PARCELADOS		R\$ 1.131.559,32	R\$ 1.138.373,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 3.974.716,45	R\$ 4.000.007,56
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.988.037,00	R\$ 2.988.037,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.988.037,00	R\$ 2.988.037,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.988.037,00	R\$ 2.988.037,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 986.679,45	R\$ 1.011.970,56
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 986.679,45	R\$ 1.011.970,56
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 986.679,45	R\$ 1.011.970,56

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.43.57.E1.EB.6E.98.15.AB.92.E3.F7.8E.51.0B.F8.BF.4E.63.2E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 3 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/04/2018 a 30/06/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 126

Período Selecionado: 01 de Abril de 2018 a 30 de Junho de 2018

Descrição	Nota	Valor
CONTAS DE RESULTADO		R\$ 25.291,11
RECEITAS		R\$ 3.167.803,36
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R\$ 3.207.916,96
DEPARTAMENTO DE VEÍCULOS NOVOS		R\$ 1.906.636,12
VENDAS DE VEÍCULOS NOVOS		R\$ 1.906.636,12
DEPARTAMENTO DE VEÍCULOS USADOS		R\$ 582.132,00
VENDAS DE AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ 582.132,00
DEPARTAMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 519.049,02
VENDA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 496.088,35
TRANSFERÊNCIAS INTERNAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 22.960,67
DEPARTAMENTO DE OFICINA MECÂNICA		R\$ 86.506,34
VENDAS DE MÃO-DE-OBRA OFICINA MECÂNICA		R\$ 86.506,34
DEPARTAMENTO DE FUNILARIA E PINTURA		R\$ 27.582,12
VENDAS DE MÃO-DE-OBRA FUNILARIA E PINTURA		R\$ 27.582,12
OUTRAS RECEITAS		R\$ 86.011,36
OUTRAS RECEITAS		R\$ 86.011,36
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDAS		R\$ (1.286,20)
(-) DEPARTAMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (1.286,20)
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (1.286,20)
(-) ICMS SOBRE VENDAS		R\$ (5.239,18)
(-) ICMS S/VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (5.239,18)
(-) ICMS S/VENDAS VEÍCULOS USADOS		R\$ (5.239,18)
(-) ISS SOBRE VENDAS		R\$ (3.573,75)
(-) ISS S/VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (2.595,22)
(-) ISS S/VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (2.595,22)
(-) ISS S/VENDAS - DEPTO DE FUNILARIA E PINTURA		R\$ (827,46)
(-) ISS S/VENDAS M.O.FUNILARIA E PINTURA		R\$ (827,46)
(-) ISS S/VENDAS - OUTRAS RECEITAS		R\$ (151,07)
(-) ISS S/VENDAS DE OUTRAS RECEITAS		R\$ (151,07)
(-) PIS SOBRE VENDAS		R\$ (5.334,57)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (266,38)
(-) PIS S/VENDAS DE AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (266,38)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (2.977,15)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.43.57.E1.EB.6E.98.15.AB.92.E3.F7.8E.51.0B.F8.BF.4E.63.2E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital -- Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/04/2018 a 30/06/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 126

Período Selecionado: 01 de Abril de 2018 a 30 de Junho de 2018

Descrição	Nota	Valor
(-) PIS S/VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (2.977,15)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (1.427,46)
(-) PIS S/VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (1.427,46)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO FUNILARIA E PINTURA		R\$ (455,07)
(-) PIS S/VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (455,07)
(-) PIS S/VENDAS - OUTRAS RECEITAS		R\$ (208,51)
(-) PIS S/VENDAS OUTRAS RECEITAS		R\$ (208,51)
(-) COFINS SOBRE VENDAS		R\$ (24.679,90)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (1.229,46)
(-) COFINS S/VENDAS AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (1.229,46)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (13.712,49)
(-) COFINS S/VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (13.712,49)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (6.574,59)
(-) COFINS S/VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (6.574,59)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO FUNILARIA E PINTURA		R\$ (2.096,26)
(-) COFINS S/VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (2.096,26)
(-) COFINS S/VENDAS - OUTRAS RECEITAS		R\$ (1.067,10)
(-) COFINS S/VENDA DE OUTRAS RECEITAS		R\$ (1.067,10)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS		R\$ (3.183.573,18)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS		R\$ (2.101.970,74)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO VEÍCULOS NOVOS		R\$ (1.811.359,20)
(-) CUSTOS DE VENDAS DE AUTOMÓVEIS NOVOS		R\$ (1.811.359,20)
(-) CUSTOS VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (580.468,11)
(-) CUSTOS DE VENDAS AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (580.468,11)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (353.282,63)
(-) CUSTOS DE VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (337.052,41)
(-) CUSTOS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS DE PEÇAS E ACESSÓRI		R\$ (16.230,22)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (19.465,69)
(-) CUSTOS DE VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (16.451,45)
(-) CUSTOS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS M.O. MECÂNICA		R\$ (3.014,24)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO FUNILARIA E PINTURA		R\$ (7.395,11)
(-) CUSTOS DE VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (4.941,70)
(-) CUSTOS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS M.O. FUNILARIA		R\$ (2.453,41)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.43.57.E1.EB.6E.98.15.AB.92.E3.F7.8E.51.0B.F8.BF.4E.63.2E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 2 de 3




DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/04/2018 a 30/06/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 126

Período Selecionado: 01 de Abril de 2018 a 30 de Junho de 2018

Descrição	Nota	Valor
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (431.602,44)
(-) DESPESAS VARIÁVEIS		R\$ (59.169,05)
(-) DESPESAS VARIÁVEIS		R\$ (59.169,05)
(-) DESPESAS COM SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (300.526,16)
(-) DESPESAS COM SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (300.526,16)
(-) DESPESAS SEMI-FIXAS		R\$ (75.516,36)
(-) DESPESAS SEMI-FIXAS		R\$ (75.516,36)
(-) DESPESAS FIXAS		R\$ (24.242,49)
(-) DESPESAS FIXAS		R\$ (24.242,49)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (10.604,58)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (10.604,58)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (31.173,87)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (31.173,87)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 10.604,66
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 10.604,66
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 59.025,41
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 59.025,41
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		R\$ 41.060,93
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (101.099,07)
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (101.099,07)
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (101.099,07)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 142.160,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 142.160,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 142.160,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.43.57.E1.EB.6E.98.15.AB.92.E3.F7.8E.51.0B.F8.BF.4E.63.2E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 3 de 3




RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
41200969815	75.928.838/0001-49
NOME EMPRESARIAL	
Dive! Distribuidora De Veiculos Ltda	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/07/2018 a 30/09/2018
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	127
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
4D.0F.A5.18.CC.C2.4A.E1.C3.50.EF.4C.D1.C2.D7.69.8A.E7.E1.7E	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	05813021922	SIMONE CRISTINA VENDRAMINI: 05813021922	732066444765682266 808577283387923987 27	17/11/2017 a 16/11/2020	Não
ADMINISTRADOR	12775436900	JOSE TI ANTONIO MEIMBERG: 12775436900	120792482448055861 220869884706782749 918	25/04/2019 a 24/04/2022	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

4D.0F.A5.18.CC.C2.4A.E1.C3.50.EF.
4C.D1.C2.D7.69.8A.E7.E1.7E-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 31/05/2019 às 09:33:22

F6.0D.12.95.0D.68.65.81
4B.52.DD.B1.72.43.F6.B6

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: Dível Distribuidora De Veiculos Ltda
Período da Escrituração: 01/07/2018 a 30/09/2018 CNPJ: 75.928.838/0001-49
Número de Ordem do Livro: 127

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial Dível Distribuidora De Veiculos Ltda
NIRE 41200969815
CNPJ 75.928.838/0001-49
Número de Ordem 127
Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Município Dois Vizinhos
Data do arquivamento dos atos constitutivos 05/05/1972
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2018

Quantidade total de linhas do arquivo digital 33818

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial Dível Distribuidora De Veiculos Ltda
Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Número de ordem 127
Quantidade total de linhas do arquivo digital 33818
Data de início 01/07/2018
Data de término 30/09/2018

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.0F.A5.18.CC.C2.4A.E1.C3.50.EF.4C.D1.C2.D7.69.8A.E7.E1.7E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1



BALANÇO PATRIMONIAL



ml

Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/07/2018 a 30/09/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 127

Período Selecionado: 01 de Julho de 2018 a 30 de Setembro de 2018

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 7.659.286,31	R\$ 8.147.227,79
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 3.997.930,91	R\$ 3.919.141,77
DISPONÍVEL		R\$ 649.502,79	R\$ 633.538,16
CAIXA E BANCOS		R\$ 649.502,79	R\$ 633.538,16
CAIXA		R\$ 477.419,33	R\$ 484.680,40
BANCOS		R\$ 1.479,85	R\$ 1.180,73
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 170.603,61	R\$ 147.677,03
CRÉDITOS		R\$ 1.069.857,43	R\$ 1.260.177,78
CRÉDITOS A RECEBER		R\$ 1.069.857,43	R\$ 1.260.177,78
CHEQUES A COMPENSAR		R\$ 284.021,94	R\$ 226.700,52
CLIENTES		R\$ 478.162,22	R\$ 501.727,39
VALORES A RECEBER FÁBRICA		R\$ 104.943,22	R\$ 201.256,60
VALORES A RECEBER GARANTIA		R\$ 14.635,23	R\$ 13.419,84
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS		R\$ 1.988,25	R\$ 3.735,06
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R\$ 33.415,12	R\$ 161.208,38
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 13.102,51	R\$ 12.541,05
FUNDO APOLO ALFA - SALDO		R\$ 139.588,94	R\$ 139.588,94
ESTOQUES		R\$ 2.067.433,18	R\$ 1.935.321,88
ESTOQUES DE MERCADORIAS E SERVIÇOS		R\$ 2.067.433,18	R\$ 1.935.321,88
ESTOQUES DE AUTOMÓVEIS NOVOS		R\$ 786.475,58	R\$ 666.835,74
ESTOQUES DE AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ 676.040,00	R\$ 641.990,77
ESTOQUES DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 585.244,51	R\$ 605.062,58
ESTOQUES DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ 597,08	R\$ 597,08
ESTOQUES DE MATERIAIS DIVERSOS		R\$ 1.215,33	R\$ 1.069,52
ESTOQUES DE PNEUS		R\$ 17.860,68	R\$ 19.766,19
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 78.257,58	R\$ 88.104,02
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 78.257,58	R\$ 88.104,02
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 78.257,58	R\$ 88.104,02
DEPÓSITOS JUDICIAIS		R\$ 1.999,93	R\$ 1.999,93
DEPÓSITOS JUDICIAIS		R\$ 1.999,93	R\$ 1.999,93
DEPÓSITOS JUDICIAIS		R\$ 1.999,93	R\$ 1.999,93

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.0F.A5.18.CC.C2.4A.E1.C3.50.EF.4C.D1.C2.D7.69.8A.E7.E1.7E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 3

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: Dível Distribuidora De Veiculos Ltda
 Período da Escrituração: 01/07/2018 a 30/09/2018 CNPJ: 75.928.838/0001-49
 Número de Ordem do Livro: 127
 Período Selecionado: 01 de Julho de 2018 a 30 de Setembro de 2018

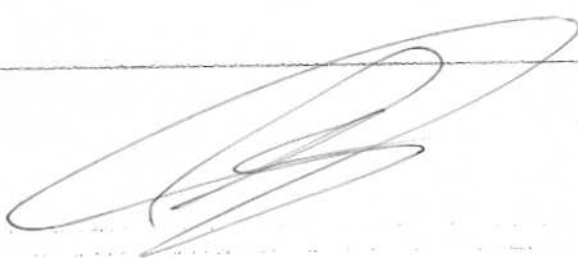

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 732.524,38	R\$ 898.224,38
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 732.524,38	R\$ 898.224,38
CRÉDITOS A RECEBER		R\$ 732.524,38	R\$ 898.224,38
EMPRÉSTIMOS A COLIGADAS		R\$ 159.890,80	R\$ 332.690,80
EMPRÉSTIMOS COMPULSORIOS		R\$ 101,39	R\$ 101,39
EMPRÉSTIMOS COM SÓCIOS		R\$ 572.532,19	R\$ 565.432,19
PERMANENTE		R\$ 3.259.711,02	R\$ 3.329.861,64
INVESTIMENTOS		R\$ 363,96	R\$ 363,96
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES		R\$ 363,96	R\$ 363,96
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES		R\$ 363,96	R\$ 363,96
IMOBILIZADO		R\$ 3.259.347,06	R\$ 3.329.497,68
IMOBILIZADO		R\$ 3.259.347,06	R\$ 3.329.497,68
TERRENOS		R\$ 29.343,68	R\$ 29.343,68
PRÉDIOS E BENFEITORIAS		R\$ 3.313.740,84	R\$ 3.395.759,61
(-) (-) AMORTIZ / DEPREC PREDIOS E BENFEITORIAS		R\$ (298.788,02)	R\$ (303.119,03)
MÁQUINAS E FERRAMENTAS		R\$ 314.448,17	R\$ 314.448,17
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS		R\$ (238.250,17)	R\$ (243.056,89)
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA		R\$ 42.463,14	R\$ 42.463,14
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA		R\$ (38.216,49)	R\$ (38.607,00)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ 216.258,85	R\$ 216.258,85
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ (182.882,14)	R\$ (185.222,05)
VEÍCULOS A SERVIÇO DA CASA		R\$ 124.051,55	R\$ 124.051,55
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE VEÍCULOS A SERVIÇO DA CASA		R\$ (22.822,35)	R\$ (22.822,35)
PASSIVO		R\$ 7.859.286,31	R\$ 8.147.227,79
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 2.720.904,92	R\$ 2.869.127,03
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 45.795,51	R\$ 45.795,51
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 45.795,51	R\$ 45.795,51
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS		R\$ 45.795,51	R\$ 45.795,51
FORNECEDORES E DUPLICATAS A PAGAR		R\$ 1.361.012,16	R\$ 1.712.871,63
FORNECEDORES E DUPLICATAS A		R\$ 1.361.012,16	R\$ 1.712.871,63

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.0F.A5.18.CC.C2.4A.E1.C3.50.EF.4C.D1.C2.D7.69.8A.E7.E1.7E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 2 de 3

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

Período de Escrituração: 01/07/2018 a 30/09/2018

CNPJ: 16.942.834/0001-19

Número de Ordem do Livro: 127

Período Selecionado: 01 de Julho de 2018 a 30 de Setembro de 2018

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PAGAR			
FORNECEDORES		R\$ 1.361.012,16	R\$ 1.712.871,63
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R\$ 382.466,30	R\$ 412.770,56
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R\$ 382.466,30	R\$ 412.770,56
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL		R\$ 204.270,71	R\$ 217.010,60
ENCARGOS SOCIAIS		R\$ 178.195,59	R\$ 195.759,96
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 13.527,80	R\$ 67.019,51
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 13.527,80	R\$ 67.019,51
IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R\$ 6.435,15	R\$ 7.279,59
TRIBUTOS A RECOLHER		R\$ 7.092,85	R\$ 59.739,92
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		R\$ 918.103,15	R\$ 630.669,82
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		R\$ 918.103,15	R\$ 630.669,82
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		R\$ 918.103,15	R\$ 630.669,82
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 1.138.373,83	R\$ 1.138.373,83
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 1.138.373,83	R\$ 1.138.373,83
TRIBUTOS PARCELADOS		R\$ 1.138.373,83	R\$ 1.138.373,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.988.037,00	R\$ 2.988.037,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.988.037,00	R\$ 2.988.037,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.988.037,00	R\$ 2.988.037,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 1.011.970,56	R\$ 1.151.689,93
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 1.011.970,56	R\$ 1.151.689,93
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 1.011.970,56	R\$ 1.151.689,93

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.0F.A5.18.CC.C2.4A.E1.C3.50.EF.4C.D1.C2.D7.69.8A.E7.E1.7E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 3 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda
 Período da Escrituração: 01/07/2018 a 30/09/2018 CNPJ: 75.928.838/0001-49
 Numero de Ordem do Livro: 127
 Período Selecionado: 01 de Julho de 2018 a 30 de Setembro de 2018

Descrição	Nota	Valor
CONTAS DE RESULTADO		R\$ 139.719,37
RECEITAS		R\$ 4.150.373,04
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R\$ 4.202.204,21
DEPARTAMENTO DE VEÍCULOS NOVOS		R\$ 2.308.969,00
VENDAS DE VEÍCULOS NOVOS		R\$ 2.308.969,00
DEPARTAMENTO DE VEÍCULOS USADOS		R\$ 928.915,00
VENDAS DE AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ 433.015,00
VENDAS DE COMERCIAIS USADOS		R\$ 495.900,00
DEPARTAMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 581.540,08
VENDA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 561.878,86
TRANSFERÊNCIAS INTERNAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 19.661,22
DEPARTAMENTO DE OFICINA MECÂNICA		R\$ 99.276,98
VENDAS DE MÃO-DE-OBRA OFICINA MECÂNICA		R\$ 99.276,98
DEPARTAMENTO DE FUNILARIA E PINTURA		R\$ 31.659,45
VENDAS DE MÃO-DE-OBRA FUNILARIA E PINTURA		R\$ 31.659,45
OUTRAS RECEITAS		R\$ 251.843,70
OUTRAS RECEITAS		R\$ 251.843,70
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDAS		R\$ (2.789,75)
(-) DEPARTAMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (2.789,75)
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (2.789,75)
(-) ICMS SOBRE VENDAS		R\$ (8.360,24)
(-) ICMS S/VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (8.360,24)
(-) ICMS S/VENDAS VEÍCULOS USADOS		R\$ (3.897,14)
(-) ICMS S/VENDAS DE COMERCIAIS USADOS		R\$ (4.463,10)
(-) ISS SOBRE VENDAS		R\$ (3.943,56)
(-) ISS S/VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (2.978,22)
(-) ISS S/VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (2.978,22)
(-) ISS S/VENDAS - DEPTO DE FUNILARIA E PINTURA		R\$ (949,79)
(-) ISS S/VENDAS M.O.FUNILARIA E PINTURA		R\$ (949,79)
(-) ISS S/VENDAS - OUTRAS RECEITAS		R\$ (15,55)
(-) ISS S/VENDAS DE OUTRAS RECEITAS		R\$ (15,55)
(-) PIS SOBRE VENDAS		R\$ (6.546,96)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (305,93)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.0F.A5.18.CC.C2.4A.E1.C3.50.EF.4C.D1.C2.D7.69.8A.E7.E1.7E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/07/2018 a 30/09/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 127

Período Selecionado: 01 de Julho de 2018 a 30 de Setembro de 2018

Descrição	Nota	Valor
(-) PIS S/VENDAS DE AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (305,93)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (3.544,41)
(-) PIS S/VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (3.544,41)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (1.638,22)
(-) PIS S/VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (1.638,22)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO FUNILARIA E PINTURA		R\$ (522,36)
(-) PIS S/VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (522,36)
(-) PIS S/VENDAS - OUTRAS RECEITAS		R\$ (536,04)
(-) PIS S/VENDAS OUTRAS RECEITAS		R\$ (536,04)
(-) COFINS SOBRE VENDAS		R\$ (30.190,66)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (1.411,95)
(-) COFINS S/VENDAS AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (1.411,95)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (16.290,32)
(-) COFINS S/VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (16.290,32)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (7.545,17)
(-) COFINS S/VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (7.545,17)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO FUNILARIA E PINTURA		R\$ (2.406,14)
(-) COFINS S/VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (2.406,14)
(-) COFINS S/VENDAS - OUTRAS RECEITAS		R\$ (2.537,08)
(-) COFINS S/VENDA DE OUTRAS RECEITAS		R\$ (2.537,08)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS		R\$ (4.014.400,64)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS		R\$ (3.496.855,47)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO VEÍCULOS NOVOS		R\$ (2.175.703,19)
(-) CUSTOS DE VENDAS DE AUTOMÓVEIS NOVOS		R\$ (2.175.703,19)
(-) CUSTOS VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (902.156,26)
(-) CUSTOS DE VENDAS AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (436.213,66)
(-) CUSTOS DE VENDAS COMERCIAIS USADOS		R\$ (465.942,60)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (386.310,24)
(-) CUSTOS DE VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (374.556,89)
(-) CUSTOS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS DE PEÇAS E ACESSÓRI		R\$ (11.753,35)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (20.381,44)
(-) CUSTOS DE VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (17.947,36)
(-) CUSTOS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS M.O. MECÂNICA		R\$ (2.434,08)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.0F.A5.18.CC.C2.4A.E1.C3.50.EF.4C.D1.C2.D7.69.8A.E7.E1.7E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 0.0.5 do Visualizador

Página 2 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: Dível Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/07/2018 a 30/09/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 127

Período Selecionado: 01 de Julho de 2018 a 30 de Setembro de 2018

Descrição	Nota	Valor
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO FUNILARIA E PINTURA		R\$ (12.304,34)
(-) CUSTOS DE VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (10.142,35)
(-) CUSTOS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS M.O. FUNILARIA		R\$ (2.161,99)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (432,23)
(-) DESPESAS VARIÁVEIS		R\$ (52.420,52)
(-) DESPESAS VARIÁVEIS		R\$ (52.420,52)
(-) DESPESAS COM SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (265.862,51)
(-) DESPESAS COM SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (265.862,51)
(-) DESPESAS SEMI-FIXAS		R\$ (108.274,41)
(-) DESPESAS SEMI-FIXAS		R\$ (108.274,41)
(-) DESPESAS FIXAS		R\$ (29.123,50)
(-) DESPESAS FIXAS		R\$ (29.123,50)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (78.534,03)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (78.534,03)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (45.173,82)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (45.173,82)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (432,23)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (432,23)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 6.762,16
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 6.762,16
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 55.513,69
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 55.513,69
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		R\$ 3.746,97
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (2.233,03)
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (2.233,03)
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (2.233,03)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 5.980,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 5.980,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 5.980,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.0F.A5.18.CC.C2.4A.E1.C3.50.EF.4C.D1.C2.D7.69.8A.E7.E1.7E-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 3 de 3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
41200969815	75.928.839/0001-49
NOME EMPRESARIAL	
Divel Distribuidora De Veiculos Ltda	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/10/2018 a 31/12/2018
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Escriuração Contábil Digital do Livro Diário Geral	128
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
02.DA.45.A2.30.83.E0.8C.E3.42.DF.41.F1.F8.39.C3.27.5F.1E.A8	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
ADMINISTRADOR	12775436900	JOSETI ANTONIO MEIMBERG 12775436900	120792482448055861 220869884706782749 918	25/04/2019 a 24/04/2022	Sim
Contador	05813021922	SIMONE CRISTINA VENDRAMINI 05813021922	732066444765682266 808577283387923987 27	17/11/2017 a 16/11/2020	Não

NÚMERO DO RECIBO:

02.DA.45.A2.30.83.E0.8C.E3.42.DF.41.
F1.F8.39.C3.27.5F.1E.A8-1

Escriuração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 30/05/2019 às 19:59:59

85.22.8B.35.E3.DC.F6.95
DB.85.24.87.35.EE.2E.A6

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.663/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda
Período da Escrituração: 01/10/2018 a 31/12/2018 CNPJ: 75.928.838/0001-49
Número de Ordem do Livro: 128

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial Divel Distribuidora De Veiculos Ltda
NIRE 41200969815
CNPJ 75.928.838/0001-49
Número de Ordem 128
Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Município Dois Vizinhos
Data do arquivamento dos atos constitutivos 05/05/1972
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2018

Quantidade total de linhas do arquivo digital 31443

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial Divel Distribuidora De Veiculos Ltda
Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Número de ordem 128
Quantidade total de linhas do arquivo digital 31443
Data de início 01/10/2018
Data de término 31/12/2018

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticidade se comprova pelo recibo de número 02.DA.45.A2.30.83.E0.8C.E3.42.DF.41.F1.F8.39.C3.27.5F.1E.A8-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda
 Período da Escrituração: 01/10/2018 a 31/12/2018 CNPJ: 75.928.838/0001-49
 Número de Ordem do Livro: 128
 Período Selecionado: 01 de Outubro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 8.147.227,79	R\$ 8.145.863,69
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 3.919.141,77	R\$ 3.988.976,41
DISPONÍVEL		R\$ 633.538,16	R\$ 616.404,09
CAIXA E BANCOS		R\$ 633.538,16	R\$ 616.404,09
CAIXA		R\$ 484.680,40	R\$ 582.860,94
BANCOS		R\$ 1.180,73	R\$ 19.264,30
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 147.677,03	R\$ 14.278,85
CRÉDITOS		R\$ 1.260.177,78	R\$ 1.337.610,43
CRÉDITOS A RECEBER		R\$ 1.260.177,78	R\$ 1.337.610,43
CHEQUES A COMPENSAR		R\$ 226.700,52	R\$ 159.395,80
CLIENTES		R\$ 501.727,39	R\$ 720.843,89
VALORES A RECEBER FÁBRICA		R\$ 201.256,60	R\$ 237.190,11
VALORES A RECEBER GARANTIA		R\$ 13.419,84	R\$ 1.159,78
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS		R\$ 3.735,06	R\$ 1.514,02
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R\$ 161.208,36	R\$ 28.048,31
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 12.541,05	R\$ 50.376,17
FUNDO APOLO ALFA - SALDO		R\$ 139.588,94	R\$ 139.082,35
ESTOQUES		R\$ 1.935.321,88	R\$ 2.022.291,63
ESTOQUES DE MERCADORIAS E SERVIÇOS		R\$ 1.935.321,88	R\$ 2.022.291,63
ESTOQUES DE AUTOMÓVEIS NOVOS		R\$ 666.835,74	R\$ 589.279,02
ESTOQUES DE AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ 641.990,77	R\$ 803.294,16
ESTOQUES DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 605.062,58	R\$ 614.539,71
ESTOQUES DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ 597,08	R\$ 597,08
ESTOQUES DE MATERIAIS DIVERSOS		R\$ 1.069,52	R\$ 35,74
ESTOQUES DE PNEUS		R\$ 19.766,19	R\$ 14.545,92
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 88.104,02	R\$ 7.055,80
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 88.104,02	R\$ 7.055,80
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 88.104,02	R\$ 7.055,80
DEPOSITOS JUDICIAIS		R\$ 1.999,93	R\$ 5.614,46
DEPOSITOS JUDICIAIS		R\$ 1.999,93	R\$ 5.614,46
DEPOSITOS JUDICIAIS		R\$ 1.999,93	R\$ 5.614,46

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 02.DA.45.A2.30.83.E0.8C.E3.42.DF.41.F1.F8.39.C3.27.5F.1E.A8-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 3

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: Dível Distribuidora De Veículos Ltda
 Período da Escrituração: 01/10/2018 a 31/12/2018 CNPJ: 75.928.838/0001-49
 Número de Ordem do Livro: 128
 Período Selecionado: 01 de Outubro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

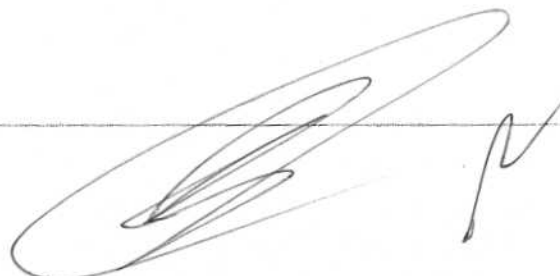
Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 898.224,38	R\$ 828.224,38
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 898.224,38	R\$ 828.224,38
CRÉDITOS A RECEBER		R\$ 898.224,38	R\$ 828.224,38
EMPRÉSTIMOS A COLIGADAS		R\$ 332.690,80	R\$ 262.690,80
EMPRÉSTIMOS COMPULSORIOS		R\$ 101,39	R\$ 101,39
EMPRÉSTIMOS COM SÓCIOS		R\$ 565.432,19	R\$ 565.432,19
PERMANENTE		R\$ 3.329.861,64	R\$ 3.328.662,90
INVESTIMENTOS		R\$ 363,96	R\$ 363,96
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES		R\$ 363,96	R\$ 363,96
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES		R\$ 363,96	R\$ 363,96
IMOBILIZADO		R\$ 3.329.497,68	R\$ 3.328.298,94
IMOBILIZADO		R\$ 3.329.497,68	R\$ 3.328.298,94
TERRENOS		R\$ 29.343,68	R\$ 29.343,68
PRÉDIOS E BENFEITORIAS		R\$ 3.395.759,61	R\$ 3.449.697,52
(-) (-) AMORTIZ / DEPREC PRÉDIOS E BENFEITORIAS		R\$ (303.119,03)	R\$ (307.450,04)
MÁQUINAS E FERRAMENTAS		R\$ 314.448,17	R\$ 314.448,17
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS		R\$ (243.056,89)	R\$ (247.863,61)
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA		R\$ 42.463,14	R\$ 42.463,14
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA		R\$ (38.607,00)	R\$ (38.997,51)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ 216.258,85	R\$ 216.258,85
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ (189.222,05)	R\$ (187.561,96)
VEÍCULOS A SERVIÇO DA CASA		R\$ 124.051,55	R\$ 77.465,57
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE VEÍCULOS A SERVIÇO DA CASA		R\$ (22.822,35)	R\$ (19.504,87)
PASSIVO		R\$ 8.147.227,79	R\$ 8.145.863,69
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 2.869.127,03	R\$ 3.285.572,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 45.795,51	R\$ 45.795,51
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 45.795,51	R\$ 45.795,51
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS		R\$ 45.795,51	R\$ 45.795,51
FORNECEDORES E DUPLICATAS A PAGAR		R\$ 1.712.871,63	R\$ 1.537.912,61
FORNECEDORES E DUPLICATAS A		R\$ 1.712.871,63	R\$ 1.537.912,61

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 02.DA.45.A2.30.83.E0.8C.E3.42.DF.41.F1.F8.39.C3.27.5F.1E.A8-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 2 de 3



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda
 Período da Escrituração: 01/10/2018 a 31/12/2018 CNPJ: 75.928.838/0001-49
 Número de Ordem do Livro: 128
 Período Selecionado: 01 de Outubro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

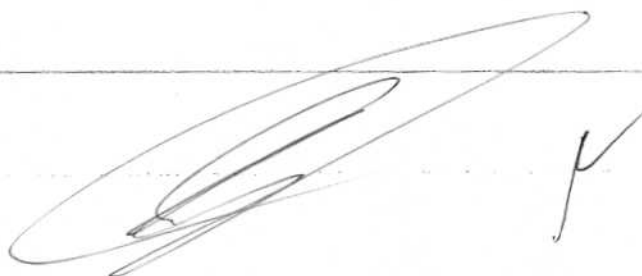
Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PAGAR			
FORNECEDORES		R\$ 1.712.871,63	R\$ 1.537.912,61
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R\$ 412.770,56	R\$ 432.264,62
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R\$ 412.770,56	R\$ 432.264,62
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL		R\$ 217.010,60	R\$ 228.492,81
ENCARGOS SOCIAIS		R\$ 195.759,96	R\$ 203.771,81
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 67.019,51	R\$ 7.579,16
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 67.019,51	R\$ 7.579,16
IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R\$ 7.279,59	R\$ 7.388,47
TRIBUTOS A RECOLHER		R\$ 59.739,92	R\$ 190,69
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		R\$ 630.669,82	R\$ 1.262.020,10
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		R\$ 630.669,82	R\$ 1.262.020,10
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		R\$ 630.669,82	R\$ 1.262.020,10
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 1.138.373,83	R\$ 1.140.192,68
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 1.138.373,83	R\$ 1.140.192,68
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 1.138.373,83	R\$ 1.140.192,68
TRIBUTOS PARCELADOS		R\$ 1.138.373,83	R\$ 1.140.192,68
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 4.139.726,93	R\$ 3.720.099,01
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.988.037,00	R\$ 2.988.037,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.988.037,00	R\$ 2.988.037,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.988.037,00	R\$ 2.988.037,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 1.151.689,93	R\$ 732.062,01
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 1.151.689,93	R\$ 732.062,01
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 1.151.689,93	R\$ 732.062,01

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 02.DA.45.A2.30.83.E0.8C.E3.42.DF.41.F1.F8.39.C3.27.5F.1E.A8-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 3 de 3



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda
 Período da Escrituração: 01/10/2018 a 31/12/2018 CNPJ: 75.928.838/0001-49
 Número de Ordem do Livro: 128
 Período Selecionado: 01 de Outubro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

Descrição	Nota	Valor
(-) CONTAS DE RESULTADO		R\$ (419.627,92)
RECEITAS		R\$ 3.296.795,94
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R\$ 3.339.780,78
DEPARTAMENTO DE VEÍCULOS NOVOS		R\$ 1.939.044,00
VENDAS DE VEÍCULOS NOVOS		R\$ 1.939.044,00
DEPARTAMENTO DE VEÍCULOS USADOS		R\$ 645.828,60
VENDAS DE AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ 413.528,60
VENDAS DE COMERCIAIS USADOS		R\$ 232.300,00
DEPARTAMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 519.334,08
VENDA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 499.312,50
TRANSFERÊNCIAS INTERNAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ 20.021,58
DEPARTAMENTO DE OFICINA MECÂNICA		R\$ 78.221,06
VENDAS DE MÃO-DE-OBRA OFICINA MECÂNICA		R\$ 78.221,06
DEPARTAMENTO DE FUNILARIA E PINTURA		R\$ 29.365,02
VENDAS DE MÃO-DE-OBRA FUNILARIA E PINTURA		R\$ 29.365,02
OUTRAS RECEITAS		R\$ 127.988,02
OUTRAS RECEITAS		R\$ 127.988,02
(-) ICMS SOBRE VENDAS		R\$ (5.812,47)
(-) ICMS S/VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (5.812,47)
(-) ICMS S/VENDAS VEÍCULOS USADOS		R\$ (3.721,77)
(-) ICMS S/VENDAS DE COMERCIAIS USADOS		R\$ (2.090,70)
(-) ISS SOBRE VENDAS		R\$ (3.796,79)
(-) ISS S/VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (2.344,59)
(-) ISS S/VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (2.344,59)
(-) ISS S/VENDAS - DEPTO DE FUNILARIA E PINTURA		R\$ (880,95)
(-) ISS S/VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (880,95)
(-) ISS S/VENDAS - OUTRAS RECEITAS		R\$ (571,25)
(-) ISS S/VENDAS DE OUTRAS RECEITAS		R\$ (571,25)
(-) PIS SOBRE VENDAS		R\$ (5.927,26)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (287,84)
(-) PIS S/VENDAS DE AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (287,84)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (3.232,88)
(-) PIS S/VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (3.232,88)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (1.290,79)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 02.DA.45.A2.30.83.E0.8C.E3.42.DF.41.F1.F8.39.C3.27.5F.1E.A8-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda

Período da Escrituração: 01/10/2018 a 31/12/2018

CNPJ: 75.928.838/0001-49

Número de Ordem do Livro: 128

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

Descrição	Nota	Valor
(-) PIS S/VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (1.290,79)
(-) PIS S/VENDAS - DEPTO FUNILARIA E PINTURA		R\$ (484,50)
(-) PIS S/VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (484,50)
(-) PIS S/VENDAS - OUTRAS RECEITAS		R\$ (631,25)
(-) PIS S/VENDAS OUTRAS RECEITAS		R\$ (631,25)
(-) COFINS SOBRE VENDAS		R\$ (27.448,32)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (1.328,49)
(-) COFINS S/VENDAS AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (1.328,49)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (14.891,68)
(-) COFINS S/VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (14.891,68)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (5.944,87)
(-) COFINS S/VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (5.944,87)
(-) COFINS S/VENDAS - DEPTO FUNILARIA E PINTURA		R\$ (2.231,77)
(-) COFINS S/VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (2.231,77)
(-) COFINS S/VENDAS - OUTRAS RECEITAS		R\$ (3.051,51)
(-) COFINS S/VENDA DE OUTRAS RECEITAS		R\$ (3.051,51)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS		R\$ (3.711.014,11)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS		R\$ (2.833.174,58)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO VEÍCULOS NOVOS		R\$ (1.836.021,62)
(-) CUSTOS DE VENDAS DE AUTOMÓVEIS NOVOS		R\$ (1.836.021,62)
(-) CUSTOS VENDAS - DEPTO VEÍCULOS USADOS		R\$ (628.156,40)
(-) CUSTOS DE VENDAS AUTOMÓVEIS USADOS		R\$ (412.959,01)
(-) CUSTOS DE VENDAS COMERCIAIS USADOS		R\$ (212.830,00)
(-) OUTROS CUSTOS DE VEÍCULOS USADOS		R\$ (2.367,39)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (342.640,56)
(-) CUSTOS DE VENDAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (331.197,11)
(-) CUSTOS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS DE PEÇAS E ACESSÓRI		R\$ (11.443,46)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO OFICINA MECÂNICA		R\$ (13.932,51)
(-) CUSTOS DE VENDAS M.O. OFICINA MECÂNICA		R\$ (12.291,19)
(-) CUSTOS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS M.O. MECÂNICA		R\$ (1.641,32)
(-) CUSTOS DE VENDAS - DEPTO FUNILARIA E PINTURA		R\$ (12.423,49)
(-) CUSTOS DE VENDAS M.O. FUNILARIA E PINTURA		R\$ (8.792,24)
(-) CUSTOS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS M.O. FUNILARIA		R\$ (3.631,25)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 02.DA.45.A2.30.83.F0.8C.F3.42.DF.41.F1.F8.39.C3.27.5F.1E.A8-1, nos termos do Decreto nº 8.693/2010.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 2 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: Divel Distribuidora De Veiculos Ltda
 Período da Escrituração: 01/10/2018 a 31/12/2018 CNPJ: 75.928.838/0001-49
 Número de Ordem do Livro: 128
 Período Selecionado: 01 de Outubro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

Descrição	Nota	Valor
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (877.900,19)
(-) DESPESAS VARIÁVEIS		R\$ (50.875,09)
(-) DESPESAS VARIÁVEIS		R\$ (50.875,09)
(-) DESPESAS COM SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (290.114,48)
(-) DESPESAS COM SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (290.114,48)
(-) DESPESAS SEMI-FIXAS		R\$ (91.694,08)
(-) DESPESAS SEMI-FIXAS		R\$ (91.694,08)
(-) DESPESAS FIXAS		R\$ (25.688,47)
(-) DESPESAS FIXAS		R\$ (25.688,47)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (468.946,03)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (468.946,03)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (45.635,46)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (45.635,46)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (50,00)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (50,00)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 14.306,65
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 14.306,65
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 80.796,77
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 80.796,77
(-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL		R\$ (5.349,09)
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (79.185,09)
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (79.185,09)
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (79.185,09)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 73.836,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 73.836,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 73.836,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 02.DA.45.A2.30.83.E0.8C.E3.42.DF.41.F1.F8.39.C3.27.5F.1E.A8-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 3 de 3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 75.928.838/0001-49 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/04/1972
NOME EMPRESARIAL DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DIVEL		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV PRESIDENTE KENNEDY	NÚMERO 463	COMPLEMENTO E 501
CEP 85.660-000	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO DOIS VIZINHOS
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/02/2020 às 15:52:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

DIVEL-Distribuidora de Veículos Ltda.

C. G. C. de N. F. 78 928 835/0001

Contrato Social

JULIO OPOLSKI, Brasileiro, Casado, do Comércio, residente e domiciliado, na Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná à rua Rio de Janeiro nº 645, portador da Carteira de Identidade Civil, Registro Geral nº 331600 Paraná e C.P.F. 008 678 699; JOSEFI/ANTONIO WEIMBERG, Brasileiro, Casado, do Comércio, residente e domiciliado, na Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná à rua Antonina nº 1.017, portador da Carteira de Identidade Civil, Registro Geral nº 684226 Paraná e C.P.F. 127 754 382; SEVERINO JACHINI, Brasileiro, Casado, do Comércio, residente e domiciliado na Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná à rua Ver. Romeu Lauri Werlang, 750, portador da Carteira de Identidade Civil, Registro Geral, nº 339811 Paraná e C.P.F. 131 211 879; ROMEU GIACHINI, Brasileiro, Solteiro, maior, do Comércio, residente e domiciliado na Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná à rua Ver. Romeu Lauri Werlang 759, portador da Carteira de Identidade Civil, Registro Geral nº 648341 Paraná e C.P.F. 008 807 219; VALENTIN GIACHINI, Brasileiro, Casado, do Comércio, residente e domiciliado na Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, à rua Otaviano Teixeira das / Santos 148, portador da Carteira de Identidade Civil, Registro Geral nº 641678 e C.P.F. 131 216 009, resolvem por este instrumento/particular de contrato, constituir uma sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas leis 3.708, 7 de 10 de Janeiro de 1.919 e 4.726, de 13 de Julho de 1.965, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade girará sob o nome comercial de DIVEL-Distribuidora de Veículos Ltda., tendo sua sede e fóro na Cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, à rua Mato Grosso s/nº, esquina com a Av. Presidente Kennedy.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá por objeto mercantil, o Comércio de Veículos, Peças e Acessórios, Combustíveis e Lubrificantes, com Oficina Mecânica para assistência técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social, inteiramente subscrito e realizado na forma prevista neste ato, na importância de R\$ 220.000,00-duzentos e vinte mil cruzeiros-, dividido em 44.000-quarenta e quatro mil-, quotas de R\$ 5,00-cinco cruzeiros-, cada uma, fica assim distribuído entre os sócios: JULIO OPOLSKI, 26.000-vinte e seis mil-quotas, no valor de R\$ 130.000,00- cento e trinta mil cruzeiros-, integralizadas e já totalmente realizadas na data da assinatura do presente instrumento, em moeda corrente no país; JOSEFI/ANTONIO WEIMBERG, 6.000-seis mil-quotas, no valor de R\$ 30.000,00-trinta mil cruzeiros-, integralizadas e já totalmente realizadas na data da assinatura do presente instrumento, em moeda corrente no país; SEVERINO JACHINI, 6.000-seis mil-quotas, no valor de R\$ 30.000,00-trinta mil cruzeiros-, integralizadas e já totalmente realizadas na data da assinatura do presente instrumento, em moeda corrente no país; ROMEU GIACHINI, 3.000,00-três mil-quotas, no valor de R\$ 15.000,00-quinze mil cruzeiros-, integralizadas e já totalmente realizadas na data da assinatura do presente instrumento, em moeda corrente no país; VALENTIN GIACHINI, 3.000-três mil-quotas, no valor de R\$ 15.000,00-quinze mil cruzeiros-, já integralizadas e já totalmente realizadas na data da assinatura do presente instrumento, em moeda corrente no país.

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
Roberto Alecar Przendziuk
Licitações e Contratos

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, iniciando suas atividades a partir de 26 de abril de 1.972.

CLÁUSULA QUINTA - A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social, nos termos do artigo 2º, da lei nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA SEXTA - As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade, consoante a faculdade deferida pelo artigo 62, parágrafo 2º, do decreto nº 97.651, de 10 de janeiro de 1.958.

CLÁUSULA SÉTIMA - As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros, seja o consórcio - entre sócios ou não, cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuírem.

CLÁUSULA OITAVA - O sócio que desejar se retirar da sociedade, deverá comunicar sua decisão a esta, por carta registrada ou protocolada, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que este, através dos demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, a que deverá fazer / dentro do assento dias contados do recebimento da carta. Decorrido este prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA NONA - A sociedade administrada por um ou mais sócios gerentes, a quem compete, privativa e individualmente, o uso da firma e a representação - seja ativa e passiva, judicial e extra-judicial da sociedade, sendo-lhe expressamente vedado a seu respeito, sob qualquer pretexto, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de aviso, avaliação, fianças ou caução de favor.

CLÁUSULA DÉCIMA - Pelos serviços que prestarão à sociedade, perceberão / os sócios, a título de "pro-labore", quantia mensal fixada em contrato até os limites máximos de dedução fiscal previstos na legislação do imposto de renda, a qual será levada à conta de despesas gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica investido na função de Diretor Geral, o Sr. NALIO DOLSKI e como Gerentes os sócios JOSEFI ANTONIO MEINERTS e NEVERI NE JACHINI, sendo todos dispensados da prestação de caução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O ano social coincidirá com o ano civil, havendo, a 31 de dezembro de cada ano, ser elaborado o balanço geral da sociedade, subscritas as prescrições legais e técnicas pertinentes a matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às suas quotas do capital podendo em lucros, a critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em / reserva na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Ocorrendo o falecimento de qualquer dos sócios, os herdeiros, notificando os herdeiros ou sucessores do sócio falecido para indicação de pessoa habilitada que apresentará e levantamento de um balanço geral, e qual se apresentará dentro de assento dias, a contar de data do falecimento. Conforme manifestarem os herdeiros, os herdeiros poderão / suceder ao sócio falecido ou, não havendo interesse, serão os bens / os seus haveres apurados no balanço, os 12-meses - prestações anuais, iguais e sucessivas, com juros de 12% ao ano, vencendo a primeira delas 30-trinta- / dias a contar de data do levantamento do balanço geral acima mencionado. Se houver prejuízo, os herdeiros ficarão obrigados a pagá-lo no mesmo prazo e condições. A sociedade não se dissolverá por morte de qualquer dos sócios.

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
Roberto Alencar Przendziuk
Licitações e Contratos

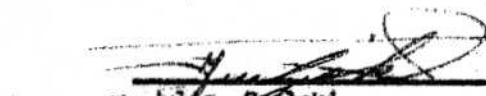
DIVEL-Distribuidora de Veículos Ltda.

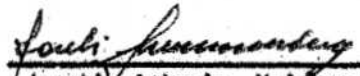
Contrato social -Fl.-3-

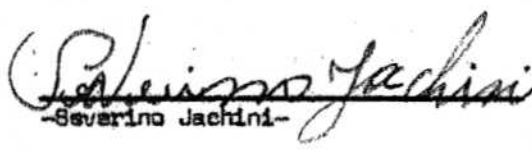
325

E por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente / com duas testemunhas, o presente instrumento, em cinco vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros ou sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.


Dois Vizinhos, 06 de abril de 1.972


-Julio Opolski-

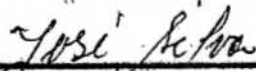

-Joseti Antonio Weinberg-

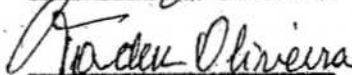

-Severino Jachini-


-Romeu Giachini-


-Valentin Giachini-

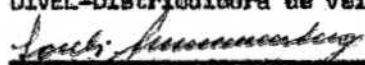
Testemunhas:






USO DO NOME COMERCIAL:

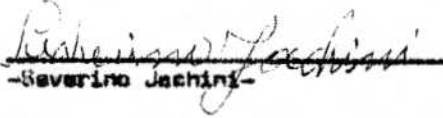
DIVEL-Distribuidora de Veículos Ltda


-Joseti Antonio Weinberg-

DIVEL-Distribuidora de Veículos Ltda


-Julio Opolski-

DIVEL-Distribuidora de Veículos Ltda.


-Severino Jachini-

MUNICIPIO DE CHOPINZINHO
Roberto Alencar Przendziuk
Licitações e Contratos

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ Nº 75.928.838/0001-49
NIRE 41200969815
DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

JOSETI ANTONIO MEIMBERG, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, natural da cidade de Lages, SC, empresário, residente e domiciliado na cidade de Dois Vizinhos, Pr, na rua Prudente de Moraes, nº 699, centro, CEP 85.660-000, portador da Cédula de Identidade nº 654.228-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná em 03/09/2004, inscrito no CPF/MF nº 127.754.369-00; **TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG**, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, natural da cidade de Lages, SC, empresária, residente e domiciliada na cidade de Dois Vizinhos, Pr, na rua Prudente de Moraes, nº 699, centro, CEP 85.660-000, portadora da Cédula de Identidade nº 1.339-886-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná em 29/04/2002, inscrita no CPF/MF nº 003.903.769-06; sócios componentes da sociedade empresária limitada, que gira sob o nome de **DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA**, estabelecida na Avenida Presidente Kennedy, nº 463/501 - Centro - Dois Vizinhos, Pr, CEP 85.660-000, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, em 05/05/1972, sob o NIRE 412.00969815, última alteração contratual registrada sob o nº 20040015076 em 15/04/2004, resolvem assim alterar o contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Capital Social, a partir desta data, é alterado para R\$ 2.988.037,00 (Dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil e trinta e sete reais), sendo que o aumento no valor de R\$ 1.927.912,00 (Um milhão, novecentos e vinte e sete mil e novecentos e doze reais), representado por 1.927.912 (Um milhão, novecentos e vinte e sete mil e novecentos e doze) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, fica assim dividido entre os sócios:

I - O sócio **JOSETI ANTONIO MEIMBERG**, possuidor de 1.033.622 (Um milhão, trinta e três mil, seiscentos e vinte e duas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, passa a possuir 2.913.336 (Dois milhões, novecentos e treze mil, trezentos e trinta e seis) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O aumento no valor de R\$ 1.879.714,00 (Um milhão, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e quatorze reais) proveniente de: Incorporação de Lucros Acumulados no valor de R\$ 1.002.214,00 (Um milhão, dois mil e duzentos e quatorze reais); Incorporação de Adiantamento para Aumento de Capital no valor de R\$ 877.500,00 (Oitocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais) integralizados em moeda corrente do país.

II - A sócia **TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG**, possuidora de 26.503 (Vinte e seis mil quinhentos e três) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, passa a possuir 74.701 (Setenta e quatro mil e setecentos e uma) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O aumento de R\$ 48.198,00 (Quarenta e oito mil, cento e noventa e oito reais) proveniente de: Incorporação de Lucros Acumulados no valor de R\$ 25.698,00 (Vinte e cinco mil seiscentos e noventa e oito reais); Incorporação de Adiantamento para Aumento de Capital, no valor de R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais) integralizados em moeda corrente do país.

CLÁUSULA SEGUNDA: O Capital Social, agora no valor de R\$ 2.988.037,00 (Dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil e trinta e sete reais), dividido em 2.988.037 (Dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil e trinta e sete) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim dividido entre os sócios:

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
Roberto Alencar Przendziuk
Licitações e Contratos

ml

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ Nº 75.928.838/0001-49
NIRE 41200969815
DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R\$
JOSETI ANTONIO MEIMBERG	97,50	2.913.336	2.913.336,00
TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG	2,50	74.701	74.701,00
TOTAL	100	2.988.037	2.988.037,00

CLAUSULA TERCEIRA: Promove-se a exclusão do parágrafo primeiro da cláusula terceira: "Fica estabelecido a vedação de qualquer um dos sócios, a sua participação em negócios, particulares ou com terceiros, que concorram com a exploração atual da presente sociedade.", permitindo-se, assim, a prática de tais atos pelos sócios integrantes desta sociedade. Promove-se, também, a inclusão de um novo parágrafo na cláusula terceira, contendo a seguinte redação: "A sociedade poderá nomear administrador sócio ou não sócio, por instrumento em separado, objeto de deliberação dos sócios que representem a maioria do capital social, sendo que o instrumento de Nomeação deverá conter os poderes específicos do administrador nomeado, inclusive quanto a necessidade de assinatura conjunta ou isolada com a do administrador nomeado no Contrato Social. O instrumento de Nomeação deverá ser averbado à margem da inscrição da sociedade, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da efetiva nomeação."

CLAUSULA QUARTA: Promove-se a inclusão de novas Cláusulas Sociais com o seguinte teor:

I - "A reunião de sócios poderá ser dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela, devendo, todavia, ser lavrada ata específica fazendo constar tais deliberações."

II - "As quotas do capital social desta sociedade não podem ser utilizadas pelos sócios para garantir obrigação destes perante terceiros, sendo vedada a penhora das quotas desta sociedade para a garantia de obrigações particulares dos sócios, até porque, nenhum estranho será recebido neste ambiente social sem a concordância de todos os sócios, consagrando o princípio legal da "affectio societatis", sendo certo que, esta vedação impede a inclusão de sócios pela arrematação das quotas sociais em hasta pública, pela adjudicação judicial ou por decorrência de execuções ou qualquer processo judicial contra os sócios ou contra a própria sociedade."

CLAUSULA QUINTA: Os sócios resolvem por este instrumento, atualizar e consolidar o Contrato social, tornando sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo, que, adequadas ao disposto no artigo 1.046/2002, aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.
CNPJ/MF nº 75.928.838/0001-49

JOSETI ANTONIO MEIMBERG, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, natural da cidade de Lages, SC, empresário, residente e domiciliado na cidade de Dois Vizinhos, Pr, na rua Prudente de Moraes, nº 699, centro, CEP 85.660-000, portador da Cédula de

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
Roberto Alencar Przendziuk
Licitações e Contratos

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ Nº 75.928.838/0001-49
NIRE 41200969815
DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Identidade nº 654.228-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná em 03/09/2004, inscrito no CPF/MF nº 127.754.369-00; TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, natural da cidade de Lages, SC, empresária, residente e domiciliada na cidade de Dois Vizinhos, Pr, na rua Prudente de Moraes, nº 699, Centro, CEP 85.660-000, portadora da Cédula de Identidade nº 1.339-886-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná em 29/04/2002, inscrita no CPF/MF nº 003.903.769-06; sócios componentes da sociedade empresária limitada, que gira sob o nome de **DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA**, estabelecida na Avenida Presidente Kennedy, nº 463/501 - Centro - Dois Vizinhos, Pr, CEP 85.660-000, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, em 05/05/1972, sob o NIRE 412.00969815, última alteração contratual registrada sob o nº 20040015076 em 15/04/2004, resolvem assim alterar o contrato social:

PRIMEIRA: NOME EMPRESARIAL: DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.
SEDE E FORO: Av. Presidente Kennedy, nº 463/501 - Centro - Dois Vizinhos - Pr. CEP: 85.660-000.
PRAZO DE DURAÇÃO: Indeterminado.
INÍCIO DAS ATIVIDADES: 05 de Maio de 1972.
ATIVIDADE ECONÔMICA: Comércio de Automóveis, Peças, Acessórios, Combustíveis e Lubrificantes, com Oficina Mecânica para Assistência.

SEGUNDA: O Capital Social no valor de R\$ 2.988.037,00 (Dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil e trinta e sete reais), divididos em 2.988.037 (Dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil e trinta e sete) quotas, valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, está assim dividido entre os sócios:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R\$
JOSETI ANTONIO MEIMBERG	97,50	2.913.336	2.913.336,00
TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG	2,50	74.701	74.701,00
TOTAL	100	2.988.037	2.988.037,00

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

TERCEIRA: ADMINISTRADOR: JOSETI ANTONIO MEIMBERG, com poderes e atribuições individualmente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cações de favor ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

PRÓ-LABORE: aos sócios e outros que prestarem serviços à sociedade fixado em comum acordo, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido a vedação de qualquer um dos sócios, a sua participação em negócios, particulares ou com terceiros, que concorram com a exploração atual da presente sociedade.

Parágrafo Segundo: Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes constituir mandatários na sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar.

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
 Roberto Alencar Przendziuk
 Licitações e Contratos

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ Nº 75.928.838/0001-49
NIRE 41200969815
DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

QUARTA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo os sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Único: A distribuição de lucros será feita proporcionalmente aos sócios de acordo com a participação no capital de cada um. Os resultados serão apurados mensalmente pela contabilidade e após a apuração mensal, poderão ser distribuídos de acordo com a deliberação da sociedade.

QUINTA: DESIMPEDIMENTO: Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

SEXTA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

SÉTIMA: A reunião dos sócios será convocada pelo Administrador ou sócio, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

OITAVA: As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, cujo o quorum de instalação e de decisão serão pela maioria simples do capital social, nos casos em que a lei não exigir quorum maior.

NONA: TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

DÉCIMA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
Roberto Alencar Przendziuk
Licitações e Contratos

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ N° 75.928.838/0001-49
NIRE 41200969815
DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

DÉCIMA SEGUNDA: O sócio poderá ser excluído da sociedade pelo sócio (s) que detenha (m) mais da metade do capital social, quando ocorrer às seguintes faltas graves: por justa causa, sócio remisso, sócio falido ou sócio que tenha sua quota liquidada.

DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito, para dirimir eventuais dúvidas e resolver os conflitos oriundos deste contrato, o foro da cidade de Dois Vizinhos, estado do Paraná, com reticência a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lavrado em três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Dois Vizinhos, PR, 16 de Novembro de 2012.

Josef Antonio Meimberg
JOSEFI ANTONIO MEIMBERG

Terezinha Pereira Meimberg
TEREZINHA PEREIRA MEIMBERG

TESTEMUNHAS:

Paulo Antônio Baraldi
Paulo Antônio Baraldi
RG: 3.891.104-0 SSP/PR

Ângela Maria Meimberg Baraldi
Ângela Maria Meimberg Baraldi
RG: 4.025.037-9 SSP/PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL DE DOIS VIZINHOS
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 09/01/2013
SOB NÚMERO 20130020893
Protocolo: 13/002089-3, DE 08/01/2013
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETÁRIO GERAL

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
Roberto Alekcar Przendziuk
Licitações e Contratos

HISTÓRICO DO PREGÃO

Processo: 3/2020 - Pregão - Normal

Objeto: AQUISICAO DE VEICULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE CHOPINZINHO PR

Expedição: 02/01/2020

Homologação:

Situação: Aberta

CREDENCIAMENTO

Fornecedor	Representante Legal	Porte	Credenciado
DIVEL DISTR. DE VEÍCULOS LTDA	AGENOR MANOEL ALBINO	Não Especificado	Sim

CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

Lote	Item	Descrição	Unidade	Valor de Referência	%
1	1	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan Modelo do ano da contratação ou do ano posterior; Cap	Un	62.597,6000	-
Classificação Fornecedor				Valor Unitário	%
	1	DIVEL DISTR. DE VEÍCULOS LTDA		62.590,0000	-

HISTÓRICO DOS LANCES

Lote	Item	Descrição	Unid.	Valor de Referência	%
1	1	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan Modelo do ano da contratação ou do ano posterior; Cap	Un	62.597,6000	-
Lance Fornecedor				Valor Unitário	%
	1	DIVEL DISTR. DE VEÍCULOS LTDA		62.400,0000	-0,32

CLASSIFICAÇÃO APÓS OS LANCES

Lote	Item	Descrição	Unid.	Valor de Referência	%
1	1	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan Modelo do ano da contratação ou do ano posterior; Cap	Un	62.597,6000	-
Classificação Fornecedor				Valor Unitário	%
	1	DIVEL DISTR. DE VEÍCULOS LTDA		62.400,0000	-

BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - EMPATE FICTO

Lote	Item	Descrição	Unid.	Valor de Referência	%
1	1	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan Modelo do ano da contratação ou do ano posterior; Cap	Un	62.597,6000	-
Sem lançamentos.					

NEGOCIAÇÃO

Lote	Item	Descrição	Unid.	Valor de Referência	%
1	1	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan Modelo do ano da contratação ou do ano posterior; Cap	Un	62.597,6000	-
Sem negociação.					

HABILITAÇÃO

Fornecedor	Situação
Processo não possui habilitação.	

CLASSIFICAÇÃO FINAL POR ITEM

Lote	Item	Descrição	Unidade	Valor de Referência	%
1	1	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan Modelo do ano da contratação ou do ano posterior; Cap	Un	62.597,6000	-
Classificação Fornecedor				Valor Unitário	%
	1	DIVEL DISTR. DE VEÍCULOS LTDA		62.400,0000	-

CLASSIFICAÇÃO FINAL POR FORNECEDOR

HISTÓRICO DO PREGÃO

Processo: 3/2020 - Pregão - Normal

Objeto: AQUISICAO DE VEICULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE CHOPINZINHO PR

Expedição: 02/01/2020

Homologação:

Situação: Aberta

Fornecedor: DIVEL DISTR. DE VEÍCULOS LTDA

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan Modelo do ano da contratação ou do ano posterior; Cap	Un	1,0000	62.400,0000	62.400,00
Total do Fornecedor						62.400,00

Total Geral	62.400,00
-------------	-----------



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2020

A partir das nove horas e trinta minutos do dia treze de fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se na sala de Licitações e Contratos da Prefeitura de Chopinzinho, o Pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 534/2019, para procederem as atividades pertinentes ao Pregão Presencial Edital nº 1/2020, para Aquisição de Veículo a ser Destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho-PR. O período de identificação/credenciamento de representante legal e de recebimento dos envelopes encerrou-se às nove horas, conforme exigiu o Edital, tendo sido recebidos os envelopes das seguintes empresas, a saber:

Fornecedor	Representante Legal	Porte	Credenciado
DIVEL DISTR. DE VEÍCULOS LTDA	AGENOR MANOEL ALBINO	Não Especificado	Sim

Como previa o edital, às nove horas o Pregoeiro informou aos representantes e presentes, os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública e o funcionamento do Pregão e ressaltou que a ausência de qualquer representante de empresa quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Em seguida juntamente com a equipe de apoio iniciou-se a abertura dos envelopes de proposta de preços apresentada pela licitante, de onde foi constatado que todas atenderam aos requisitos do Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances e negociação, obedecidas às prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06 e nº 147/14 e a Lei complementar Municipal nº 83/2016. Na sequência foram declaradas como detentoras do menor preço as seguintes empresas:

EMPRESA	Valor Total R\$
DIVEL DISTR. DE VEÍCULOS LTDA	62.400,00

Encerrada a fase de negociação para os ITENS, passou-se a análise dos envelopes de habilitação. Os representantes vistaram a documentação não tendo nada a acrescentar ao que já fora relatado. Finalizada a etapa competitiva e habilitadas as empresas ofertantes do menores preços para cada item, o Pregoeiro declarou as empresas vencedoras as empresas detentoras dos menores preços. Os presentes não manifestaram interesse em interpor recurso, fato pelo qual fica precluso o direito ao mesmo. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão Presencial – Edital nº 1/2020, e considerando que: 1) as propostas das empresas vencedoras satisfazem às exigências do Edital; 2) as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; 3) os preços auferidos estão dentro do limite estabelecido pelo Município; 4) não houve manifestação expressa por parte dos presentes com intenção de interpor recursos, o Pregoeiro adjudicou o objeto às empresas classificadas em primeiro lugar, de acordo com a tabela acima. Nada mais havendo, foi lavrada esta ata, ressaltando, ainda, que oportunamente serão convocados os representantes das empresas vencedoras para a assinatura do Contrato. Os membros da equipe de apoio, ao assinarem esta ata, atestam sua participação e colaboração, não lhes aplicando as atribuições e obrigações de que trata o inciso IV do art. 3º da Lei 10.520.

Onerio Cambruzzi Filho – Pregoeiro
 Micheli Leticia Dietrich – Equipe de Apoio
 Luciana Coelho de Souza – Equipe de Apoio
 Clécia Steilmann Weber – Equipe de Apoio



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ADJUDICAÇÃO

REF. Pregão Nº 1/2020

Tendo em vista o resultado do **Pregão nº 1/2020**, de 02 de janeiro de 2020 e não havendo interposição recursal, eu, **Onerio Cambruzzi Filho**, Pregoeiro, **ADJUDICO** o procedimento licitatório em epígrafe da seguinte forma:

Item	Valor Total – R\$	Empresa(s)
1	62.400,00	DIVEL DISTR. DE VEÍCULOS LTDA

CHOPINZINHO, PR., 13 de fevereiro de 2020


Onerio Cambruzzi Filho
Pregoeiro

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR

EDITAL Nº 1/2020 – PREGÃO PRESENCIAL

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ – 75.928.838/0001-49

335

ml



DIVEL

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR

EDITAL Nº 1/2020 – PREGÃO PRESENCIAL

DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ – 75.928.838/0001-49

336

ml



Município de Chopinzinho

337

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br

Telefone (46) 3242-8600
85.560-000Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
CHOPINZINHO
PARANÁ

HOMOLOGAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 1/2020

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço Item - Compras nº 1/2020, de 02/01/20, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – R\$
DIVEL DISTR. DE VEÍCULOS LTDA	62.400,00
TOTAL HOMOLOGADO	62.400,00

Que apresentou o Menor Preço por Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 13/02/20.


Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato de Contrato Pregão 01/2020. Objeto: Aquisição de Veículo a Ser Destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho – PR. Fundamento Legal: Lei 10520/02. Elemento de despesa 1956/F985 – 1955/F000. Data da assinatura: 13/02/2020. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Contratante: Município de Chopinzinho. Contrato nº 45/2020. Contratada: DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. Valor total: R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais). Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CONTRATO Nº 45/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecido na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, nesta cidade, representada por seu Prefeito, senhor Álvaro Dênis Ceni Sclaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Chopinzinho – PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: I, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 463/501, Centro Sul, Dois Vizinhos – PR, telefone (46) 3536-8000, e-mail: vendas@wln.com.br, com CNPJ nº 75.928.838/0001-49, neste ato representada Legalmente pelo Senhor Gerson Rigo, portador do CPF nº 813.908.079-91 e do RG nº 4.973.794-7, ora denominada CONTRATADA.

As partes estão sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato de prestação de serviços, em decorrência do processo de licitação nº 3/2020 (249/2019), realizado através do Pregão Presencial nº 1/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO A SER DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Unit. R\$	Total – R\$
01	01	Unid.	Veículo novo (zero quilometro); Tipo sedan Modelo do ano da contratação ou do ano posterior; Capacidade mínima para 05 lugares; Potência mínima de 101G/104ECV; Transmissão manual de até cinco velocidades; 5 portas; Direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; Vidros elétricos dianteiros e traseiros; Travas elétricas nas portas dianteiras e traseiras; Jogo de tapetes em PVC; Protetor de motor; Cor branca original de fábrica; Combustível flex; Ar condicionado; Película protetora para vidros com 50% de proteção; Todos itens obrigatórios de serie e Originais de fábrica; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro.	Marca Volkswagen. Voyage 1.6.	62.400,00	62.400,00



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

			Garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses ou 10.000 (dez mil) km, contados do modo mais favorável ao contratante desde o recebimento definitivo do objeto, na hipótese de vícios aparentes ou de fácil constatação e de 12 (doze) meses, contados a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito, na hipótese de vícios ocultos.			
--	--	--	---	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 2.1 - O prazo de entrega do veículo será de até 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho.
- 2.2 - O veículo deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chopinzinho/PR, na Rua Santos Dumont, nº 4.645, Centro, na cidade de Chopinzinho - PR, sem custo adicional de frete.
- 2.3 - O veículo será recebido e analisado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 2.4 - A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.
- 2.5 - O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do veículo, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 2.6 - A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos entregues, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- 2.7 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.
- 2.8 - O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 2.9 - É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

- 3.1 - A vigência do Contrato gerado desta Licitação será de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua assinatura.
- 3.2 - Os prazos dos contratos gerados desta licitação, poderão ser prorrogados nas hipóteses do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.
- 3.3 - O prazo de entrega poderá ser prorrogado a qualquer tempo pela Contratante e solicitado pela Contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes de encerrado o prazo de execução contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1 - Fica estipulado o valor de R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

4.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, que atestada pela Secretaria de Assistência Social, será encaminhada para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

4.3 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

4.4 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

4.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

4.6 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

4.7 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

CLÁUSULA QUINTA – DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

4.1 - Os preços contratados não sofrerão qualquer forma de repactuação ou reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos para pagamento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.03.082430019.2.059.4.4.90.52 (1956/F985 – 1955/F000).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSFERÊNCIA

7.1 - Fica vedado à CONTRATADA, a transferência, subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - São obrigações da Contratante:

8.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2 – São Obrigações da Contratada:

8.2.1 – Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 8.2.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 8.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.2.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data final da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.2.7 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.2.8 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Os contratantes decidem aplicar aos Contratos decorrentes da presente Licitação o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - **advertência escrita** - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - **advertência escrita com prazo para correção** - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - **penalidades pecuniárias**:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei nº 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - **suspensão temporária da prestação de serviços** - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

9.2 - Na aplicação das penalidades, observam-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
 Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O(s) Contrato(s) gerado(s) desta Licitação poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos de 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

10.2 Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela teria direito.

10.2.1 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

10.2.2 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

10.3 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A Gestão do Contrato ficará a cargo da Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato e ainda:

- a) propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do Contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do Contrato.

11.2 - A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Servidora Sra. Márcia Rejane Niendieker, CPF: 813.289.159-72, que será a responsável pelo recebimento do veículo e a comprovação de atendimento ao Termo de Referência, quando poderá suspender a execução desde que os serviços não estejam compatíveis com a proposta apresentada e o Termo de Referência.

11.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência desta, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

11.4 - Na sua ausência, o Fiscal substituto será o Servidor Sr. Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção ou auditoria.

12.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

13.1 - A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - Uma vez firmado, o extrato do Contrato será publicado no Jornal Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - A presente Licitação e o instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUCESSÃO E FORO

16.1 - As partes elegem como Foro a Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro. O Instrumento Contratual será firmado em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ficar ajustado.

Chopinzinho, PR, 13 de fevereiro de 2020.

Município de Chopinzinho
Alvaro Denis Ceni Scolaro - Prefeito
Contratante



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br

Telefone (46) 3242-8600
85.560-000

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
CHOPINZINHO PARANÁ

[Handwritten signature]

Divel Distribuidora de Veículos Ltda
Gerson Rigo – Procurador
Contratada

[Handwritten signature]

Rosani Checelski
Gestor do Contrato

[Handwritten signature]
Márcia Rejane Niendieker
Fiscal do Contrato

[Handwritten signature]
Jorcélio Farias
Fiscal substituto

Testemunhas:

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
EDITAL DE HABILITAÇÃO
RFP: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 1/2020
A comissão de licitação comunica aos interessados na execução do Edital de Tomada de Preços nº 1/2020, que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu habilitar os seguintes proponentes:

Nº	EMPRESA
1	MARISA AP. DIVINO GONÇALVES BIRELLI
2	MEDEIROS E ANDRADES LTDA ME
3	K. W. S. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - BIRELLI - ME
4	J.A.K. PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME

Comitê autossuportável, que dentro do prazo de 3 (três) dias úteis contados da data deste edital, a comissão de licitação dará vistas ao respectivo processo licitatório, a qualquer das proponentes que se sinta prejudicado, para interposição de recurso.

Chopinzinho, 18 de fevereiro de 2020

presidente da comissão: Josiane Moschen
membros da comissão: Roberto Alterio Prendzinski
Neide Martinez Caldato

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 19/2020
Modalidade de licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020
O Município de Palmas, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará processo de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020**, e conforme especificações desde certas nas condições fixadas no Edital e seus anexos, sendo a licitação do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**.

INÍCIO DA SESSÃO: 09:00 do dia 02/03/2020.
CREDENCIAMENTO: Banco do Brasil www.licitacoes-e-com.br.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por item (considerando o preço total do item, ou seja a quantidade x o preço unitário), observadas as especificações técnicas definidas no Edital.

OBJETO: Aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos para atender a farmácia básica do Departamento de Saúde e demais locais descritos acima, para distribuição gratuita a população, podendo a entrega destes medicamentos ser feita de forma fracionada, conforme especificações do termo de referência.

Retirada do edital, Local para informações: Divisão de Licitações - Avenida Clevelândia, nº 521, Centro, Palmas - PR, telefone (46) 3263-7000 - Site: www.pmp.pr.gov.br e www.licitacoes-e-com.br.

ANEXO I - SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
Nome: Rodrigo Schwaner - portador da CPF nº 040.403.928 Matricado nº 11544-1, Função/Cargos: Motorista

Destino	Data	Valor
Saída	18/02/2020	12,00
Chegada	18/02/2020	18,00
Saída	19/02/2020	12,00
Chegada	19/02/2020	18,00
Saída	20/02/2020	12,00
Chegada	20/02/2020	18,00

Quantidade de Diárias: 2. V. Valor Total de R\$ 105,00. Unidade de Saúde: 480 Km. Matrôa de Deslocamento: Juscelino Freire e Mariana Gomes. Forma de Deslocamento: Carro Oficial. Itapajara D'Oeste, 18/02/2020. Ass: 51/2020.

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020
O Município de Itapajara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico (tipo menor preço por lote, no dia 06 (seis) de Março de 2020, às 10h:00min (dez) horas, tendo como objeto a seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização de veículos automotores, novos, para uso do Departamento Municipal de Saúde.

Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico Nº 003/2020, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapajara D'Oeste - PR, no endereço eletrônico <http://www.itapajaradостоe.pr.gov.br/licitacoes> e www.compras.governamentais.gov.br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3526 - 8300.

Itapajara D'Oeste-PR, 07 (sete) de Fevereiro de 2020.

Vilmar Lucini
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto Nº 001/2020

Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de Sulina
Rua Tupacambá, 96 - Fone: (48) 3244-0000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 16 de fevereiro de 2021. DE VALOR: Fica alterado R\$ 3.887,10 (Três mil, oitocentos e trinta e sete reais e dez centavos), passando o valor global do contrato original a ser R\$ 58.826,21 (Cinquenta e oito mil, oitocentos e seis reais e um centavo), elevando a valor unitário de R\$ 3,70 (Três reais e setenta centavos) para R\$ 3,98 (Três reais e noventa e oito centavos) conforme índice IGP-M - FGV de 7,823% acumulado nos últimos 12 meses.

EXTRATO DE TERMO DE CANCELAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020.
Fica cancelado os serviços assumidos através da Ata de Registro de Preços nº 171/2019, oriundo do PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019, pelo empresário individual Flávio Reginaldo Stoll, em razão do falecimento do titular.

A publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/famap>, edição do dia 19 de Fevereiro de 2020, conforme Lei Autrativa nº 937 de 07 de junho de 2017.

HOMOLOGAÇÃO
REF: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº 1/2020
Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço Item - Compras Nº 1/2020, de 02/01/2020, e após esgotado o prazo recursal, eu, Alvaro Dênis Ceni Scatena, Prefeito, termo público, RESOLUTO, e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto (Ato de Emprego).

EMPRESA	Valor Total - R\$
DELTA DISTR. DE VEÍCULOS LTDA	62.400,00
TOTAL HOMOLOGADO	62.400,00

Quo assina em Menor Preço por Item.
Após constatar a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

A DECISÃO
GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 13/02/2020
Alvaro Dênis Ceni Scatena
Prefeito

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM - EXCLUSIVO PARA ME, ME E EPP
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, LOCAL E HOSIÁRIO: Praça Angelo Mazzoni, s/n, credenciamento e entrega dos envelopes: até as 09:00h do dia 26 de março de 2020. Abertura dos envelopes: às 09:01h do dia 05 de março de 2020. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R\$178.726,50. Prazo de vigência: 12 meses. O edital poderá ser consultado no site www.coronelviva.pr.gov.br. Informações: das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas ou através do site www.coronelviva.pr.gov.br. Informações: das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas de 18 de fevereiro de 2020. Adm. Antônio Azeiteiro, Presidente da CPI.

CARTÓRIO VIEIRA
Oficial: Abegail Vieira Samara
Substituta: Jaqueleine Cassely Samara

EDITAL DE PROCLAMAÇÕES
SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
MUNICÍPIO: PATO BRANCO/PR
PERÍODO: 09/02/2020 ATE 18/02/2020
PARA O JORNAL: DIÁRIO DO SUDOESTE

Faço saber que pretendem casar-se e apresentar os documentos exigidos pela artigo 1.625 do Código Civil Brasileiro:

MARCO ANTONIO GALVÃO e ALINE MACHADO MOREIRA
ALMIR ANTONIO MORAES e JULIANA DE FÁTIMA MACIEL
ELIANE DA SILVA e ADRIELA DOS SANTOS
FLAVIO LUIZ MORAES e MARIANA COSSI MONTEFFI BORELA
GERALDO DE SOUZA DIANTE JÚNIOR e ANIELLE ELOISE SIMANOTTO
SAMUEL DOS SANTOS e RAIANE ANGELICA SANTOS BORNHORN
IRINEU QUESSADA e CLEUSA DIAS DOS SANTOS
LUIZ HENRIQUE VIDAL DE ANDRADE e ADRIANA FIUZA
RENAN PEREIRA DA COSTA e RUTH MACHADO
JONAS GILBERTO LEBRUCHEN e MARIZE STROKA
RONEL CHAGAZ e ROSA MARIA ALVES LEDORIO
JOÃO VANDERLINDO MARQUES DOS SANTOS e MARLENE DE FÁTIMA DE OLIVEIRA
RAFAEL BRAZ e EDINEIRA RATTOR

Se algum dosuber de algum impedimento, apresente-o na forma da Lei, no prazo de quinze dias.

O referido é verdade e eu o atesto.
Pato Branco - PR, 12 de Setembro de 2020

Zaqueiro Batista de Oliveira
Escritório Jurídico

Rua Tupacambá, nº 96 - Fone: (46) 3244-0000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

MUNICÍPIO DE SAÚDE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020
Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 009/2020, de 05 de fevereiro de 2020, com abertura e julgamento em 18 de fevereiro de 2020, e verificado que não houve interposição recursal, eu, Clóvis Zanella, Pregoeiro, designado pela Portaria nº 146/2019, ADJUDICO os objetos constantes dos seguintes itens, do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 009/2020 para Registro de Preços, as Empresas, que apresentaram os menores preços, respectivamente conforme segue: KELI FORLIN DA SILVA, CNPJ Nº 10.976.125/0001-05; LOTTE 01 Itana - 01,02,03,04,05. Saúde do Iguaçu dia 18 de fevereiro de 2020, Clóvis Zanella, Pregoeiro.

HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista o parecer jurídico e a ADJUDICAÇÃO do Pregoeiro, que apura o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 009/2020 - SRP, de 05/02/2020, com abertura e julgamento em 18/02/2020 e não existindo interposição recursal, eu Mauro Cesar Cenci, Prefeito Municipal, tomo público a HOMOLOGAÇÃO do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 009/2020 para Registro de Preços, conforme o ato de ADJUDICAÇÃO, a seguinte Empresa: KELI FORLIN DA SILVA, CNPJ Nº 10.976.125/0001-05. Gabinete do Prefeito Municipal de Saúde do Iguaçu, PR, 18 de fevereiro de 2020. MAURO CESAR CENCI PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL - Nº 009/2020. ATA Nº 011/2020 - KELI FORLIN DA SILVA, CNPJ Nº 10.976.125/0001-05.

A Publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.sudoeste.com.br>, edição de 19/02/2020, conforme Lei Autrativa nº1071 de 14 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA
PORTAL DO SUDOESTE
Praça Getúlio Vargas, nº 71, Centro, Clevelândia - Paraná
CEP: 85920-000
Fone/Fax: (046) 3252-8000

DECRETO Nº 022/2020
SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Supêrte Financeira do exercício anterior ao Orçamento de 2020 do Município de Clevelândia, Estado do Paraná.

O Prefeito Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2.705 de 07 de novembro de 2.019.

DECRETA
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano 2020, destinados ao suporte das despesas a ser realizadas com recursos oriundos de Saldo Financeiro não comprometido do Exercício Anterior no valor de R\$ 530.213,09. (Quinhentos e trinta mil, duzentos e treze reais e nove centavos), para atender despesas no seguinte ítem e Dotações Orçamentárias:

06 - Secretaria Municipal de Assistência Social		
082440018.017000 - Manutenção da Unidade da Assistência Social		
3.3.90.30.00 - 934 - Material de Consumo	53.466,01	
3.3.90.30.00 - 940 - Material de Consumo	5.327,19	
3.3.90.30.00 - 846 - Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	45.168,85	
3.3.90.30.00 - 849 - Material de Consumo	1.000,00	
3.3.90.30.00 - 852 - Material de Consumo	35.315,93	
3.3.90.30.00 - 853 - Material de Consumo	25.000,00	
3.3.90.30.00 - 857 - Material de Consumo	18.000,00	
3.3.90.30.00 - 934 - Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	122.080,63	
3.3.90.30.00 - 940 - Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	5.000,00	
3.3.90.30.00 - 846 - Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	45.168,85	
3.3.90.30.00 - 852 - Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	35.000,00	
3.3.90.30.00 - 853 - Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	205.023,23	
3.3.90.30.00 - 855 - Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	30.000,00	
3.3.90.30.00 - 855 - Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	9.000,00	
4.4.90.52.00 - 934 - Equipamento e Material Permanente	26.200,00	
4.4.90.52.00 - 827 - Equipamento e Material Permanente	40.000,00	
4.4.90.52.00 - 849 - Equipamento e Material Permanente	7.600,82	
4.4.90.52.00 - 852 - Equipamento e Material Permanente	20.000,00	
4.4.90.52.00 - 853 - Equipamento e Material Permanente	10.000,00	
Total	530.213,09	

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional Suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de superávit do exercício anterior não comprometidos.

SUPÊRTE	
3 - 934 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	211.746,44
3 - 940 - BLOCO DE FINANÇ DE GESTÃO DO PROO BOLSA FAMÍLIA	10.327,19
3 - 827 - F.M.A.S.T.I.A - CRESCER	56.450,63
3 - 846 - F.M.A.S. - FIPAR INCENTIVO	45.168,85
3 - 849 - F.M.A.S.T.I.A PROTEÇÃO TITULAR	8.600,82
3 - 852 - F.M.A. S.FIA PRIMEIRA INFANCIA	80.315,93
3 - 853 - F.M.A.S.FIAS INCENTIVO VI	40.000,00
3 - 854 - F.M.A.S. - FIA CRIANÇA/ADOLESCENTE	30.000,00
3 - 855 - F.M.A. S.FIA CONSELHO MUN. DIREITOS CRIANÇA/ADOLESCENTE	9.600,00
3 - 857 - F.M.A.S. - BENEFICIO EVENTUAL IV	18.000,00
Total	530.213,09

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Clevelândia - Estado do Paraná, 17 de fevereiro de 2020.

ADIMIR JOSE GUELLER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2020
(Vinculado a Dispensa por Limite nº 008/2020)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para o veículo ambulância suporte avançado placa BDS9P50, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL: R\$ 6.958,97 (seis mil novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos).

PRazo DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

PRazo DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18 de fevereiro de 2020.

FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Renascença, 18 de fevereiro de 2020.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SAÚDE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO Nº 032/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2020

OBJETO: Contratação de empresa para realizar palestra motivacional para mulheres atendidas pelos programas de assistência social, objetivando a valorização das mulheres, e em comemoração ao dia internacional da mulher, sendo que todas as despesas com transporte, alimentação, impostos, taxas e demais despesas que possa surgir será por conta da contratada.

DATA DO EVENTO: 06/03/2020.

TEMPO DE PALESTRA: no mínimo 1:15h.

PRazo DE VIGENCIA: 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato.

CONTRATADA: MARCOS ANTONIO MARSSARO 03047104077

CNPJ: Nº 32.691.318/0001-52

VALOR TOTAL: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até 30 dias após realização do evento, mediante apresentação da nota fiscal assinada pelo responsável pelo Depto. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional Programática: 08.244.0013.2.018 - serviço de proteção social básica
Item do Despesa: 3.3.90.39.22 - festividades e homenagem
Principal: 722 - Despesa: 4813
Fonte de Recursos: 000 - recursos ordinários livres
VALOR DA DOTAÇÃO: 2.800,00

JUSTIFICATIVA: Enquadramento no art. 24, II da Lei de Licitação (Lei nº 8.666/93) que define os casos de dispensa de licitação e dentre eles, no inciso II consta a possibilidade de ser dispensado a licitação para compras e outros serviços até o limite de 10% do limite estabelecido na alínea "a", do inciso II do art. 23 da Lei de Licitações, que presentemente está em R\$ 176.000,00. Conforme Decreto Federal Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018, Gabinete do Prefeito, em 18 de Fevereiro de 2020.

MAURO CESAR CENCI Prefeito Municipal

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS
ATOS DE CONSORCIO
RESOLUÇÃO Nº 033 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020.
Súmula: Dispõe sobre a inclusão de procedimentos da Tabela de Credenciamento nº 001/2018.

RESOLUÇÃO Nº 034 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020.
Súmula: Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do CONIMS para o Exercício de 2020.

A publicação na íntegra dos atos acima encontra-se disponível nos seguintes endereços eletrônicos: <http://www.conims.com.br> e <http://www.diariomunicipal.com.br/famap>.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2020 - PMM
OBJETO: A seleção de propostas visando REGISTRAR EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COMPROMISSO FORMAL DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (pedra brita, pó de pedra, pedra rachão, pedrisco e pedra graduada) para atender demanda da Secretaria de Obras Públicas, Planejamento e Projetos desta municipalidade.

PREÇO MÁXIMO E ESPECIFICAÇÕES: Conforme edital.

DATA DE ABERTURA: 09 de Março de 2020, às 09:00 horas, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, Departamento de Licitação, situada a Praça Francisco Assis Reis, 1060.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br.

Maiores informações pelo fone (046) 3243-1122.

Mangueirinha, 18 de Fevereiro de 2020.

Publique-se
Dorli Netto
Pregoeiro

AVISO LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020 - PMM
OBJETO: A seleção de propostas visando REGISTRAR EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COMPROMISSO FORMAL DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (tubos e meio tubos) para ser usado em drenagens pluviais nesta municipalidade.

PREÇO MÁXIMO E ESPECIFICAÇÕES: Conforme edital.

DATA DE ABERTURA: 10 de Março de 2020, às 09:00 horas, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, Departamento de Licitação, situada a Praça Francisco Assis Reis, 1060.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br.

Maiores informações pelo fone (046) 3243-1122.

Mangueirinha, 18 de Fevereiro de 2020.

Publique-se
Dorli Netto
Pregoeiro

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2020 - PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA - PR.
CONTRATADO: REMAK ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA
OBJETO: Contratação de serviços de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto de sistema de abastecimento de água na área Rural do Município de Mangueirinha em atendimento a Secretaria de Obras Públicas, Planejamento e Projetos desta municipalidade.

VALOR: R\$ 21.987,00 (Vinte e um mil, novecentos e oitenta e sete reais).

DATA: 18 Fevereiro de 2020.

Mangueirinha 18 de Fevereiro de 2020.

PUBLIQUE-SE
Setor de Licitações

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
COMPENSADOS NOVO MILÊNIO LTDA, torna público que recebeu do IAP, Renovação de licença de operação para a atividade de Indústria de Madeira, Instalada na Rua Pedro Maciel, nº 123, Bairro São Luiz, município de Clevelândia/ PR. Licença nº 175868-R1. Vencimento: 11/01/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO**HOMOLOGAÇÃO-REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 1/2020**

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço Item-Compras nº 1/2020, de 02/01/20, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – R\$
DIVEL DISTR. DE VEÍCULOS LTDA	62.400,00
TOTAL HOMOLOGADO	62.400,00

Que apresentou o Menor Preço por Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 13/02/20.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro-Prefeito

Cod323884

348
ml

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PP 01-2020

HOMOLOGAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 1/2020

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço Item - Compras nº 1/2020, de 02/01/20, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – R\$
DIVEL DISTR. DE VEÍCULOS LTDA	62.400,00
TOTAL HOMOLOGADO	62.400,00

Que apresentou o Menor Preço por Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 13/02/20.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO

Prefeito

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk

Código Identificador:D9907613

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 19/02/2020. Edição 1952

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Espécie: Extrato de Contrato Pregão 01/2020.

Objeto: Aquisição de Veículo a Ser Destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho – PR. Fundamento Legal: Lei 10520/02. Elemento de despesa 1956/F985 – 1955/F000. Data da assinatura: 13/02/2020. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Contratante: Município de Chopinzinho. Contrato nº 45/2020. Contratada: DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. Valor total: R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais). Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito.

Cod323883

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PP 01-2020

Espécie: Extrato de Contrato Pregão 01/2020. Objeto: Aquisição de Veículo a Ser Destinado ao Conselho Tutelar do Município de Chopinzinho – PR. Fundamento Legal: Lei 10520/02. Elemento de despesa 1956/F985 – 1955/F000. Data da assinatura: 13/02/2020. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Contratante: Município de Chopinzinho. Contrato nº 45/2020. Contratada: DIVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. Valor total: R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais).

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO,
Prefeito.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:A81C83FA

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná
no dia 19/02/2020. Edição 1952
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>